

Coletânea de Artigos Conhecimento em Pauta

Volume 2

Artigos Científicos
ESPECIALIZAÇÃO 2015/2

Unoesc Chapecó

Organizadores:

Diego Beal
Celso Paulo Costa
Gilberto Pinzetta
Daiane Pavan
Inocencia Boita Dalbosco



Editora Unoesc

© 2015 Editora Unoesc
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc
É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.
Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, 89600-000 – Joaçaba – Santa Catarina, Brasil
Fone: (55) (49) 3551-2065 – Fax: (55) (49) 3551-2004 – editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Editora Executiva
Débora Diersmann Silva Pereira

Copidesques e revisão eletrônica: Débora Diersmann Silva Pereira
Projeto gráfico: Daniely A. Terao Guedes
Capa: Gilmar Paloschi

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F981c
Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina. Campus de Chapecó
Artigos científicos: Especialização 2015/2 / org. Diego Beal ... [et al.]. – Chapecó: Editora Unoesc, 2015.
246 p. – (Série Coletânea de artigos, v. 2)

ISBN: 978-85-8422-040-3

1. Ensino superior - Pesquisa. 2. Ciências da vida. I. Beal, Diego, (org.). II. Título. III. Série

CDD 378

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária – Campus Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina

Reitor
Aristides Cimadon

Vice-reitores dos Campi
Campus de Chapecó
Ricardo Antônio De Marco

Campus São Miguel do Oeste
Vitor Carlos D' Agostini

Campus Videira
Antonio Carlos de Souza

Campus Xanxerê
Genesio Téo

Pró-reitor de Graduação
Ricardo Marcelo de Menezes

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão
Fábio Lazzarotti

Diretor Executivo da Reitoria
Alciomar Antônio Marin

Comissão científica

Ana Marcia Debiassi Duarte
Celso Paulo Costa
Daiane Pavan
Diego Beal
Gilberto Pinzetta
Inocencia Boita Dalbosco
Mônica Raquel Sbeghen
Sabrina do Nascimento

Comissão Organizadora

Celso Paulo Costa
Daiane Pavan
Diego Beal
Gilberto Pinzetta
Inocencia Boita Dalbosco

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	5
---------------	---

ARTIGOS DA ÁREA DAS CIÊNCIAS DA VIDA

PREVALÊNCIA DE SOBREPESO E OBESIDADE EM CRIANÇAS DE ESCOLA PÚBLICA E PARTICULAR DE CHAPECÓ – SC.....	9
--	---

Rafael Cunha Laux, Daniela Zanini, Marcelo Luiz Julkoski

RELAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL COM O ÍNDICE DE- MASSA CORPORAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	21
--	----

Sandra Rogéria de Oliveira, Marcelo Luiz Zanlucchi

APTIDÃO FÍSICA RELACIONADA À SAÚDE: UM ESTUDO COMPARATIVO COM PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE TÊNIS DE MESA DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC	43
---	----

Rafael Cunha Laux, Eliane de Mello, Aline de Oliveira Martins, Daniela Zanini

O PROCESSO SAÚDE/DOENÇA E A INFLUÊNCIA DO ES- TRESSE NA QUALIDADE DE VIDA DOS TRABALHADORES	57
--	----

Luciana Domeneghini Chiaradia, Fernanda da Cruz Bertan

TERCEIRA IDADE E A HIDROGINÁSTICA	83
---	----

Marilúcia de Oliveira, Sandra Rogéria de Oliveira

ARTIGOS DA ÁREA DAS CIÊNCIAS DAS HUMANIDADES

ANÁLISE DO IMPACTO NO CUSTO DA PRODUÇÃO DE PIN- TINHOS DE UM DIA: INCUBAÇÃO DE OVOS EM BANDEJA DE 96 EM RELAÇÃO À BANDEJA DE 84 OVOS	105
---	-----

Cleomir Antonio Glowka, Ricardo Antonio De Marco

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS NA EMPRESA ZYONCORE SISTEMAS LTDA.....	123
---	-----

Luciana Angela Vanni Bonavigo, Carla Fabiana Cazella, Ruberlan Alex Bilha Piccini, Sayonara Fatima Teston

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE DUAS EMPRESAS LOCALIZADAS NO OESTE DE SANTA CATARINA	143
Gabriela Lenhardt, Ana Paola Grandó	
A COCULPABILIDADE E O ESTADO SOCIAL BRASILEIRO	171
Jader de Azevedo Lima Filho	
ACESSO À JUSTIÇA E ACESSO AO JUDICIÁRIO: PRESSUPOSTOS PARA A CIDADANIA	199
Eiglon Fernando Antunes da Silva, Luiz Henrique Maisonnét	
O PRINCÍPIO DO <i>VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM</i> E A VEDAÇÃO DO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO	221
Sídiane de Fátima Fogaça Guidini	

PREFÁCIO

A produção e a disseminação do conhecimento constituem um dos principais pilares de uma universidade: a pesquisa.

Paulo Freire, um dos principais educadores brasileiros, reconhecido nacional e internacionalmente, já dizia que não existe ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino.

A Unesco, em sua política institucional da pesquisa, apoia a produção, gestão e divulgação do conhecimento, bem como os processos ligados à inovação.

É dentro deste contexto que todos os *campi* da Unesco têm direcionado seus esforços, por meio de seus grupos de pesquisa, cursos de graduação e pós-graduação, para o desenvolvimento da pesquisa, de forma indissociada do ensino.

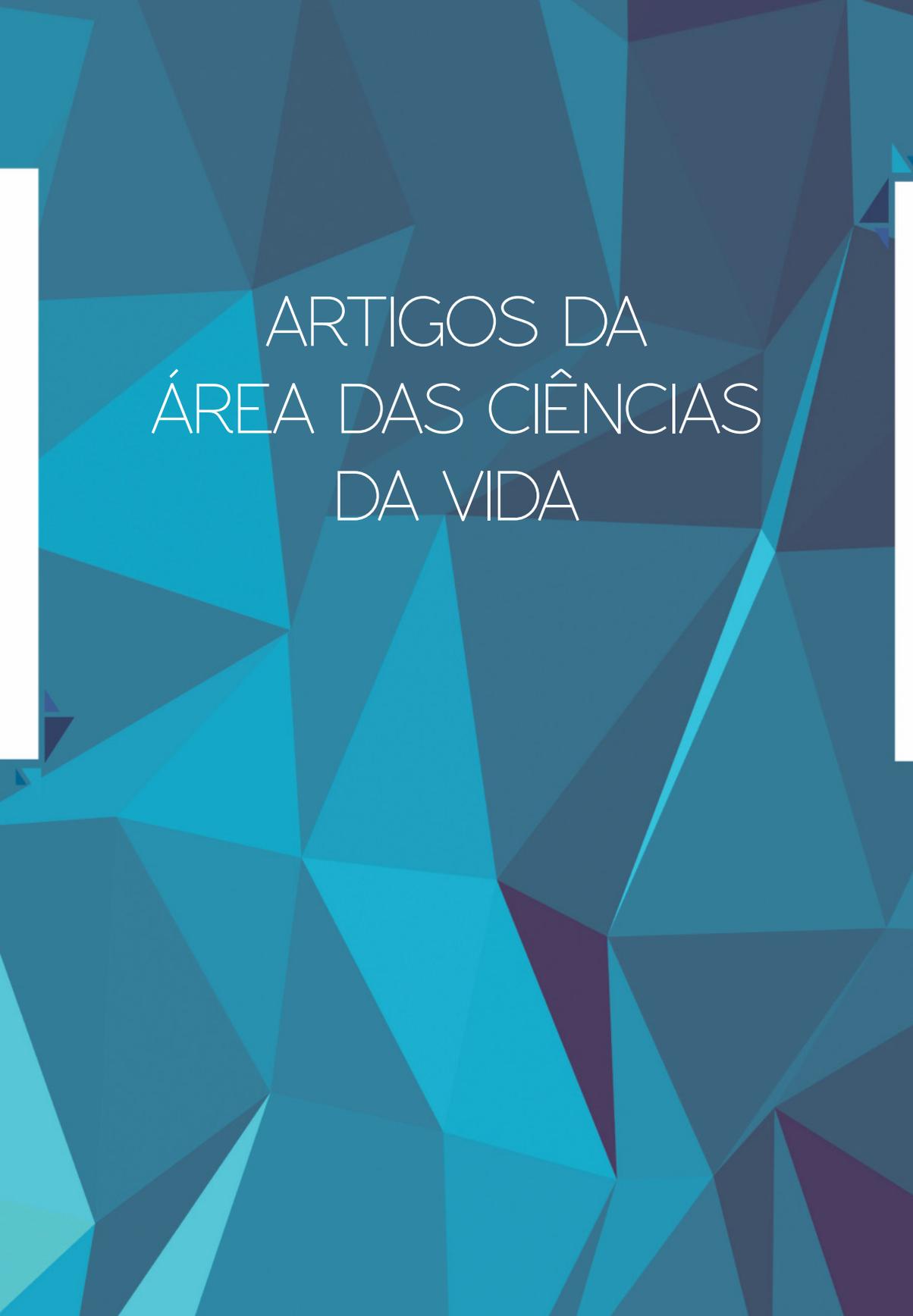
Como base nestas premissas, o *campus* de Chapecó publica a série Coletânea de Artigos Conhecimento em Pauta, derivado de seus projetos de pesquisa e de trabalhos de conclusão de curso. Em 2014, o *campus* publicou o primeiro item da série, a partir de trabalhos da Graduação.

Para o ano de 2015, além de publicar o segundo item da Coletânea de Artigos da Graduação no primeiro semestre, o *campus* publica agora a Coletânea de Artigos da Especialização, provenientes dos trabalhos de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu*.

Nesta edição, são publicados 11 artigos das Áreas das Ciências das Humanidades e da Vida, que foram aprovados pelo *campus* de Chapecó e revisados pela Editora, com o propósito de socializar os resultados dos trabalhos à comunidade acadêmica e regional.

Boa leitura!

Fábio Lazzarotti
Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão



ARTIGOS DA
ÁREA DAS CIÊNCIAS
DA VIDA

PREVALÊNCIA DE SOBREPESO E OBESIDADE EM CRIANÇAS DE ESCOLA PÚBLICA E PARTICULAR DE CHAPECÓ – SC

Rafael Cunha Laux*
Daniela Zanini**
Marcelo Luiz Julkoski***

RESUMO

A obesidade na infância é a doença que mais cresce nos últimos anos. Assim, este trabalho objetivou diagnosticar o sobrepeso e a obesidade em crianças entre 9 e 10 anos de escola pública e particular de Chapecó, SC. A população foi composta por 200 alunos de ambos os sexos, do 4º e 5º ano da Escola de Ensino Básico do Estado de Santa Catarina e de uma Instituição de ensino privado de Chapecó, SC. A amostra foi composta de 25 alunos de cada escola, com média de idade dos alunos de escola pública $9,52 \pm 0,50$ anos, e da escola particular de $9,32 \pm 0,48$ anos. As variáveis antropométricas utilizadas no estudo foram a massa corporal e estatura, para cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC). A classificação do IMC ocorreu conforme os valores estabelecidos para crianças entre 5 e 19 anos, pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2007). Para a análise dos dados foi utilizada a estatística descritiva e comparativa. Todos os testes foram rodados no programa SPSS® 21.0 for Windows. Os resultados apontam que a média de IMC dos alunos de escola pública foi de $17,96 \pm 3,36$ kg/m², e da escola particular de $17,38 \pm 2,53$ kg/m². Os alunos da escola pública apresentaram maior quantidade de crianças com peso normal em comparação com sobrepeso e obesidade da escola particular, entretanto, não houve diferença significativa. Conclui-se que não

* Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria, RS, Especializando em Personal Training pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, SC; rafael-laux@hotmail.com

** Mestre em Avaliação e Prescrição de Atividades Físicas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro -UTAD, Professora do Curso de Educação Física da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, SC; daniela.zanini@unoesc.edu.br

*** Licenciado em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, SC; marcelo__luiz@hotmail.com

existe diferença estatisticamente significativa entre os grupos escolares em questão.

Palavras-chave: Obesidade. Sobrepeso. Escola Pública. Escola Particular.

1 INTRODUÇÃO

Entre as variáveis do estado nutricional, a obesidade na infância é a disfunção energética que mais cresce no mundo inteiro, sendo considerada pela OMS como a doença do século XXI. Esse fato transformou a obesidade em uma epidemia, que na atualidade é considerado um grave problema de saúde pública, tão preocupante quanto a desnutrição.

Acredita-se que isso ocorre a partir da idade escolar, porque as crianças começam a exercer uma autonomia crescente em sua alimentação. Contudo, o problema não está somente na liberdade na hora de se alimentar, mas a falta de incentivo dos pais, para que a criança tenha um estilo de vida saudável, pode levar o indivíduo a querer ingerir produtos ricos em gorduras e calorias, perdendo seu controle de saciedade e levando-o à obesidade.

Outro fator que se deve destacar é a redução da prática de atividade física, quando comparando com tempo que as crianças saíam à rua jogar bola, pular corda, andar de bicicleta, entre outras atividades. Hoje em dia as crianças trocaram estas atividades com um gasto energético maior, por outras tarefas onde o dispêndio calórico é reduzido, como assistir televisão, jogar videogame e usar computadores, principalmente, nas classes econômicas mais favorecidas.

Nesse cenário, surge a escola como um importante instrumento para desenvolver a prevenção do sobrepeso e obesidade, utilizando-se das disciplinas curriculares para abordar sobre relevância do estilo de vida saudável na saúde e na prevenção de doenças. Os professores podem empregar os conhecimentos sobre nutrição e prática de atividades físicas aos conteúdos desenvolvidos em sala de aula. Entre os professores envolvidos com esse objetivo de passar noções básicas de alimentação e prática de atividade física, deve-se destacar o profissional de educação física.

Considerando a importância de levantar dados sobre a prevalência de sobrepeso e obesidade na rede de ensino, tal como verificar as diferenças entre os alunos da rede pública e privada de ensino, surge e sustenta-se o objetivo deste estudo, que foi diagnosticar o sobrepeso e a obesidade em crianças entre 9 e 10 anos de escola pública e particular de Chapecó, SC, tendo como objetivos específicos a caracterização antropométrica da amostra, a classificação do IMC e a comparação das variáveis em estudo entre a rede pública e privada de ensino.

Para isso, utilizou-se um estudo descritivo-comparativo. O grupo de estudo foi composto por 50 alunos com idade entre 9 e 10 anos, sendo 25 da Escola de Ensino Básico do Estado de Santa Catarina e de uma Instituição de ensino privado de Chapecó, SC, de um total de 200 alunos. Para avaliar o estado nutricional, os escolares foram submetidos às medidas antropométricas de massa corporal, estatura e IMC, de acordo com a OMS. Para todas as análises estatísticas foi utilizado programa SPSS® 21.0 *for Windows*®.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na atualidade, a obesidade é uma das variáveis do estado nutricional que mais vem se destacando negativamente no cenário mundial da saúde pública, causando mais morte que a desnutrição. Esse fato é preocupante, já que ela é considerada a doença que mais cresce nos últimos anos, tornando-se uma epidemia (OMS, 2015).

Deve-se destacar que na população infantil esse aumento de casos também é assustador, sendo o principal problema de má-nutrição (TORRIENTE et al., 2002). Segundo dados da Organização Pan-Americana de Saúde (2003), existem no mundo 17,6 milhões de crianças obesas com idade inferior a 5 anos, e os casos de obesidade nas crianças entre 6 e 11 anos duplicou na última década.

A obesidade é caracterizada quando o sobrepeso é igual ou superior a 20% do peso ideal, tendo em vista que esse excesso de peso aumenta consideravelmente os riscos de doenças que afetam os órgãos

vitais (MARIE; JEAN, 2001). Porém, a obesidade não é sinônimo de excesso de peso, mas de um maior depósito de gordura, sendo considerado obesidade quando o percentual de gordura é maior que 20% para os homens e 30% para as mulheres (LUIZ FILHO, 2000).

A importância de estabelecer valores de referência para a obesidade está relacionada com sua ligação com o aumento do risco para doenças, como diabetes, doenças cardíacas, cardiovasculares, hipertensão, complicações articulares e até a mortalidade (NAHAS, 2013). Além de maléficis para o físico do sujeito, a obesidade afeta as esferas social e psicológica (BRAY, 2003).

Nas crianças com excesso de gordura corporal pode acarretar distúrbios psicológicos, afetando desenvolvimento motor e sua autoestima, tudo isso leva a vários problemas de saúde (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2003). Esse fato é preocupante, já que uma criança obesa é um provável adulto obeso (GALLAHUE; OZMUN, 2005).

Entre os fatores causadores da obesidade podemos destacar a dificuldade de estabelecer um bom controle da saciedade (MELLO; LUFT; MEYER, 2004), a genética (VIUNISKI, 2000), o sedentarismo (MANCINI, 2002), e a alimentação inadequada (MANCINI, 2002).

A genética é um dos motivos intrínsecos da ocorrência de obesidade, já que 66% dos filhos de pais obesos são predispostos a serem obesos. Quando apenas um dos pais são obesos, esse risco diminui para 50%. Já as crianças com pais magros terão apenas 10% de chance de serem obesas (VIUNISKI, 2000).

Um dos principais fatores extrínsecos causadores da obesidade é o sedentarismo, que se caracteriza pela diminuição da prática de atividade física, onde a modernização teve influência direta, ou pela falta de tempo para se exercitar ou pela comodidade que terminou com atividades simples, como levantar para trocar de canal na televisão (MANCINI, 2002).

A alimentação é outro hábito que vem mudando na vida dos brasileiros, substituindo alimentos saudáveis por lanches calóricos, como pizzas e hambúrguer (MANCINI, 2002). As vezes, a quantidade de alimentos

continua a mesma, mas muda o valor calórico, resultando em uma ingestão calórica maior que a necessidade do sujeito (VIUNISKI, 2000).

Um dos maiores fatores da obesidade infantil, sem dúvida, é a ingestão demasiada de calorias aliada ao sedentarismo. Quanto antes ocorrer a mudança do estilo de vida sedentário, será mais fácil mudar os hábitos da criança, contribuindo para uma vida mais saudável. Mas, para que isto ocorra, é inevitável a intervenção da família, a qual age sobre o peso corporal das crianças tanto pela hereditariedade quanto pelos hábitos e fatores socioculturais (VIUNISKI, 2000).

Embora a obesidade é causada por fatores intrínsecos e extrínsecos, existe uma maneira de preveni-la ou até mesmo tratá-la. Para isso, é necessária uma mudança nos hábitos alimentares e a prática de atividade física. A modificação na alimentação deverá proporcionar a quantidade necessária de calorias para que o indivíduo consiga fazer suas atividades diárias, e que nessa alimentação estejam todos os macros e micronutrientes necessários para a criança (NAHAS, 2013). Já a prática regular de atividades físicas desde a infância proporcionará ao sujeito inúmeros benefícios, tanto em aspectos físicos quanto nas esferas sociais e emocionais (ALVES, 2003).

Nesse cenário, a escola surge como um lugar importante na prevenção da obesidade. Nela pode ser realizada uma educação ou reeducação alimentar por meio das disciplinas curriculares ou eventos da própria instituição. A prática de atividade física também pode ser incentivada, por intermédio das aulas de Educação Física, onde o professor irá estimular ao máximo a prática motora para que a criança possa usufruir da mais variada gama de movimentos (SUÑÉ et al., 2007).

O professor de Educação Física não tem somente o papel de fazer seus alunos vivenciar inúmeras experiências motoras, ele deve abordar conhecimentos fisiológicos, anatômicos e bioquímicos, que devem ser desenvolvidos em uma perspectiva que o aluno perceba esses elementos a partir do seu próprio corpo (BRASIL, 1997).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa descritivo-comparativa de abordagem quantitativa (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

A população foi composta por 200 alunos de ambos os sexos, do 4º e 5º ano da Escola de Ensino Básico do Estado de Santa Catarina e de uma Instituição de ensino privado do município de Chapecó.

O grupo de estudo foi composto de 50 alunos com idade entre 9 e 10 anos, sendo 25 de cada escola, todos matriculados, e com frequência mínima de 75% nas aulas de Educação Física. Foram incluídas na pesquisa todas as crianças na faixa etária do estudo cujos pais ou responsáveis autorizaram a participação pela assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), conforme prevê a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Os instrumentos utilizados para coletar os dados antropométricos foram: a) massa corporal: balança digital com resolução 0,1 Kg, da marca Filizola® (São Paulo, Brasil), e b) estatura: Estadiômetro Cescorf® com resolução de 0,1 cm. As medidas foram mensuradas por apenas um avaliador e individualmente no início do ano letivo, e no próprio ambiente escolar, seguindo as orientações da *International Society for the Advancement of Kinanthropometry* (ISAK).

O IMC foi calculado por meio do quociente $=MC/ES^2$, sendo a massa corporal expressa em quilogramas (Kg) e a estatura em metros (m), conforme protocolo sugerido pela OMS (2015). A classificação do IMC ocorreu conforme os valores estabelecidos pela OMS (2007) para crianças entre 5 e 19 anos.

Para a análise dos dados foi utilizada a estatística descritiva (média, desvio padrão, frequência relativa e absoluta). Para verificar a normalidade dos dados foi utilizado o teste Shapiro-Wilk, onde se definiu a utilização do teste “t” de student para identificar diferenças entre os grupos, com nível de significância de $p \leq 0,05$. Todos os testes foram rodados no programa SPSS® 21.0 for Windows®.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na Tabela 1 estão apresentadas as características antropométricas dos alunos das escolas pública e particular. De acordo com a tabela, a média de idade dos alunos de escola pública foi de $9,52 \pm 0,50$ anos, e da escola particular de $9,32 \pm 0,48$ anos.

Tabela 1 – Características antropométricas do grupo de estudo (n=50)

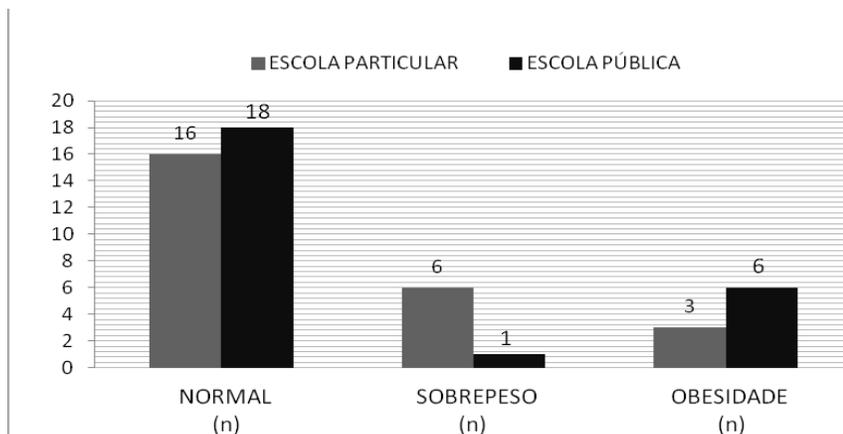
	Escola pública (n=25)	Escola particular (n=25)	P
	Média e DP	Média e DP	
Idade (anos)	9,54 ± 0,50	9,32 ± 0,48	0,158
Massa corporal (Kg)	35,04 ± 9,23	34,43 ± 5,66	0,780
Estatura (m)	1,39 ± 0,08	1,41 ± 0,06	0,375
IMC (Kg/m ²)	17,96 ± 3,36	17,38 ± 2,53	0,495

Fonte: os autores.

* Diferença significativa ($p < 0,05$).

A média do IMC das crianças de escola pública e particular foram respectivamente de $17,96 \pm 3,36$ Kg/m² e $17,38 \pm 2,53$ Kg/m², classificadas como normal pela OMS (2007). Na média de massa corporal, o grupo de escola pública apresentou valor de $35,04 \pm 9,23$ Kg e os da escola particular de $34,43 \pm 5,66$ Kg. A estatura média do grupo da escola pública foi de $1,39 \pm 0,08$ m e da escola particular de $1,41 \pm 0,06$ m. Os alunos da escola pública apresentam maior IMC, massa corporal e menor estatura comparados com os da escola particular, entretanto, essa diferença não foi estatisticamente significativa.

Gráfico 1 – Classificação de obesidade e sobre peso segundo tipo de escola



Fonte: os autores.
n= número de crianças

A frequência de alunos classificados como normal, sobrepeso e obesidade foi, respectivamente, de 18 (36%), 1 (2%) e 6 (12%) para a escola pública e de 16 (32%), 6 (12%) e 3 (6%) para escola particular (Gráfico 1). Quando analisado o excesso de peso (sobrepeso + obesidade), observa-se uma maior predominância nos alunos da escola particular (n=9,18%) comparado com os da escola pública (n=7, 14%). O mesmo ocorreu nos estudos de Campos, Leite e Almeida (2006) e Silva, Balaban e Motta (2005), onde também houve maior prevalência de excesso de peso no grupo da escola particular em relação ao grupo de escola pública.

A prevalência de sobrepeso foi similar a apresentada por Silva, Balaban e Motta (2005), sendo que a escola particular apresentou maior número de crianças em sobrepeso comparado com a escola pública. Os resultados encontrados nesse estudo corroboram Leão et al. (2003), onde o índice de sobrepeso foi significativamente mais prevalente nas escolas particulares.

Na amostra (rede pública e privada) observa-se que 7 (14%) sujeitos estão com sobrepeso e 9 (18%) estão com obesidade. A quantidade de sujeitos com sobrepeso deste estudo ficou entre os valores encontrados por Netto-Oliveira et al. (2010), Caputo e Silva (2009) e Rech et al. (2010) para escolares entre 6 e 12 anos de idade, onde se evidenciou entre 13

e 20% da amostra com sobrepeso. Entretanto, a quantidade de sujeitos com obesidade foi maior que os encontrados pelos mesmos autores (entre 8 e 11%).

No estudo de Laux, Giordani e Zanini (2015) com crianças de escola pública com idade média de $12,26 \pm 1,65$ anos, encontrou-se mais sujeitos classificados com sobrepeso (48%), e um valor próximo de obesidade (10%). Se analisarmos a variável obesidade somada com o sobrepeso, observaremos uma quantidade menor de sujeitos (32%) que no estudo de Laux, Giordani e Zanini (2015) (58%), com sujeitos mais velhos, o que deve servir de alerta para a importância de um acompanhamento do estado nutricional durante a fase escolar.

5 CONCLUSÃO

Ao analisar o estado nutricional dos alunos entre 9 e 10 anos de escola pública e particular de Chapecó, SC, observou-se que não existem diferenças significativas entre crianças de 9 a 10 anos de escola pública e particular. A quantidade de sobrepeso é similar ao que se encontra na literatura, entretanto, a quantidade de obesos da amostra foi maior do que se evidencia nos estudos.

Apesar da grande maioria estar com o IMC adequado para idade, 32% dos alunos nessa faixa etária estão com excesso de peso, fato que deve servir de alerta para os pais, professores e responsáveis pela saúde pública do município.

Sugerem-se novos estudos, de característica epidemiológica, que possibilitem o conhecimento real dessas variáveis no município de Chapecó, sendo de suma importância na hora do planejamento políticas públicas de saúde referentes ao tema sobrepeso e obesidade na infância e adolescência.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. G. B. Atividade física em crianças: promovendo a saúde do adulto. **Revista Brasileira Saúde Materno Infantil**. v. 3, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292003000100001>. Acesso em: 19 jun. 2015.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: Educação Física. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRAY, G. A. Sobrepeso, Mortalidade e Morbidade. In: BOUCHARD, C. (Ed.). **Atividade física e obesidade**. São Paulo: Manole, 2003.

CAMPOS, L. A.; LEITE, A. J. M.; ALMEIDA, P. C. Nível socioeconômico e sua influência sobre a prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares adolescentes do município de Fortaleza. **Revista de Nutrição**, v. 19, n. 5, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732006000500001&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CAPUTO, E.; SILVA, M. C. Relação entre índice de massa corporal e participação nas aulas de educação física: uma comparação entre escola pública e privada. **Pensar a Prática**, Goiás. v. 12, n. 3. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/6723/6198>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: Bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2005.

LAUX, R. C.; GIORDANI, V. P.; ZANINI, D. Estado nutricional de escolares entre 10 e 17 anos de Gramado dos Loureiros, RS. In: BEAL, D. et al. (Org.). **Conhecimento em pauta**: artigos científicos graduação 2015/1. Chapecó: Ed. Unoesc, 2015. Disponível em: <http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/editora/Colet%C3%A2nea_conhecimento_em_pauta.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2015.

LEÃO, L. S. C. S. et al. Prevalência de Obesidade em Escolares de Salvador, Bahia. **Arquivo Brasileiro de Endocrinologia Metabólica**, v. 47, n. 2. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0004-27302003000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 nov. 2014.

LUIZ FILHO, A. D. **Obesidade & atividade física**. Jundiaí: Fontoura, 2000.

MANCINI, M. C. **Obesidade cresce e aumenta o risco de doenças no Brasil**. 35. ed. São Paulo: Vida Saudável, 2002.

MARIE, J. M.; JEAN, P. M. **Atividade Física Para adultos com mais de 55 anos**: quadros clínicos e programas de exercícios. São Paulo: Manole, 2001.

MELLO, E. D.; LUFT, V. C.; MEYER, F. Obesidade infantil: como podemos ser eficazes? **Jornal de Pediatria**, v. 80, n. 3. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n3/v80n3a04>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 6. ed. Londrina: Midiograf. 2013.

NETTO-OLIVEIRA, E. R. et al. Sobrepeso e obesidade em crianças de diferentes níveis econômicos. **Revista brasileira de Cineantropometria e desempenho humano**, Florianópolis. v. 12, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcdh/v12n2/a01v12n2.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Obesity and overweight**. Fact sheet n. 311. 2015. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/index.html>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Referência de crescimento 5-19 anos**. 2007. Disponível em: <<http://www.who.int/growthref/en/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Estratégia Mundial sobre alimentação saudável atividade física e saúde**. 2003. Disponível em: <<http://www.maeterra.com.br/site/biblioteca/Obesidade-OPAS.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

RECH, R. R. et al. Prevalência de obesidade em escolares de 7 a 12 anos de uma cidade Serrana do RS, Brasil. **Revista Brasileira Cineantropometria e Desempenho Humano**. Florianópolis. v. 12, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcdh/v12n2/a02v12n2>>. Acesso em: 07 dez. 2014.

SILVA, G. A. P.; BALABAN, G.; MOTTA, M. E. F. A. Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes de diferentes condições socioeconômicas. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 5, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292005000100007>. Acesso em: 10 jan. 2015.

SUÑÉ, F. R. et al. Prevalência e fatores associados para sobrepeso e obesidade em escolares de uma cidade no Sul do Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 23, n. 6, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2007000600011&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jan. 2015.

THOMAS, J.; NELSON, J.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

TORRIENTE, G. M. Z et al. Obesidad en la infancia: Diagnóstico y tratamiento. **Revista Cubana de Pediatría**, v. 74, n. 3, 2002. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75312002000300007>. Acesso em: 24 set. 2015.

VIUNISKI, N. **Obesidade Infantil**: Um Guia Prático. Rio de Janeiro: EPUB, 2000.

RELAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL COM O ÍNDICE DE MASSA CORPORAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Sandra Rogéria de Oliveira*
Marcelo Luiz Zanlucchi**

RESUMO

A atual sociedade vem sendo influenciada pela necessidade de bem-estar associada com a busca incessante por uma estética reconhecida por uma fração desta sociedade como sendo a ideal. Neste contexto, este trabalho de revisão teve como objetivo investigar os trabalhos que são realizados no Brasil em relação à autopercepção da imagem corporal relacionados com o índice de massa corporal (IMC). Nos trabalhos pesquisados, há uma forte tendência de se utilizar a escala de silhuetas, a escala visual analógica e o questionário sobre imagem corporal relacionados ao IMC.

Palavras-chave: Imagem corporal. Autoimagem. Índice de massa corporal.

1 INTRODUÇÃO

É aparente, no contexto social, a crescente atuação do profissional de Educação Física em diversos ambientes, em virtude da preocupação das pessoas com a própria saúde. De professores das escolas de formação básica, academias de ginástica, academias de atividades aquáticas, academias de atividades esportivas, trabalhos personalizados e espaços de lazer. Cada vez mais, as pessoas buscam no profissional desta área recursos para viver mais e melhor. Neste contexto, a Educação Física consegue estabelecer e firmar-se como promotora da saúde. Em tempo algum, foi tão falado, seja na mídia escrita, televisiva ou internet, a respeito desta profissão, de seus campos de atuação e da necessidade do exercício físico como hábito cotidiano. Assim, a mídia, por meio das

*Mestre em Educação. Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Personal Training pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó; sandra.oliveira@unoesc.edu.br

** Especialista em Personal Training pelo Curso de Ed. Física da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó; dydyo@unochapeco.edu.br

inovações tecnológicas, é um dos fatores do aumento da visibilidade das propostas e iniciativas para se atingir um estilo de vida ativo, permitindo rápida e abrangente penetração social dos programas de intervenção (FIGUEIRA JÚNIOR, 2000).

É visível na evolução da Educação Física, a presença e a influência das novas maneiras de avaliarmos cada pessoa, possibilitando medir, avaliar e prescrever as atividades físicas necessárias para cada corpo, de acordo com os seus objetivos e cada forma de se ver. Esta crescente e desenfreada ideia, de obter um corpo perfeito, nos padrões ditos como aceitáveis pela atual sociedade consumista, tem mostrado a necessidade do profissional de Educação Física no orientar e mostrar, mediante ferramentas específicas, o que realmente a pessoa é, e como ela se vê, para que não viva na busca incessante de transformar seu corpo num biótipo diferente do que já possui.

É possível, por meio da escala de silhuetas de Stunkard et al. (1983), mostrar às pessoas que a sua identidade está ligada à sua imagem e que um padrão de beleza é, muitas vezes, confundido com identidade pessoal. A preocupação com a aparência é tanta e tão preponderante que acaba levando pessoas ao estresse excessivo na busca por uma silhueta tida como perfeita por alguns determinantes padrões de beleza da sociedade contemporânea.

A imagem corporal desempenha papel mediador, perpetuando desde a escolha de uma vestimenta, passando por prioridades estéticas, até a habilidade de identificar-se com as emoções dos outros. Enfim, entre as diversas maneiras que o indivíduo possui para pensar a respeito de si, nenhuma é tão fundamental quanto à imagem de seu corpo. Portanto, segundo Damasceno et al. (2006), a imagem corporal pode ser avaliada como uma construção multidimensional, que busca representar como o indivíduo pensa, sente e se comporta a respeito de seus atributos físicos em relação à sua imagem corporal.

A mais aceitável definição de imagem corporal inclui as sensações e percepções corporais, que vão além de uma construção cognitiva. Ela aponta os desejos, emoções e interação do indivíduo com

o mundo. Dessa forma, a imagem corporal é como cada indivíduo em sua mente percebe a figura de seu corpo. A pessoa vê parte da superfície do corpo, mas, as impressões táteis, térmicas e dolorosas, em conjunto com as emoções fazem com que cada um tenha imagens diferentes de seu corpo. Assim, o esquema corporal possibilita todas estas sensações e promove ao indivíduo a dimensão tridimensional do seu corpo, o qual se denomina de imagem corporal (SCHILDER, 1999).

Nesse sentido, ressalta-se a importância das atitudes e sentimentos corporais na determinação do comportamento, do início ao fim da vida, da aparência física como parte importante, mas não determinante, do que somos, tanto para os outros quanto para nós mesmos. Assim, a imagem corporal é construída na relação que se estabelece do corpo com a realidade externa, do contato vivido na experiência ativa, onde partes são aceitas e outras rejeitadas. A imagem corporal é resultante de esforços contínuos, nunca é estática ou completa, pois não se baseia apenas em associações, memórias e experiências, mas também em intenções, aspirações e tendências (TAVARES, 2003).

As concepções e atitudes a respeito de estética e padrão de beleza vêm influenciar o modo de o indivíduo se caracterizar ao relacionar-se com outras pessoas. É claramente perceptível, num convívio social, a discriminação dos que não possuem um padrão de beleza condizente com o divulgado pelas mídias mundo afora, os ditos não atraentes. Indivíduos não atraentes em relação aos atraentes estão suscetíveis a encontrar espaços sociais excludentes, os quais acabam por desencorajar o desenvolvimento de habilidades sociais, apresentando assim maior ansiedade e medo da rejeição social.

A imagem corporal é um processo permanente e sofre constante transformações, as quais integram inúmeras dimensões suscetíveis aos processos dinâmicos internos e externos que se relacionam a cada instante, reconhecendo, por tanto, seu caráter singular e indivisível. Ela reflete uma história, uma trajetória de vida de um corpo, cujas percepções associam, a cada instante, sua existência no mundo. A imagem corporal é vivência humana, individual e dinâmica, dessa forma, ela é influenciada

pelos padrões estipulados na sociedade e sua cultura dominante, iniciando este processo nas experiências familiares (TAVARES, 2003).

O processo de construção da imagem corporal também está relacionado à autoestima, que se estabelece na maneira como uma pessoa valoriza as suas habilidades físicas, aptidões, capacidades interpessoais, papéis familiares e o seu corpo. Ela pode ser desenvolvida de forma positiva ou negativa, de acordo como cada indivíduo conceitua seu corpo, e estes conceitos virão das experiências vividas por ele. Consoante o vivido nas experiências de cada um, podem ocorrer falsos conceitos e sentimentos negativos a respeito do próprio corpo, tal como o desenvolvimento de uma imagem corporal negativa, influenciada por uma história de abuso (físico ou sexual), pela chacota por parte de amigos ou familiares, por alterações na vida, como mudar para uma escola nova ou para outra cidade, ou, ainda, por qualquer desenvolvimento físico resultante da puberdade, problemas de saúde, deformações relacionadas com cirurgia ou lesões desportivas (CASTILHO, 2001).

O indivíduo vem sendo pressionado, por inúmeras vezes, em incontáveis momentos a consolidar, no próprio corpo, o corpo ideal de sua cultura. É sufocado em alguns momentos por desprezo e críticas, em outros por gratificações por intermédio de dinheiro, poder e admiração, dependendo do padrão de corpo que ele ostenta. Os ganhos secundários podem ser tão poderosos que se renuncia ao contato interno e se perde a conexão com o corpo real (TAVARES, 2003 apud FERNANDES, 2007).

Imagem corporal nada mais é que um processo em constante transformação, o qual reflete a história de um corpo, apontando os caminhos percorridos, cujas astúcias integraram sua unidade deixando sinais de sua existência pelos lugares onde passou neste mundo de padrões que modifica a cada instante. É importante entendermos que o desenvolvimento da imagem corporal anda paralelamente com o desenvolvimento da identidade do corpo e tem relações com os aspectos corporais, mentais e sociais, uma vez que esta construção está sempre em transformação.

Em contato com o mundo externo, todos desencadeiam a autoconstrução da imagem corporal, não bastando o interesse pelo seu corpo, tem-se interesse também pelo corpo do outro. Contudo, as imagens corporais são ativas e alteráveis em razão de o corpo ser um objeto em constante modificação.

Alguns indivíduos se desligam das sensações do próprio corpo, param de pensar através do fluxo de energia interna e tendem a se distanciar do corpo real, refletindo incansavelmente um ideal de cultura. O sujeito toma como referencial de si o ideal cultural em evidência, e nega suas emoções, sua realidade corporal. Esse descaminho lhe garante uma inserção no meio social, mas sob uma força esmagadora da manifestação de sua subjetividade (TAVARES, 2003).

Diante do exposto, este trabalho de revisão pretende investigar os trabalhos que são realizados no Brasil referentes à autopercepção da imagem corporal relacionados com o índice de massa corporal (IMC).

3 MÉTODO

Este estudo é de cunho documental, realizado em artigos publicados em periódicos e anais de congressos científicos disponibilizados na internet, dos quais foi possível o acesso aos textos completos. A pesquisa restringiu-se às publicações em língua portuguesa.

3.1 FONTES DE DADOS E ESTRATÉGIAS DE BUSCA

Num primeiro passo, a busca ocorreu nas bases de dados BVS – Saúde Pública Brasil e Scielo Brasil – *Scientific Electronic Library Online*, utilizando as palavras “imagem corporal”, “percepção da imagem corporal”, autoimagem e constituição corporal (Tabela 1).

Tabela 1 – Resultado de Busca nas Bases

Palavra de Busca	SciELO	BVS
Imagem Corporal	0	235
Percepção da Imagem corporal	0	17
Autoimagem	63	109
Constituição corporal	0	5
Selecionados	1	2

Fonte: os autores.

Num segundo passo, em virtude do reduzido número de trabalhos encontrados ($n=3$), estendemos a pesquisa para o *site* de busca do Google, por meio da opção “pesquisa avançada”, utilizando-se os termos “imagem corporal” ou “percepção da imagem corporal” ou “autoimagem” ou “constituição corporal”, combinando com o operador lógico *And* com o termo “exercício físico” ou “atividade física”. A pesquisa avançada permite também selecionar somente as páginas que contenham documento em formato PDF (Tipo de arquivo = *Adobe Acrobat* PDF), reduzindo o retorno de páginas que não contenham documentos, além de incluir as páginas de todos os periódicos científicos que disponibilizam seu conteúdo *on-line*.

Este tipo de busca avançada permite uma abrangência maior que a busca por meio do *Google Acadêmico*, trazendo muito mais *links* do que este. Para a pesquisa das combinações, “imagem corporal” ou “percepção da imagem corporal” ou “autoimagem” ou “constituição corporal”, que retornou 49.537 *links* (Tabela 2), já utilizando todas ao mesmo tempo, retornou 28.200 *links* na pesquisa avançada; optou-se por reduzir este resultado utilizando-se a pesquisa no *Google Acadêmico*, que retornou 4.290 *links*, destes foram retirados os duplicados e utilizados os critérios de inclusão do Quadro 1, restando 29 artigos.

Tabela 2 – Resultado Busca no *Google Acadêmico* – *Links* Encontrados no *Site*

Palavra de Busca	SCIELO	BVS
Imagem corporal	17.900	513
Percepção da imagem corporal	11.800	398
Autoimagem	4.090	131
Constituição corporal	14.000	705
Total		49.537
Selecionados		3

Fonte: os autores.

3.2 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Após a eliminação dos artigos duplicados, foram utilizados os critérios de inclusão descritos na Quadro 1 para determinar quais artigos deveriam ser incluídos na revisão sistemática. O acesso a cada documento no formato PDF permitiu identificar onde ele foi publicado, sendo considerados apenas aqueles publicados em periódicos científicos.

Analisaram-se os artigos pelos títulos, após os resumos e, por fim, considerados todos aqueles que tratam do método psicofísico clássico, amplamente validado na literatura de percepção. Quando o título ou o resumo não continham informações suficientes para a decisão de inclusão, o texto completo foi analisado, principalmente, considerando o método aplicado.

A escala de figuras de silhuetas consiste num conjunto de nove silhuetas de cada gênero, apresentadas em cartões individuais, com variações progressivas na escala de medida, da figura mais magra e mais larga, com Índice de Massa Corporal (IMC) médio, variando entre 17,5 e 37,5 kg/m².

A escala utilizada nos artigos foi desenvolvida por Kakeshita e Almeida (2006) por meio de computação gráfica, a partir de modelos reais correspondentes aos Índices de Massa Corporal (IMC), e fotografada por profissional habilitado. Em todos os momentos considerou-se as recomendações quanto aos cuidados metodológicos para a construção das silhuetas.

Quadro 1 – Detalhes dos Critérios de Inclusão

Inclusão
Ter sido publicado em um periódico científico
Aplicou a escala de figuras e silhuetas
Artigos de opinião ou discussão

Fonte: os autores.

4 RESULTADOS

Encontrou-se 429 artigos nas bases BVS – Saúde Pública Brasil e Scielo Brasil – *Scientific Electronic Library Online*, e 4.290 resultados (*links*) no *site* de busca *Google Acadêmico*, que remetiam ao *site* de cada documento.

Todos os documentos foram acessados para identificação do conteúdo, análise do título, verificação dos dados de publicação e aqueles que seguiam os critérios de inclusão definidos na Quadro 1 e listados no Quadro 2.

Quadro 1 – Desenho Científico dos Artigos de Imagem Corporal

Autor/Ano/ Título	Periódico	Sujeitos da Pesquisa	Objetivo	Instrumento / Funcio- namento	Resultados/Conclusões	Base
<p>Tavares, M. et al.</p> <p>Avaliação perceptiva da imagem corporal: história, reconceituação e perspectivas para o Brasil</p>	<p>Psicologia em Estudo, Maringá, v. 15, n. 3, p. 509-518, jul./set. 2010.</p>	<p>302 mulheres e 278 homens</p>	<p>Rever criticamente a história, as características, os fatores intervenientes da avaliação perceptiva e apresentar perspectivas para o Brasil.</p>	<p>Artigo de revisão a respeito dos métodos de partes do corpo onde o sujeito indica a percepção do tamanho de partes específicas do seu corpo, ajustando pontos de luz, ou marcadores, ou indicando em folhas de papel o tamanho da distância entre dois pontos de partes de seu corpo.</p>	<p>Os métodos de imagem corporal se reafirmam no cenário internacional, possibilitando mais um viés seguro de pesquisa e aumentando as chances de compreender o funcionamento da imagem corporal, um constructo multidimensional, que necessita ser olhado de diversos ângulos, para ser entendido completamente. Os instrumentos mais usados são: o Movable Caliper Technique (MCT), o Image Marking Procedure (IMP), o Adjuvable Light Beam Apparatus (ALBA), o Body Image Selection Device (BIDD) e o Body-Size Estimation (Thompson, Penner & Altabe, 1990).</p>	<p>G. A.</p>

Autor/Ano/ Título	Periódico	Sujeitos da Pesquisa	Objetivo	Instrumento / Funcio- namento	Resultados/Conclusões	Base
Fermino, R. et al. Motivos para Prática de Atividade Física e Imagem Corporal em Frequentadores de Academia	Rev Bras Med Espor- te, v. 16, n. 1, jan./fev. 2010.	90 sujeitos igualmente divididos en- tre homens e mulheres	Identificar os mo- tivos para a prá- tica de atividade física e analisar sua relação com a imagem corpo- ral em adultos frequentadores de academia.	Foram realizadas medidas antropométricas (massa corporal, estatura e dobras cutâneas) e aplicado um questionário contendo perguntas sobre motivos para a prática de atividade física e a escala de avaliação da figura corporal.	Conclui-se que os motivos mais importantes foram saúde e aptidão física e que a insatisfação com a imagem corporal parece estar mais associada a aspectos relacionados com o bem-estar do que com a condição física.	Scielo

Autor/Ano/ Título	Periódico	Sujeitos da Pesquisa	Objetivo	Instrumento / Funcio- namento	Resultados/Conclusões	Base
<p>Pereira, E. et al.</p> <p>Percepção da imagem corporal de crianças e adolescentes do diferentes níveis socio-econômicos na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil</p>	<p>Ver. Bras. Saúde Matern. Infant., Recife, v. 9, n. 3, p. 253-262, jul./set. 2009.</p>	<p>402 escolares, do Município de Florianópolis, SC, de 09 a 15 anos de idade, 183 do sexo masculino e 219 do sexo feminino,</p>	<p>Identificar a percepção da imagem corporal em diferentes níveis socioeconômicos de crianças e adolescentes.</p>	<p>Estudo transversal. A percepção da imagem corporal foi identificada por meio do protocolo de silhuetas de Stunkard e o nível socioeconômico pelos critérios propostos pela Associação Nacional de Empresas e Pesquisa (ANEP). Foram calculadas razões de prevalências para insatisfação pelo excesso de peso e pela magreza.</p>	<p>No sexo masculino, a silhueta 3 foi a mais citada nas classes alta e média e a 4 na baixa; no feminino a silhueta 2 foi a mais citada nas classes alta e baixa e a 3 na média considerando a percepção real de sua silhueta. A silhueta 3 para o sexo masculino e a 2 para o feminino foram consideradas ideais pelo maior percentual de escolares. Os jovens da classe baixa apresentaram maiores prevalências de insatisfação pelo excesso de peso em relação aos da classe alta. Houve uma tendência de os escolares das classes mais altas apresentarem insatisfação pela magreza e das mais baixas pelo excesso de peso.</p>	<p>BVS</p>

Autor/Ano/ Título	Periódico	Sujeitos da Pesquisa	Objetivo	Instrumento / Funcio- namento	Resultados/Conclusões	Base
<p>Damasceno, V. et al.</p> <p>Tipo físico ideal e satisfação com a imagem corporal de praticantes de caminhada</p>	<p>Rev Bras Med Esporte, v. 11, n. 3, maio/jun. 2005.</p>	<p>186 pessoas: 87 mulheres 98 homens</p>	<p>Quantificar o tipo físico ideal e verificar o nível de insatisfação com a imagem corporal de praticantes de caminhada.</p>	<p>Foram realizadas medidas antropométricas, medidas da imagem corporal. Solicitou-se que as pessoas indicassem qual silhueta correspondia ao seu corpo atualmente e qual gostariam de atingir.</p>	<p>Pode-se concluir que os homens querem ter um corpo mais forte e volumoso e com baixo percentual de gordura, com valores de 9,8 G% e 23,1kg/m² de IMC e para as mulheres o tipo físico ideal é um corpo mais magro e menos volumoso, com valores de 20,5 G% e 20,0kg/m² de IMC. Como poucos indivíduos possuem corpos com tais dimensões, a maioria dos indivíduos estudados estão insatisfeitos com sua imagem corporal independente de gênero, mas não havendo diferenças estatísticas entre os sexos.</p>	<p>G. A.</p>

Autor/Ano/ Título	Periódico	Sujeitos da Pesquisa	Objetivo	Instrumento / Funcio- namento	Resultados/Conclusões	Base
<p>Pereira, E. et al.</p> <p>Relação entre diferentes indicadores antropométricos e a percepção da imagem corporal em idosas ativas</p>	<p>Rev Psiq Clín., v. 6, n. 2, p. 54-59, 2009.</p>	<p>62 idosas, inseridas em programa de hidroginástica há pelo menos cinco anos.</p>	<p>Identificar a relação entre a percepção da imagem corporal e diferentes indicadores antropométricos em idosas ativas.</p>	<p>A análise da percepção da imagem corporal foi realizada utilizando-se o protocolo de Stunkard et al. (1983). Foram realizadas medidas de massa corporal, estatura, circunferências (cintura, quadril e braço) e da dobra cutânea tricipital. Para a análise dos dados, foi utilizada análise de correlação de Spearman, regressão linear múltipla e regressão de Poisson.</p>	<p>As silhuetas 5 e 6 e as silhuetas 4 e 3 foram as mais indicadas como reais e ideais, respectivamente. A maior parte das idosas (72,6%) estava insatisfeita com sua imagem corporal em função do excesso de peso.</p> <p>Os modelos de regressão com maior poder de predição da silhueta real levaram em consideração a circunferência de cintura (74% de explicação) e a circunferência da cintura e dobra cutânea tricipital (77% de explicação). A prevalência de insatisfação com a imagem corporal foi 1,42 vez maior nas idosas classificadas em situação de risco, considerando-se a área de gordura do braço. As medidas de cintura e de braço foram as mais relevantes para a imagem corporal do grupo. A grande prevalência de insatisfação com a imagem corporal remete à necessidade de intervenções nutricionais e psicológicas no grupo de idosas.</p>	<p>G. A.</p>

Autor/Ano/ Título	Periódico	Sujeitos da Pesquisa	Objetivo	Instrumento / Funcio- namento	Resultados/Conclusões	Base
<p>Kakeshita I. S.; Almeida S. S. Relação entre índice de massa corporal e a percepção da autoimagem em universitários</p>	<p>Rev Saúde Pública v. 40, n. 3, p. 497-504, 2006.</p>	<p>106 estudantes universitários, de ambos os sexos, maiores de 18 anos, na região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, em 2003.</p>	<p>Analisar as relações entre o índice de massa corporal (IMC) e a autopercepção da imagem corporal.</p>	<p>Para avaliar a percepção da imagem corporal, utilizou-se uma escala de silhuetas e uma escala visual analógica; a primeira aplicada por dois métodos psicométricos distintos. Para a avaliação do componente subjetivo da imagem corporal foi aplicado um questionário sobre imagem corporal. A avaliação do estado nutricional considerou a classificação do índice de massa corporal. Os dados foram submetidos à análise de variância e teste post-hoc de Newman-Keuls.</p>	<p>A maioria das mulheres eutróficas ou com sobrepeso (87%) superestimaram seu tamanho corporal enquanto mulheres obesas e homens (73%), independente do índice de massa corporal, subestimaram o tamanho corporal. As diferenças devido a gênero foram estatisticamente significativas, bem como a insatisfação geral com a imagem corporal percebida, mostrado pelo desejo por menores valores do índice de massa corporal. As mulheres com sobrepeso apresentaram maior preocupação e desconforto com o corpo. Tanto homens como mulheres apresentaram distorção na autopercepção da imagem corporal, subestimando ou superestimando-a. Os resultados sugerem insatisfação com a imagem corporal, uma vez que desejam ter seus corpos mais magros.</p>	<p>BVS</p>

Pode-se observar que poucos foram os trabalhos no Brasil que relacionam a imagem corporal com o estado nutricional a partir do Índice de Massa Corporal (IMC), assim seguiremos a descrição e discussão dos estudos encontrados.

4.1 DOS TRABALHOS NO BRASIL

Dos trabalhos pesquisados no Brasil, foram selecionados apenas os que dizem respeito à imagem corporal, percepção da imagem corporal, autoimagem e constituição corporal, totalizando seis ($n=6$) trabalhos que atenderam aos critérios de inclusão descritos na Tabela 3. Destes, cinco ($n=5$) são de pesquisa experimental e um ($n=1$) é de opinião.

Das pesquisas experimentais realizadas com aplicação da escala de silhueta, todas avaliam a percepção da autoimagem, de como as pessoas se percebem em relação ao que realmente são, destes, ainda, um ($n=1$) é de análise multidisciplinar, envolvendo profissionais da área médica, de comunicação tecnológica e Educação Física e cinco ($n=5$) são voltados exclusivamente à área da Educação Física.

A análise multidisciplinar foi realizada por Tavares et al. (2010), utilizando a percepção de partes do corpo, onde o sujeito indica como percebe o tamanho de partes específicas do seu corpo, ajustando pontos de luz, ou marcadores, ou, ainda, indicando em folhas de papel o tamanho da distância entre dois pontos de partes de seu corpo. Também foi utilizado o método de corpo inteiro, onde o sujeito julga o tamanho do corpo como um todo, alargando ou diminuindo sua imagem de acordo com o que ele percebe. Os artigos voltados exclusivamente à área da Educação Física utilizam a percepção da imagem corporal relacionada a uma figura pré-desenhada para comparação.

Em Fermino et al. (2010) os autores utilizaram a análise comparativa conforme as características demográficas e de atividade física em uma amostra de 90 participantes que praticam atividade física regularmente, pelo menos três vezes por semana, por pelo menos seis meses. Com base nos resultados obtidos, os autores concluíram que

as mulheres e indivíduos com elevado percentual de gordura atribuem à prática de atividade física ao motivo harmonia. Dessa forma, são insatisfeitos com sua imagem corporal e associam a aspectos relacionados ao bem-estar do que à condição física.

Segundo Pereira et al. (2009), em seu estudo com escolares, buscou-se entender como estes se percebiam. Ao final do estudo, os testes mostraram que as percepções da imagem corporal das crianças seguiram uma tendência, na qual os escolares das classes mais altas apresentam insatisfações pela magreza e das classes mais baixas pelo excesso de peso. Buscando um olhar plano, no mesmo estudo, observa-se uma forte tendência de que os meninos busquem corpos mais fortes, enquanto as meninas corpos mais magros, demonstrando já terem absorvido as tendências vendidas pelas mídias.

Damasceno et al. (2005) em seu estudo comparativo, utilizaram o cálculo do Índice de Massa Corporal ($IMC = \text{peso em kg} / \text{alt}^2 \text{ em metros}$), medidas antropométricas (dobras cutâneas) e verificação da imagem corporal. Com uma amostra de 186 indivíduos, sendo 87 mulheres e 98 homens que praticavam caminhadas no *campus* da universidade a qual estudavam. Buscou identificar o tipo físico ideal que essas pessoas almejavam e a atual insatisfação com sua imagem corporal, além de mostrar que nos homens a prática do exercício físico continuado ocorre pela busca de um corpo mais forte com menor percentual de gordura localizada. No entanto, nas mulheres, esta busca é por um corpo mais magro, com menor volume na silhueta.

O artigo de Pereira et al. (2009) apresenta resultados relevantes para a nutrição e psicologia, uma vez que vem crescendo em meio ao público da terceira idade a insatisfação com sua imagem corporal, principalmente, no gênero feminino, onde as maiores rejeições foram encontradas e direcionadas ao volume da cintura e do braço. Participaram deste estudo 62 idosas com mais de 65 anos, praticantes regulares de hidroginástica pelo menos há cinco anos. Para o estudo, foram utilizadas medidas de circunferências, relação cintura *versus* quadril, o cálculo

do IMC e dobras cutâneas, de onde se podem tirar os resultados e as conclusões.

Kakeshita e Almeida (2006) analisaram a relação entre Índice de Massa Corporal e a percepção da autoimagem em universitários. Este estudo buscou em uma amostra de 106 universitários de ambos os gêneros, maiores de 18 anos, mostrar como estes estudantes se veem em relação à escala de silhuetas e à escala visual analógica. Encontraram-se resultados magníficos, onde as mulheres eutróficas ou com sobrepeso superestimaram sua silhueta, enquanto homens e mulheres obesos, independente do Índice de Massa Corporal, subestimaram o tamanho corporal. Na comparação entre os gêneros, foram constatadas diferenças expressivas, além da insatisfação geral com a imagem corporal percebida, o que nos apresenta um enorme desejo, por parte da amostra, de possuírem menores valores do Índice de Massa Corporal. Já as mulheres com sobrepeso expuseram maior preocupação e desconforto com o corpo. Dessa forma, foi possível perceber que ambos os gêneros da amostra apresentaram distorção na autopercepção da imagem corporal, subestimando ou superestimando-a. Os resultados expressivos sugerem que existe enorme insatisfação quanto à imagem corporal dos estudados, uma vez que almejam ter seus corpos mais magros, com menor silhueta ou menos volume corpóreo.

5 DISCUSSÃO

As pesquisas relacionadas à imagem corporal têm crescido muito nos últimos anos em nosso país, porém a avaliação da dimensão perceptiva da imagem corporal é um tema que vem sendo menos explorado, contudo, é perceptível a crescente busca por um corpo melhor, mais saudável e mais bonito, esteja ele como estiver, existe sempre a busca pela melhora, independentemente da faixa etária.

Nos trabalhos apresentados, as identificações feitas por meio da escala de silhuetas apontam a insatisfação da maioria das pessoas com seu estado físico/nutricional, o que acabam por motivar essas pessoas

à prática de atividade física regular, isso para contribuir com a melhora nos aspectos da saúde e estético, dos voluntários descritos nos trabalhos experimentais e multidisciplinares de Tavares et al. (2010), Fermino et al. (2010), Pereira et al. (2009), Damasceno et al. (2009), Pereira et al. (2009), Kakeshita e Almeida (2006). A Educação Física apresenta muitos artigos científicos na área pesquisada, contudo somente os selecionados atendem aos critérios desta pesquisa.

Os trabalhos que se destacam na Educação Física são de cunho experimental/comparativo de pesquisa, com amostra escolhida intencionalmente ou não, que possui um histórico de prática de atividade física regular por diferentes períodos, conforme determinado em cada artigo estudado. No artigo de Fermino et al. (2010), foi possível perceber que 75% da amostra avaliada possuem elevado grau de escolaridade, uma vez que em meio a esse público é verificada uma prevalência de atividades físicas durante momentos de lazer, pois existem evidências onde afirmam que sujeitos com nível superior completo apresentam cerca de oito vezes mais chance de praticar exercícios comparados com aqueles com ensino fundamental incompleto.

É extenso o campo para a busca de novos conhecimentos, no entanto, precisamos, enquanto profissionais da saúde, romper nossas resistências e conhecermos a necessidade de trabalharmos de forma multiprofissional em nosso cotidiano, a fim de nos beneficiarmos com os potenciais conhecimentos entre as práticas de atividades físicas e os motivos que levam as pessoas a exercê-las. Pensando nisso, entende-se que estamos vivendo em uma época onde o profissional deve ser criativo, inovador e profundo conhecedor de sua área. Assim, precisamos vislumbrar academias de ginástica, clínicas, escolas e espaços de lazer que possam ser utilizados como promotores de saúde, bem-estar e também de construtores de autoestima, melhorando a prática cotidiana de cada sujeito.

6 CONCLUSÃO

Não podemos negar que as novas tecnologias estão frequentemente mudando nossa forma de ser e estar no mundo, pois buscam vender uma imagem e um estilo de vida, conseqüentemente, nossa cultura corporal de movimentos vem se adaptando às tendências do mercado, por isso, é preciso que fiquem atentas às mudanças, analisando-as criticamente e aflorando nossa opinião.

Concluiu-se que nos trabalhos estudados que utilizam como ferramenta de pesquisa a escala de silhuetas, mostram que as pessoas, por vezes, divergem em suas opiniões, mas fica explícita a necessidade de buscar artifícios corporais para melhorar a saúde, a qualidade de vida e de quebra a estética, quando possível, já que a insatisfação pelo volume corporal foi apontada em todas as pesquisas.

Destaca-se a necessidade do envolvimento dos profissionais da saúde na criação e experimentação de métodos de aceitação pessoal, uma vez que é preciso conscientizá-las sobre suas atividades fisiológicas, e que essas sofrem variações ao longo de suas vidas, como se percebeu na insatisfação de volume corporal com um grupo de idosas ativas.

Instaura-se uma possibilidade de mudanças futuras na atitude do professor enquanto mediador e conhecedor da atividade física, que deverá orientar e motivar as pessoas nas práticas de atividade física, utilizando, pesquisando e criando em conjunto com outros profissionais, ferramentas que proporcionem suporte e que falem a linguagem da contemporaneidade. Sugere-se que este movimento seja desenvolvido nos grupos de pesquisa e, na possibilidade destes conteúdos, incluído na formação do profissional de Educação Física.

Ao evidenciar neste estudo a autoestima voltada à autoimagem, a aceitação pessoal torna-se um atributo com poder de contribuir para a adoção de exercícios regulares realizados de forma prazerosa nos momentos de lazer. Contudo, esperamos que os estudos possam prosseguir fornecendo novos subsídios para orientações úteis aos educadores, profissionais e pesquisadores das áreas de Educação Física

e Nutrição, bem como para outros profissionais da saúde que buscam compreensão e atuações melhores no atendimento a esta clientela.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, S. M. **A imagem corporal**. Santo André: ESE Tec Editores Associados, 2001.

DAMASCENO, V. et al. Tipo físico ideal e satisfação com a imagem corporal de praticantes de caminhada. **Rev Bras Med Esporte**, v. 11, n. 3, maio/jun. 2005.

FERMINO, R. et al. Motivos para Prática de Atividade Física e Imagem Corporal em Freqüentadores de Academia. **Rev Bras Med Esporte**, v. 16, n. 1, jan./fev. 2010.

FERNANDES, Ana Eliza Ribeiro. **Avaliação da Imagem Corporal, Hábitos de Vida e Alimentares em Crianças e Adolescentes de Escolas Públicas e Particulares de Belo Horizonte**. 2007. 144p. Dissertação (Mestrado em Pediatria)–Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

FIGUEIRA JUNIOR, A. J. Potencial da mídia e tecnologias aplicadas no mecanismo de mudança de comportamento, através de programas de intervenção de atividade física. **Rev. Bras. Ciências do Movimento**. v. 8, p. 39-46, jun. 2000.

KAKESHITA, I. S.; ALMEIDA, S. S. Relação entre índice de massa corporal e a percepção da auto-imagem em universitários. **Rev Saúde Pública**, v. 40, p. 497-504, 2006.

PEREIRA, E. et al. Percepção da imagem corporal de crianças e adolescentes do diferentes níveis sócio-econômicos na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, p. 253-262, jul./set. 2009.

PEREIRA, E. et al. Relação entre diferentes indicadores antropométricos e a percepção da imagem corporal em idosas ativas. **Rev Psiq Clín.**, v. 36, n. 2, p. 54-59, 2009.

SCHILDER, P. **A imagem do corpo**: as energias construtivas da psique. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

STUNKARD, A. J.; SORENSON, T.; SCHLUSINGER, F. Use of the Danish Adoption Register for the study of obesity and thinness. In: KETY, S. S. et al. (Ed.). **The genetics of neurological and psychiatric disorders**. New York: Raven, p. 115-120, 1983.

TAVARES, M. C. G. C. **Imagem corporal**: conceito e desenvolvimento. Barueri: Manole, 2003.

TAVARES, M. et al. Avaliação perceptiva da imagem corporal: história, reconceitualização e perspectivas para o Brasil. **Rev. Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 3, p. 509-518, jul./set. 2010.

APTIDÃO FÍSICA RELACIONADA À SAÚDE: UM ESTUDO COMPARATIVO COM PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DE TÊNIS DE MESA DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC

Rafael Cunha Laux^{*}
Eliane de Mello^{**}
Aline de Oliveira Martins^{***}
Daniela Zanini^{****}

RESUMO

A prática esportiva, quando respeita o desenvolvimento motor, tende a encorajar crianças e jovens a permanecer praticando atividades físicas, o que conseqüentemente melhora a aptidão física. Portanto, este estudo tem como objetivo comparar as variáveis de aptidão física relacionada à saúde de jovens praticantes e não praticantes de tênis de mesa. Participaram do grupo de estudo 62 sujeitos do sexo masculino, na faixa etária entre 10 e 16 anos, sendo 25 mesatenistas do Projeto Atleta do Futuro da Prefeitura Municipal de Chapecó/SC e 37 estudantes de uma escola municipal de Chapecó/SC não praticantes de tênis de mesa. Foram aplicados os testes de aptidão física relacionado à saúde, segundo as recomendações do Projeto Esporte Brasil (PROESP-Br), subdividindo-se em composição corporal; resistência muscular localizada; flexibilidade e aptidão cardiorrespiratória. Os dados foram analisados por meio da estatística descritiva (média, desvio padrão e frequência) e inferencial. A maioria dos mesatenistas (76%) e escolares (64,86%) apresentou classificação normal para a composição corporal e resultados iguais para a flexibilidade (100%). Nas variáveis de resistência muscular localizada e aptidão cardiorrespiratória os mesatenistas obtiveram maiores valores na classificação de zona

^{*} Aluno do Curso de Mestrado em Educação Física da UFSM. Aluno do Curso de Especialização em Personal Training da Unoesc, *Campus* de Chapecó. Membro do Laboratório de Cineantropometria da Unoesc *Campus* de Chapecó; rafael-laux@hotmail.com

^{**} Licenciada em Educação Física pela Unoesc, *Campus* de Chapecó; lia-pzo@hotmail.com

^{***} Aluna do Curso de Mestrado em Educação Física da UFSM. Bolsista CAPES/CNPQ; martinsaline@live.com

^{****} Mestre em Avaliação e Prescrição de Atividades Físicas e Desportivas pela UTAD (Portugal), Professora do Curso de Educação Física e coordenadora do Laboratório de Cineantropometria da Unoesc, *Campus* de Chapecó; daniela.zanini@unoesc.edu.br

saudável, tendo diferença significativa entre os grupos, respectivamente $p < 0,001$ e $p < 0,001$. Sendo assim, pode-se concluir que a prática do tênis de mesa apresenta melhores resultados para a aptidão física relacionada à saúde em relação aos estudantes que apenas praticam aulas de educação física.

Palavras-chave: Aptidão Física. Saúde. Tênis de Mesa. Escolares.

1 INTRODUÇÃO

O treinamento desportivo vem sendo estimulado cada vez mais cedo na vida dos jovens, seja pelos pais, familiares, seja pelos técnicos. Essa prática, quando respeita as fases do desenvolvimento motor, faz com que as crianças e jovens venham a praticar atividade física regular, aumentando a probabilidade de tornar-se adultos ativos. O esporte e a atividade física regular são geralmente relacionados como fatores que influenciam positivamente o crescimento, a maturação e a aptidão física dos jovens.

No entanto, ainda que a prática de atividades físicas regular seja comumente incentivada, encontra-se um grande número de pessoas sedentárias. Sabe-se da importância de estimular para essa prática, pois hábitos adquiridos na infância irão perdurar na vida adulta.

Para reverter esse quadro, necessita-se de uma modificação nos programas de educação física escolar para auxiliar na diminuição das taxas de sedentarismo das próximas gerações de adultos. A realidade atual aponta que em muitas escolas os jovens não recebem informações suficientes a respeito da relação entre aptidão física e saúde. Muitas vezes, por esta falta de informação, os adolescentes deixam de praticar o desporto ou até mesmo a atividade física, pois desconhecem que se deixarem de realizar a prática de atividade física estarão seguindo para uma vida sedentária.

Além dos esportes tradicionais, o ambiente escolar tem a possibilidade de inovar e ofertar uma diversidade de práticas de movimento, como o tênis de mesa. A literatura destaca como principais benefícios ao praticante dessa modalidade a melhora da percepção,

equilíbrio, lateralidade, imagem do corpo, coordenação oculomanual, coordenação motora grossa, coordenação motora fina, movimento de locomoção, movimentos uniformes, orientação espacial e cinestesia.

Portanto, a modalidade de tênis de mesa pode ser uma atividade atrativa, que estimula os alunos de forma diversificada, estima-se, ainda, que melhora a aptidão física. Sendo assim, o professor de Educação Física passa a ter mais uma ferramenta no auxílio no combate do sedentarismo. Dessa forma, justifica-se a importância deste estudo, que tem como objetivo geral comparar as variáveis de aptidão física relacionada à saúde de jovens praticantes e não praticantes de tênis de mesa, divididos em dois objetivos específicos: a) mensurar a composição corporal, a resistência muscular localizada (RML), a flexibilidade e a aptidão cardiorrespiratória; e b) comparar as variáveis em estudo entre os grupos de praticantes e não praticantes de tênis de mesa.

Com finalidade de contemplar tais objetivos, optou-se por um estudo comparativo. O grupo de estudo foi composto por 62 jovens do sexo masculino, com idade de 10 a 16 anos, sendo 25 jovens praticantes da modalidade de tênis de mesa e 37 alunos de uma escola de educação básica de Chapecó/SC. Para avaliar a aptidão física relacionada à saúde foram avaliadas a composição corporal, a RML, a flexibilidade e aptidão cardiorrespiratória, seguindo as orientações e classificações do Manual PROESP-Br (GAYA et al., 2012). Os dados foram analisados por meio da estatística descritiva (média, desvio padrão e frequência) para caracterização da amostra. A fim de verificar a normalidade dos dados utilizou-se o teste Shapiro-Wilk, com base no resultado de distribuição anormal dos dados optou-se pelo teste não paramétrico de U de Mann-Whitney, com nível de significância de 5%.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O TÊNIS DE MESA

O tênis de mesa é caracterizado por ser um esporte individual, de raquete, e popularmente conhecido como o esporte da bola mais rápida do mundo. Por essa característica de modalidade individual estimula-se a autonomia do atleta, considerando que o treinador não deva intervir durante a partida. O atleta, portanto, deve avaliar a eficácia da estratégia traçada, buscar adaptá-la e tomar decisões por si, criando e percorrendo caminhos alternativos em razão de imprevistos que possam acontecer durante a partida (VILANI, 2004).

De acordo com Guiselini (2006), o tênis de mesa auxilia na melhora da qualidade de vida dos praticantes, por meio do auxílio do controle de estresse, o aumento da disposição e o auxílio na realização de atividades diárias. Além disso, Gadal (1997) reforça que a modalidade de tênis de mesa é um esporte cognitivo, mas também auxilia no desenvolvimento da coordenação motora, com o benefício de ter um menor risco de lesões em virtude do fato de não ter contato direto com o adversário.

Para Matitsyn (1994), o tênis de mesa é caracterizado pela complexidade de técnicas de coordenação de membros inferiores e superiores executados em alta-velocidade, explosão e capacidade de acertar um pequeno alvo. Exige do praticante um alto-nível de concentração, atenção e tomada de decisão.

Além das capacidades motoras exigidas na prática do tênis de mesa, um componente muito importante para aptidão física do mesatenista é a flexibilidade, que segundo Elliott (2000) é uma característica presente nos esportes com raquetes, pois necessita utilizar a amplitude de movimento para gerar potência nos golpes.

2.2 A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E O NÍVEL DE APTIDÃO FÍSICA EM ADOLESCENTES

Estudos recentes comprovam que a atividade física é considerada benéfica para a saúde e aumento da qualidade de vida em diversas faixas etárias (MARTINS et al., 2014; PAULO, 2014). No entanto, ainda há um grande número de crianças e adolescentes considerados sedentários.

Os hábitos adquiridos na infância são importantes, pois eles tendem a permanecer ao longo da vida. É necessária a identificação precoce de hábitos que provoquem a inatividade física para a reversão deste quadro. Estudos apresentam forte relação do sedentarismo com doenças cardiovasculares (GUILHERME et al., 2015).

O principal fator para o aumento do sedentarismo foi a evolução da tecnologia. A rotina das crianças e dos jovens tem sido modificada para hábitos sedentários. Nota-se que muitos indivíduos preferem limitar seu espaço de lazer e estar mais dentro de suas residências, usufruindo de aparelhos de televisão, celulares, computadores, videogames, entre outros, que minimizam a atividade física (FELDMANN et al., 2009).

Segundo Gallahue e Ozmun (2001), o esporte e a atividade física têm um grande potencial de ser um fator que ajude na socialização. O esporte planejado e estruturado pode oferecer uma melhora na aptidão física decorrente da sua prática. Nota-se que indivíduos que praticam atividade física regularmente tendem a ter uma melhor aptidão física (GUEDES et al., 2006).

O Manual do PROESP-Br (GAYA et al., 2012) sugere que a aptidão física pode relacionar-se com a saúde e, também, com o rendimento, sendo que em relação à primeira compreende-se a composição corporal, aptidão cardiorrespiratória, flexibilidade e RML. Já os componentes da aptidão física relacionados aos desempenho esportivo incluem força explosiva de membros superiores e inferiores, agilidade, velocidade e aptidão cardiorrespiratória.

A aptidão física refere-se à capacidade de apresentar um desempenho físico adequado para as atividades diárias. Indivíduos com

índices insatisfatórios de aptidão física tendem a ter aparecimento e desenvolvimento de distúrbios orgânicos. A preocupação com a melhora da qualidade de vida das pessoas torna-se uma questão de relevância social, pois quando diagnosticadas baixas aptidões físicas, permite ações intervencionistas para minimizar o aparecimento de doenças degenerativas na vida adulta (LUGUETTI; RÉ; BÖHME, 2010).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é caracterizado como descritivo-comparativo e não probabilístico (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

O grupo de estudo foi composto por 62 indivíduos na faixa etária de 10 a 16 anos, do sexo masculino, divididos em dois grupos. O grupo de praticantes de tênis de mesa foi composto por 25 mesatenistas do Projeto Atleta do Futuro, da Prefeitura Municipal de Chapecó/SC. A sistemática de treinamento era de três vezes por semana, com duração de 60 minutos cada sessão. O grupo de não praticantes foi composto por 37 escolares do sexto ao nono ano da Escola Municipal Olímpio Corrêa Figueiró, do município de Chapecó/SC. Ambos os grupos participavam de aulas de Educação Física com frequência de três vezes na semana e duração de 45 minutos.

Inicialmente, houve o contato com as instituições mencionadas para explicação do projeto e obtenção de autorização para a realização do estudo. Todos os participantes do estudo e seus respectivos responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cuja finalidade foi esclarecer sobre todos os assuntos referentes à pesquisa, conforme prevê a Resolução n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Os dados coletados foram de composição corporal, RML, flexibilidade e aptidão cardiorrespiratória, seguindo as recomendações e classificações do PROESP-Br (GAYA et al., 2012). Os testes foram realizados no primeiro semestre de 2013.

Os instrumentos utilizados para coletar os dados antropométricos foram: a) massa corporal: balança digital com resolução

0,1 Kg, da marca Filizola® (São Paulo, Brasil), e b) estatura: Estadiômetro Cescorf® com resolução de 0,1 cm. As medidas foram mensuradas por apenas um avaliador, as quais foram utilizadas para estimar o IMC, que é obtido por meio do cálculo da razão (divisão) entre a medida de massa corporal total em quilogramas pela estatura em metros elevada ao quadrado. Os resultados foram classificados como baixo peso, normal, sobrepeso e obesidade (CONDE; MONTEIRO, 2006).

A RML foi verificada por meio do número de abdominais em 1 minuto – *sit-up*. O sujeito em decúbito dorsal, joelhos flexionados a 45 graus e com os braços cruzados sobre o tórax. O avaliador, com as mãos, segurou os pés do avaliado fixando-os ao solo. Ao sinal, iniciavam-se os movimentos de flexão do tronco até tocar com os cotovelos nas coxas, retornando à posição inicial. O aluno deveria realizar o maior número de repetições completas em 1 minuto. Os resultados foram classificados em zona de risco e zona saudável.

A flexibilidade foi verificada através do teste de sentar e alcançar. Foi estendida e fixada uma fita métrica no solo, na marca de 38 cm desta fita colocado um pedaço de fita adesiva de 30 cm em perpendicular. O sujeito avaliado estava descalço e com os calcanhares tocava a fita adesiva na marca dos 38 centímetros, com os joelhos estendidos e as mãos sobrepostas, o avaliado inclinava-se lentamente e estendia as mãos para frente o mais distante possível. Foram realizadas duas tentativas, no entanto, para a avaliação, foi utilizado o melhor resultado. Os resultados foram classificados em zona de risco e zona saudável.

A aptidão cardiorrespiratória foi verificada por intermédio do teste de corrida/caminhada dos 6 minutos. Foi informado aos avaliados sobre a execução do teste, dando ênfase ao fato de que deveriam correr o maior tempo possível, evitando piques de velocidade intercalados por longas caminhadas. Os resultados foram classificados em zona de risco e zona saudável.

Os dados foram analisados mediante estatística descritiva (média, desvio padrão e frequência) para caracterização da amostra, a fim de verificar a normalidade dos dados utilizou-se o teste Shapiro-Wilk,

com base no resultado de distribuição anormal dos dados optou-se pelo teste não paramétrico de U de Mann-Whitney, com nível de significância de 5%.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na Tabela 1 está apresentada de forma descritiva a caracterização do grupo de estudo. Observaram-se valores médios de idade de $13,68 \pm 1,68$ anos, composição corporal indicado pelo IMC de $20,09 \pm 2,88$ Kg/m², RML de $41,68 \pm 6,88$ repetições, flexibilidade de $42,96 \pm 8,18$ cm e aptidão cardiorrespiratória $1095,32 \pm 101,80$ m para o grupo de mesatenistas. Para os escolares os valores médios foram de $12,29 \pm 1,24$ anos de idade, $20,13 \pm 3,54$ Kg/m² para o IMC da composição corporal, $30,24 \pm 9,14$ repetições para resistência muscular localizada, $43,70 \pm 7,27$ cm para flexibilidade e $722,43 \pm 177,58$ m para aptidão cardiorrespiratória. Verificou-se diferenças significativas nas variáveis de RML ($p < 0,001$) e aptidão cardiorrespiratória ($p < 0,001$).

Tabela 1 – Caracterização do grupo de estudo e valor de P

Variáveis	Mesatenistas	Escolares	(p)
Composição Corporal	$20,09 \pm 2,88$	$20,13 \pm 3,54$	0,892
RML	$41,68 \pm 6,88$	$30,24 \pm 9,14$	$< 0,001^*$
Flexibilidade	$42,96 \pm 8,18$	$43,70 \pm 7,27$	0,463
Resistência Cardiorrespiratória	$1095,32 \pm 101,80$	$722,43 \pm 177,58$	$< 0,001^*$

Fonte: os autores.

* Diferenças estatisticamente significativas $p < 0,05$

Nas tabelas 2, 3, 4, e 5 são apresentados os valores de classificação das variáveis que compõem a aptidão física relacionada à saúde de ambos os grupos.

Tabela 2 – Classificação da Composição Corporal

Variáveis	Mesatenistas		Escolares	
	n=25	%	n=37	%
Normal	19	76,00	24	64,86
Sobrepeso	5	20,00	11	29,73
Obesidade	1	4,00		5,41

Fonte: os autores.

Os resultados apresentados na Tabela 2 demonstram que a maioria dos mesatenistas (76,00%) e escolares (64,86%) apresenta valores classificatórios normais para o IMC. Os resultados de sobrepeso foram inferiores, diferindo do estudo de Laux, Giordani e Zanini (2015) com 50 sujeitos com idade de 10 a 17 anos da rede municipal de ensino fundamental de Gramado dos Loureiros/RS, onde 42% dos sujeitos investigados estavam na classificação normal e 48% com sobrepeso.

Embora, a maior porcentagem dos sujeitos foram classificados como normal, chama-se a atenção para o elevado índice de sobrepeso e obesidade, considerando que indivíduos com sobrepeso na infância tendem a ser adultos obesos, por consequência, poderão desenvolver complicações clínicas, especialmente, hipertensão arterial sistêmica, arritmias cardíacas, infarto do miocárdio, coronariopatias, acidente vascular cerebral, diabetes, síndrome metabólica e distúrbios psicossociais (PITREZ FILHO et al., 2012).

Tabela 3 – Classificação da Resistência Muscular Localizada

Variáveis	Mesatenistas		Escolares	
	n=25	%	n=37	%
Zona de Risco	7	28	33	89,19
Zona Saudável	18	72	4	10,81

Fonte: os autores.

Na Tabela 3 observa-se que a maioria dos escolares (89,19%) está em zona de risco para a RML, enquanto apenas 28% dos mesatenistas estão nesta classificação, essa diferença ficou comprovada no teste estatístico, onde $p < 0,001$.

Estes resultados corroboram com o estudo realizado por Pereira et al. (2015), onde 107 estudantes nesta mesma faixa etária também evidenciaram alto índice para a zona de risco nesta variável. Tal fato fortalece a importância da elaboração das aulas de Educação Física Escolar, enfatizando exercícios que recrutem a musculatura abdominal.

O resultado evidenciado pode ser explicado pela maior ativação da musculatura abdominal na posição em pé, conforme demonstra os achados de Marques, Hallal e Gonçalves (2012), já que os mesatenistas tendem a ficar nessa posição durante as sessões de treinamentos e jogos.

Tabela 4 – Classificação da Flexibilidade

Variáveis	Mesatenistas		Escolares	
	n=25	%	n=37	%
Zona de Risco	0	0	0	0
Zona Saudável	25	100	37	100

Fonte: os autores.

Conforme a Tabela 4 ambos os grupos apresentam classificação adequada para a flexibilidade. Montenegro e Carvalho (2014) afirmam que a flexibilidade é importante para a prática desportiva, reabilitação e aptidão física de modo geral, pois influencia positivamente na prevenção de dores na coluna vertebral e na melhora da postura corporal.

Tabela 5 – Classificação da Aptidão Cardiorrespiratória

Variáveis	Mesatenistas		Escolares	
	n=25	%	n=37	%
Zona de Risco	1	4	37	100
Zona Saudável	24	96	0	0

Fonte: os autores.

No que se refere à Tabela 5, é possível observar que os mesatenistas apresentaram valores satisfatórios (96%) para a aptidão cardiorrespiratória, enquanto os escolares (100%) apresentaram na zona de risco. A diferença entre os grupos foi comprovada estatisticamente, levando vantagem os mesatenistas, já que estes praticavam além das aulas de Educação Física Escolar o desporto de tênis de mesa. Entretanto, destaca-se que para avaliar a aptidão cardiorrespiratória de mesatenistas deve-se utilizar testes específicos para a modalidade, como destaca Zagatto, Papoti e Gobatto (2009).

5 CONCLUSÃO

Ao comparar as variáveis de aptidão física relacionada à saúde de jovens praticantes e não praticantes de tênis de mesa evidenciou-se melhores resultados para os mesatenistas na composição corporal, na RML e na aptidão cardiorrespiratória. Na variável de flexibilidade ambos os grupos apresentaram resultados na zona saudável.

O tênis de mesa pode ser uma modalidade esportiva que contribui para a melhora da aptidão física relacionada à saúde, com destaque para as variáveis de RML e aptidão cardiorrespiratória, pois essas apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos. Sendo assim, sugerem-se novos estudos para reforçar a contribuição do treinamento do tênis de mesa na aptidão física, com instrumentos mais específicos para o esporte.

REFERÊNCIAS

CONDE W. L.; MONTEIRO C. A. Body mass index cutoff points for evaluation of nutritional status in Brazilian children and adolescents. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 82, p. 266-72, 2006. Disponível em: <http://www.jpmed.com.br/conteudo/06-82-04-266/ing_print.htm>. Acesso em: 01 jun. 2015.

ELLIOTT, Bruce. **Treinamento no esporte**: aplicando ciência no esporte. São Paulo: Phorte, 2000.

FELDMANN, L. R. A. et al. Implicações psicossociais da obesidade infantil em escolares de 7 a 12 anos de uma cidade serrana do sul do Brasil. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 225-233, 2009. Disponível em: <<http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/viewFile/151/148>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

GALLAHUE, D.; OZMUN, J. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor/ Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos**. São Paulo: Phorte, 2001.

GAYA, A. et al. **Manual de testes e avaliação**. Ministério do Esporte. Projeto Esporte Brasil – PROESP BR, 2012.

GUEDES, D. P. et al. **Manual Prático para Avaliação em Educação Física**. São Paulo: Manole, 2006.

GUILHERME, F. R. et al. Inatividade física e medidas antropométricas em escolares de Paranavaí, Paraná, Brasil. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 33, n. 1, p. 50-55, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpp/v33n1/pt_0103-0582-rpp-33-01-00050.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

GUISELINI, M. **Aptidão Física saúde bem-estar**. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2006.

LAUX, R. C.; GIORDANI, V. P.; ZANINI, D. Estado nutricional de escolares entre 10 e 17 anos de Gramado dos Loureiros, RS. In: BEAL, Diego et al. (Org.). **Conhecimento em pauta: artigos científicos graduação 2015/1**. Chapecó: Ed. Unoesc, 2015. v. 1, p. 439-451.

LUGUETTI; C. N.; RÉ; A. H. N; BÖHME, M. T. S. Indicadores de aptidão física de escolares da região centro-oeste da cidade de São Paulo. **Revista Brasileira Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 12, n. 5, p. 331-337, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/rbcdh/article/viewFile/1980-0037.2010v12n5p331/13127>>. Acesso em: 25 maio 2015.

MARQUES, N. R.; HALLAL, C. Z; GONÇALVES, M. Padrão de co-ativação dos músculos do tronco durante exercícios com haste oscilatória. **Motriz**, Rio Claro, v. 18, n. 2, p. 245-252, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/motriz/v18n2/v18n2a04.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

MARTINS, A. O. et al. Nível de atividade física, saúde e qualidade de vida: um estudo com usuários assistidos por uma estratégia da saúde da família do município de Cruz Alta/RS. In: Eliane Roseli Winkelmann; Evelise Moraes Berlezi (Org.). **Atenção Integral à Saúde**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. v. 1, p. 1-189.

MATITSYN, O. V. **El papel de las características personales del jugador de tênis de mesa em proporcionar eficiencia y estabilidad durante las competencias**. Academia Internacional de Ciências do Tênis de Mesa (ATTSc) da ITTF (International Table Tennis Federation), 1994.

MONTENEGRO, C. M.; CARVALHO, G. A. Avaliação da flexibilidade em escolares do ensino fundamental na cidade de Manaus-AM. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**, v. 22, n. 2, p. 5-12, 2014. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewArticle/4061>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

PAULO, R. M. D. **Efeitos da Atividade Física na Composição Corporal e nos Parâmetros Fisiológicos com Impacto no Estado de Saúde, de Alunos do Ensino Superior**. 2014. 172 p. Tese (Doutorado em Ciências do Desporto)–Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2014.

PEREIRA, L. M. et al. Programa saúde na escola: avaliação das condições de aptidão física dos estudantes da escola municipal José Maria Alkmin de Belo Horizonte. **Revista Fiep Buletin on-line**, v. 85, Edição Especial, 2015. Disponível em: <<http://fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/view/85.a2.18/10585>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

PITREZ FILHO, M. S. et al. Fatores de risco cardiovasculares, metabólicos e inflamatórios e suas relações com obesidade em crianças e adolescentes – fisiopatologia e aspectos clínicos. **Boletim Científico de Pediatria**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 47-50, 2012. Disponível em: <http://www.sprs.com.br/sprs2013/bancoimg/131210145708bcped_12_02_03.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2014.

THOMAS, J.; NELSON, J.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VILANI, L. H. P. **Liderança situacional II e a relação treinador-atleta em diferentes categorias de base do tênis de mesa nacional**. 2004. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

ZAGATTO, A. M.; PAPOTI, M.; GOBATTO, C. A. Comparação entre ergômetros específico e convencionais na determinação da capacidade aeróbia de mesatenistas. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 15, n. 3, p. 204-208, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbme/v15n3/a08v15n3.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

O PROCESSO SAÚDE/DOENÇA E A INFLUÊNCIA DO ESTRESSE NA QUALIDADE DE VIDA DOS TRABALHADORES

Luciana Domeneghini Chiaradia*
Fernanda da Cruz Bertan**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal realizar uma revisão teórica sobre os fatores referentes ao processo saúde/doença e estresse, e avaliar sua influência na qualidade de vida no âmbito organizacional. Além disso, pretende discutir os pressupostos teóricos e metodológicos dos mesmos, mediante definições, pontos de acordo e desacordo em relação à saúde do trabalhador, etapas e desencadeantes do estresse e a procura por uma melhor qualidade de vida. Esta pesquisa reúne contribuições de diversos autores, identificando suas opiniões nestes campos de estudo e comparando resultados de outros estudos existentes a respeito do tema. A intenção também é adquirir conhecimento e experiência profissional para ampliar o aprendizado pessoal e também contribuir cientificamente. Pode-se concluir que para o ambiente de trabalho se tornar um local agradável e digno para o desenvolvimento e evolução, os indivíduos devem manter uma vida saudável e com qualidade em todos os aspectos, necessitando trabalhar em locais que gerem satisfação e motivação na execução das atividades profissionais.
Palavras-chave: Saúde. Doença. Estresse. Qualidade de vida.

1 INTRODUÇÃO

O processo saúde/doença e a influência do estresse na qualidade de vida dos trabalhadores é um tema que tem recebido destaque em diferentes áreas de estudo. Percebe-se que a literatura apresenta vários

* Especialista em Comportamento e Gestão de Pessoas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – Campus Chapecó; chiaradia_lu@yahoo.com.br

** Professora e orientadora da Pós-Graduação em Comportamento e Gestão de Pessoas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – *Campus* Chapecó; fernanda.bertan@unoesc.edu.br

fatores relevantes para o entendimento do processo de adoecimento do ser humano e a relação com situações de estresse e trabalho.

O trabalho vem se tornando cada vez mais central na vida das pessoas. Essa centralidade traz consequências para a integridade física, psíquica e social dos trabalhadores. De um lado, o trabalho como atividade produtiva, constituinte da identidade do trabalhador, onde assume papel essencial para assegurar a saúde. De outro, os contextos nos quais ele se insere podem se caracterizar pela precariedade das condições e pela falta de oportunidades de desenvolvimento profissional, contribuindo para um adoecimento.

Nas organizações o indivíduo precisa ser competitivo, procurando conservar seus valores; tem de procurar fazer o melhor, indo além de suas limitações, cumprindo uma série de exigências e metas, lidando com a possível demissão. Essas exigências podem levar o indivíduo a ter medo do futuro, sentir-se incapaz, desprotegido, gerando nele um estado de impotência emocional, baixa autoestima, cansaço, que podem levar ao estresse.

As organizações, pensando no bem-estar de seus trabalhadores e também diante da realidade de expansão do setor industrial e do potencial de novos empregos, começaram a investir na qualidade dos serviços prestados, por meio do foco na qualificação e na valorização das pessoas, adotando-se modelos de gestão participativos e inovadores, como preconizam as teorias organizacionais contemporâneas.

A valorização e o reconhecimento dos trabalhadores tornam-se essenciais, tanto quanto os demais recursos necessários, pois será o fundamental diferenciador para uma organização que se preocupa com os seus trabalhadores, na busca por resultados positivos no ambiente de trabalho.

A qualidade de vida no trabalho acaba por exigir um conjunto de ações, como a implantação de melhorias e inovações gerenciais e tecnológicas no ambiente de trabalho. A construção da qualidade de vida ocorre a partir do momento em que se olha a empresa e as pessoas como um todo. Este posicionamento representa o fator diferencial para a realização de diagnósticos, criação de serviços e implantação de projetos

voltados para a prevenção, preservação e desenvolvimento das pessoas em seu trabalho.

Percebe-se que a relação entre adoecimento, estresse e sua influência na qualidade de vida no ambiente de trabalho não é um fenômeno novo, mas um novo campo de estudo que surgiu com o aparecimento de doenças vinculadas ao estresse no trabalho, necessitando, dessa maneira, uma melhor compreensão teórica acerca do assunto para conseguir possibilitar a estes indivíduos uma melhor qualidade de vida nos locais de trabalho e em sua vida pessoal.

Dessa maneira, surgiu a necessidade de estudar e pesquisar estes assuntos e situações, pois mesmo não sendo possível eliminar todos os fatores geradores da doença, é indispensável buscar reconhecê-los e aprender a lidar com cada um deles, já que o estresse, além de diminuir significativamente a produtividade e a eficiência dos serviços prestados nas organizações, contribui também para o aparecimento de outras doenças que, muitas vezes, acabam afastando o indivíduo de suas atividades habituais e influenciam de forma negativa no desenvolvimento do seu potencial humano e profissional.

Como objetivo central, este artigo realizará revisão teórica a respeito dos fatores referentes ao processo saúde/doença, estresse e sua influência na qualidade de vida no âmbito organizacional. Como objetivos específicos serão compreendidos por meio de bibliografias: o processo saúde e doença em trabalhadores; as diferentes etapas do estresse nos trabalhadores; conhecer os fatores desencadeantes do estresse no ambiente de trabalho e; conceituar a qualidade de vida dos trabalhadores no ambiente organizacional.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 PROCESSO SAÚDE *VERSUS* DOENÇA

Em toda população há indivíduos sujeitos a “fatores de risco” para adoecer com maior ou menor frequência e com maior ou menor

gravidade. Além do que, há diferentes possibilidades, entre elas produzir condições para sua saúde e ter acesso aos cuidados no estado da doença. Conforme Backes et al. (2009), a saúde e a doença envolvem dimensões subjetivas e não apenas biologicamente científicas e objetivas, e a normatividade que define o normal e o patológico varia. As variações das doenças podem ser verificadas historicamente, em relação ao seu aparecimento e desaparecimento, aumento ou diminuição de sua frequência, da menor ou maior importância que adquirem em variadas formas de organização social.

Bellusci (1995) comenta que o homem apresenta grande capacidade de adaptação fisiológica, o que permite que viva ou sobreviva em diversos ambientes. O meio onde vive oferece obstáculos naturais e/ou artificiais que se transformam ciclicamente em novas barreiras, à medida que o homem se adapta à condição existente. Esses obstáculos ou barreiras promovem mudanças permanentes ou transitórias na vida do indivíduo, sendo estes denominados fatores determinantes do processo saúde-doença.

A saúde e a doença, segundo Forattini (1996), estão interligadas num processo dinâmico, interdependente que, quando desequilibrado, leva o indivíduo a um estado não favorável de satisfação orgânica, chamado doença. O autor acrescenta que o adoecer deixa de ser o resultado de apenas um fator, passando a ser entendido como um processo em que inúmeros fatores estão envolvidos.

Segundo Backes et al. (2009), aspectos econômicos, políticos, socioculturais, socioepidemiológicos e históricos influenciam o processo de viver, a saúde e os modos de vida, de trabalho e de produção e são fundamentais para se compreender os processos de saúde, adoecimento e morte da população na sociedade.

A doença foi definida como “ausência de saúde” e saúde como “ausência de doença”, sendo percebida como estados de desconforto físico e de bem-estar. Infelizmente, perspectivas redutoras como estas levaram os investigadores e os profissionais de saúde a descuidar os componentes emocionais e sociais da saúde e da doença. Definições mais flexíveis, de

saúde e de doença consideram múltiplos aspectos causais da doença e da manutenção da saúde, como fatores psicológicos, físicos e sociais (BOLANDER, 1998).

No sentido psicológico, para Mendes e Cruz (2004), o trabalho colabora para o adoecimento, que se caracteriza por desordens psíquicas reveladas por determinados sintomas. Tais desordens desaparecem quando a situação é transformada, ficando a integridade física, psíquica e social do indivíduo restabelecida. Com os aspectos físicos e sociais, o indivíduo demonstra falta de maturidade afetivo-emocional, dificuldades de relacionamento, intensidade dos vínculos afetivos, que o predispõem ao adoecimento, sendo o trabalho um desencadeante. Nesse caso, o restabelecimento da integridade do indivíduo depende de outros fatores, além da transformação do contexto de trabalho, a angústia vivenciada não é facilmente removível, pois se encontra relacionada a conflitos intrapsíquicos e a outras esferas da sua vida.

A aspiração de atingir ou manter uma saúde física e mental permanece um sonho que vale a pena persistir frente aos efeitos que a doença causa nos indivíduos e na sociedade, pois presença ou ausência de doença é um problema pessoal e social. É pessoal, porque a capacidade para trabalhar, ser produtivo, amar e divertir-se está relacionada com a saúde física e mental da pessoa. É social, pois a doença de uma pessoa pode afetar, significativamente, outras pessoas.

Marcondes (1996) coloca que doença é a perda do bem-estar, ou seja, a ocorrência de todo e qualquer agravo que perturbe o estado de saúde, com conseqüente prejuízo da capacidade de realizar determinadas funções. De acordo com Nasio (1997), a doença é uma desarmonia orgânica ou psíquica, que por intermédio de sua manifestação, quebra a dinâmica do desenvolvimento do indivíduo como um ser global, gerando desarmonização da pessoa. Dethlefsen e Dahlke (1999) ressaltam que o corpo nunca está só doente ou só saudável, nele se expressam realmente as informações da consciência, e quando uma de suas funções falha, ela compromete a harmonia do todo e, então, pode-se falar de doença.

Para França e Rodrigues (2002) os desgastes que as pessoas são submetidas nos vários ambientes e em suas relações são um dos fatores significativos na determinação das doenças, o motivo pelo qual um distúrbio surge no organismo, e não outro, depende das diferenças individuais que são particularidades de cada pessoa, onde se encontra a história de vida e a vulnerabilidade genética do indivíduo, podendo desencadear ou não o estresse.

Há, portanto, uma ampla área da vida moderna onde se misturam os estressores do trabalho e da vida cotidiana. A pessoa, além das habituais responsabilidades ocupacionais, da alta competitividade exigida pelas empresas, das necessidades de aprendizado constante, tem que lidar com os estressores normais da vida em sociedade, como a segurança social, a manutenção da família, as exigências culturais, entre outros. Assim, é bem possível que todos esses novos desafios superem os limites adaptativos, levando o indivíduo ao estresse.

2.2 ESTRESSE DO TRABALHADOR

Para Carvalho e Serafim (2003), Hans Selye foi o primeiro médico a estudar e observar os sintomas do estresse em 1926. Ele observou que seus pacientes apresentavam sintomas diferentes de doenças específicas, exibiam uma condição geral de estar enfermo, que em 1936 veio a se chamar “síndrome geral de adaptação”. Esta síndrome envolvia uma série de sintomas que o indivíduo apresentava quando submetido a situações que exigiam adaptação do organismo para enfrentá-los. Em 1974, ele redefiniu estresse como uma resposta não específica do corpo a qualquer exigência.

Segundo Selye (1956), a palavra estresse vem do inglês *stress*. Este termo foi usado inicialmente na física para traduzir o grau de deformidade sofrido por um material quando submetido a um esforço ou tensão e transpôs este termo para a medicina e biologia, significando esforço de adaptação do organismo para enfrentar situações que considere ameaçadoras a sua vida e a seu equilíbrio interno.

Baccaro (1997) explica que estresse é toda a capacidade de adaptação do indivíduo frente a um novo desafio, isto é, que pode deixar o organismo em tensão e inquietude, não somente no nível de suas forças físicas, mas principalmente psíquicas. Para Moller (1992), o estresse pode ser definido como a maneira pela qual o seu corpo reage, a energia que ele mobiliza, quando você é exposto a algo que o faz se sentir pressionado. Selye (1956) já apontava que o estresse é um conjunto de relações que o organismo desenvolve ao ser submetido a uma situação que exige esforço para adaptação. À medida que a pessoa se torna emocionalmente frágil, suas defesas orgânicas diminuem, deixando-a mais suscetível às doenças.

Dependendo da predisposição orgânica do indivíduo, o estresse pode causar transtornos psicológicos, ocorrendo falta de vontade para realizar coisas e ansiedade, e manifestações físicas mais sérias, como úlcera, infarto, câncer e tentativa de suicídio. O estresse envolve aspectos de desgaste emocional e físico, mas o ritmo de vida no mundo contemporâneo parece ser o principal responsável por esta síndrome (SELYE, 1956).

França e Rodrigues (2002) apontam que o estresse deve ser observado não somente como uma reação do organismo, mas também como uma relação particular entre uma pessoa, seu ambiente e algo que exige dela mais que suas próprias habilidades ou recursos e que põe em perigo seu bem-estar ou sobrevivência. É como se o indivíduo ultrapassasse o seu limite limiar de resistência à tensão e entrasse em colapso (TELES, 1993).

Paschoal e Tamayo (2004) definem dois tipos de estressores: o estresse ocupacional, que enfoca estressores relacionados ao ambiente de trabalho e o estresse de forma geral, que são os estressores gerais na vida do indivíduo.

De acordo com Lipp (1996), o estresse pode ter origem em fontes externas e internas. As fontes internas estão relacionadas com a maneira de ser do indivíduo, personalidade e seu modo típico de reagir à vida, onde não é o acontecimento em si que se torna estressante, mas a maneira como é interpretado pela pessoa. Os estressores externos podem

estar relacionados com as exigências cotidianas do indivíduo, como os problemas de trabalho, familiares, sociais, morte ou doenças, perda de uma posição na empresa, não concessão de um objetivo de trabalho, dificuldades econômicas, notícias ameaçadoras, assaltos, violências, entre outros.

Cohen e Fink (2003) relatam que as pessoas participam de contextos diferentes, como o trabalho, a família, a escola, cada qual com suas solicitações. No âmbito profissional, o estresse pode ser causado por diversos fatores, entre eles a exposição a situações conflitantes, autoritarismo do superior, exigências e cobranças, falta de progresso profissional, fadiga. Albrecht (apud CAMELO; ANGERAMI, 2004) considera fatores estressantes: a sobrecarga de trabalho causada pela designação de muitas tarefas com prazos curtos para sua execução; a ambiguidade de prioridades; o nível de autoridade e de autonomia; a incerteza quanto ao futuro e o convívio com colegas insatisfeitos. Comenta, ainda, que os problemas pessoais também contribuem para o aumento do estresse, que provoca consequências tanto para o indivíduo quanto para a organização, pois, muitas vezes, é difícil evitar que o estresse de uma área não interfira nas demais.

Robbins e Coulter (1998) abordam três categorias de fatores estressores, sendo o ambiental, o organizacional e o individual. O primeiro refere-se às mudanças no ciclo dos negócios, às incertezas econômicas, políticas e tecnológicas; o segundo está associado às exigências no campo do trabalho e o terceiro está ligado às experiências vividas fora do trabalho e que estão relacionadas aos problemas pessoais e características da personalidade.

Robbins (2002) afirma que os fatores do estresse se tornam cumulativos, pois cada fator novo e persistente faz crescer o nível de estresse. Assim, um fator pode ser de pouca importância se visto isoladamente, mas somado a determinado nível de estresse, pode se tornar a gota d'água.

O estresse relacionado ao trabalho, para França e Rodrigues (2002), é definido como as situações em que a pessoa identifica o ambiente

onde desenvolve suas atividades profissionais como ameaçadoras às suas necessidades de realizações profissionais e pessoais. A pessoa sentindo-se sobrecarregada não consegue desenvolver adequadamente as tarefas, ficando desmotivada, irritada e, conseqüentemente, experimentando tensões.

Conforme Maslach e Leiter (1999) cada vez mais os trabalhadores estão inseridos em ambientes nos quais os valores humanos ocupam um distante segundo lugar atrás dos valores econômicos. O que leva o trabalhador a agir como ser humano, o que o inspira a trabalhar bem, além de trabalhar arduamente, é ignorado ou minimizado nas organizações. Os locais de trabalho esperam que as pessoas se adaptem às exigências deste admirável mundo novo e que saibam como sobreviver nele. Mas, quando a distância entre as pessoas e as exigências do trabalho se tornam grandes, o progresso custa um alto preço humano, onde são sentidos os desequilíbrios em várias áreas da vida.

O excesso de trabalho é o principal motivo do desequilíbrio entre o indivíduo e seu emprego. Deve-se fazer muito em pouco tempo e ir além de seus limites. Esse ritmo de trabalho cada vez mais acelerado ocasiona desgaste físico e emocional. As pessoas buscam oportunidades, querem tomar decisões e contribuir para o alcance dos resultados, porém, muitas vezes, defrontam-se com políticas que não oportunizam inovar, melhorar e sentir-se responsáveis pelos resultados alcançados (MASLACH; LEITER, 1999).

As pessoas não reagem da mesma forma a um mesmo estímulo. As reações vão depender da sua história de vida, suas crenças e valores, não existindo uma fórmula que garanta uma vida sem estresse, mas há maneiras capazes de diminuí-la. É importante desenvolver a capacidade de administrar as ambiguidades, criar condições de modificar o contexto, ou aprender a conviver com elas (DIAS; SILVA, 2011). França e Rodrigues (2002) ressaltam, ainda, que o indivíduo deveria conhecer seus limites, para tentar controlar seu emocional.

No início da reação do estresse ocorre enfraquecimento do organismo, sendo importante diagnosticá-lo logo que ele comece a se

instalar, a fim de tentar interromper o processo do adoecimento, que pode ser desencadeado pela tensão excessiva (LIPP; NOVAES, 2003). As pessoas podem apresentar seus sintomas relacionados ao estresse de intensidade e maneiras diferenciada. Nesse sentido, o estresse produz uma série de transformações químicas no corpo, que podem provocar consequências profundas na saúde mental e física da pessoa (CARVALHO; SERAFIM, 2003).

Os sintomas do estresse no início do processo são parecidos para as pessoas, porém, suas diferenças podem ser percebidas numa fase mais adiantada, onde os fatores genéticos determinam o desenvolvimento ou não de doenças. O estresse é uma reação fisiológica natural de sobrevivência. Quando o indivíduo tem dificuldade de se adaptar a situações ameaçadoras, o estresse tornar-se patológico, levando à alteração hormonal crônica, podendo resultar distúrbios passageiros e doenças graves (LIPP; NOVAES, 2003).

Lipp (2003) considera que para conhecer as reações do organismo diante do estresse é necessário compreender as quatro fases:

- a) Fase de *alerta* ou *alarme*, o indivíduo entra em contato com a fonte de estresse e apresenta sensações, como sudorese e respiração ofegante, mas consegue sair rapidamente, controlando ou se afastando do estressor. Chiavenato (2004) acrescenta que esta fase ocorre quando a pessoa identifica e percebe a ameaça, seja física ou psicológica;
- b) Fase de *resistência*, o organismo gasta energia buscando a recuperação do desequilíbrio ocorrido na primeira fase e, conseqüentemente, os sinais de desgaste aparecem, como cansaço e esquecimento. Chiavenato (2004) acrescenta que, nesta fase, a pessoa se torna elástica às pressões criadas pela ameaça inicial. Os sintomas fisiológicos decorrentes da fase de alarme desaparecem, apesar de a causa do estresse estar ainda em ação;

- c) Fase de *quase exaustão*, é caracterizada pelo enfraquecimento da pessoa, que não consegue se adaptar ou resistir ao estressor. O organismo exige mais cuidado e o sistema imunológico fica debilitado, ocasionando outros problemas de saúde. Nesta fase, é necessária ajuda médica e psicológica, para o indivíduo aprender a lidar e controlar o estresse;
- d) Fase de *exaustão* ou *esgotamento*, ocorre quando a pessoa não consegue eliminar os estressores e então os sintomas se agravam. Esta fase leva a doenças sérias, sendo necessário auxílio de especialistas. Para Chiavenato (2004), a pessoa nesta fase passa a sofrer de estafa, um estado de exaustão que pode conduzir a algum dano físico grave, chegando à doença cardíaca ou morte por enfarto.

Malagris e Fiorito (2006) realizaram estudo com o objetivo de avaliar o nível de estresse dos técnicos da área de saúde da Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória, no Rio de Janeiro. Participaram 34 técnicos de diversos setores, sendo 29 militares e cinco civis, 28 mulheres e 6 homens. Verificou-se que 82,3% dos participantes estavam estressados, estando 76,9% na fase de resistência e 23% na fase de quase exaustão e com predominância de sintomas psicológicos 69,2%. Encontrou-se 83% de mulheres estressadas e 66,6% de homens.

Em pesquisa realizada com 3.193 oficiais militares para verificar a ocorrência do estresse, os resultados indicaram que a proporção de policiais sem sintomas de estresse foi de 52,6%, enquanto 47,4% apresentaram sintomatologia. Dos 47,4% com estresse, 3,4% encontravam-se na fase de alerta, 39,8% na fase de resistência, 3,8% na fase de quase exaustão e 0,4% na fase de exaustão. Sintomas psicológicos foram registrados em 76% dos policiais com estresse, e sintomas físicos, em 24% (COSTA, 2007).

Pesquisa, como a realizada por Rossetti et al. (2008), com o objetivo de apresentar os níveis de estresse no ambiente de trabalho e manifestação da sintomatologia, em uma amostra de servidores públicos da Polícia Federal, demonstrou que maior parte dos participantes

permaneceu na fase da resistência e o sexo feminino obteve uma frequência de níveis de estresse de 59%, quando comparado ao sexo masculino. Participaram 250 sujeitos com idade variando de 20 a 64 anos, 74,4% do sexo masculino, 24,4% do feminino e 1,2% que não informaram o sexo.

Conforme Lipp (2003), o estresse excessivo provoca inúmeras consequências para o indivíduo, onde a qualidade de vida sofre danos e o sistema imunológico é afetado e tem sua resistência reduzida, tornando-o vulnerável ao desenvolvimento de doenças. Chiavenato (2004) coloca que entre os sintomas físicos apresentados por uma pessoa estressada estão as dores de cabeça, pressão alta, doenças cardíacas, dores musculares, insônia, úlceras, alergias, distúrbios intestinais, falta de ar, tonturas, indigestão, azia, aumento da transpiração, hipertensão, diabetes, depressão, enxaqueca, câncer, obesidade, pânico e surtos psicóticos.

Lipp (1996) explica que não é o estresse que causa as doenças, mas ele propicia o desencadeamento de doenças para as quais a pessoa tenha predisposição ou, ao reduzir a defesa imunológica, oportuniza que doenças apareçam. Lipp e Novaes (1996) ressaltam que o estresse, por meio da interação entre corpo e mente, provoca reações hormonais que desencadeiam no corpo notáveis modificações físicas e emocionais tão interligadas que, frequentemente, o que é de origem psicológica se manifesta no corpo ou vice-versa.

Robbins (2002) comenta que o estresse emocional aparece no indivíduo em vários estados psicológicos, como: tensão, ansiedade, irritabilidade, tédio, desânimo, apatia. Chiavenato (2004) também destaca os sintomas emocionais de depressão, raiva, angústia, apreensão, sensibilidade. Williams (1998) aponta que também é possível perceber os impactos do estresse na aparência, nos hábitos e no comportamento dos indivíduos. Em relação à aparência ocorre falta de cuidados e a pessoa demonstra tristeza e cansaço. De acordo com os hábitos, o indivíduo passa a comer mais ou menos, aumento do consumo de bebidas alcoólicas e cigarros, uso abusivo de medicamentos, se isola e evita situações sociais. Sobre o comportamento no trabalho ocorre redução

do desempenho, deficiências ao tomar decisões, sentimentos de fracasso, perda da capacidade de concentração, que pode levar a erros e acidentes graves. Em áreas que é necessária concentração, habilidade e destreza, as consequências de erros podem ser irremediáveis se o colaborador estiver estressado.

Em pesquisa realizada por Calais, Andrade e Lipp (2003) foram apresentados resultados de modificações físicas, emocionais e comportamentais em homens e mulheres com estresse. Resultados apresentados pelas mulheres: esquecimento (51,3%), mal-estar (38%), formigamento (13,3%), desgaste (53,3%), mudança de apetite (51,3%), problemas dermatológicos (30,6%), cansaço (53,3%), gastrite (25,3%), tontura (37,3%), emotividade (68%), dúvidas (46%), pensamento recorrente (46,6%), irritação (54%). Resultados apresentados pelos homens: esquecimento (32,43%), mal-estar (13,3%), formigamento (18,63%), desgaste (33,3%), mudança de apetite (19,3%), problemas dermatológicos (15,3%), cansaço (27,3%), gastrite (14,63%), tontura (15,3%), emotividade (21,3%), dúvidas (24,6%), pensamento recorrente (36,6%), irritação (28%). Pode-se perceber nesta pesquisa, que a incidência de mudanças entre as mulheres com estresse foi mais elevada que para os homens.

Carvalho e Serafim (2003) ressaltam a importância do conhecimento ou autoconhecimento do indivíduo, pois a pessoa, uma vez consciente das alterações ocorridas no seu organismo, se não tomar iniciativa para controlar os agentes estressantes, as consequências do estresse podem se tornar de natureza grave para o indivíduo. Lipp e Novaes (2003) acrescentam que as pessoas têm descaso com a própria saúde, pois não conseguem administrar o dia a dia de modo adequado para ter uma vida saudável e evitar o estresse. Tornam-se passivas quando algo ocorre errado e buscam a medicina para solucionar os problemas que poderiam ter sido evitados com a prevenção. A pessoa quando estressada, além de não se sentir bem, não consegue produzir de acordo com seu potencial, apresentando pouca motivação e dificuldades em interagir com as pessoas, correndo risco de adoecer.

Para saber como amenizar os conflitos que geram estresse é necessário compreender como eles surgem e evoluem. É importante considerar que eles ocorrem em qualquer setor da organização e existem nas empresas por vários motivos, podendo desenvolver-se por diferenças individuais, como as atitudes e as percepções (QUINN, 2004).

Para Lipp (2015), mais de 400 milhões de dias de trabalho são perdidos por ano nos EUA em virtude de doenças apresentadas pelos funcionários. Estima-se que 50% das doenças que levam ao absenteísmo sejam desencadeadas pelo estresse. Na atualidade, 50% das mortes também se devem a doenças cardiovasculares, enfartes e derrames, que têm o estresse como base, na maioria das vezes. Percebe-se que o fator contribuinte mais importante para a morte prematura é decorrente do estilo de vida que a pessoa apresenta, pois está diretamente relacionado ao estresse. Uma pesquisa realizada na Inglaterra no ano de 1999 demonstrou que 42% dos funcionários entrevistados sempre saíam do trabalho cansados/exaustos.

Chiavenato (2004) comenta que o estresse é uma condição intrínseca à vida moderna. Exigências, necessidades, urgências, prazos a cumprir, atrasos, metas e objetivos a alcançar, falta de meios e recursos, indefinições e uma infinidade de limites e demandas fazem com que as pessoas se exponham ao estresse. O autor acrescenta, ainda, que o autoritarismo do chefe, a desconfiança, as pressões e cobranças, o cumprimento do horário de trabalho, a monotonia e a rotina de certas tarefas, a falta de perspectiva e de progresso profissional e a insatisfação pessoal como um todo são os principais provocadores de estresse no trabalho.

Para Maslach e Leiter (1999), o excesso de trabalho é indicado como desequilíbrio entre o indivíduo e seu emprego. As demissões, quando ocorrem em uma empresa, raramente constituem em diminuição de trabalho, assim, o quadro de funcionários é menor e a quantidade de tarefas ou atividades continua no mesmo percentual. O aumento de ritmo de trabalho prejudica a qualidade, desfaz relações com colegas, mata

a inovação e ocasiona estresse, pois o colaborador acaba extremamente sobrecarregado.

Em outra pesquisa realizada por Lipp (2015), foi analisada grande incidência de estresse em algumas profissões, como: professores (35%), atletas de futebol (45%), psicólogos clínicos (sem estresse significativo), executivos (40%), jornalistas (62%), bancários (65%), policiais militares (65%) e juízes do trabalho (70%).

Lipp e Tanganelli (2002) avaliaram o estresse ocupacional de magistrados da justiça do trabalho e observaram que havia mais mulheres que homens com níveis de estresse, e os estressores mais frequentes foram a sobrecarga de trabalho e interferência na vida familiar. Kenney (apud ROSSETTI et al., 2008) ressaltam que as mulheres apresentam níveis mais elevados de estresse em razão das várias funções que exercem, como, filha, esposa, mãe, casa, trabalho, entre outras atividades.

Muchinsky (2004) comenta que o número elevado de trabalhadores com estresse ocorre, na maioria das vezes, em virtude de as organizações se preocuparem mais em diminuir os efeitos do estresse do que propriamente reduzir a presença dos estressores. O indivíduo que não está se sentindo confortável em seu local de trabalho, não estando satisfeito e motivado, pode estar experimentando um nível de estresse preocupante, necessitando de uma mudança de cargo que esteja mais adequada ao seu perfil.

Segundo Vergara (2000), as mudanças que ocorrem no ambiente de trabalho devem estar interligadas a valores individuais e coletivos para elevar a motivação do trabalhador. Acrescenta, ainda, que as organizações devem buscar atender os interesses e necessidades dos seus colaboradores, não apenas com benefícios, mas como estratégia de sobrevivência organizacional, buscando aumentar a motivação e satisfação para possuir maior resistência aos estressores que surgem no ambiente de trabalho e, assim, melhorar a qualidade de vida.

Chiavenato (1999) resalta que a qualidade de vida no trabalho vai ao encontro de duas posições: a reivindicação dos empregados quanto à sua satisfação no trabalho, e o interesse das organizações em produzir

mais e com qualidade. Robbins e Coulter (1998) explicam que é necessário dar aos empregados mais responsabilidade, trabalhos mais significativos, mais autonomia, o que poderá reduzir o nível de estresse porque o empregado tem maior controle sobre suas atividades, diminuindo a dependência em relação aos outros.

Para existir um clima organizacional num determinado nível de estresse desejável, segundo Chiavenato (2004), é necessário que os funcionários estejam motivados, pois quando a motivação é elevada, o clima organizacional é melhor e representa o estado interno do colaborador. Dependendo de como o estresse é compreendido e gerenciado, pode ser positivo, estimulante do crescimento e do progresso dos indivíduos, das equipes e das organizações.

O autor comenta que certo volume de estresse tem sido conscientemente injetado nas organizações, seja no sentido de estimular a criatividade e a inovação, seja para incentivar a noção de urgência nas mudanças organizacionais. Para manter a dinâmica comportamental, as organizações acabam criando um estado de alerta, prontidão e entusiasmo por meio de um componente de estresse no cotidiano do trabalho.

Lipp e Novaes (2003) colocam que a vida sem o estresse se tornaria monótona, tediosa e sem graça. As pessoas precisam de desafios e o estresse proporciona uma energia fundamental para enfrentá-los, porém, se essa energia não for colocada para fora, certamente, causará problemas de saúde. Portanto, o estresse não é o vilão, e sim o grau em que ele se faz presente e a capacidade do indivíduo para enfrentá-lo. O ideal então, não é eliminá-lo, mas saber conviver com os desafios e lidar com os estressores.

2.3 QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE DO TRABALHADOR

O conceito de qualidade de vida é diferente de pessoa para pessoa e tende a mudar ao longo da vida. Existe, porém, a ideia de que são múltiplos os fatores que determinam a qualidade de vida de pessoas e comunidades. A combinação desses fatores, que moldam e diferenciam o

cotidiano do ser humano, resultado de uma rede de fenômenos e situações, é chamada de qualidade de vida. Em geral, associam-se a essa expressão fatores, como: estado de saúde, longevidade, satisfação no trabalho, salário, lazer, relações familiares, posição, prazer e espiritualidade. Assim, qualidade de vida pode ser entendida como a condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano (NAHAS, 2003).

A Organização Mundial da Saúde (2015) comenta que qualidade de vida é a percepção do indivíduo em relação à sua posição na vida dentro do contexto da comunidade, da cultura e de seus valores relacionados aos seus objetivos e expectativas de vida, padrões e preocupações pessoais. Para Sharkey (1998), qualidade de vida é o equilíbrio e harmonia entre as diferentes áreas da vida, pois conseguindo equilibrar a disponibilidade e dedicação ao trabalho e um espaço importante para as relações afetivas com familiares e amigos, poderá constituir-se numa melhor qualidade de vida.

Mendes e Leite (2004) salientam que qualquer mudança no ambiente de trabalho gera impactos negativos ou positivos sobre a percepção da qualidade de vida do indivíduo. Portanto, deve-se promover a saúde, o equilíbrio físico e psicoemocional, pois para o indivíduo ter uma boa qualidade de vida no trabalho é necessário ter boas condições de trabalho. Para a Associação Brasileira de Qualidade de Vida (2015), aprender a equilibrar o tempo dedicado ao trabalho e à vida pessoal pode ser o início para uma vida mais saudável.

Gill e Feinstein (apud NAHAS, 2003) definiram qualidade de vida como a percepção individual relativa às condições de saúde e outros aspectos gerais da vida pessoal. Conforme Silva (apud MENDES; LEITE, 2004), qualidade de vida e saúde são palavras que se confundem, pois definem saúde com o conceito de boa qualidade de vida.

A Organização Mundial da Saúde (2015) definiu saúde como o estado de completo bem-estar físico, mental e social, não significando apenas ausência de doenças, mas também o vivenciar uma sensação de

bem-estar psicológico e social, mantendo boa qualidade nas relações que o indivíduo tem com as pessoas e com o meio ambiente do qual faz parte.

Marcondes (1996) define saúde como um estado de equilíbrio do organismo. Esse equilíbrio, de natureza dinâmica, é obtido pelo funcionamento harmônico dos órgãos e tecidos e pela estabilidade emocional do indivíduo. A saúde resulta dessa harmonia e da capacidade do organismo em reagir dinamicamente às agressões que sofre, preservando, assim, a vida.

Segundo Nahas (2003), o ser humano almeja viver muitos anos e em boas condições de saúde e vários fatores contribuem para alcançar este objetivo, sendo o mais recente, as mudanças positivas no estilo de vida, que afetam a maneira como vivemos e por quanto tempo vivemos. Silva e Marchi (1997) comentam que a boa saúde é influenciada pelo estilo de vida, e este afeta diretamente nossa qualidade de vida.

Bouchard (apud NAHAS, 2003) considera a saúde como uma condição humana com dimensões física, social e psicológica, caracterizada com polos negativos e positivos. A saúde negativa associa-se à morbidade e a mortalidade, já a saúde positiva está associada à capacidade de apreciar a vida e resistir aos desafios do cotidiano.

A Associação Brasileira de Qualidade de Vida (2015) comenta que a assistência médica deveria focar mais na promoção da saúde dos indivíduos, ajudar as pessoas a mudar seu comportamento, criando uma população mais saudável, onde o estilo de vida e os riscos de saúde fossem administrados de forma proativa e onde fossem motivadas a assumir responsabilidades para o seu próprio bem-estar. Esses seriam os caminhos para a prevenção da saúde, e para alcançá-los é necessário enfrentar e superar os desafios com determinação.

Como não existe uma fórmula para encontrar a felicidade, também não existe uma fórmula para alcançar um padrão de qualidade de vida considerado ideal para todos. Contudo, alguns aspectos podem contribuir para estruturar um estilo de vida mais saudável. Sharkey (1998) afirma que é importante a busca ativa de prazer na vida do ser humano, por meio das responsabilidade e escolhas de cada um, assumindo a maneira

como escolher viver. Isso tudo, aliado a uma forma criativa e livre de pensar e agir comprometida consigo e com o meio inserido culturalmente, auxilia a ter uma experiência mais plena e saudável de vida.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é um processo de construção do conhecimento e tem como meta gerar novas informações e/ou corroborar algum conhecimento preexistente. Neste artigo, foi realizada revisão bibliográfica sobre o processo saúde e doença, estresse e qualidade de vida, com o objetivo de compreender os fatores referentes ao processo saúde/doença, estresse e sua influência na qualidade de vida dos trabalhadores (CLARK; CASTRO, 2003).

A pesquisa bibliográfica, segundo Salomon (2004), é um trabalho empreendido metodologicamente, quando surge um problema, para o qual se procura a solução adequada cientificamente. O problema principal a ser pesquisado era “No processo saúde e doença, qual a influência do estresse na qualidade de vida dos trabalhadores nas organizações”. Para tanto, faz-se necessário, dentro do contexto da metodologia escolhida, um bom planejamento e organização para um desempenho eficaz e que atenda aos objetivos do pesquisador.

Para Minayo (2008), entende-se por metodologia, a proposta de discutir e avaliar as características essenciais da ciência e de outras formas de conhecimento; as abordagens metodológicas, enfocando o planejamento, a apresentação de projetos e sua execução, bem como a divulgação dos trabalhos de pesquisa embasados na ética profissional. No decorrer deste artigo, foram citados diversos autores buscando informações atualizadas e mencionados vários resultados de pesquisas desenvolvidas nesta área. Dessa maneira, pretende-se contribuir cientificamente com este artigo, divulgando-o com o objetivo de trocar e ampliar conhecimentos sobre os assuntos tratados.

Em relação à análise de conteúdo, Chizzotti (2006) ressalta que é uma dentre as diferentes formas de interpretar o conteúdo de um texto, consiste em relacionar a frequência da citação de alguns temas,

palavras ou ideias em um texto para medir o peso relativo atribuído a determinado assunto pelo seu autor. Neste artigo, a análise de conteúdo ocorreu em virtude de comparações entre as diversas ideias de autores e dos resultados das pesquisas encontradas, sendo que estes temas discutidos serão explanados nas considerações finais, com a intenção de proporcionar um parecer conclusivo dos assuntos tratados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os objetivos propostos neste artigo que eram compreender o processo saúde/doença, as etapas e desencadeantes do estresse e a qualidade de vida dos trabalhadores, foi possível concluir que vivemos cotidianamente inseridos num mundo competitivo e com grande modernização, onde as mudanças dos fatos ocorrem de maneira veloz, forçando o homem a modificar seu ritmo de vida, gerando dificuldades para o indivíduo conseguir elaborar seus conflitos, o que desencadeia doenças, como o estresse.

Nos últimos anos, os estudos e pesquisas em relação ao estresse do trabalhador foram crescentes na literatura científica, em virtude do impacto negativo que gera na saúde e bem-estar dos indivíduos e, conseqüentemente, no funcionamento e na efetividade dos trabalhos nas organizações, de modo que o estresse é um fator de diminuição do rendimento e qualidade e aumento de inúmeros erros e fragilidades. Estes aspectos estiveram bastante presentes no decorrer deste artigo, onde foi possível verificar um grande número de pesquisas existentes com incidência elevada de casos de estresse em trabalhadores.

O estresse ocorre diariamente e sabe-se que ele nunca vai deixar de existir, assim, precisamos aprender a conviver com ele, tentando amenizá-lo. Desse modo, se o indivíduo compreender algumas manifestações e tentar buscar o equilíbrio emocional, talvez consiga reagir aos estressores organizacionais mais facilmente, não chegando a prejudicar sua qualidade de vida e sua relação pessoal e social com a organização.

As empresas também deveriam melhorar a qualidade de vida de seus funcionários, buscando diminuir os estressores nas organizações, proporcionando-lhes um ambiente de trabalho agradável, dando-lhes maiores incentivos, onde pudesse existir esperança de melhor identificar, reconhecer e motivar os trabalhadores. A qualidade de vida no trabalho tem, como ponto central, proporcionar condições adequadas para o trabalhador, garantindo o bem-estar daqueles que são responsáveis pela produção e resultados de uma organização. Dessa maneira, a valorização e o reconhecimento dos trabalhadores tornam-se essenciais, tanto quanto os demais recursos necessários a uma organização, pois será o diferencial na busca por melhores desempenhos e qualidade para o sucesso das organizações.

Ações de qualidade de vida no trabalho devem ser incorporadas no cotidiano das empresas, com o objetivo de proporcionar qualidade para os profissionais e para os produtos e serviços por elas oferecidos. As empresas, ao conceberem um programa de qualidade, devem compreender que ele somente terá sucesso se houver efetivo envolvimento e participação dos funcionários atuando com satisfação e motivação para a realização de suas atividades.

Nesse sentido, as empresas evoluirão se oferecerem aos funcionários oportunidades de expressão e de participação nas decisões para a melhoria dos métodos de trabalho, dos produtos e da racionalização de custos. Isto é uma maneira de reconhecimento do funcionário, o que acaba se refletindo em produtividade e qualidade de vida ao trabalhador e, conseqüentemente, resultará também em qualidade de vida pessoal, social e familiar, proporcionando uma vida mais saudável aos indivíduos.

Portanto, todo trabalhador têm direito de desenvolver seu trabalho dignamente, num ambiente equilibrado e saudável, visto que a saúde humana e a valorização do trabalho constituem direitos humanos fundamentais e devem se sobrepor a qualquer outro direito ou interesse das organizações. Conforme o exposto, o trabalho humano deve ser cada vez mais respeitado, pois é dever de todos zelar por um ambiente de

trabalho adequado, evitando, assim, acidentes ou doenças que lesam a vida, a saúde e a dignidade do trabalhador.

Cabe ressaltar, ainda, que este artigo possibilitou refletir acerca da atuação dos profissionais de Psicologia que atuam nas organizações, os quais têm a incumbência de mostrar para as empresas que o trabalhador deve ter seus direitos garantidos, pois as organizações, geralmente, focam apenas na produção, resultados e faturamento. Assim, as empresas que possuem em suas equipes profissionais desta área, poderão obter resultados de maneira mais amena, garantindo a permanência dos princípios e cultura da empresa, sem, contudo, esquecer o lado humano dos funcionários.

Com o desenvolvimento deste artigo, foram abordados vários assuntos que servirão como ponto de partida para a realização de outras pesquisas que necessitam ser desenvolvidas no contexto organizacional, em relação à prevenção do estresse e a busca por melhor qualidade de vida dos trabalhadores. Sugere-se, também, desenvolvimento de programas de qualidade de vida nas organizações que previnam e proporcionem aos funcionários mais resistência ao estresse, estabilidade emocional, motivação, maior eficiência no trabalho e melhores relacionamentos.

Assim, pode-se concluir que este trabalho foi de grande valia para o aprendizado profissional e, principalmente, pessoal, pois buscou refletir não apenas como devemos agir e se portar no ambiente de trabalho, mas nos diversos aspectos e momentos de nossa vida, tendo como metas a prevenção do estresse e demais doenças, a fim de possibilitar uma vida saudável e com qualidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE QUALIDADE DE VIDA. Disponível em: <www.abqv.com.br>. Acesso em: 04 ago. 2015.

BACCARO, Archimedes. **Vencendo o estresse**: como detectá-lo e superá-lo. Petrópolis: Vozes, 1997.

BACKES, Marli Terezinha Stein et al. Conceitos de saúde e doença ao longo da história sob o olhar epidemiológico e antropológico. **Rev. enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, jan./mar. 2009.

BELLUSCI, Silvia Meirelles. **Epidemiologia**. São Paulo: SENAC, 1995.

BOLANDER, Verolyn. **Enfermagem fundamental**: abordagem psicofisiológica. Lisboa: Lusodidacta, 1998.

CALAIS, S. L.; ANDRADE, L. M. B.; LIPP, M. E. N. Diferenças de sexo e escolaridade na manifestação de estresse em adultos jovens. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 2, 2003.

CAMELO, S. H. H.; ANGERAMI, E. L. S. Sintomas de estresse em trabalhadores de cinco núcleos de saúde da família. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. v. 12, n. 1, 2004.

CLARK, O. A. C.; CASTRO A. A. A pesquisa. **Pesqui Odontol Bras**, São Paulo, v. 17, p. 67-69, 2003. Suplemento 1.

CARVALHO, A. V.; SERAFIM, O. C. G. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Thomson, 2003. v. 2.

CHIAVENATO, I. **Comportamento organizacional**: a dinâmica do sucesso das organizações. São Paulo: Thomson, 2004.

_____. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. **Recursos humanos**: o capital humano das organizações. São Paulo: Atlas, 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

COHEN, A. R.; FINK, S. L. **Comportamento Organizacional**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

COSTA, M. et al. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. **Revista Panamericana Salud Publica**, v. 21, n. 4, 2007.

DETHLEFSEN, T.; DAHLKE, R. **A doença como caminho**: uma nova visão da cura como ponto de mutação em que um mal se deixa transformar em bem. São Paulo: Cultrix, 1999.

FRANÇA, A. C. L.; RODRIGUES, A. L. **Stress e trabalho**: uma abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas, 2002.

FORATTINI, O. P. **Epidemiologia geral**. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 1996.

LIPP, M. E. N. **Mecanismos neuropsicofisiológicos do stress**: teoria e aplicações clínicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

_____. **Pesquisas sobre stress no brasil**: saúde, ocupações e grupos de risco. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Stress na Atualidade**: qualidade de vida na família e no trabalho. Instituto de Psicologia e Controle do Stress – IPCS. Disponível em: <<http://www.estresse.com.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

LIPP, M. E. N.; NOVAES, L. E. **Mitos e verdades**: o stress. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. **O estresse**. São Paulo: Contexto, 2003.

LIPP, M. E. N.; TANGANELLI, M. S. Stress e qualidade de vida em magistrados da justiça do trabalho: diferenças entre homens e mulheres. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 3, 2002.

MALAGRIS, L. E. N.; FIORITO, A. C. C. F. Avaliação do nível de stress de técnicos da área de saúde. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 23, n. 4, 2006.

MARCONDES, A. C. **Discutindo sua saúde**. São Paulo: Scipione, 1996.

MASLACH, C.; LEITER, M. P. **Trabalho**: fonte de prazer ou desgaste. Guia para vencer o estresse na empresa. Campinas: Papirus, 1999.

MENDES, A. M.; CRUZ, R. M. Trabalho e saúde no contexto organizacional: vicissitudes teóricas. In: TAMAYO, A. (Org.). **Cultura e saúde nas organizações**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDES, R. A.; LEITE, N. **Ginástica laboral**: princípios e aplicações práticas. Barueri: Manole, 2004.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MOLLER, C. **O lado humano da qualidade**. São Paulo: Pioneira, 1992.

MUCHINSKY, P. M. **Psicologia organizacional**. São Paulo: Pioneira, 2004.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 2. ed. Londrina: Midiograf, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Disponível em: <<http://www.who.int/eportuguese/pt/>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

PASCHOAL, T.; TAMAYO, A. Ergonomia, estresse e trabalho. Validação da escala de estresse no trabalho. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 1, 2004.

QUINN, R. E. **Competências gerenciais**: princípios e aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Afiliada, 2002.

ROBBINS, S.; COULTER, M. **Administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice hall do Brasil, 1998.

ROSSETTI, M. O. et al. O inventário de sintomas de stress para adultos de lipp (ISSL) em servidores da Polícia Federal de São Paulo. **Rev. bras. ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, **dez.** 2008.

SHARKEY, B. J. **Condicionamento físico e saúde**. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SELYE, Hans. **Stress**: a tensão da vida. Edição original publicada por McGraw – Hill Book Company, 1956.

SILVA, M. A. D.; MARCHI, R. **Saúde e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Best Seller, 1997.

VERGARA, S. C. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2000.

WILLIAMS, S. **Administrando a pressão para obter o desempenho máximo**. São Paulo: Littera Mundi, 1998.

TERCEIRA IDADE E A HIDROGINÁSTICA

Marilúcia de Oliveira*
Sandra Rogéria de Oliveira**

RESUMO

A prática regular de exercícios físicos, como a hidroginástica, deve ser inserida no cotidiano dos idosos. Apesar destes benefícios potenciais, a prática de hidroginástica por indivíduos na terceira idade ainda não foi profundamente estudada. O objetivo deste trabalho foi estudar os principais motivos pelos quais a terceira idade busca a hidroginástica como atividade física para diminuir os problemas trazidos pela idade. O estudo tem cunho documental, dessa forma, foram realizadas buscas na base de dados da Scielo Brasil, em textos científicos que deveriam ser publicados nos últimos dez anos em língua portuguesa e agregar conhecimento científico na área de hidroginástica para terceira idade. Foram encontrados dez textos e dados, como título, autores, quais foram os dados levantados e qual a contribuição do trabalho foram tabulados e mostrados nesse trabalho. Poucos trabalhos mostram o real motivo pelos quais os idosos procuram a hidroginástica, no entanto, por meio da literatura consultada, é possível afirmar que, principalmente, o bem-estar, melhora a qualidade de vida, e a orientação médica é motivadora.

Palavras-chave: Hidroginástica. Qualidade de Vida. Terceira Idade.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento, processo inexorável aos seres vivos, conduz a uma perda progressiva das aptidões funcionais do organismo, aumentando o risco do sedentarismo. Essas alterações, nos domínios biopsicossociais, colocam em risco a qualidade de vida do idoso, por

* Especialista em Personal Training pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, *Campus* de Chapecó.

** Mestre em Educação, Coordenadora e professora do Curso de Pós-Graduação em Personal Training da Universidade do Oeste de Santa Catarina, *Campus* de Chapecó; sandra.oliveira@unoesc.edu.br

limitar a sua capacidade para realizar, com vigor, suas atividades do cotidiano e colocar em maior vulnerabilidade a sua saúde.

O acesso à atividade física varia de indivíduo, que, na maioria das vezes, não procura a prática de atividade como uma forma de prevenção e sim quando o problema com a falta dela já está instalado. O sedentarismo, que tende a acompanhar o envelhecimento, vem sofrendo importante pressão do avanço tecnológico ocorrido nas últimas décadas, sendo um importante fator de risco para as doenças crônico-degenerativas, especialmente as afecções cardiovasculares, principal causa de morte nos idosos. A prática de exercício físico, além de combater o sedentarismo, contribui de maneira significativa para a manutenção da aptidão física do idoso, seja na sua vertente da saúde, seja nas capacidades funcionais. Entretanto, os exercícios físicos podem apresentar algumas limitações para os idosos, em virtude das modificações fisiológicas impostas com o processo de envelhecimento.

A prática regular de exercícios físicos, como a hidroginástica, deve ser inserida no cotidiano dos idosos. A hidroginástica possui algumas vantagens para este grupo populacional em razão da utilização das propriedades físicas da água, as quais trazem algumas contribuições para o trabalho, como diminuição do peso corporal dentro da água em, aproximadamente, 90%; diminuição do impacto nas articulações, reduzindo os riscos de fratura e melhorando a autoconfiança e a ausência do desconforto da transpiração. Apesar destes benefícios potenciais, a prática de hidroginástica por indivíduos na terceira idade ainda não foi profundamente estudada. Dessa forma, busca-se, com este trabalho, estudar os principais motivos pelos quais a terceira idade busca a hidroginástica como atividade física para diminuir os problemas trazidos pela idade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Estudos que buscam investigar sobre as condições que permitem uma boa qualidade de vida na velhice, certamente, são de grande importância no cunho social e científico. Além disso, tentar

responder à aparente contradição que existe entre velhice e bem-estar ou mesmo a associação entre a velhice e a doença, poderá ser um fator contribuinte na compreensão do envelhecimento e, também, dos limites e alcances do desenvolvimento humano (FLECK; CHACHAMOVICH; TRENTINI, 2003). A hidroginástica tem sido apontada como uma forma de exercício, importante para os idosos. Estudos têm mostrado alguns benefícios da sua prática sobre aspectos importantes de saúde e os reais efeitos dessa prática para os idosos, todavia, algumas possíveis metodologias de trabalho específicas para essa população ainda carecem de esclarecimentos (TEIXEIRA et al., 2007).

A hidroginástica é constituída de exercícios aquáticos específicos, que aproveitam a resistência da água como sobrecarga e do empuxo para reduzir o impacto, o que permite a prática de um exercício, mesmo em intensidades altas, com diminuídos riscos de lesão. Os exercícios realizados dentro da água possuem ainda a vantagem de causar menor impacto nos membros inferiores, facilitando a prática para aquelas pessoas que não podem suportar o seu próprio peso ao realizarem um exercício terrestre (KRUEL, 2000), pois quando o corpo imerge, a água é deslocada e cria uma força de flutuação que retira a carga das articulações imersas, por exemplo, quando o corpo se encontra imerso até o pescoço, somente cerca de 7,5 Kg de força compressiva é exercida sobre a coluna, quadris e joelhos (RUOTI; BERGUER, 1994).

As atividades aquáticas possuem efeitos biológicos, que podem ser tanto imediatos quanto tardios. No sistema musculoesquelético, os efeitos são causados pela ação compressiva da imersão, bem como pela regulação reflexa do tônus dos vasos sanguíneos. A turbulência da água exige estabilização central antes que o movimento distal seja possibilitado. A reeducação dos músculos do tronco, por meio da atividade, possibilita o uso mais eficiente dos músculos abdominais e dorsais para controle postural em terra (RUOTI; BERGUER, 1994), levando a uma melhora no alinhamento corporal (TEIXEIRA et al., 2006).

A hidroginástica apresenta algumas vantagens para esse grupo populacional, com o aproveitamento das propriedades físicas

da água, possibilitando um melhor rendimento aos idosos, além de oferecer menores riscos. Essas propriedades referem-se à massa, peso, densidade, flutuação, pressão hidrostática, tensão superficial, refração e a viscosidade, que exploram os movimentos, de forma a diminuir as forças compressivas sobre as articulações, usando os músculos de forma mais simétrica e equilibrada, incluindo aqueles outros exercícios utilizados em atividades físicas em terra, aumentando assim a variedade dos movimentos corporais. Savolainen e Malkia (2002) explicam que a hidroginástica possui um caráter profilático e de contribuição para a independência pessoal na vida diária, diferenciando-se de outras atividades, pois no meio líquido, as musculaturas agonistas e antagonistas trabalham em alternância e igualmente para vencer a resistência da água, sendo utilizada, predominantemente, a contração concêntrica, pois, em virtude do fluxo turbulento e irregular dos movimentos repetidos, a musculatura age sempre contra uma força oposta.

Teixeira et al. (2007) listam inúmeros benefícios trazidos pela hidroginástica, como: diminuição da dor em virtude das altas temperaturas e receptores de tato e pressão que afetam as terminações nervosas, fazendo com que, por meio do extravasamento sensorial, a dor seja menos percebida e seu limiar aumentado; aquecimento simultâneo das diversas articulações e músculos logo após a imersão e durante a execução dos exercícios, tanto pela movimentação dentro da água quanto pela temperatura da mesma; melhora as trocas gasosas; melhora a irrigação, ativando vasos capilares, veias e artérias, garantindo elasticidade; diminui os problemas de hipertensão e hipotensão; atua no aspecto estético do corpo, desenvolvendo os músculos e a resistência muscular e diminuindo a gordura corporal; aumento da amplitude e mobilidade articular, permitindo determinados movimentos que eram difíceis de serem realizados fora da água; aumento dos níveis de força; incremento do consumo máximo de oxigênio (VO_2 máx); excreção aumentada de urina (diurese), sódio (natriurese) e potássio (potassiurese).

Diante de tantas informações positivas a respeito da hidroginástica, questiona-se quais são os reais motivos que os idosos

procuram essa atividade. Aguiar e Gurgel (2009) investigaram os efeitos da hidroginástica sobre a qualidade de vida, força de membros inferiores e flexibilidade de idosas em Fortaleza, CE. Apesar de ter sido delimitado um tempo mínimo de seis meses para a prática de hidroginástica, período este relativamente curto, observou-se neste estudo resultado significativamente maior do grupo praticante de hidroginástica no teste de impulsão vertical. Segundo Frontera et al. (1990), a melhoria da quantidade de força ocorre de forma relativamente rápida, podendo ser identificada em um tempo médio de dois meses. Nos idosos, o ganho de força parece ocorrer de forma mais intensa do que nos jovens. A justificativa para este fato é que as pessoas mais idosas costumam iniciar um programa de exercícios em condições físicas mais precárias do que aquelas mais jovens, obtendo assim ganhos relativos maiores. No entanto, o ganho de força obtido pelos idosos é rapidamente perdido com a suspensão do treinamento, ocorrendo 32% de perda na força dentro de quatro semanas após a suspensão do treinamento (MATSUDO; MATSUDO; BARROS NETO, 2000). Como conclusão desse trabalho, os autores relatam que a prática de hidroginástica por mulheres na terceira idade deve ser estimulada, pois além de ser uma atividade relaxante e de baixo impacto, melhora a qualidade de vida relacionada ao domínio físico, à força e à flexibilidade, contribuindo dessa forma com a prevenção de lesões e a independência nessa etapa tão importante da vida.

Teixeira et al. (2009) levantaram os motivos da escolha da hidroginástica em Santa Maria, RS. Os dados mostram que 84% dos idosos avaliados procuram essa atividade por indicação médica e dizem manterem-se mais saudáveis, concluindo que a maior busca dos idosos na hidroginástica está relacionada à manutenção da saúde e melhora da capacidade física, mostrando, assim, uma grande difusão desta prática entre o grupo estudado.

Gubiani et al. (2001) analisaram os efeitos de oito meses de hidroginástica sobre indicadores antropométricos de mulheres entre 60 e 80 anos de idade. Os autores avaliaram a massa corporal, estatura, perímetros e somatórios de dobras cutâneas, representando a gordura

por região (tronco, membros, central e periférica) e a gordura total. O grupo experimental participou das atividades de hidroginástica durante 32 semanas, totalizando 64 sessões, com duração aproximada de 45 minutos. Com base nos resultados, os autores concluíram que o programa de hidroginástica praticado durante oito meses propiciou reduções significativas nas variáveis de massa corporal e nos perímetros da cintura, dos glúteos, das coxas e das panturrilhas. Quanto à distribuição de gordura corporal regional e total, constatou-se que o programa de hidroginástica realizado foi eficaz para promover reduções na adiposidade corporal.

Tsukahara et al. (1994) avaliaram 67 mulheres na pós-menopausa, por um período de um ano, participantes de exercícios no meio aquático, pelo menos, uma vez por semana. O grupo controle foi composto por 30 mulheres. Os resultados mostraram que o grupo controle perdeu 1% de densidade mineral óssea lombar (L2-L4) e o grupo treinado obteve um aumento de 1,55% da densidade mineral óssea lombar. Os autores destacam que o treinamento no meio aquático é um importante fator na prevenção de perda de massa óssea. Bravo et al. (1977) avaliaram 77 mulheres osteopênicas, com idade entre 50 e 70 anos, durante 12 meses. O treinamento consistia em exercícios de saltos com movimentos e exercícios localizados, entre 15 e 20 repetições. A frequência do treino foi de uma vez por semana, com 60 minutos de duração. Os resultados demonstraram que as participantes melhoraram a aptidão física cardiorrespiratória, a agilidade, a flexibilidade, a força e a resistência, reduzindo, assim, os fatores de risco de queda. Apesar disso e contrariamente ao estudo de Tsukahara et al. (1994) não houve diferença significativa, após 1 ano de treinamento, na densidade mineral óssea L2-L4 e colo femoral, o que pode ser em razão de alguma especificidade do grupo e também em razão do fato de os sujeitos do grupo já estarem acometidos pela patologia, fato que deve ser melhor investigado. A literatura especializada aponta que indivíduos ativos e atléticos têm uma densidade mineral óssea significativamente aumentada, quando comparada com controle de grupos sedentários, sendo que essa diferença varia entre 8 e 30%, independentemente do tipo de exercício.

Entre alguns trabalhos encontrados na literatura, eles citam que a busca pela hidroginástica ocorre, principalmente, por indicação médica, ou porque sabem que pode melhorar o bem-estar do cotidiano, pois aumenta a socialização, diminui a depressão e preenche o tempo livre (PINTO et al., 2006). Etchepare et al. (2004) afirmam que os idosos buscam a hidroginástica por suas vantagens, como a saúde e pelo prazer de uma atividade em meio aquoso.

Como observado, a hidroginástica traz inúmeros benefícios à vida dos idosos, principalmente, por melhorar a flexibilidade e diminuir a pressão sobre as articulações, no entanto, a literatura é bastante escassa no que se diz respeito aos reais benefícios. Os trabalhos ainda são regionais e com baixo número de indivíduos, dessa forma, investir em uma pesquisa sólida e avançada, avaliando o efeito da hidroginástica por maiores períodos de tempo, são fatos interessantes que podem melhorar a literatura encontrada no Brasil a respeito desse assunto. O objetivo deste trabalho é compreender os motivos que estimulam os idosos a procurarem a hidroginástica e seus efeitos sobre a melhora da qualidade de vida desse grupo populacional.

3 MÉTODO

Este estudo é de cunho documental, onde foram buscados trabalhos em língua portuguesa, como artigos publicados em periódicos e anais de congressos científicos disponibilizados da internet, dos quais foi possível o acesso aos textos completos. O objetivo foi levantar os principais fatos que motivam pessoas da terceira idade a buscarem a atividade da hidroginástica. A fonte de dados utilizada foi a plataforma de pesquisa Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil), utilizando as palavras-chave atividades aquáticas, hidroginástica no Brasil e idosos.

O acesso à base de dados da SciELO Brasil é bastante restrito no que se diz respeito a número de artigos relacionados à prática da hidroginástica no Brasil. Os artigos foram selecionados pelo nome e pela relação com atividades aquáticas, no entanto, somente foram

selecionados aqueles que tinham a hidroginástica como atividade que promovesse qualidade de vida aos idosos. Foram encontrados 18 artigos completos, publicados na íntegra, excluídos os trabalhos publicados em anais de congresso, pois se tratam de trabalhos incompletos, que ainda requerem a finalização com todos os dados, assim, apenas artigos publicados na área de hidroginástica e entre os anos de 2004 e 2014 foram selecionados (n=10). No Quadro 1 são apresentados os critérios para inclusão e exclusão desses estudos.

Quadro 1 – Critérios de inclusão e exclusão de trabalhos

Inclusão
1 - Ser publicado na base de dados da Scielo Brasil.
2 - Artigo completo, de cunho científico.
3 - Ano da publicação a partir de 2004.
4 - Se a proposta da pesquisa contribui para melhoria de vida dos idosos.
5 - A prática da hidroginástica, como melhora da qualidade de vida dos idosos.
Exclusão
1- Teses e dissertações
2- Resumos publicados em anais de congresso
3- Artigos relacionados a atividades aquáticas, mas que não relatam benefícios da hidroginástica.

Fonte: os autores.

Todos os documentos foram acessados para identificação do conteúdo, análise do título, verificação dos dados de publicação e aqueles que seguiam o critério de inclusão definido no Quadro 1 são listados no Quadro 2. São listados o título do artigo, autores, ano de publicação, nome do periódico, quais foram os dados levantados e o impacto dessa pesquisa sobre a qualidade de vida dos idosos.

4 RESULTADOS

Descritos no Quadro 2 encontram-se dez trabalhos levantados que mostram um total de 583 idosos que foram submetidos à prática da hidroginástica nesses estudos e os parâmetros avaliados incluem:

teste de impulsão vertical para a avaliação indireta da força muscular de membros inferiores e o teste de sentar e alcançar para avaliação da flexibilidade, medidas de estatura (cm), peso (kg) e circunferências de cintura, quadril e abdome (cm) e cálculos do índice de massa corporal (IMC) e relação cintura-quadril (RCQ), velocidade, agilidade e equilíbrio (levanta, caminha 2,44 m e volta a sentar), flexibilidade dos membros superiores (alcançar atrás das costas com as mãos), resistência aeróbica, densidade mineral óssea, nível de atividade física, parâmetros cinemáticos do andar (comprimento da passada e do passo, duração e velocidade da passada, cadência e duração das fases de suporte simples, balanço e duplo suporte), questionário de autoestima e autoimagem e, para avaliar a capacidade pulmonar, ensaios com espirometria e manovacuumetria foram realizados.

Quadro 2 – Publicações referentes a vantagens que levam os idosos à procura pela hidrogenástica no Brasil

Referência/ nome do artigo	Nome do periódico	Dados levantados	Impacto da pesquisa
<p>Alves et al. (2004). Aptidão física relacionada à saúde de idosos: influência da hidroginástica.</p>	<p>Rev Brasileira de Medicina e Esporte</p>	<p>Força e resistência de membros inferiores (levantar e sentar na cadeira), força e resistência de membros superiores (flexão do antebraço), flexão de membros inferiores (sentado, alcançar os membros inferiores com as mãos), mobilidade física – velocidade, agilidade e equilíbrio (levanta, caminha 2,44m e volta a sentar), flexibilidade dos membros superiores (alcançar atrás das costas com as mãos) e resistência aeróbica (andar seis minutos).</p>	<p>Concluiu-se que a prática de hidroginástica para mulheres idosas sem exercícios físicos regulares contribuiu para a melhoria da aptidão física relacionada à saúde.</p>
<p>Mazo et al. (2006). Programa de Hidroginástica para Idosos: Motivação, Auto-Estima e Auto-imagem.</p>	<p>Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano</p>	<p>Esta pesquisa verificou a autoestima e a autoimagem e a sua relação com os fatores motivacionais de ingresso e de permanência dos idosos em um programa de hidroginástica.</p>	<p>O principal motivo de ingresso no programa foi para melhorar a saúde física e mental e de permanência neste foi o gosto pela atividade física no meio líquido e a sensação de bem-estar. O programa de hidroginástica trata-se de um meio para melhoria da autoimagem e autoestima dos idosos, além de ser um fator que os mantém junto ao programa.</p>

Referência/ nome do artigo	Nome do periódico	Dados levantados	Impacto da pesquisa
Aguiar & Gurgel, (2009). Investiga-ção dos efeitos da hidroginástica sobre a qualidade de vida, a força de membros inferiores e a flexibilidade de idosas: um estudo no Serviço Social do Comércio - Fortaleza	Revista brasileira de Educação Física e Esporte.	O trabalho teve o propósito de veri-ficar a influência da hidroginástica sobre a qualidade de vida, a força de membros inferiores e a flexibi-lidade das idosas.	Conclui-se que a prática regular de hidroginástica por mulheres na terceira idade con-tribui positivamente com a qualidade de vida, por influenciar o domínio físico desta, além de melhorar a força e a flexibilidade nesta etapa da vida.
Teixeira et al. (2009). Hidroginás-tica para Idosos: Qual o Motivo a Escolha?	Revista Salusvita	O estudo visou mos-trar os motivos da busca pela hidrogi-nástica, como forma de exercício, para idosos com mais de 60 anos da cidade de Santa Maria/RS	Conclui-se que há uma grande difusão de conhecimentos desta prática espor-tiva e seus benefí-cios para a saúde na terceira idade. Além disso, observou-se a necessidade da socialização entre os idosos e o reconhe-cimento dos médicos sobre os benefícios dessa prática esportiva.
Almeida et al. (2010). Avaliação do equilíbrio estáti-co e dinâmico de idosas praticantes de hidroginástica e ginástica.	Revista Brasileira de Cineantropo-metria Desempe-nho Humano.	O estudo avaliou o equilíbrio estático e dinâmico e valências motoras relacionadas em idosas pratican-tes de ginástica e hidroginástica.	Conclui-se que não houve supe-rioridade entre as modalidades, mas foi possível observar uma tendência de superioridade do grupo que prati-cou ginástica em parâmetros, como agilidade, equilíbrio e flexibilidade.

Referência/ nome do artigo	Nome do periódico	Dados levantados	Impacto da pesquisa
Brasileiro et al. (2011). Do diagnóstico à ação: uma proposta de lazer ativo e envelhecimento.	Revista Brasileira de Atividade & Saúde.	O Programa Lazer Ativo e Envelhecimento tem como objetivo a promoção da qualidade de vida de pessoas idosas, por meio de práticas físico-esportivas de lazer.	Os resultados obtidos por meio das avaliações e análises apontam melhorias na aptidão física e psicossociais dos participantes do programa.
Gonzaga et al. (2011). Efeitos de diferentes tipos de exercício nos Parâmetros do Andar de Idosas.	Rev Brasileira de Medicina e Esporte	O objetivo do estudo foi comparar os efeitos de diferentes tipos de exercício nos parâmetros cinemáticos do andar de idosas, considerando as características antropométricas, a capacidade funcional e o nível de atividade física.	Segundo os dados apresentados, todas as atividades físicas avaliadas promoveram de alguma forma a melhoria da qualidade de vida dos idosos.
Trindade et al. (2011). Capacidade Pulmonar em Idosos Praticantes de Hidroginástica	Estudo Interdisciplinar do envelhecimento	Avaliar a capacidade pulmonar de um grupo de idosos praticantes de hidroginástica.	Os resultados encontrados apontam para um perfil respiratório característico do processo de envelhecimento, com perdas em capacidade pulmonar e força de músculos respiratórios, porém minimizadas pela prática de atividade física regular.

Referência/ nome do artigo	Nome do periódico	Dados levantados	Impacto da pesquisa
Elias et al. (2012). Aptidão física funcional de idosos praticantes de hidroginástica	Revista Brasileira de Geriatria. Gerontologia	O estudo teve como objetivo verificar a aptidão física funcional de idosos praticantes de hidroginástica.	Conclui-se que os idosos praticantes de aulas de hidroginástica não apresentaram boa aptidão física funcional geral, principalmente nos níveis de força muscular de membro inferior, desempenho cardiorrespiratório e Flexibilidade.
Balsamo et al. (2013). Treinamento de força versus hidroginástica: uma análise transversal comparativa da densidade mineral óssea em mulheres na pós-menopausa	Revista Brasileira de Reumatologia	O objetivo foi comparar, em uma análise transversal, a densidade mineral óssea de mulheres praticantes de treinamento de força com mulheres praticantes de hidroginástica, na pós-menopausa.	Estes achados sugerem que não apenas o treinamento de força, mas também a hidroginástica podem ser estratégias não farmacológicas para prevenção da perda de DMO em mulheres na pós-menopausa.

Fonte: os autores.

5 DISCUSSÃO

As avaliações de Alves et al. (2004) contaram com 74 mulheres, sendo que apenas 37 delas receberam aula de hidroginástica e as outras 37 serviram como tratamento controle. As avaliações foram basicamente avaliações de força e resistência de membros inferiores (levantar e sentar na cadeira), força e resistência de membros superiores (flexão do antebraço), flexão de membros inferiores (sentado, alcançar os membros inferiores com as mãos), mobilidade física – velocidade, agilidade e equilíbrio (levantar, caminhar 2,44m e volta a sentar), flexibilidade dos membros superiores (alcançar atrás das costas com as mãos) e resistência aeróbica (andar seis minutos). A bateria de testes foi aplicada antes do início das aulas e ao final do programa, depois de três meses. O

resultado foi uma melhora significativa em todos os testes de aptidão aplicados, comprovando a importância dos exercícios proporcionados pela hidroginástica.

Na pesquisa de Elias et al. (2012), que realizaram os mesmos testes com 18 mulheres idosas, os resultados demonstraram que nos testes de flexibilidade dos membros superiores, flexibilidade de membros inferiores e mobilidade física, havia uma elevada incidência de idosas classificadas com baixa aptidão física, além disso, estavam acima do peso para pessoas que praticavam hidroginástica. Os níveis de aptidão da força dos membros inferiores encontrados foram baixos. Uma possível explicação é que idosos apresentam diminuição da força muscular, principalmente, nos membros inferiores. Os baixos níveis de atividade física (sobretudo locomoção ativa) estão associados à menor força muscular dos membros inferiores. Este fato acontece pela menor utilização da musculatura com o passar dos anos, principalmente, dos membros inferiores, uma vez que os idosos diminuem a atividade física, permanecendo a maior parte do tempo sentada, com baixa locomoção. Sugere-se, portanto, que sejam colocadas cargas (pesos) nos membros inferiores durante a realização das aulas de hidroginástica para aumentar a força desses membros.

Mazo, Cardoso e Aguiar (2006), por meio de questionários, buscaram saber quais são os motivos pelos quais 60 idosos do Grupo de Estudos da Terceira Idade do CEFID/UEDESC buscam a hidroginástica e porque eles permanecem nessa atividade. Foram realizadas perguntas presentes do questionário de Steglich, relativas à autoestima e ainda incluídos, nos dados de identificação (sexo, idade, estado civil), o tempo de prática no programa de hidroginástica, se praticam outra atividade física e os motivos que os levaram a ingressar e a permanecer no programa. Quanto aos principais fatores motivacionais para o ingresso no programa de hidroginástica, temos: melhorar a saúde física e mental (33,3%), problemas de saúde (18,3%) e indicação médica (16,8%). No presente estudo, o principal motivo para os idosos permanecerem no programa foi o gosto pela atividade física no meio líquido/sentir-se bem

(45%), os outros motivos foram os relacionados à melhora da saúde física e mental (26,7%) e ao convívio social/ amizade/sociabilização (25%). Os resultados deste estudo vão ao encontro do estudo realizado por Rolim et al. (ano), em que 50% dos idosos responderam que permanecem em programa de atividade física pelo fator bem-estar e saúde, 24% pela amizade, 12% por gostar da atividade proposta do professor, da estrutura da sala e pela estética, 8% pelo lazer e ocupação do tempo.

Almeida et al. (2010) compararam o equilíbrio estático e dinâmico de idosas praticantes de ginástica e hidroginástica, estatura (cm), peso (kg) e circunferências de cintura, quadril e abdome (cm) e cálculos do índice de massa corporal (IMC) e relação cintura-quadril (RCQ). As habilidades físicas foram medidas pelos testes de “sentar e levantar em 30 segundos” (resistência de membros inferiores) e “8-feet Up-and-go” (equilíbrio dinâmico), “sentar e alcançar” (flexibilidade) e teste de equilíbrio estático. Os valores de IMC são classificados como sobrepeso, indicando risco aumentado ao se considerar os valores propostos pela Organização Mundial da Saúde (LOCHER et al., 2007). Quando comparados com valores normativos propostos pela literatura e específicos para a população idosa (RIKLI, 1999) os resultados são classificados como pré-obesos, sobrepeso e obesos, respectivamente. Quando relacionada ao equilíbrio, a perda de força nos membros inferiores e o aumento da sobrecarga sobre os mesmos podem não interferir na oscilação postural enquanto o idoso estiver em pé, na posição estática, pois é limitado o recrutamento de fibras musculares, mas, certamente, são fatores importantes que contribuem para a perda do equilíbrio dinâmico e uma capacidade de locomoção deteriorada. Em termos de equilíbrio estático, os resultados mostraram que não houve diferença entre os valores dos dois grupos. Estudos mostram melhoras significativas do equilíbrio estático de grupos submetidos a distintos regimes de exercícios realizados em terra. Considerando-se o meio em que a atividade é realizada, na água, o equilíbrio está constantemente em situação instável em virtude da constante movimentação do líquido, teoricamente, propiciando um melhor desenvolvimento do mesmo.

Porém, existem fatores facilitadores, como a redução do peso corporal e eliminação da força de gravidade que facilitam a manutenção do equilíbrio. Os resultados permitiram concluir que praticantes de ginástica apresentaram resultados significativamente superiores para as variáveis equilíbrio dinâmico e flexibilidade, quando comparados às praticantes de hidrogenástica, além de uma tendência de superioridade sobre esta última, justificada, provavelmente, pelas diferenças entre os meios em que são praticadas. Contudo, atenção maior deve ser dada à manutenção de intensidades de esforço adequadas, dentro das duas modalidades, para que se consiga manter determinadas aptidões físicas relacionadas à saúde, dentro dos níveis de normalidade para sexo e faixa etária e, também, visando à prevenção de agravos.

Balsamo et al. (2011) avaliaram a capacidade pulmonar dos idosos praticantes de hidrogenástica. A coleta dos dados da pesquisa foi realizada antes do horário da aula de hidrogenástica, por meio de uma ficha de avaliação respiratória, além disso, foi mensurada a pressão arterial, frequência cardíaca, força dos músculos do pulmão e capacidade pulmonar dos 132 idosos avaliados. Não foi encontrada relação entre o tempo de hidrogenástica e os resultados dos exames espirométricos. Contudo, esse fato pode ter ocorrido porque são os sujeitos com mais anos de vida os que praticam a atividade há mais tempo, e, dessa maneira, já têm um declínio maior de suas funções pelo próprio processo de envelhecimento. Talvez, se fossem comparados os idosos de mesma faixa etária e mesmo tempo de hidrogenástica, os resultados poderiam revelar alguma associação.

6 CONCLUSÃO

Observando os dados levantados neste trabalho, é possível inferir que a hidrogenástica é uma atividade que propicia a seus adeptos inúmeras vantagens. Aos idosos, pode-se falar que os resultados são ainda mais consistentes, pois o meio aquoso diminui o impacto do exercício, mas, ao mesmo tempo, fortalece a musculatura e as articulações, propiciando

melhora na qualidade de vida desse grupo da população. Poucos trabalhos mostram o real motivo pelos quais os idosos procuram a hidroginástica, no entanto, por meio da literatura consultada, é possível afirmar que principalmente o bem-estar melhora na qualidade de vida e a orientação médica é motivadora. Infelizmente, o baixo número de trabalhos e a qualidade da pesquisa realizada no Brasil, na área de hidroginástica para terceira idade, dificultam a realização de maiores afirmações, porém, fica a expectativa do desenvolvimento tecnológico dessa atividade no país.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. B.; GURGE, L. A. Investigação dos efeitos da hidroginástica sobre a qualidade de vida, a força de membros inferiores e a flexibilidade de idosas: um estudo no Serviço Social do Comércio – Fortaleza. **Rev. bras. educ. fís. Esporte**, São Paulo, v. 23, n. 4, out./dez. 2009.

ALMEIDA, A. P. P. V.; VERAS, R. P., DOIMO, L. A. Avaliação do equilíbrio estático e dinâmico de idosas praticantes de hidroginástica e ginástica. **Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum**, v. 12, n. 1, p. 55-61, 2010.

ALVES, R. V. et al. Aptidão física relacionada à saúde de idosos: influência da hidroginástica. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Niterói, v. 10, n. 1, p. 31-7, 2004.

BALSAMO, S.; MOTA, L. M. H.; SANTANA, F. S. Treinamento de força versus hidroginástica: uma análise transversal comparativa da densidade mineral óssea em mulheres na pós-menopausa. **Rev. Bras. Reumatol.**, São Paulo, v. 53, n. 2, mar./abr. 2013.

BRASILEIRO, M. D. S. et al. Do diagnóstico à ação: uma proposta de lazer ativo e envelhecimento. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 16, n. 3, 2011.

BRAVO, G. et al. A weight-bearing, water-based exercise program for osteopenic women: its impact on bone, functional fitness, and well-being. **Arch Phys Med Rehabil.**, v. 78, n. 12, p. 1375-1380, 1997.

ELIASI, R. G. M.; GONÇALVES, E. C. A; MORAES, A. C. F. Aptidão física funcional de idosos praticantes de hidroginástica. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2012.

ETCHEPARE, L. S. et al. Terceira idade: aptidão física de participantes de hidroginástica. **Lecturas Educación Física y Deportes**, v. 9, p. 65, 2004. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd65/hidrog.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

FRONTERA, W. R. et al. Strength training and determinants of VO₂ max in older man. **Journal of Applied Physiology**, Bethesda, v. 68, p. 329-333, 1990.

GONZAGAI, J. M. et al. Efeitos de diferentes tipos de exercício nos parâmetros do andar de idosos. **Rev Bras Med Esporte**, São Paulo, v. 17, n. 3, 2011.

GUBIANI, G. L. et al. Efeitos da hidroginástica sobre indicadores antropométricos de mulheres entre 60 e 80 anos de idade. **Rev Bras Cin Des Humano**, v. 3, n. 1, p. 34-41, 2001.

KRUEL, L. M. F. et al. Alterações fisiológicas e biomecânicas em indivíduos praticando exercícios de hidroginástica dentro e fora d'água. **Rev Kinesis**, p. 104-154, 2001.

MATSUDO, S. M. et al. Evolução do perfil neuromotor e capacidade funcional de mulheres fisicamente ativas de acordo com idade cronológica. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Niterói, v. 9, n. 6, p. 365-376, 2003.

MAZO, G. Z.; CARDOSO, F. L.; AGUIAR, D. L. Programa de hidroginástica para idosos: motivação, auto-estima e auto-imagem. **Rev. Bras.Cineantropom. Desempenho Hum.**, v. 8, n. 2, p. 67-72, 2006.

PINTO, S. S. et al. Respostas cardiorrespiratórias em exercícios de hidroginástica executados com e sem o uso de equipamento resistivo. CD-ROM. In: CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3., 2006, Santa Maria. **Anais eletrônicos...** Santa Maria: UFSM, 2006.

ROLIM, M. K. S. B. et al. Fatores motivacionais para prática de atividade física na terceira idade. **Anais da Semana da Educação Física da UFSC**. Florianópolis: UFSC, 2004.

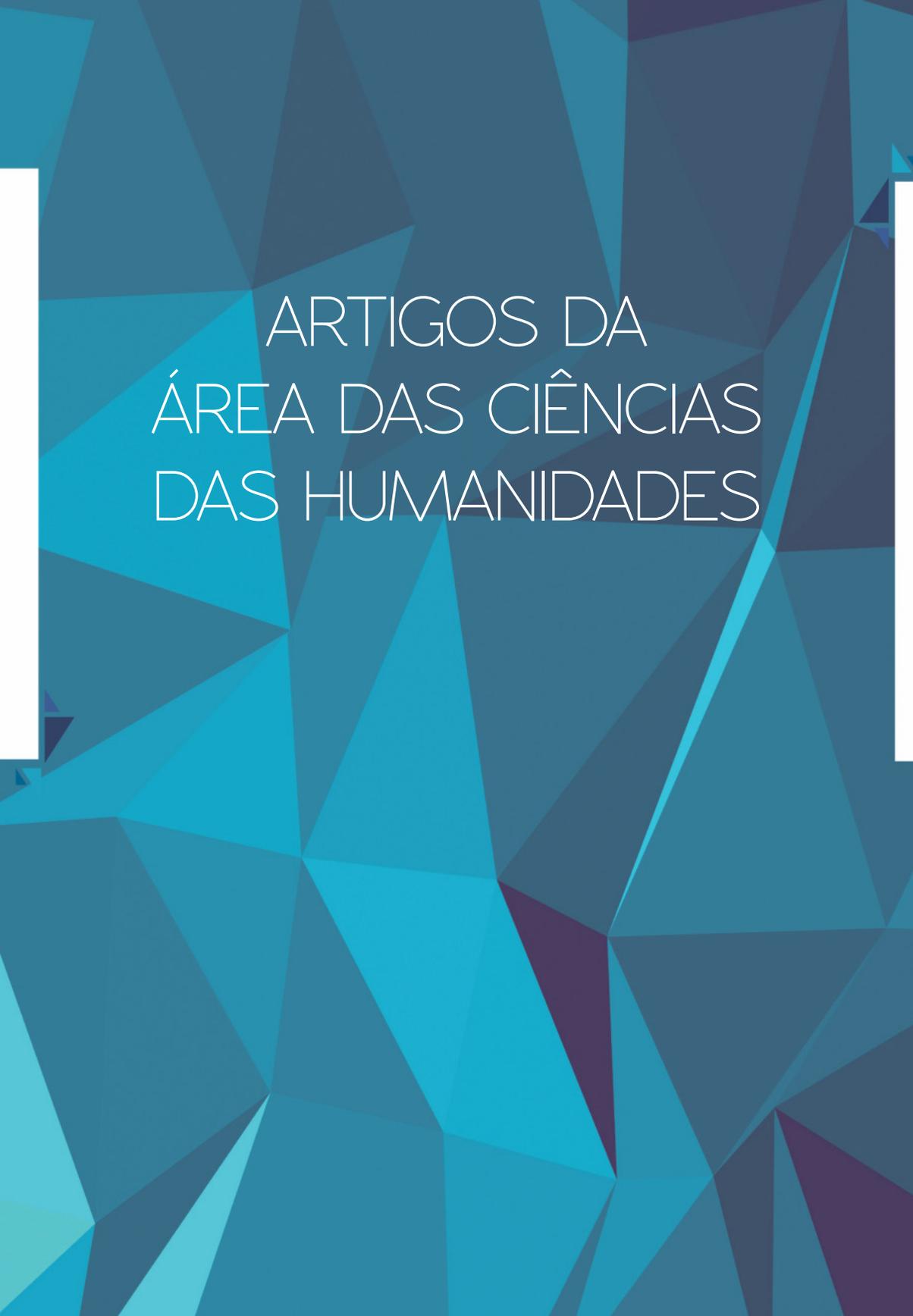
RUOTI, R. G.; TOUP, J. T.; BERGER, R. A. The effects of nonswimming water exercise on older adults. **J Orthop Sports Phys Ther.**, v. 19, p. 140-145, 1994.

TEIXEIRA, C. S.; PEREIRA, E. F.; ROSSI, A. G. A hidroginástica como meio para manutenção da qualidade de vida e saúde do idoso. **Acta Fisiátrica**, v. 14, n. 4, p. 226-232, 2007.

TEIXEIRA, C. S. **Influência de diferentes superfícies e do calçado na força de reação do solo em exercícios de hidroginástica**. Monografia. Santa Maria: UFSM, 2006.

TRINDADE, T. M. et al. Capacidade pulmonar em idosos praticantes de hidroginástica. **Estud. interdiscipl. envelhec.**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 79-96, 2011.

TSUKAHARA, N. et al. Cross-sectional and longitudinal studies on the effect of water exercise in controlling bone loss in Japanese postmenopausal women. **J Nutr Sci Vitaminol**, Tokyo, v. 40, n. 1, p. 37-47, 1994.



ARTIGOS DA
ÁREA DAS CIÊNCIAS
DAS HUMANIDADES

ANÁLISE DO IMPACTO NO CUSTO DA PRODUÇÃO DE PINTINHOS DE UM DIA: INCUBAÇÃO DE OVOS EM BANDEJA DE 96 EM RELAÇÃO À BANDEJA DE 84 OVOS

Cleomir Antonio Glowka*
Ricardo Antonio De Marco**

RESUMO

O incubatório é uma peça fundamental para a produção industrial de pintinhos. Para oferecer um produto de qualidade deve-se ter um rigoroso controle das etapas no processo de incubação, como: pré-incubação, incubação e pós-incubação. O sucesso na atividade da incubação se obtém quando todos os fatores são criteriosamente acompanhados e controlados, pois exercem influências sobre a taxa de eclosão dos ovos e a qualidade do pintinho. A cadeia começa na escolha dos equipamentos que serão utilizados, modelo de incubadora, nascedouro e acessórios. O principal objetivo deste trabalho é avaliar a variação no custo do pintinho em fazer incubação numa mesma máquina com dois modelos de bandeja; com capacidade de 96 ovos e com 84 ovos, pois a máquina funciona igualmente com ambas. A pesquisa mostra que se o incubatório conseguir incubar somente bandeja de 96 ovos ele vai aumentar o número de ovos incubados em quase cinco milhões anuais em relação à incubação atual, gerando em torno de 4.220.000 pintos a mais, o que diminui o custo unitário. Na competitividade que existe no mercado as empresas têm como objetivos reduzir os custos e aumentar os lucros, com esta mudança aumentará os custos com fretes, mas obterão ganhos superiores, pois aumentará o volume de incubação trabalhando com as mesmas máquinas sem elevar os custos. Palavras-chave: Incubação. Modelo de Bandeja. Redução de Custo.

* Especialista em Gestão Empresarial: Controladoria e Custos, cleomirglowka@yahoo.com.br

** Mestre em Administração, Unoesc Chapecó – SC, Rua Nereu Ramos, 3777 – D, Bairro Seminário, Chapecó – SC, ricardo.demarco@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos ocorreram avanço e desenvolvimento da avicultura industrial, em razão da adoção de novas técnicas empregadas para melhorar os resultados e viabilizar a atividade por meio de ganhos em produtividade (FRANCISCO, 2011).

A incubação artificial tem grande importância na produção de aves, pois a máquina consegue exercer a função materna no desenvolvimento embrionário. Assim, o incubatório pode planejar sua incubação conforme a necessidade de pintinhos exigida pelo cliente.

A idade da matriz é evidenciada como um dos fatores da pré-incubação que influencia a qualidade interna e externa do ovo. As diferenças relacionadas à idade da matriz podem explicar por que pintos provenientes de matrizes jovens têm mortalidade aumentada e desempenho reduzido (VIEIRA; MORAN JÚNIOR, 1998a apud FRANCISCO, 2011, p. 2).

Um ponto importante é que com o avançar da idade da matriz, os ovos aumentam de tamanho, então quanto mais velha a matriz mais pesados são os ovos. Como as matrizes velhas produzem ovos maiores, estes devem ser incubados em outro modelo de bandeja, diminuindo a capacidade da incubadora e do incubatório.

Como a unidade pesquisada realiza a incubação com gavetas diferentes, uma com capacidade de 96 ovos para matrizes até 40 semanas e outra com 84 ovos para matrizes acima de 40 semanas, utilizando a mesma incubadora para os dois modelos de bandeja, então o principal objetivo desta pesquisa é mostrar o impacto no custo final dos pintinhos com uma análise nos dois volumes de incubação, pois com a incubação em bandeja de 84 ovos a perda de capacidade é significativa em relação ao modelo de 96 ovos.

A avaliação deve ser feita criteriosamente, pois se sabe que a incubação de ovos grandes nas bandejas de 96 ovos ocasiona muita trinca de ovos (os mesmos acabam não nascendo e perde-se o potencial de eclosão do lote), portanto, estuda-se a possibilidade de transferir

esses ovos de matrizes acima de 40 semanas para unidades que possuem outros modelos de incubadoras, pois a unidade tem uma grande sobra de produção e como já realiza transferência de um terço dos ovos produzidos vamos analisar quais os ganhos e perdas em realizar a incubação com estes dois modelos de bandeja.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conhecimento dos custos é vital para saber se determinado produto é rentável ou não, atualmente, a competitividade é cada vez maior, sendo de extrema necessidade para as empresas buscar qualidade e diminuir os custos, definido como a parcela do gasto que é aplicada na produção, considerado o valor aceito pelo comprador para adquirir um bem ou é a soma de todos os valores agregados ao bem desde sua aquisição, até que ele atinja o estágio de comercialização (DUTRA, 2010).

Entende-se que “o controle dos custos representa o cérebro ou o pulmão ou o coração ou o espírito sem o qual uma firma não sobreviveria.” (SANTOS, 2000, p. 22). Qualquer atividade que manipule valores está sujeita ao controle dos custos. O lucro ou o excedente da receita sobre o custo representa, na maioria das vezes, uma questão de sobrevivência empresarial, podemos dizer que se a empresa não souber quanto custa, ela não saberá se está perdendo ou ganhando dinheiro.

Os custos podem ser classificados em fixos e variáveis ou em diretos e indiretos ao mesmo tempo. Assim, a matéria-prima é um custo direto e variável, os materiais de consumo são normalmente custos indiretos e variáveis, os seguros das fábricas são custos indiretos e fixos, etc. Os custos diretos são variáveis, quase sem exceção, mas os indiretos são tanto fixos quanto variáveis, apesar da geral predominância dos primeiros (MARTINS, 1998).

De acordo com Silva (2008), custo direto é aquele diretamente identificado e associado ao produto e não necessita de nenhum critério de rateio para essa associação, por exemplo: matéria-prima, embalagem, mão de obra direta. Para Leone (1981), custos indiretos são todos os

outros custos que dependem do emprego de recursos, de taxas de rateio, de parâmetros para o débito às obras.

O custo variável não está necessariamente relacionado com a identificação entre custos/despesas com o produto/mercadoria/serviço, o foco desses custos/despesas está mais relacionado com o volume vendido. Constituem valores que se modificam em relação direta com o volume vendido por exemplos: variação no custo total da mercadoria em razão das oscilações da quantidade vendida, ICMS de venda (BERTÓ; BEULKE, 2005).

No item pesquisado nota-se um grande impacto no custo do produto final, pois com as mesmas máquinas consegue-se incubar um volume muito maior de ovos, assim produzindo um número maior de pintinhos; observa-se que os gastos com o processo de incubação com um volume ou outro são os mesmos. Então, realizando a incubação com este volume superior de ovos e com os gastos no processo iguais, o incubatório consegue reduzir seu custo do produto final em:

- a) Custos de energia: um incubatório consome muita energia. Alguns estudos demonstram que o consumo de energia pode representar até 50% dos custos de operação de um incubatório. A utilização de equipamentos energeticamente eficientes e sistemas de recuperação de energia irão reduzir drasticamente os custos de energia, bem como a pegada ecológica;
- b) Custos de mão de obra: o leiaute do incubatório precisa facilitar um fluxo de trabalho altamente eficiente. Equipamentos de automação irão ajudar a obter isso. Com a utilização de carregamento na própria granja, com carrinhos de incubação, por exemplo, é possível evitar custos substanciais de mão de obra ao transferir os ovos. Além disso, o leiaute do incubatório e os equipamentos também precisam garantir um ambiente seguro para os funcionários;

- c) Custos mínimos dos ovos: o custo do ovo entregue na área de recepção do incubatório precisa ser mantido no mínimo. Este custo é determinado não somente pelo preço dos ovos férteis, mas também pelo custo do transporte, e, em alguns casos, pelo custo das bandejas descartáveis de papelão;
- d) Menor custo de materiais de consumo: a seleção de equipamentos e acessórios de longa durabilidade reduz tanto os custos operacionais quanto a pegada ecológica. Também é importante a escolha de equipamentos com um número mínimo de peças de manutenção e componentes que estejam sujeitos ao desgaste;
- e) Monitoração e controle: manter uma visão geral e completa do *status* do incubatório – a todo o momento – é da mais alta importância. Isso permite reduzir os custos de mão de obra e reagir imediatamente caso uma condição anormal ocorra. A Petersime oferece *hardware* e *software* para ajudá-lo a obter uma permanente supervisão.

O principal objetivo da operação de um incubatório é o de maximizar o retorno sobre o investimento, significa obter o mais alto rendimento em termos de pintinhos com um mínimo de custos em termos de recursos.

O incubatório é um ambiente estratégico da produção avícola e está bastante vinculado à granja de matrizes, cujo objetivo é transformar biologicamente ovos férteis em pintos de um dia, em volume desejado, prazo e qualidade (GONZALES, 1994).

A incubação de ovos encontra-se no início da cadeia de produção da avicultura e, devido a este fato, seus resultados afetam a rentabilidade de todo o segmento, sendo parte fundamental do sistema de produção, deixando de ser considerada uma etapa apenas necessária para ser considerada uma etapa estratégica (CALIL, 2007).

O desempenho técnico e econômico de um lote de frangos de corte depende da qualidade do pinto alojado que, associado ao sucesso da

incubação, tem sido utilizado como parâmetro para avaliar o desempenho no incubatório (SCHIMIDT; FIGUEIREDO; AVILA, 2003).

O período total de incubação corresponde a, aproximadamente, 21 dias, dos quais os ovos permanecem 18 ou 19 dias na incubadora depois são transferidos para o nascedouro, onde permanecem por dois ou três dias. Uma vez que as linhagens comerciais atuais atingem o peso de abate aproximadamente aos 42 dias de idade, o pinto de corte passa $\frac{1}{3}$ do período total de sua vida no incubatório e $\frac{2}{3}$ no aviário (MORO, 2007).

A temperatura do ar, a ventilação, a umidade e a viragem dos ovos são os parâmetros físicos controlados dentro das incubadoras, dentre os quais a temperatura é considerada parâmetro fundamental para o desenvolvimento embrionário. Entretanto, a perfeita harmonia entre estes parâmetros físicos se faz necessária, uma vez que a temperatura afeta todos os outros parâmetros, assim como é afetada por eles (CALIL, 2007).

Existem dois tipos de incubação que são diferenciadas pela quantidade de cargas de ovos que as máquinas recebem durante os 18 ou 19 dias, sendo: estágio único (única idade) e estágio múltiplo (múltiplas idades). A máquina de estágio único recebe apenas uma carga de ovos e apesar de receber menor quantidade de ovos que as anteriores vem ganhando mercado por ser considerada, atualmente, mais produtiva (MORO, 2007).

Aparentemente, ovos produzidos por matrizes de idade mais avançada produzem pintos com maior peso à eclosão, porém, tendem à eclodibilidade tardia em relação aos ovos de matrizes jovens. Em relação à eficiência de eclodibilidade dos ovos, esta parece não ser influenciada pela idade da matriz, entretanto, eclodibilidade reduzida foi verificada em ovos mais pesados oriundos tanto de matrizes jovens quanto de matrizes adultas (LIMA, 2001).

O peso do ovo é afetado pela idade da ave. Matrizes velhas produzem ovos maiores, com redução na densidade específica da casca, em razão da maior quantidade de poros, favorece trocas gasosas entre

o ovo e o meio, assim determina maior perda de peso do ovo durante o período de incubação, aumentando a mortalidade embrionária, como consequência menor eclodibilidade dos ovos (SCHMIDT, 2003).

O melhor peso do ovo incubável está entre 56 e 70 g, mas no início da produção dos lotes, idade matriz de 25 semanas o incubatório faz uma seleção dos ovos bons para incubação e descarta os ovos com peso inferior a 48g, pois nascerão pintos muito pequenos e seu desenvolvimento no campo é menor.

O nascimento é influenciado por vários fatores, alguns são de responsabilidade do granjeiro e outros são de responsabilidade do incubatório. A fertilidade é um ótimo exemplo de um fator inteiramente influenciado pela granja; o incubatório não consegue modificar a fertilidade do ovo, porém, vários outros fatores podem ser influenciados por ambos, granja e incubatório.

Como as incubadoras não exercem influência sobre a fertilidade do ovo, é importante considerar a eclodibilidade dos ovos férteis, além do nascimento. A eclodibilidade dos ovos férteis considera tanto a fertilidade do lote quanto o nascimento; calcula-se a porcentagem de nascimento dividida pela porcentagem da fertilidade, multiplicado por 100, por exemplo, $(86,4\% \text{ nascimento} \div 96\% \text{ fertilidade}) * 100 = 90\%$ de nascimento dos ovos férteis.

Podemos enumerar algumas vantagens de efetuar o registro de nascimento dos ovos férteis, como: separar os problemas de fertilidade dos problemas do incubatório, permitir focar no problema e fornecer um guia para a resolução de problema.

3 METODOLOGIA

Para a elaboração desta pesquisa foi realizado estudo bibliográfico a respeito do processo de incubação artificial e da influência das idades das matrizes. Foram buscadas informações por meio das empresas especialistas em incubação e empresas fornecedoras de equipamentos para incubatórios.

A pesquisa apresenta uma abordagem descritiva e experimental, quantitativa e qualitativa, sendo realizada no incubatório de pintos de corte da empresa BRF unidade de Faxinal dos Guedes, com o principal objetivo de verificar o impacto causado no custo do pintinho por fazer incubação em dois modelos de bandejas.

Na pesquisa descritiva, o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la. Na pesquisa experimental, o pesquisador manipula deliberadamente algum aspecto da realidade, dentro de condições anteriormente definidas, a fim de observar se produz certos efeitos. A este procedimento denomina-se experimento: não existe pesquisa experimental sem experimento. (RUDIO, 1986, p. 55).

Os dados foram obtidos no próprio local por intermédio dos resultados ocorridos no ano anterior (2012), pois a empresa possui um sistema de informação que fornece várias planilhas para análises de dados (SAP), com várias opções de relatórios de produções e muitas planilhas de Excel para verificações de resultados.

Como a pesquisa é referente a cálculos de custos e volumes de ovos incubados para uma melhor análise e interpretação dos dados, foram apresentados alguns quadros com comparativos de incubações já realizados e outros com simulações, estas sempre baseadas nos resultados do ano anterior, utilizando-se do custo médio unitário dos pintinhos e dos volumes de ovos incubados.

A pesquisa foi desenvolvida no incubatório de pinto de corte de Faxinal dos Guedes, a empresa possui várias unidades de produção de pintinhos que estão distribuídas em alguns estados do Brasil, cada unidade tem sua produção e sua capacidade de incubação (algumas têm produção de ovos suficiente para a incubação e outras necessitam receber para atender sua incubação diária).

A empresa possui um grupo de pessoas que trabalha centralizado em Curitiba/PR para fazer o controle de toda produção de ovos e pintos,

as unidades têm o dever de passar semanalmente as produções reais ocorridas na semana, mediante as informações recebidas das unidades a central de planejamento avalia todos os estoques e retorna às unidades, dizendo o que deve ser feito com suas produções.

A unidade estudada trabalha com 34 incubadoras de estágio múltiplo da empresa CASP, as quais recebem dois modelos de bandejas (com 84 ovos e outra com 96 ovos). A linhagem da galinha incubada na unidade é COOB e ROASTER, as idades incubadas são de 25 semanas podendo ir até 70.

Este outro modelo de incubadora é da Petersime, são incubadoras de estágio múltiplo, mas com menor capacidade em relação às incubadoras CASP. Este modelo de máquina tem capacidade para incubar 57.600 ovos. Sua vantagem é que era possível incubar ovos de qualquer idade sem alterar a capacidade de incubação.

Tabela 1 – Teste comparativo de nascimento com bandeja Petersime x CASP

Incubação teste com idade matriz acima de 45 semanas					
Modelo de bandeja	Incubados	Eclo- são Padrão	Eclo- são Real	Pintos Nasci- dos	Dif. Padrão x real
CASP bandeja 84 ovos	544.320	82,50	83,10	452.330	0,60
Petersime bandeja 150 ovos	547.200	82,50	81,53	446.132	- 0,97
Total geral	1.091.520	82,50	82,31	898.462	- 0,19

Fonte: Dados primários (2013).

Neste período foram realizadas várias incubações teste, com as idades das galinhas acima de 45 semanas, pois nestas idades não é mais possível incubar em bandeja de 96 ovos em virtude do tamanho grande dos ovos, esses testes avaliaram a eclosão da máquina CASP em relação à máquina da Petersime, ou seja, bandeja de 84 ovos x Petersime bandeja de 150 ovos. Como se pode ver na Tabela, o comparativo nos mostra que os ovos incubados na bandeja de 84 ovos da máquina CASP obtiveram eclosão bem superior aos incubados na Petersime, chegando a uma diferença média de 1,57% em cada nascimento.

Tabela 2 – Volume de incubação com o modelo de bandeja 96 ovos

Simulação de incubação somente em bandeja de 96 ovos							
Incubação semanal			Incubação anual			Valores	
Incubados	Eclusão	Pintos	Incubados	Eclusão	Pintos	R\$ Unitário	R\$
1.368.576	86,00	1.176.975	71.165.952	86,00	61.202.719	0,66604	40.763.213,97

Fonte: Dados primários (2013).

Simulação de incubação do incubatório da unidade 100% em bandejas de 84 ovos.

Tabela 3 – Volume de incubação com o modelo de bandeja 84 ovos

Simulação de incubação somente em bandeja de 84 ovos							
Incubação semanal			Incubação anual			Valores	
Incubados	Eclusão	Pintos	Incubados	Eclusão	Pintos	R\$ Unit.	R\$
1.197.504	82,50	987.941	62.270.208	82,50	51.372.922	0,66604	34.216.215,21

Fonte: Dados primários (2013).

Como é possível ver a produção da unidade está bem acima de sua capacidade de incubação, sobrando mais de um terço da produção, ou seja, 37,31%.

Tabela 4 – Dados produção de ovos e incubados da unidade

Produção média de ovos da unidade		
Diária	Mensal	Anual
291.565	8.746.950	106.421.225
Incubação anual		66.718.080
Sobra de produção ovos anual		39.703.145
% de Sobra		37,31

Fonte: Dados primários (2013).

Portanto, a central de planejamento deve direcionar esta sobra de ovos a outras unidades (transferência de ovos entre as unidades), pois há unidades que acontece o contrário, faltam ovos para incubação.

Tabela 5 – Incubação e transferência de ovos atual da unidade

Incubação atual 50% em bandejas de 96 ovos e 50% em bandeja de 84 ovos					
Modelo de bandeja	Incubação anual			Valores	
	Incubados	Ecloração	Pintos	R\$ Unitário	R\$
96 ovos	35.582.976	86,00	30.601.359	0,66604	20.381.606,98
84 ovos	31.135.104	82,50	25.686.461	0,66604	17.108.107,61
Total Incubado	66.718.080	84,37	56.287.820	0,66604	37.489.714,59
Transferidos					39.703.145
Produção total					106.421.225

Fonte: Dados primários (2013);

De acordo com a Tabela 5, podemos verificar o cenário atual do incubatório, onde consta: produção total, volume total incubado em cada modelo de bandeja e também a sobra de ovos, ou seja, transferência a outras unidades. Observa-se que além do volume de incubação na bandeja de 84 ovos ser menor, o percentual de ovos eclodidos é bem inferior aos incubados na bandeja de 96 ovos.

Percebe-se na Tabela 6 que se o incubatório incubar somente com bandeja de 96 ovos terá uma redução no custo do pintinho em mais de 5 centavos, isso porque produziria em torno de 4.914.899 pintos a mais no ano com as mesmas máquinas, ou seja, mesma energia, água e outros.

Tabela 6 – Impacto no custo do pintinho com os três cenários de incubação

Impacto no custo médio do pintinho com cada modelo de bandeja			
	Custo	R\$	Nº pintos
Atual	31.241.428,82	0,66604	56.287.820
96 ovos	31.241.428,82	0,61255	61.202.719
84 ovos	31.241.428,82	0,72976	51.372.922

Fonte: Dados primários (2013).

Conforme Tabela 6 a unidade tem uma transferência de ovos de quase 40 milhões e destes transferidos em torno de 60% são em bandejas de 96 ovos.

Tabela 7 – Transferidos em bandeja de 96 ovos

Número de transferidos no ano em bandeja de 96 ovos		
Transferidos	% em bandeja 96 ovos	Nº de ovos bandeja 96
39.703.145	60%	23.821.887

Fonte: Dados primários (2013).

Em relação ao cálculo realizado na Tabela 7, dos 39.703.145 ovos transferidos a outras unidades, 23.821.887 ovos são transferidos em bandeja de 96 ovos.

Tabela 8 – Recebimento de ovos se a unidade incubar somente em bandeja de 96 ovos

Necessidade de ovos em bandeja de 96 para incubar 100%			
Incubação 100% em bandejas 96 ovos	Incubação atual	Transferidos	Necessidade
71.165.952	35.582.976	23.821.887	11.761.089

Fonte: Dados primários (2013).

De acordo com a Tabela 8, pode-se verificar a necessidade de ovos em bandeja de 96 ovos para a unidade conseguir realizar toda a incubação neste modelo de bandeja. O volume incubado seria de 71.165.952 ovos. Como a unidade já incuba 35.582.976 ovos transfere mais 23.821.887 ovos, necessitaria receber apenas 11.761.089 ovos, ou seja, 16,53% da incubação.

Tabela 9 – Despesas anuais com fretes na transferência de ovos para outras unidades

Despesas atuais com fretes nas transferências de ovos				
Transferidos	Volume de ovos por carga	Total de cargas	Valor por carga	Total
39.703.145	115.000	345	840,00	290.006,00

Fonte: Dados primários (2013).

Conforme Tabela 9, o volume de ovos transferidos gerou 345 cargas de ovos em caminhão truck, ou seja, em torno de 290.006,00 reais no ano de 2012.

Tabela 10 – Despesas com fretes com o aumento de cargas

Despesas com fretes na transferência de ovos				
Transferidos	Volume de ovos por carga	Total de cargas	Valor por carga	Total
47.016.362	125.000	376	840,00	315.950,00

Fonte: Dados primários (2013).

Na Tabela 10 apresenta-se novo cenário de transferência de ovos para outras unidades. Este número de 47.016.362 ovos foram retirados dos 50% (31.145.104 ovos) que já são incubados hoje nas bandejas de 84 ovos e mais os 40% (15.881.258 ovos) de transferidos também neste modelo de bandeja. Então, com este novo volume de transferidos aumentaria em torno de 31 cargas, ou 25.944,00 reais no ano.

Tabela 11 – Despesa com fretes no recebimento de ovos

Despesas com fretes na necessidade de recebimento de ovos				
Recebidos	Volume de ovos por carga	Total de cargas	Valor por carga	Total
11.761.089	124.416	95	840,00	79.406

Fonte: Dados primários (2013).

Nota-se conforme a Tabela 11, que os custos que aumentariam com o recebimento dos ovos em bandeja de 96 ovos seriam em torno de 95 cargas de camunhão truck em um valor médio de 840,00 reais por carga. Este valor pode ter variação em virtude de ter unidades mais próximas ou mais distantes. O total gasto a mais com fretes no ano é de 105.350,00 reais. Ressalta-se que o frete para o recebimento de ovos não pode ser o mesmo do retorno do caminhão, pois o material vazio é de outro modelo.

5 CONCLUSÃO

Ainda não é realidade os incubatórios realizar incubações com apenas um modelo de bandeja, tal situação propiciaria incubar idades mais aproximadas, com isso também ganharia em uniformização do peso dos pintinhos para a formação dos lotes.

Como o incubatório analisado já trabalha com sobra de ovos, realizando a transferência destes para outras unidades, só teria que mudar o tipo de ovo transferido, ao invés de transferir 60% de ovos em bandeja de 96 ovos, incubaria isso na unidade e realizaria a transferência de todos os lotes que são incubados nas bandejas de 84 ovos. Mas esses ovos devem ser classificados nas bandejas do modelo Petersime ou outro modelo, de acordo com o incubatório de destino e enviados aos incubatórios que possuem este modelo de máquina, pois nestes o volume a ser incubado não será diminuído. Este modelo de máquina é para todas as idades das matrizes, mas com prioridade para incubar ovos maiores, de matrizes mais velhas.

A unidade terá um grande aumento com fretes, em razão de precisar transferir mais ovos de idade velha para outro incubatório e, também, da necessidade de receber ovos de idade mais novos para a sua incubação (em torno de 105.000,00 reais), mas torna-se viável devido ter um ganho muito grande em volume de incubado (quase 5.000.000 de ovos), pois com as mesmas máquinas que estão funcionando hoje se consegue incubar esta quantidade de ovos a mais.

Além de incubar mais ovos com os mesmos gastos com incubadoras e nascedouros também ganhará muito em uniformidade de pintos, conseguindo formar lotes com pesos ideais para o alojamento.

Os resultados encontrados na pesquisa atenderam aos objetivos propostos, pois as análises demonstradas no presente artigo mostram-nos o impacto que ocorre no custo do pintinho em realizar a incubação na bandeja de 96 ovos em relação à bandeja de 84 ovos.

Novas pesquisas devem ser realizadas para melhor aprofundamento do assunto, para se obter dados concretos sobre a possibilidade de um incubatório realizar incubação com somente um modelo de bandeja de incubação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. G. **Efeito da idade da matriz no tempo de eclosão, tempo de permanência do neonato no nascedouro e peso do pintinho**. Curitiba, v. 11, n. 1, p. 45-49, 2006.
- BERTÓ, Dalvio José; BEULKE, Rolando. **Gestão de Custos**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- CASP S.A. Indústria e Comércio. **Descrição da empresa**. Disponível em: <http://www.securities.com/Public/companyprofile/BR/Casp_Ind%C3%BAstria_e_Com%C3%A9rcio_pt_1143091.html>. Acesso em: 16 jan. 2013.
- GUIA DE MANEJO DE INCUBAÇÃO COBB. Disponível em: <<http://www.cobb-vantress.com/docs/default-source/guides/cobb-hatchery-management-guide-portuguese.pdf?sfvrsn=0>>. Acesso em: 06 fev. 2013.
- CALIL, T. A. C. Princípios básicos de incubação. In: CONFERÊNCIA APINCO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AVÍCOLAS, 2007. **Anais...** Santos: FACTA, 2007. p. 1-46.
- CAMPOS, E. J. A incubação artificial. In: CAMPOS, E. J. **Avicultura: razões, fatos e divergências**. Belo Horizonte: FEP-MVZ, 2000. Cap. 7, p. 203-310.
- DUTRA, René Gomes. **Custos: uma abordagem prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- FRANCISCO, Nayara Spindola. **Idade da matriz e tempo de estocagem dos ovos no desenvolvimento de frangos de corte**. 2011. 72f. Dissertação (Mestrado em Produção Animal) –Universidade Federal da Grande Dourados Faculdade de Ciências Agrárias, Dourados, 2011.

GONZALES, E. Embriologia e desenvolvimento embrionário. In: **Manejo da Incubação**. Fundação APINCO de Ciência e Tecnologia Avícolas, Campinas. 1994. p. 43-59.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos: Planejamento, Implantação e Controle**. São Paulo: Atlas, 1981.

LIMA, A. A.; VIEIRA, S. L.; CORTELING, J. Eclodibilidade de ovos oriundos de matrizes com extremos de idade e de pesos diferentes. **Revista Brasileira de Ciência Avícola**, Campinas, v. 3, n. 3, p. 86-94, 2001.

MORO, D. Conceitos sobre sistemas de incubação: etapa única x etapa múltipla e o conceito de bio resposta. In: CONFERÊNCIA APINCO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AVÍCOLAS, 2007. Santos. **Anais... Santos: FACTA**, 2007. p. 81-88.

RUDIO, Franz Vitor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SALES, M. N. **As origens da galinha doméstica e a história de sua relação com as sociedades humanas**. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/veterinaria16/revisao/RV06.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

SANTAROSA, Julieta. **Desempenho de pintos oriundos de ovos leves e pesados alimentados com diferentes tipos de ração**. 2010. 86f. Dissertação (Mestre em Ciências)– Universidade de São Paulo Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba.. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11139/tde-20042010-081258/pt-br.php>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

LAUVERS, Geracilda. Fatores que afetam a qualidade dos pintos de um dia, desde a incubação até recebimento na granja. 2011. 19f. **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**, 2011. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/veterinaria16/revisao/RV06.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

BASSEGIO, N. et al. **A Utilização da Contabilidade de Custos na Formação do Preço de Venda**. 15f. Disponível em: <<http://www.uninova.edu.br/Uni/Revista/artigos/artigo04.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2013.

SCHIMIDT, G. S.; FIGUEIREDO, E. A. P.; AVILA, V. S. **Incubação: efeito da qualidade do pinto no desempenho pós-nascimento**. MAPA. Set. (Comunicado Técnico), 2003.

SANTOS, Gilberto José; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. **Administração de custos na agropecuária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

.

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS NA EMPRESA ZYONCORE SISTEMAS LTDA.

Luciana Angela Vanni Bonavigo^{*}
Carla Fabiana Cazella^{**}
Ruberlan Alex Bilha Piccini^{***}
Sayonara Fatima Teston^{****}

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar uma proposta de implantação de política de gestão de pessoas na empresa Zyoncore Sistemas Ltda. Para tanto, foi diagnosticada a situação atual dos subsistemas de políticas de gestão de pessoas na empresa em estudo, na qual foram identificados, com seus colaboradores, quais os subsistemas que mais impactam positivamente para o desenvolvimento da equipe. Também foram analisados os subsistemas e as políticas utilizadas para a gestão de pessoas, para que fossem apresentadas ações com o objetivo de suprir as carências da empresa quanto ao tema em estudo. A busca consistiu em uma pesquisa quantitativa e qualitativa, exploratória e descritiva. O método utilizado foi o estudo de caso. Após a coleta e interpretação dos dados foi possível analisar a falta de processos de gestão de pessoas na atual estrutura da empresa e desenvolver uma proposta de política de gestão de pessoas na organização em questão. Ao final foi possível concluir que quando trabalham motivados os colaboradores podem trazer resultados expressivos e aumentam a produtividade, e, neste estudo de caso, as políticas de gestão de pessoas com seus subsistemas implantados pela organização ajudaram a obter melhores resultados organizacionais. Palavras-chave: Colaboradores. Organização. Gestão de pessoas.

^{*} Aluna da Pós-Graduação em Nível de Especialização – MBA em Formação de Consultores Empresariais – Unoesc Campus Chapecó; luciana@serviconota.com.br

^{**} Mestre em Educação, Coordenadora e Professora do Curso de Administração da Unoesc *Campus* Chapecó; carla.cazella@unoesc.edu.br

^{***} Bacharel em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina Unoesc *Campus* de Chapecó; rubinhopiccini@yahoo.com.br

^{****} Mestre em Administração, Coordenadora do Curso de Psicologia da Unoesc *Campus* Chapecó; sayonara.teston@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Quando consideradas as mudanças que vêm ocorrendo nas organizações atualmente, notamos visivelmente que os subsistemas de gestão de pessoas já são parte fundamental da maioria delas. As organizações trabalham a gestão de pessoas com seriedade, portanto, necessitam preocupar-se com o seu capital humano e intelectual, investindo em capacitação, motivação e qualidade de vida no trabalho. Optar por um conjunto de ações que envolva a implantação de projeto de gestão de pessoas, bem como ter um olhar diferenciado em relação às necessidades e desejos dessas pessoas, visando uma maior satisfação do trabalhador em sua atividade profissional e um comprometimento efetivo de seus colaboradores é um dos papéis da organização. Há um consenso quando se fala que os colaboradores somente estarão comprometidos e motivados com seu trabalho se possuírem uma boa política de gestão de pessoas, para que os trabalhadores se sintam estimulados a produzirem de acordo com os objetivos da organização. Essa é a razão da proposta de implantação de uma política de gestão de pessoas para a empresa Zyoncore Sistemas Ltda.

Foram apresentadas propostas de políticas de gestão de pessoas para a organização com implantação de processos de valorização dos colaboradores que serve como alicerce para o desenvolvimento da empresa.

Essa política tem por objetivo regulamentar os procedimentos e práticas quanto aos subsistemas de gestão de pessoas em todas as áreas da organização, traçando diretrizes observadas na condução do estudo, com o intuito de agregar, integrar, incentivar, desenvolver e acompanhar pessoas.

Essa política foi aplicada na organização, desenvolvendo em seus colaboradores habilidades e competências. Para Moretto (1999), a habilidade está associada ao saber fazer, ação física ou mental, que indica a capacidade adquirida como: identificar variáveis, compreender fenômenos, analisar situações e problemas, enquanto a competência é um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. O aprimoramento dessas características nos colaboradores servirá como base para tornar

possível o alcance do objetivo proposto do presente estudo. Todos os subsistemas relacionados no plano de ação 5W2H foram implantados na organização, utilizando as ferramentas apresentadas na pesquisa e adaptadas às situações específicas da organização.

Após a coleta e análise dos dados provenientes do questionário e entrevista, foi possível entender a atual estrutura da empresa e a forma com que ela atende seus recursos humanos. Com tais informações foi possível criar uma proposta de melhorias nos procedimentos internos da empresa. A organização implementou todos os pontos propostos; foi notável para os colaboradores a importância de políticas de gestão de pessoas, pois esses procedimentos influenciaram diretamente no ambiente de trabalho, trazendo maior motivação e produtividade, e, conseqüentemente, a melhora dos resultados organizacionais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica foi a base do estudo sobre a política de gestão de pessoas, trazendo grande contribuição à pesquisa. Nela buscamos fontes de autores renomados no assunto, com o objetivo de reunir os conhecimentos e opiniões deles.

2.1 HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

A administração científica nas organizações teve seu início no século XVIII, com a Revolução Industrial. Os pioneiros identificaram a necessidade de administrar o sistema de trabalho, sendo uma grande contribuição na história da administração de recursos humanos.

Segundo Gil (2001), os pioneiros da administração tiveram uma importância significativa. Taylor, com suas observações, concluiu que os empregados produziam menos do que poderiam produzir e desenvolveu o seu sistema de administração científica, simplificando os movimentos para a execução das tarefas e reduzindo o tempo consumido. Já Fayol contribuiu criando uma doutrina que atribuía aos subordinados uma

capacidade técnica nos princípios: conhecer, prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. Outro que veio a colaborar foi Henry Ford, quando afirmava que a produção deveria ser em massa, em grande quantidade e com tecnologia. Cada trabalhador deveria executar uma tarefa e propôs boa remuneração e menor jornada de trabalho, tudo isso visando menores custos.

O processo dos recursos humanos foi mudando gradativamente. No início, o chefe de pessoal era responsável por contabilizar e informar as saídas e entradas, demitir ou advertir empregados, já na década de 1920 o movimento de relações humanas mudou as relações entre empregados e empregadores, alterando o modelo de conduta e propondo aumentar a produtividade pela eliminação de conflitos (MARRAS, 2009).

Ainda, segundo Marras (2009), a escola de relações humanas, apesar das críticas, consegue fazer entender que uma simples satisfação no trabalho geraria a eficiência tão procurada. É nesse cenário que começa a ser valorizada a função de “cuidar do pessoal”.

Grandes mudanças ocorreram na administração de pessoal na década de 1930: o surgimento de legislações trabalhistas é criado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, hoje Ministério do Trabalho. Já no ano de 1943 um grande salto ocorreu no que diz respeito às leis trabalhistas. Com a assinatura do Decreto-Lei n. 5.542, que resultou na Consolidações das Leis do Trabalho (CLT), houve a regulamentação da relação com o trabalho (ARAUJO, 2006).

Entretanto, as empresas estão reconhecendo a importância de se ter uma gestão de pessoas bem organizada, para que seja possível acompanhar o crescimento da tecnologia da informação, mantendo-se ativa no mercado e com empregados qualificados.

A adoção de políticas de gestão de pessoas em uma organização traz benefícios para ambas as partes, pois sintoniza as necessidades dos gestores e de seus colaboradores. São visíveis as mudanças, por isso a necessidade de valorizar o ambiente de trabalho e ampliar os horizontes.

Segundo Marras (2009), a evolução do profissional de RH pode ser destacada em cinco fases. A Fase contábil: chamada de “pré-histórica”,

a qual se caracterizava pela preocupação com os custos da organização. Onde os trabalhadores eram vistos somente sob o enfoque contábil; Fase legal: surgiu a função do chefe de pessoal, para o acompanhamento das leis trabalhistas da era getulista; Fase tecnicista: alavancou-se a função de RH no Brasil, com modificações do gerenciamento e da cultura das organizações, e foi nesta fase que se iniciaram os serviços de treinamento, recrutamento e seleção, cargos e salários, higiene e segurança no trabalho, benefícios e outros; Fase administrativa: essa fase implementou o movimento sindical e uma nova mudança na denominação. Quem até então era chamado de gerente de relações industriais passa a se chamar gerente de recursos humanos; Fase estratégica: foi marcada pela introdução dos primeiros programas de planejamento estratégico, nessa fase registram-se as primeiras preocupações de longo prazo das empresas com seus trabalhadores. É importante ressaltar essas fases, já que marcaram as transformações da gestão de pessoas, e, atualmente, ainda são encontradas em muitas organizações.

2.2 RELAÇÕES ENTRE A ORGANIZAÇÃO E SEUS COLABORADORES

As organizações necessitam de um processo de planejamento para que os gestores estejam preparados para as mudanças que vem ocorrendo e, com isso, poderem tomar decisões corretas. De acordo com Marras (2009, p. 289), “Toda organização possui uma cultura própria que a identifica e que forma o conjunto que realça os seus costumes – seu *wayoflife*, suas crenças e seus valores.” A cultura da organização é sua marca e também uma base para os que fazem parte dela. Assim como as organizações cada pessoa tem sua própria cultura que a diferencia dos demais. Acompanhar a evolução da cultura organizacional é uma das tarefas da gestão de recursos humanos diante das grandes mudanças e a diversidade de culturas deve ser considerada, já que essa se forma de maneira consensual por membros do grupo que passam a aceitá-la, difundi-la e aprimorá-la, pois é mutável e depende das alterações que ocorrem no ambiente interno e externo da empresa.

O desenvolvimento organizacional é uma importante missão para a administração de recursos humanos, tendo como objetivos o planejamento e o acompanhamento do crescimento das organizações, garantindo assim que seus objetivos pretendidos sejam alcançados ao longo do tempo. Conforme Marras (2009, p. 299), “[...] é um processo estratégico de mudança planejada – portanto, de longo prazo – que objetiva alavancar a organização a estágios cada vez mais avançados, ao mesmo tempo em que integra metas individuais, grupais e empresariais.”

Os processos de gestão de pessoas somente garantem e têm sustentabilidade se houver a concepção de que ambas as partes, empregado e empregador devem seguir a mesma linha e o mesmo objetivo, só assim as políticas e práticas servirão como base para a organização como um todo.

A cultura organizacional é diferenciada em cada empresa, sendo seus valores e crenças individuais, o que para uma organização pode ser bom, para outra pode não ser nada adequado ou não ter importância alguma.

Para Gil (2001), outros desafios organizacionais devem ser considerados e tratados com seriedade pelas organizações. É importante a identificação com a empresa, produtividade e qualidade de vida, o que significa que os empregados precisam se sentir felizes no ambiente de trabalho, para que sejam mais produtivos, pois para muitos é ali que eles se identificam e passam a maior parte do seu tempo.

As organizações e seus colaboradores devem trilhar o mesmo caminho, buscando satisfazer as necessidades de ambos, sempre buscando atingir os mesmos objetivos, considerando as várias situações em que a organização possa vir a passar na relação entre organização e colaboradores.

2.3 POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS

As organizações compreendem a gestão de pessoas a partir de algumas premissas. As mudanças ocorridas com a administração de recursos humanos fazem com que as empresas tenham uma visão mais abrangente, os profissionais da administração passaram a não somente se preocupar com os contornos organizacionais, mas também em relação ao indivíduo como ser

humano, vendo eles como parceiros e responsáveis pelos resultados projetados e não somente como trabalhadores assalariados (MARRAS, 2009).

As organizações vêm sofrendo várias mudanças, turbulências e incertezas que dependem do ambiente lá fora, as quais não podem ser controladas somente por ela, e é imprescindível que se crie e se envolvam novos esforços. Segundo Araujo (2006, p. 1), “planejar, organizar, dirigir, liderar, coordenar, controlar, com visão empresarial e ambiental, não permitindo que tais esforços sejam desenvolvidos de forma isolada.” Nesse sentido, Gil (2011) complementa que ser um profissional de RH não significa simplesmente passar do trabalho operacional para o estratégico. Significa aprender a dominar tanto os processos operacionais e estratégicos quanto o pessoal. O sucesso nesses papéis exige um entendimento dos resultados de cada empresa, das metáforas e das ações específicas provenientes da aplicação de cada um desses papéis.

O profissional de recursos humanos na atualidade está focado não somente na parte burocrática que envolve a área, mas também nos processos estratégicos, promovendo ações que tragam resultados à organização e seus colaboradores. Para Gil (2001), os processos básicos da gestão de pessoas são cinco.

Quadro 1 – Os cinco processos básicos na gestão de pessoas:

Processo	Objetivo	Atividades envolvidas - Subsistemas
Provisão	Quem irá trabalhar na organização	Pesquisa de mercado de RH Recrutamento de Pessoas Seleção de Pessoas
Aplicação	O que as pessoas farão na organização	Integração de pessoas Desenho de cargos Descrição e análise de cargos Avaliação de desempenho
Manutenção	Como manter as pessoas trabalhando na organização	Remuneração e compensação Benefícios e serviços sociais Higiene e segurança do trabalho Relações Sindicais
Desenvolvimento	Como preparar e desenvolver pessoas	Treinamento Desenvolvimento organizacional
Monitoração	Como saber o que são e o que fazem as pessoas	Banco de Dados/ Sistemas de Informação Controles – Frequência – Produtividade – Balanço Social

Fonte: Gil (2001).

Os processos apresentados abrangem uma grande parte das atividades de gestão de pessoas. Com ela, as organizações conseguem trabalhar toda a parte de recursos humanos, desde a entrada do colaborador na empresa até o seu desligamento, podendo assim organizar as atividades relacionadas e obter facilidades nas tomadas de decisão. Cada processo abrange várias atividades da gestão de pessoas, sendo cada um interdependente, mas que se relacionam entre si.

Segundo Gil (2001), os processos se iniciam pela provisão, que tem o propósito de buscar novas pessoas para incluí-las na empresa, nela estão envolvidas as atividades de pesquisa de mercado de RH, recrutamento de pessoas e seleção de pessoas. O segundo processo, de aplicação, tem como objetivo o de determinar o que as pessoas farão na organização. As atividades envolvidas são de integração de pessoas, desenho de cargos, descrição e análise de cargos e avaliação de desempenho. Em seguida vem o processo de manutenção com o objetivo de manter as pessoas trabalhando na organização. As atividades envolvidas são de remuneração e compensação, benefícios e serviços sociais, higiene e segurança no trabalho e relações sindicais. Na sequência, o desenvolvimento objetiva preparar e desenvolver as pessoas com as atividades de treinamento e desenvolvimento organizacional. Por último, tem-se o processo de monitoração, com o propósito de saber o que são e o que as pessoas fazem na organização, as atividades envolvidas são: banco de dados, sistemas de informação, controles, frequência, produtividade e balanço social.

Com o fortalecimento dos processos, modifica-se a área de recursos humanos e mostra-se que com as políticas de gestão de pessoas as organizações evoluem no seu mercado, destacando-se e obtendo maior valorização.

Assim, chegamos ao estágio atual, onde a gestão de pessoas surgiu como solução para as demandas de excelência organizacional, mas cabe aqui uma questão: e por que surgiu uma nova roupagem para a melhor gestão do quadro funcional? Porque vivemos uma nova realidade. Temos a explosão da informação, que desmontou algumas verdades seculares da adminis-

tração, como: fontes de recrutamento; novos métodos de seleção, treinamento e desenvolvimento com múltiplas facetas; planos de carreira não só originados na própria organização, mas também projetados pelas próprias pessoas; muitas possibilidades de avaliar o desempenho de todos e autoavaliação; benefícios crescentes e customizados (ARAUJO, 2006, p. 3). Vergara e Branco (2001) entendem que a empresa humanizada ou aquela voltada para seus empregados e para o ambiente agrega outros valores organizacionais que não somente a maximização do retorno financeiro. Além disso, o cenário atual requer das empresas compromissos éticos e foco nas pessoas, assim como as responsabilidades com o ambiente atual. Para Guest (1987), a teoria de Gestão de Pessoas relaciona as políticas da organização como um sistema de recompensas e comunicação com resultados esperados, como comprometimento, flexibilidade, integração, estratégia e qualidade.

Vindo ao encontro do que propõe o artigo, analisar a atual situação da empresa e implementar melhores políticas de gestão de pessoas, Falconi (2004) argumenta que mesmo após organizada a estrutura da empresa deve-se zelar pelo monitoramento dos resultados, sendo este um ponto tão importante quanto as políticas adotadas.

Atualmente, as organizações buscam se inserir na nova realidade de gestão de pessoas e, para tanto, necessitam de projetos, como: recrutamento e seleção, treinamento, plano de cargos e salários, avaliação de desempenho entre outros, os quais estão descritos dentro dos processos básicos de gestão de pessoas.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A empresa Zyoncore Sistemas atua na área de desenvolvimento e implantação de *softwares* para lojas de fotografias, laboratórios fotográficos e fotógrafos profissionais e iniciou suas atividades em 28 de julho de 2004. A empresa conta atualmente com um corpo de dezessete

funcionários e possui 403 clientes ativos espalhados por todas as regiões do Brasil.

Quanto aos procedimentos deste estudo o mesmo se referiu a uma pesquisa descritiva, com elementos qualitativos e quantitativos, associada a um estudo de caso. Segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 139), uma pesquisa “[...] é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.”

Quanto aos estudos, quando se refere à pesquisa qualitativa, é em razão de que pode descrever a complexidade dos problemas, analisar as variáveis e classificar os processos dinâmicos vividos pelos colaboradores, podendo assim contribuir no processo de mudança e entender as particularidades do seu comportamento. Na pesquisa qualitativa as análises foram mais profundas, tendo sido a forma adequada para conhecer a natureza dos fenômenos sociais. Em se tratando da pesquisa quantitativa, esta caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Sua importância tem a intenção de garantir a precisão dos resultados e possibilitar uma margem de segurança, evitando distorções de análise e interpretação (BEUREN, 2006).

Um estudo de caso, segundo Gil (2010, p. 57), “[...] é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”, com diferentes propósitos, como: explorar situações da vida real que não foram claramente definidos; descrever a situação do contexto em que foi feita a investigação; e explicar as variáveis dos fenômenos em situação muito complexa que não possibilitou a utilização de levantamentos e experimentos.

A população da pesquisa foi composta pelos dezessete colaboradores. Conforme Lakatos e Marconi (2010, p. 146), “Delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação.”

Para a coleta de dados foi utilizada como ferramenta o questionário, que foi aplicado aos 17 (dezessete) colaboradores da

organização, no mês de agosto de 2012, com todos os questionários devolvidos, a aplicação foi feita no Google Docs para facilitar o preenchimento e fortalecer o sigilo das respostas.

A entrevista utilizada neste estudo foi a semiestruturada, que segundo Beuren (2006, p. 132), “[...] permite maior interação e conhecimento das realidades dos informantes. Para alguns tipos de pesquisas qualitativas, a entrevista semiestruturada parece ser um dos principais instrumentos de coleta de dados.”

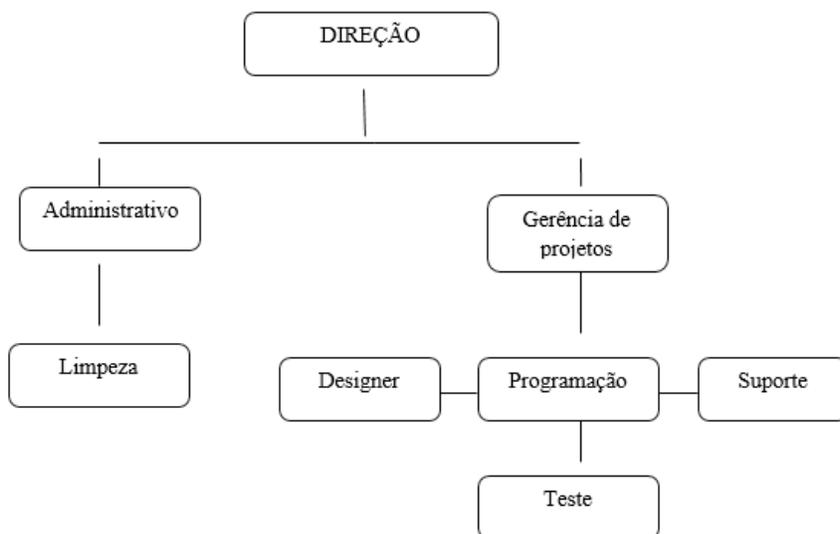
A entrevista foi aplicada ao gestor da organização Zyoncore Sistemas Ltda., com o objetivo de obter os conhecimentos e propósitos que ele possui no que se refere à política de gestão de pessoas.

A observação e a análise documental também foram utilizadas para construir o diagnóstico da política de gestão de pessoas. Ao final, com o apoio dos dados obtidos na coleta de dados foi possível descrever a situação atual da empresa e traçar um plano de políticas que se encaixam dentro da realidade da organização em questão, assim como fazer o acompanhamento da implementação de tais políticas, podendo assim chegar a uma conclusão.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A empresa Zyoncore Sistemas Ltda. está estruturada atualmente com um gerente administrativo, uma servente de limpeza, dois designers gráfico, um auxiliar de designer gráfico, sete técnicos em informática, um auxiliar de informática, quatro suporte técnico, conforme organograma desenvolvido.

Organograma 1 – Empresa Zyoncore Sistema Ltda.



Fonte: os autores.

Após realizadas as observações junto à organização, constatou que ela não possui diretrizes definidas, nem planejamento quanto às políticas de gestão de pessoas. Dessa forma, não possuía definidos procedimentos para a contratação de colaboradores, sendo feito pelo gestor da empresa, fazendo com que se contratassem pessoas sem o conhecimento necessário para o cargo, trazendo, assim, problemas para a empresa.

No que se refere ao processo de aplicação (integração de pessoas, desenho de cargos, descrição e análise de cargos e avaliação de desempenho) nenhuma atividade era desenvolvida na empresa, não há integração das pessoas, ocorria apenas uma pequena apresentação aos outros colaboradores. Não havia tampouco desenho dos cargos, das atividades desempenhadas e do comportamento das pessoas em suas ocupações. Outro ponto bastante relevante são os procedimentos para avaliação de desempenho que ocorriam informalmente.

Por sugestão do presente estudo adotaram-se procedimentos de avaliação de desempenho que acompanha o desenvolvimento das

atividades na organização. Esses dados são utilizados para avaliar o crescimento profissional, a motivação e também influenciam nos valores repassados anualmente aos colaboradores a título de distribuição de lucros.

Em relação ao processo de manutenção (remuneração e compensação, benefícios e serviços sociais, higiene e segurança do trabalho e relações sindicais), a remuneração é feita conforme a experiência do colaborador, mas a empresa tinha sérios problemas nesta questão em virtude da falta de mão de obra qualificada e da disputa de mercado. Foram analisados também que a maioria dos colaboradores exerce trabalhos extras, para complementar sua renda utilizando-se dos conhecimentos intelectuais existentes ou adquiridos na organização. Os benefícios compulsórios são passados aos colaboradores seguindo a legislação, e quanto aos benefícios espontâneos a empresa disponibiliza um plano de saúde empresarial.

Foi repassada, portanto, a responsabilidade pelas contratações para uma gerente geral, que acompanha as demandas e necessidades laborais diárias e que possui treinamento específico para identificação de colaboradores com as características necessárias para boa integração ao grupo e harmonia no andamento das atividades.

Outra ação tomada a partir da análise dos dados foi a formulação e implantação de um plano de carreira para os colaboradores, com a identificação do salário e explanação dos pré-requisitos para a cadeia de cargos, permitindo um planejamento da carreira por parte dos funcionários e, conseqüentemente, uma motivação para buscar as habilidades e competências requeridas.

Sendo seus colaboradores nascidos entre 1980 e 2000 estes se enquadram à geração Y, que são jovens que possuem a tecnologia e a comunicação ao seu lado, habituados a realizar várias atividades simultaneamente, estes veem seus superiores como colegas, fator que em alguns casos pode dificultar a maneira de a organização gerir esse colaborador de modo a aproveitar suas habilidades e administrar os mesmos dentro de novos conceitos. Pensando nisso realizou-se por meio da reorganização de cargos uma estrutura de hierarquia horizontal,

deslocando as responsabilidades, antes de poucos, para um grupo maior de pessoas, com cobrança e autoridade niveladas.

Dentro do processo de desenvolvimento (treinamento e desenvolvimento organizacional), o planejamento das atividades de treinamento é um processo necessário para o alcance dos objetivos pretendidos, entretanto este procedimento não é totalmente eficaz, acontecendo com falhas. A empresa fornece alguns treinamentos *on-line* e, na admissão do colaborador ele passa por um treinamento intensivo sobre *softwares*, desenvolvido pela organização. Sugeriu-se, portanto, que as confraternizações entre os colaboradores sejam mais frequentes, aproveitando datas comemorativas, como aniversário para realização de eventos especiais, disseminando com isso o bem-estar social e a criação ou reforma de laços afetivos entre os funcionários e a empresa.

Tendo em vista o processo de monitoramento, o procedimento utilizado pela organização é o controle de cartão-ponto com fechamento trimestral do banco de horas, nesse processo a organização enfrenta alguns problemas: em virtude de a empresa ter horários flexíveis para que o colaborador possa se adequar conforme suas necessidades, eles não cumprem a carga horária, dessa forma, fecha o mês com horas negativas, o que deixa a organização em situação complicada, pois não pode efetuar os descontos das horas negativas, nem controlar o absenteísmo dos colaboradores. Para Oliveira (2009), esse é um dos problemas da geração Y, a qual não consegue se adaptar às regras. O departamento pessoal da empresa é terceirizado, ficando a cargo do contador os contratos de trabalho e as rotinas trabalhistas previstas em lei, como admissões, folha de pagamento, férias e rescisões.

A organização sentia dificuldade em reter e atrair colaboradores, gerando assim um alto percentual de rotatividade, calculado pelo *turnover* do período de janeiro/2011 a agosto/2012 com percentual de 55,56%. Outro ponto importante é que as tentativas da empresa em implantar regras acabam afastando e desmotivando os colaboradores, tais fatores justificaram a adoção de novas práticas organizacionais, tendo em vista

que a falta de política de gestão de pessoas eficaz na organização afeta o crescimento da empresa e de seus colaboradores.

A gestão de pessoas com uma política estruturada pode ser um grande diferencial para a organização e seus colaboradores, impulsionando-a para o crescimento e acompanhando a evolução do mercado a cada dia mais competitivo.

Com os resultados obtidos por intermédio do questionário foi possível a identificação de outros dados pertinentes à empresa. Quanto ao gênero verificou-se que a maioria dos colaboradores é do gênero masculino, com um percentual de 73% dos colaboradores da organização, o que mostra que o gênero masculino ainda predomina na área de tecnologia da informação.

Tratando-se da formação educacional dos colaboradores da organização verifica-se que 47% do total dos colaboradores estão cursando ensino superior, 29% já possuem ensino superior completo, e 6% dos colaboradores têm pós-graduação, 6% possuem ensino médio completo, 6% com ensino médio incompleto, e 6% com ensino fundamental completo.

Em relação ao estado civil, observa-se que 72% da totalidade do quadro de colaboradores são solteiros, 17% dos colaboradores são casados, 5% divorciado e 6% têm união estável. Mediante a análise desses dados é possível identificar que no ramo de tecnologia da informação a maioria dos profissionais tem esse perfil ligado à sua geração, ou seja, à geração Y.

Os colaboradores responderam na sequência a questão de quais políticas eles já tiveram contato, foram mencionados nos questionários, recrutamento e seleção, benefícios, treinamentos e avaliação de desempenho.

Sobre o questionamento se as políticas existentes são adequadas, pouco adequadas ou muito adequadas apresentou-se percentuais de 71% para pouco adequadas e 29% para adequadas.

Em relação a quais políticas de gestão de pessoas na compreensão dos colaboradores são necessárias para se ter na empresa, foram marcadas mais de uma opção por colaborador, como é demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – As políticas de gestão de pessoas que na compreensão dos colaboradores são necessárias ter na Zyoncore Sistemas Ltda.

Políticas de Gestão de Pessoas	Treina-mento	Avalia-ção de Desem-penho	Plano de Remu-neração e Com-pensa-ção	Ana-lise e Descri-ção de Cargos	Integra-ção de Pessoas	Sele-ção de Bene-fícios Espo-ntâneos e Plano de Car-reira	Recru-tamen-to
Quanti-dade	15	14	13	11	10	9	4
Percen-tual	88,24%	82,35%	76,47%	64,71%	58,82%	52,94%	23,53%

Fonte: os autores.

Observa-se que 88,24% do total dos colaboradores acham fundamental o processo de treinamento, pois a constante capacitação das pessoas as torna mais eficazes naquilo que fazem, oferecendo uma oportunidade de aprendizado e uma maior integração.

A última etapa foi a sugestão dos procedimentos para implantação de tais políticas dentro da organização. Dessa forma, foi possível utilizar o método de observação. A responsável pela gestão de pessoas informou que durante o estudo foram iniciadas todas as propostas apresentadas, começando pela contratação da profissional para gerir todos os processos de gestão de pessoas, essa que foi uma das sugestões apresentadas na referida pesquisa. Com os processos sendo geridos periodicamente, a organização hoje trabalha com todas as propostas sugeridas e, assim, já obteve o resultado almejado.

A gestão de pessoas foi implantada no prazo de 6 meses. Como os procedimentos estavam de acordo com a necessidade foram necessárias algumas adequações a nova realidade da organização, os resultados obtidos foram principalmente a satisfação e motivação dos colaboradores.

Com os processos implantados, a organização consegue avaliar com precisão o desempenho de seus colaboradores, e com base

nesses resultados pode implantar a participação nos lucros da empresa, deixando ainda mais motivados seus colaboradores, alcançando 100% de redução no índice de absenteísmo. Quanto ao *turnover*, a redução também foi significativa. Para a organização, a implantação da gestão de pessoas gerou uma mudança radical, tornando ela uma empresa com novas visões e novo contexto no mercado, alcançando maior lucratividade e competitividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou o desenvolvimento de uma proposta de política de gestão de pessoas a organização Zyoncore Sistemas Ltda. O questionário foi aplicado a todos os colaboradores e a entrevista semiestruturada foi aplicada ao gestor, a pesquisa demonstrou a necessidade encontrada pela empresa com a falta de processos de gestão de pessoas, levantada pelas características e opiniões dos colaboradores e gestor da organização.

Com o estudo realizado foi possível verificar que a organização não possuía diretrizes em relação à política de gestão de pessoas, o que dificultava a eficácia referente a gerir os colaboradores, trazendo à organização problemas quanto à motivação das pessoas dentro da organização. Uma política bem estruturada traz à empresa melhores resultados e quando trabalham motivados os colaboradores trazem resultados expressivos. Nesse contexto, percebeu-se a importância de se ter políticas de gestão de pessoas que deixem os colaboradores mais proativos, motivados e comprometidos com a organização.

A política de gestão de pessoas com seus subsistemas implantados na organização a impulsionarão para obter melhores resultados organizacionais. O desenvolvimento é uma importante missão para o crescimento e poderá ser alcançado se a empresa usufruir dos recursos apresentados neste estudo, sendo esse um processo estratégico de mudança, que ajudará a organização alavancar no mercado, além de proporcionar um ambiente mais harmônico e maior comprometimento

de seus colaboradores, valorizando o seu capital intelectual, criando condições de trabalho para que as pessoas permaneçam na organização e também atrair novos talentos.

Dessa forma, concluímos que o presente estudo mostra que gerir pessoas se trata de um desafio e proporcionar um ambiente agradável que estimule as pessoas a produzirem mais e melhor é um diferencial organizacional, uma vez que o gestor possuindo relações positivas com seus colaboradores incentiva o trabalho em equipe, planejando ações, organizando e criando processos para motivar e entusiasmar seus colaboradores, estimulando o empenho e o comprometimento de cada um, para que assim sejam alcançados os objetivos da organização e de seus colaboradores como um todo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luis César G. **Gestão de Pessoas**. Estratégias e Integração Organizacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas. Modelo, Processos, Tendências e Perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2002.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas**. Enfoque nos Papéis Profissionais. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUEST, D. E. Human resource management and industrial relations. **Journal of Management Studies**, Leeds, v. 24, n. 5, p. 503-521, 1987.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos**. Do operacional ao estratégico. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MORETTO, V. P. Reflexões construtivistas sobre habilidades e competências. **Dois Pontos: Teoria & Prática em Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 42, p. 50-54, maio/jun. 1999.

OLIVEIRA, Djalma P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, S. C.; BRANCO, P. D. Organização humanizada: a organização necessária e possível. **Revista de Administração de Organizações**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 20-30, 2001.

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE DUAS EMPRESAS LOCALIZADAS NO OESTE DE SANTA CATARINA

Gabriela Lenhardt*
Ana Paola Grandó**

RESUMO

Com o advento da globalização, das transformações do mundo contemporâneo e da competitividade entre as organizações, torna-se vital para as empresas a busca de uma administração estratégica e com um diferencial competitivo, pautado no reconhecimento do capital humano. Nesta conjuntura, os profissionais responsáveis pelo setor de recursos humanos precisam estar preparados para adotar os procedimentos adequados para atrair e contratar acertadamente os funcionários, com habilidades, atitudes e personalidades condizentes com as exigências da vaga e a cultura de política organizacional. Destarte, o presente trabalho pretende analisar as disparidades existentes em um processo de recrutamento e seleção empreendido por intermédio de um profissional da área de Psicologia e outro executado sem a presença deste. O estudo desenvolvido classifica-se como qualitativo, sendo que a entrevista de profundidade foi embasada na técnica de coleta de dados. Participaram desta pesquisa duas profissionais, uma pertencente à área da Psicologia e a outra oriunda do campo de administração de empresas, ambas responsáveis pelo processo de recrutar e selecionar pessoas em suas respectivas fábricas. Para analisar as informações foi adotada a análise de conteúdo. Como resultado, foi possível constatar que os procedimentos adotados para o gerenciamento destas atividades diferenciam-se demasiadamente, nas duas empresas, influenciando nos resultados dos empreendimentos, tanto negativa, quanto positivamente. Por derradeiro, pode-se depreender, com base no presente estudo que o psicólogo poderá ser destacar nesta atuação, por

* Graduada em Psicologia pela Unochapecó. Pós-graduada em Gestão de Recursos Humanos pela Unoesc lenhardtgabriela@gmail.com

** Mestre em Psicologia pela UFSC; Docente do Curso de Psicologia da Unoesc; ana.grando@unoesc.edu.br

apresentar uma percepção apurada para identificar as competências dos candidatos.

Palavras-chave: Recrutamento de Pessoal. Seleção de Pessoal. Psicologia.

1 INTRODUÇÃO

O advento da globalização, o avanço da tecnologia e as inovações do mundo moderno impulsionaram as empresas a instituírem novas formas de organização em sua estrutura, o que trouxe uma nova concepção para a cultura organizacional, alterando o modo como vislumbram o capital humano. Diante disso, as organizações passaram a investir nos sujeitos, haja vista que estão descobrindo a importância do ser humano no interior da conjuntura organizacional, reconhecendo o potencial intelectual e emocional de seus colaboradores.

Assim, o principal capital das empresas hodiernamente é o humano e, por conseguinte, a contratação de bons profissionais tem sido uma das principais estratégias de uma organização bem-sucedida. Por conta disso, as instituições estão engajadas em um contínuo e interativo processo de atração de pessoas melhor capacitadas para a composição de seus quadros funcionais.

Alguns estudiosos do assunto retratam que as pessoas, seus conhecimentos e habilidades mentais passam a ser a principal base da nova organização, a antiga administração de recursos humanos (RH) cedeu lugar a uma nova abordagem de gestão de pessoas. Nessa nova perspectiva, as pessoas deixam de ser simples recursos humanos organizacionais para serem abordadas como seres dotados de inteligência, personalidade, conhecimentos, habilidades, destrezas, aspirações e percepções singulares, sendo os novos parceiros da organização.

Perante esta nova roupagem, na qual as pessoas exercem papel significativo no interior das empresas, pode-se verificar que o processo de gestão de pessoas, presente neste contexto, assume uma função estratégica das empresas. Assim, torna-se inquestionável a importância que esta atividade adquiriu nas organizações e, via de consequência,

no alcance de seus objetivos, deixando de ser um simples conjunto de funções administrativas e tornando-se imprescindível para o sucesso competitivo das instituições.

Destarte, as atividades desempenhadas pelo setor de recursos humanos foram reestruturadas, em decorrência das modificações provenientes da evolução experimentada pelo processo de gestão de pessoas. Destacam-se, entre elas, o procedimento de recrutamento e seleção, que passou a exercer um papel importante no ambiente organizacional, e que pode ser sintetizado como a escolha dos funcionários aptos e bem preparados para ocuparem os cargos existentes na empresa, visando, assim, manter ou aumentar a eficiência do trabalho desempenhado no interior das empresas.

Alguns estudos evidenciaram que a valorização do processo de recrutamento e seleção pode influenciar diretamente na estruturação de uma empresa, sendo que o emprego desta atividade de maneira profícua pode gerar inúmeras vantagens, como a adequação dos trabalhadores a seus cargos, facilitando a motivação, a produtividade e a redução de treinamentos.

Assim, o processo de recrutamento e seleção é de vital importância para qualquer organização, ao passo que é responsável por captar e selecionar os colaboradores que irão atuar nas diversas atividades de determinada instituição. Com base nestas considerações, o estudo em tela objetiva avaliar como os proprietários das organizações, assim como os recrutadores compreendem a importância da atividade de recrutamento e seleção no âmbito das empresas.

Igualmente, a mudança ocasionada por esse novo modo de selecionar os colaboradores de uma organização, bem como a crescente demanda do mercado por pessoas capacitadas, ensejou que os recrutadores sejam profissionais especializados, dotados de uma formação técnica. Dessa forma, para realizar este processo, as empresas passaram a lançar mão de profissionais provenientes de diferentes áreas de formação que são encarregados do processo de selecionamento e contratação de funcionários.

Neste cenário se destacou o psicólogo, como um dos profissionais preparado adequadamente para a execução desta função, visto que a base oferecida nos cursos de graduação capacitou-lhes para detectar as habilidades, as aptidões e os perfis dos candidatos, correlacionando estas características com a adequação dos valores, das políticas, da missão e da visão da organização.

A avaliação psicológica empreendida por este profissional permite conhecer as potencialidades e as limitações do candidato, buscando dimensionar a relação entre as suas peculiaridades e as obrigações das atividades a serem desempenhadas na empresa, contribuindo, sobremaneira, na decisão final de contratação dos colaboradores.

De posse destas informações, a pesquisa tem como pretensão investigar quais as disparidades existentes na realização de um processo de recrutamento e seleção realizado por intermédio de um psicólogo e o executado sem a presença do mesmo. Quanto a isso, este trabalho tem como objetivo identificar as discrepâncias presentes na condução das atividades de recrutar e selecionar os colaboradores, sendo que para isso serão comparados os métodos empregados pelos diferentes profissionais que executam esta operação, bem como averiguadas quais as habilidades imprescindíveis aos recrutadores.

Destarte, pode-se inferir que o processo de recrutamento e seleção é uma prática que já faz parte da rotina organizacional das empresas, contudo, frente às novas exigências do mercado, esta atividade deve ser repensada constantemente pelos gestores. Portanto, a pesquisa torna-se extremamente relevante, pois permite avaliar como os profissionais que realizam a atividade de recrutar e selecionar pessoas estão preparados, já que esta função é a porta de entrada dos colaboradores nas empresas.

Para a investigação dos objetivos propostos será utilizado como procedimento metodológico a Análise de Conteúdo, de Minayo, que se propõe a investigar o que está por trás de cada conteúdo manifestado pelos entrevistados e, a partir disso, analisar e correlacionar com o quadro teórico pesquisado.

Como resultado a pesquisa irá apresentar disparidades entre a atuação do psicólogo e da administradora, na aplicação do processo de recrutamento e seleção, sendo que o profissional da Psicologia, neste estudo em específico, apresentou-se estar mais preparado, tanto na elaboração e execução desta tarefa quanto na avaliação e compreensão das competências (conhecimentos, habilidades, atitudes/valores) dos candidatos, favorecendo uma escolha assertiva, no que diz respeito à contratação de novos funcionários.

2 PARTICIPAÇÃO DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL NO PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAS

As organizações estão sempre procurando novas pessoas para integrarem seus quadros, seja para substituírem funcionários que se desligaram ou para a ampliação da empresa em épocas de crescimento. Dessa forma, as empresas que durante muito tempo consideraram o capital financeiro como a sua principal fonte de crescimento, a partir do Século XX, perceberam que a força para o desenvolvimento dos negócios são as pessoas, e, com isso, passaram a valorizar o ser humano, avaliando também seu potencial emocional e intelectual (ZANELLI, 2004).

Diante disso, é interessante perceber que as organizações são constituídas de pessoas, sendo que são elas que agem, tomam decisões e se relacionam dentro do ambiente nas quais estão imersas (LACOMBE, 2005). Então, ao se dar um maior valor aos sujeitos inseridos dentro de uma organização, a Psicologia organizacional atua nesta relação entre indivíduo e trabalho, valorizando os diversos fatores que permeiam sua atividade dentro da instituição.

Assim, o psicólogo inserido no contexto organizacional não pode reproduzir a separação entre a esfera do trabalho e as demais esferas da vida pessoal do trabalhador, sendo que é preciso analisar integralmente o ser humano, compreendendo sua inserção no mundo do trabalho e as relações que são criadas no interior das organizações em que trabalha (ZANELLI, 2004).

Esta nova roupagem influenciou as atividades desenvolvidas pelo departamento de recursos humanos e, especificamente, o modo como os psicólogos passaram a atuar nas empresas, sobretudo no processo de recrutamento e seleção. Embora seja evidente a relevância deste processo para o sucesso das organizações, nem sempre tais processos foram realizados de forma adequada e com metodologias contextualizadas.

Diante disso, Montenegro (2012) salienta que o perfil organizacional e estratégico da Psicologia sofreu modificações no sentido de se adequar a essa evolução, bem como o processo de gestão de pessoas desenvolvido por estes profissionais enquadrou-se nesta perspectiva de mercado, implantando, assim, formas de recrutamento e seleção inovadoras e atentas à demanda atual.

Portanto, com o tempo, esse processo foi se modificando, sendo que, atualmente, quando se fala em recrutamento e seleção, faz-se referência a ferramentas de gestão de pessoas nas instituições. Segundo Chiavenato (2008), este recurso tem como propósito atrair e contratar funcionários para compor o quadro de empregados de uma empresa, seja para substituir um colaborador, expandir a mão de obra, entre outras circunstâncias.

Esta atividade exerce um papel fundamental no contexto organizacional, pois está diretamente ligada ao desenvolvimento da empresa. Desse modo, a política de recrutamento e seleção de candidatos, atualmente, tem se modificado, por questões das mudanças ocorridas na sociedade e no modo como as pessoas enxergam o trabalho, procurando-se um profissional que se identifique com a empresa, pois a adaptação do candidato às características e à cultura deve ser considerada como um fator essencial (ANDRADE, 2013; CHIAVARO; REICHERT; CUNHA, 2008).

Para entender melhor esta nova concepção é importante aclarar o conceito de recrutamento, o qual, segundo Chiavenato (2008), abrange o conjunto de práticas e processos utilizados para atrair candidatos para as vagas preexistentes ou potenciais. Cabe destacar, que o recrutamento é apenas a primeira etapa de um processo que termina com a contratação definitiva após o período de experiência.

De acordo com Lacombe (2005), o processo de recrutamento inicia-se com a requisição de pessoal pelo solicitante da vaga, sendo que algumas empresas possuem seu formulário próprio, indicando os motivos e o perfil desejado para o empregado a ser admitido.

Após o perfil definido, inicia-se o processo de recrutamento, utilizando-se alguns dos diversos métodos existentes. Conforme os apontamentos de Lacombe (2005), o processo de recrutamento surge quando a empresa disponibiliza vagas com o intuito de atrair candidatos para que posteriormente sejam analisados e selecionados.

Depois de obtido um universo relativamente amplo de candidatos, parte-se para a segunda etapa do processo de admissão, que é a seleção, a qual se inicia com o processo de análise dos currículos dos candidatos, seguindo o estabelecimento dos critérios propostos pelo solicitante da vaga e, assim, determinando quais os candidatos que serão convocados para prosseguir no processo de seleção (CHIAVENATO, 2008).

Arrelampo e Limongi-França (2002 apud SANTOS) definem seleção como um processo pelo qual são escolhidas pessoas adaptadas à determinada ocupação ou esquema operacional. Em princípio, é a escolha dos candidatos com maior afinidade de expectativas e potencialidades com as expectativas e necessidades previstas para o cargo.

Assim, esse recurso abrange o conjunto de práticas usadas para escolher, entre os candidatos disponíveis, aquele que parece ser adequado, que, consoante Lacombe (2005), entende-se como aquele que tem melhores condições de se ajustar à empresa e ao cargo e de conquistar um bom desempenho. Para analisar essas habilidades e aptidões do candidato, o mesmo autor salienta que o selecionador conta com diversos métodos: entrevista na unidade de seleção; informações de pessoas confiáveis; testes técnicos-profissionais; testes psicológicos; dinâmica de grupo; entrevistas pelas chefias futuras; informações de empregos anteriores e informações cadastrais.

É oportuno salientar que a seleção, ainda, deve considerar a cultura da empresa e os valores e crenças do candidato, pois deve ter condições de se adaptar a essa cultura, haja vista que é preciso considerar

não somente a qualificação, mas também a personalidade do candidato (LACOMBE, 2005).

Dessa forma, pode-se inferir que os profissionais de recrutamento e seleção utilizam ferramentas de investigação que apontem, dentro de um universo de candidatos, os mais qualificados para ocupar determinado cargo dentro da empresa. As bases primordiais dessa procura se baseiam não somente nas capacidades técnicas dos candidatos, mas nas suas características pessoais, conhecimentos e habilidades, entre outras competências.

Depreende-se, então, que o emprego de psicólogos e de suas técnicas no âmbito organizacional se consubstancia como uma das soluções acertadas, visando otimizar o processo de gestão de pessoas nas empresas, mormente as atividades de recrutamento e seleção, haja vista que estes profissionais são dotados de uma formação técnica apurada que permite conhecer a subjetividade dos candidatos e traçar perfis psicológicos que estão em consonância com o que o cargo a ser ocupado exige.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente trabalho que objetiva analisar as diferenças existentes em um processo de recrutamento e seleção realizado por intermédio de um psicólogo e o executado sem presença do mesmo profissional, é preciso, primordialmente, identificar alguns pressupostos que nortearam o desenvolvimento do estudo.

O método adotado corresponde a uma pesquisa qualitativa baseada em Minayo (2008), que ressalta esta estratégia como um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, a estudiosa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Participaram desta pesquisa duas profissionais de diferentes capacitações técnicas, mas que atuam no processo de recrutamento e seleção, representando o setor de recursos humanos de suas respectivas

empresas. Uma das entrevistadas é formada na área de Psicologia e atua em uma fábrica de móveis planejados, localizada no Oeste do Estado de Santa Catarina, sendo que hediondamente a organização conta com aproximadamente 150 funcionários em sua estrutura física. A outra participante é graduada em Administração de empresas e trabalha em uma fábrica de componentes para baterias automotivas, situada no Oeste de Santa Catarina, tendo em seu quadro funcional cerca de 210 colaboradores.

Para a coleta de dados desta pesquisa foi utilizada a entrevista de profundidade de Bauer e Gaskell (2008), que fornece dados para uma análise qualitativa mediante uma descrição detalhada de um meio social específico. Nas entrevistas com os profissionais, utilizou-se o tópico guia de Bauer e Gaskell (2008), tais autores definem este tópico não como uma série extensa de perguntas específicas, mas um conjunto de títulos de parágrafos, que funciona como uma forma de lembrete ao pesquisador e como um esquema preliminar para a análise das transcrições.

Com base nos objetivos propostos, foi elaborado um roteiro com tópicos de discussão, evitando, assim, estabelecer itens fixos, a fim de proporcionar possibilidades amplas de expressão verbal, haja vista que as participantes foram redirecionadas conforme o andamento da entrevista, permitindo um aproveitamento exploratório das informações. Destarte, o roteiro que norteou a entrevista foi utilizado com flexibilidade à medida que o estudo progrediu, sendo que este tópico guia teve a finalidade de dar conta dos fins e objetivos desta pesquisa.

A entrevista foi realizada individualmente, sendo precedida de uma autorização das empresas que as profissionais fazem parte. Estes encontros foram registrados por áudio, utilizando gravador de voz, mediante autorização das entrevistadas, para que fosse possível a transcrição das respostas com maior fidelidade e veracidade.

Para analisar os dados obtidos, foi empregado a Análise do Conteúdo de Minayo (2008), a qual possui a mesma lógica das metodologias quantitativas, uma vez que busca a descrição objetiva, interpretativa e sistemática do conteúdo manifesto.

A análise do conteúdo visa, portanto, “ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica em relação à comunicação dos dados.” (MINAYO, 2008 p. 304). À vista disso, essa técnica consiste no tratamento de dados, que pretende identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema, verificando hipóteses e/ou descobrindo o que está por trás de cada conteúdo manifesto.

Dessa forma, a pesquisa foi baseada nos dados obtidos nas entrevistas com as duas participantes, seguida de análises reflexivas e críticas, fundamentadas teoricamente por meio de pesquisa em livros e artigos científicos realizados sobre este assunto.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As mudanças e as transformações ocorridas nas últimas décadas, advindas da globalização, bem como do crescimento econômico e populacional experimentado no cenário mundial, ensejaram que as organizações buscassem algo que as tornassem reconhecidas e lucrativas.

Neste panorama constatou-se no mundo organizacional que um dos grandes diferenciais competitivos das empresas são os colaboradores que compõem os seus quadros funcionais. Para permanecerem em ascensão no mercado, algumas organizações adotaram uma administração com foco na gestão de pessoas, tendo como principal tarefa trabalhar com a valorização do ser humano e trazer resultados positivos para ambos (MONTENEGRO, 2012).

Assim, o perfil organizacional e estratégico das empresas sofreu modificações, no sentido de se adequar a essas evoluções e o setor de recursos humanos, objetivando acompanhar esta tendência, alterou a forma de gerenciar as pessoas, reestruturando o seu modo de atuação. Com base neste contexto, as organizações implantaram um processo de recrutamento e seleção inovador e atento à demanda atual, visando enquadrar-se nas perspectivas de mercado.

Os processos adotados, atualmente, consideram que a principal base da organização são as pessoas, seus conhecimentos e habilidades mentais, bem como se busca por funcionários que se identificam com a postura institucional da empresa (CHIAVENATO, 2008). De acordo com Almeida (2004), as empresas estão exigentes quanto aos perfis profissionais e não focalizam apenas o desempenho, mas também o potencial das pessoas como forma de agregar valor para sua missão e objetivos.

Pelo fato de existirem cada vez menos colaboradores com estas características no mercado de trabalho, a disputa por estes profissionais requer estratégias de atração, seleção e retenção de pessoas.

Por derradeiro, as atividades de recrutamento e seleção exercem um papel fundamental no contexto das organizações, uma vez que os colaboradores estão diretamente ligados ao crescimento das empresas, sendo que o seu desenvolvimento institucional será determinado pela qualidade agregada aos seus produtos ou serviços, tendo como base pessoas motivadas e com alto nível de qualidade pessoal e profissional (ALMEIDA, 2004).

Desse modo, as empresas estão em um contínuo processo de atrair e contratar pessoas que correspondem ao perfil do cargo desejado pela organização, no entanto, é preciso considerar que cada instituição possui uma cultura diferente, sendo que a metodologia aplicada para a execução deste processo pode variar conforme o empreendimento (ARRELAMPO; LIMONGI-FRANÇA, 2002).

A partir das entrevistas realizadas com duas profissionais, uma pertencente à área da Psicologia e a outra oriunda do campo de Administração de empresas, que aplicam o processo de recrutamento e seleção em organizações distintas, é possível perceber neste estudo, em particular, certas disparidades no modo de execução da atividade desempenhada por elas e, conseqüentemente, na repercussão que este processo desencadeia nas instituições a qual atuam.

Na análise dos métodos empregados pelas selecionadoras, verificou-se que a psicóloga possivelmente apresenta uma compreensão

diferenciada acerca dos candidatos, haja vista que a análise do perfil a ser buscado é definida logo no início do processo. Por meio desta pesquisa, pode-se, então, identificar diferenças no modo como é conduzida esta atividade desde o princípio, quando é feita a solicitação da vaga pelo encarregado.

Segundo Chiavenato (2008), nesta fase definem-se as características pessoais que são importantes para a organização, para seus objetivos e sua cultura interna, entre outros. Neste momento inicial ocorre a busca por pessoas que possuam as competências e que tenham características compatíveis com as exigidas pela empresa.

Cabe ressaltar que antes da etapa de recrutamento, a empresa ao manifestar a decisão de abertura de uma vaga, tem a oportunidade de definir quais as competências (conhecimentos, habilidades e atitudes/valores) necessárias do novo colaborador, para que ele possa desempenhar com êxito suas funções. Esse planejamento, conforme Montenegro (2012), auxilia a organização, tanto na previsão de quantos funcionários irá contratar, no planejamento do processo de recrutamento e seleção, definindo as estratégias a serem empregadas, bem como o perfil do novo colaborador e, diante disso, ter maiores probabilidades de acertos nas suas escolhas seletivas.

Sobre isso, Marras (2002) ressalta que todo processo de recrutamento de pessoal tem início a partir de uma necessidade interna da organização, no que se refere à contratação de novos profissionais. Essa necessidade que se origina de motivos diversos, é expressa ou emitida formalmente, pelo “requisitante” da área, mediante um documento denominado requisição de Pessoal (RP).

Durante as entrevistas, nas quais foi possível comparar os métodos empregados pelas diferentes profissionais, constatou-se, neste caso, que a administradora não possuiu uma ficha de requisição de pessoal, sendo que ela somente é comunicada pelo encarregado do setor sobre a necessidade de uma nova contratação para determinado departamento.

No caso da psicóloga o processo é feito de maneira diferenciada, baseado em uma padronização, desenvolvida pela própria profissional,

na qual ela solicita que o supervisor responsável pelo setor preencha um formulário com algumas especificações, relacionando:

[...] a quantidade de contratações; o setor em que o novo funcionário irá trabalhar; a definição se a vaga será para substituição ou aumento do quadro de funcionários; as experiências necessárias para o cargo; as atividades que a pessoa terá que desempenhar e as habilidades e os conhecimentos referentes à função. (informação verbal – psicóloga).

No que se refere a esta padronização formulada com o intuito de identificar as peculiaridades da função a ser desempenhada, manifesta-se Pontes (2004), para quem o relato sistematizado das tarefas permite uma descrição detalhada de cada uma das atividades e ao mesmo tempo esta análise de atribuições e responsabilidades oportuniza que sejam traçados os perfis dos candidatos a serem recrutados.

Todavia, a psicóloga entrevistada em sua prática busca não se prender apenas aos dados constantes no formulário, posto que após a solicitação de aquisição de um novo colaborador ser encaminhada pelo encarregado, a profissional busca realizar um “estudo de caso”, conhecendo *in loco* como a atividade para a qual houve a requisição é desempenhada, além de verificar se esta contratação é realmente necessária para a empresa. Outrossim, a psicóloga considera o mercado de trabalho e a cultura da empresa, bem como o perfil do grupo que o novo colaborador irá integrar, a fim de definir as características necessárias ao candidato que irá integrar a organização.

Com base nestes subsídios, a psicóloga participante da pesquisa elabora uma ficha profissiográfica, com os dados sobre as características exigidas pelo chefe do setor para o qual será realizada a seleção. Esta ficha, também denominada ficha de especificação, é o produto das informações transmitidas pela análise do cargo, requisição de empregados e outros instrumentos afins, caracterizando as aptidões, as habilidades e os aspectos da personalidade necessários ao pleno exercício de determinado cargo (CARVALHO; NASCIMENTO, 1997).

Este detalhamento do cargo permite que a profissional de Psicologia trace um perfil com as exigências da vaga, alinhada à cultura empresarial, oportunizando, dessa forma, a filtragem e captação no mercado de trabalho de candidatos que se identificam com os requisitos estabelecidos *a priori*, bem como facilita uma posição assertiva na escolha do novo funcionário. De outra banda, a administradora, por não estabelecer previamente as características das pessoas a serem contratadas, provavelmente terá dificuldades maiores para reconhecer se as habilidades do sujeito entrevistado irão corresponder às expectativas da vaga, o que, em alguns casos, enseja decisões errôneas acerca da escolha do novo colaborador.

Conquanto, as análises e procedimentos sistematizados para conhecer a função e o perfil dos colaboradores se diferenciem entre as empresas objeto da pesquisa, ambas as participantes buscam atrair, por meio do recrutamento, os candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos dentro da instituição, sendo este um momento, por meio do qual a organização divulga e oferece ao mercado oportunidades de empregos.

Pode-se observar que este processo, na empresa de baterias, é realizado pela administradora por meio do recrutamento externo, sendo que são recrutados somente os candidatos que se cadastram na organização, preenchendo uma folha com poucas informações, como: Nome, CPF, RG, estado civil, endereço, referências de antigos trabalhos, entre outros dados. A partir disso, a recrutadora analisa as informações dispostas no formulário e avalia em quais setores o candidato poderá ser melhor aproveitado, com base em suas experiências anteriores.

Já a psicóloga, que está à frente do setor de recursos humanos na fábrica de móveis, primeiramente prioriza o recrutamento interno, que ocorre por intermédio de indicação dos supervisores, os quais recomendam os funcionários que consideram aptos a ocupar novas funções, simultaneamente com a divulgação da vaga por meio do mural na empresa. Posteriormente, acontecem as divulgações externas, propaladas

por intermédio de anúncios na rádio, distribuição de panfletos na cidade, bem como em associações comerciais e industriais.

Na fase seguinte, após os interessados preencherem um formulário eletrônico e passarem por uma entrevista com a psicóloga, ocorre a captação no banco de dados dos currículos que se adequam aos perfis procurados pela organização.

Portanto, o processo de recrutar pode ser interno, no qual os candidatos são os próprios colaboradores da empresa, ou externo, onde são recrutadas as pessoas que estão disponíveis no mercado de trabalho. Consoante Chiavenato (2008), os pontos positivos presentes no recrutamento interno são o melhor aproveitamento do potencial humano da organização, o encorajamento do desenvolvimento profissional dos atuais funcionários, o incentivo à permanência dos colaboradores, bem como a maior facilidade de ambientação do empregado, uma vez que esta espécie de contratação não requer socialização organizacional dos novos membros.

Estas vantagens provenientes deste formato de atração são observadas na fábrica de móveis, aonde a divulgação interna executada pela psicóloga na empresa proporciona uma oportunidade de promoção para os colaboradores que já atuam na organização, o que motiva os funcionários a se dedicarem ainda mais, já que têm oportunidade de crescimento. Ademais, outro aspecto vantajoso vislumbrado no recrutamento interno está relacionado à economia de tempo e ao custo do processo, pois as pessoas que já trabalham neste local conhecem a cultura da empresa e já estão adaptadas a ela, portanto, não se perderá tempo com a adaptação do candidato às normas da instituição, assim como a divulgação por meios internos acaba sendo econômica.

Após o processo de recrutamento, no qual foram atraídos os candidatos, inicia-se o processo de seleção, que busca selecionar o indivíduo que terá o melhor desempenho na função, dentre os recrutados. De acordo com Chiavenato (2004, p. 223), a seleção tem a função básica “[...] de escolher entre os candidatos recrutados aqueles que tenham maiores probabilidades de ajustar-se ao cargo vago e desempenhá-lo bem [...]”

Com base na pesquisa empreendida, foi possível observar que a psicóloga entrevistada somente seleciona os profissionais que correspondam aos pré-requisitos relacionados por ela na ficha profissiográfica e que melhor se adequem às necessidades da organização. A administradora, por seu turno, consubstancia a seleção nas informações preenchidas no currículo padronizado pela empresa, elegendo somente os candidatos que ela supõe desempenhar as atividades que estão sendo propostas.

Para conhecer as experiências e o perfil dos candidatos, as organizações pesquisadas elegem alguns instrumentos que subsidiam a avaliação do processo seletivo. Sobre isso, Chiavenato (2008) preleciona que os principais métodos de seleção são: entrevistas, provas de conhecimentos, testes psicométricos e personalidade e técnicas de simulação.

Frente a estas opções, o estudioso Chiavenato (2004) esclarece que a entrevista pessoal é a técnica de seleção que mais influencia na decisão final a respeito do aproveitamento ou não de um candidato ao emprego. Corroborando esta concepção, Bueno (1995) salienta que a entrevista objetiva esclarecer aspectos do currículo do profissional e estabelecer as primeiras impressões sobre algumas características do participante.

Diante da relevância deste método, pode-se observar que ambas as empresas pesquisadas utilizam a entrevista como sendo o instrumento que sobreleva no momento de conhecer os candidatos que estão participando do processo seletivo. No entanto, este procedimento apresenta probabilidades de ser realizado de forma perfunctória pela administradora, visto que em muitos casos a conversa entre ela e o candidato apenas ocorre após a realização dos exames admissionais, restringindo-se este instante apenas na explanação dos benefícios da empresa, não oportunizando, neste caso, que a profissional conheça as competências do profissional.

Conseqüentemente, esta forma de avaliação do candidato poderá ser dispendiosa para a empresa, como relatado pela administradora

[...] a gente acaba não conhecendo o funcionário muito a fundo, pois nos limitamos ao currículo da pessoa e já a encaminhamos para o exame, sem nem antes conversar com ela. E aí acabamos não obtendo muitas informações e incidindo em um gasto alto com exames admissionais, sendo que um deles, por exemplo, demora 15 dias para ficar pronto e em alguns casos quando sai o resultado ligamos para a pessoa e ela nos diz que não quer mais ou que já arrumou outro emprego. (informação verbal – administradora).

Diante desta lacuna, a administradora enfatiza que seria significativa a organização investir em cursos e capacitações que aperfeiçoem seu trabalho, com o propósito de que possa aprender a conduzir uma entrevista com destreza, bem como desenvolver um roteiro de perguntas que propicie a consecução de informações acerca do candidato.

Quando se trata de um cargo de alto nível, no qual se torna importante visualizar determinadas habilidades nos participantes, a administradora não dispõe de nenhum método diferenciado para avaliar o candidato, detendo-se somente na conversa com a pessoa, o que pressupõe limitar a sua compreensão acerca das aptidões e da personalidade do sujeito. No que diz respeito à entrevista realizada pela psicóloga, esta é baseada no estabelecimento de quatro competências principais, alicerçadas na análise do cargo e perfil do candidato, assim como a profissional procura envolver neste roteiro uma situação, uma tarefa, uma ação e um resultado que a pessoa já tenha vivenciado.

Outrossim, a selecionadora acrescenta, ainda, que

[...] a entrevista com o possível funcionário é extremamente importante, pois permite inicialmente verificar se o candidato se identifica com a função que irá desempenhar e com a empresa e, além disso, este momento proporciona reconhecer se aquela pessoa tem as características profissionais e pessoais exigidas pelo cargo. Ainda é possível constatar se aquele participante vai se adequar ao perfil da equipe, haja

vista que é muito importante a aprovação do grupo.
(informação verbal – administradora).

E para que esta compreensão seja possível, uma das grandes ferramentas do psicólogo é a escuta diferenciada e apurada. Conforme Grisci e Lazzarotto (1998), essa escuta permite a passagem de uma situação de alienação do trabalhador para uma situação de consciência crítica no que se refere às suas aptidões profissionais, resgatando seu modo de pensar, sentir e vivenciar sua relação com a atividade laborativa.

Por intermédio deste processo, o candidato que está sendo analisado pode refletir sobre as suas escolhas, bem como sobre o trabalho que virá a desempenhar, analisando se o cargo em aberto corresponde às suas expectativas e objetivos. Além disso, a psicóloga da fábrica de móveis assevera que esta ocasião oportuniza “[...] conhecer as aptidões pessoais e técnicas do candidato, favorece o gerenciamento deste funcionário dentro da empresa e também permite corrigir e aproveitar mais satisfatoriamente as habilidades da pessoa.” (informação verbal – psicóloga).

Durante a entrevista a psicóloga discorreu sobre a relevância de “deixar o candidato bem à vontade” para extrair o maior número de informações possíveis do participante e, concomitantemente, ter cautela para não intimidar o participante com perguntas intrusivas, haja vista ser um momento em que a pessoa precisa sentir-se à vontade para conversar com o selecionador. Ainda, a profissional destaca que a avaliação acerca da pessoa não pode ser tendenciosa, confundindo suas crenças e valores pessoais com o conteúdo manifestado pelo sujeito.

Outro instrumento hábil utilizado pela psicóloga na escolha dos colaboradores, que permite identificar os candidatos que possuam as características pessoais e técnicas adequadas ao perfil da vaga oferecida pela organização, são os testes psicológicos aplicados no momento da seleção.

Nesse sentido, a Psicologia contribuiu muito para o processo de recrutamento e seleção, posto que o desenvolvimento da Psicometria possibilitou quantificar aspectos psicológicos dos candidatos, tais como aptidões, fatores de inteligência e até de personalidade. De acordo com

Chiavaro, Reichert e Cunha (2008), “[...] a avaliação psicológica nas empresas visa conhecer o candidato em suas potencialidades e limitações para cada cargo, buscando mensurar o grau de sintonia entre suas características individuais e as exigências de cada função.”

Assim, o profissional de Psicologia analisa não somente a questão técnica do candidato, mas, também, compreende se a sua subjetividade e atitudes se relacionam com a cultura, a missão, a visão e com os objetivos do empreendimento.

Neste panorama, o psicólogo poderá distinguir-se dos recrutadores com outras formações técnicas, uma vez que ele possuiu uma visão diferenciada do ser humano, detendo habilidades específicas para compreender o aspecto comportamental e cognitivo do avaliado. Por meio de sua capacitação o profissional pertencente à área de Psicologia tem facilidade para traçar o perfil psicológico do candidato que está participando do processo seletivo e identificar se esta pessoa possui as aptidões necessárias para o preenchimento do cargo.

Portanto, os testes e as entrevistas são métodos que se complementam e que pretendem averiguar as aptidões técnicas do candidato para o desempenho do cargo, as dimensões comportamentais relevantes para a função, o potencial do candidato, bem como sua capacidade de se inserir na empresa e de ser aceito pelo grupo. Além disso, estas técnicas têm a finalidade de avaliar o domínio de determinadas competências relacionadas ao perfil profissional, considerando-se as informações que não foram vistas ou suficientemente esclarecidas ao longo do processo seletivo.

Outro fator preponderante para a eficácia do processo seletivo é a preparação do profissional responsável por este serviço, uma vez que o recrutador vai realizar a conexão entre a empresa e o mercado de trabalho, sendo de suma importância que estes profissionais indiquem participantes que atendam ao perfil especificado por quem solicita a vaga. Este especialista é quem vai fazer o papel de “cartão de visitas” da organização perante os candidatos ao cargo que está sendo oferecido (RODRIGUES, 2009).

Diante da relevância da qualificação do profissional para executar um processo de recrutamento e seleção com eficiência, foi possível depreender, nesta pesquisa em específica, certo despreparo da administradora para realizar esta atividade em sua empresa. Ela mesma reconhece:

Não tenho experiência e muito estudo para executar esta função, acabo contratando na cara, no impulso sem conhecer a pessoa. Na verdade, não tenho conhecimentos suficientes para executar esta obrigação, sou bem carente de habilidades nesse quesito, eu tenho é conhecimento em papel. (informação verbal – administradora).

O estudioso Rodrigues (2009) ressalta que um processo de recrutamento e seleção realizado sem os procedimentos estruturados e adequados oferece impactos contraproducentes para a organização, como o alto índice de *Turnover*, os custos com a execução de novos processos seletivos, bem como o tempo envolvido tanto na realização do processo quanto no treinamento e integração do novo colaborador.

Estes prejuízos podem ser notados no discurso da administradora:

[...] a empresa tem um índice alto de rotatividade, sentimos falta de os funcionários ficarem na empresa e isto se deve ao processo de recrutamento e seleção mal feito, pois como contratamos os funcionários sem conhecer eles, logo depois eles nos trazem problemas ou não se adequam ao cargo e à empresa. (informação verbal – administradora).

À par disso, Rodrigues (2009) afirma a importância de dispor as pessoas em vagas para as quais elas tenham competências e aptidões no desempenho das tarefas exigidas. Caso contrário, a empresa correrá o risco de colocar colaboradores que não preencham os requisitos necessários para o desenvolvimento das atividades no interior da organização e, via de consequência, dar ensejo a custos desnecessários,

em razão, principalmente, da alta rotatividade, bem como de outros fatores, porventura existentes.

Esses fatores estão diretamente relacionados ao setor de recursos humanos, o qual precisa estar continuamente atento para que os problemas decorrentes de um processo seletivo mal executado não agravem cada vez mais os destinos da organização.

As entrevistadas reconhecem as consequências destas atividades, bem como assentam o papel significativo que estas operações exercem em suas organizações, uma vez que é por meio destes recursos que irão atrair e escolher os candidatos que melhor se adaptam às funções exigidas pelo cargo vago.

Neste diapasão, Andrade (2009) salienta que quando esta atividade é bem aplicada, resultará em uma alta produtividade, retorno do investimento dispendido, contribuindo, sobremaneira, para que a empresa venha a cumprir seus planos e objetivos. Portanto, o processo de recrutar e selecionar as pessoas deve ser bem planejado e aplicado, visto que pode originar tanto prejuízos quanto benefícios para as instituições.

Além disso, é importante que os gestores representantes das organizações invistam em profissionais capacitados e reconheçam que por meio do recrutamento e seleção serão escolhidas as pessoas que irão integrar o quadro de funcionários e contribuirão para o desempenho e o desenvolvimento de suas empresas. No entanto, os administradores das duas fábricas pesquisadas não vislumbram a relevância destas atividades para o progresso dos seus empreendimentos.

Na empresa de baterias, a administradora ressalta que seu gestor não considera importante investir em qualificação para que a mesma se especialize, objetivando que possa perpetrar com propriedade os processos de recrutamento e seleção. A profissional aduz que

[...] a falta de estudo do proprietário contribuiu para ele formular a ideia que qualquer pessoa que não tenha capacitações pode desempenhar as funções da empresa, em especial, neste caso o recrutamento e seleção. Pois, o fato dele conseguir ser uma potência

do mundo dos negócios em pouco tempo, não tendo estudos, contribuiu para que ele não reconheça a importância de uma formação técnica. (informação verbal – administradora).

A pesquisa produzida por Andrade (2009) aborda este assunto, quando ele pondera que a colocação da pessoa certa no lugar certo assume uma importância preponderante no desempenho e competitividade das empresas, sendo cada vez mais um investimento estratégico para o desenvolvimento organizacional. Desta feita, o processo de recrutamento e seleção trazem benefícios aos empreendimentos, refletindo na vantagem competitiva, conforme pode ser percebido, inclusive, na declaração da psicóloga: “Esta atividade bem aplicada, colabora para o sucesso empresarial e o perfil da pessoa contribui a instituição conquistar suas metas e objetivos.” (informação verbal – psicóloga).

Destarte, nesta pesquisa em particular, foi possível compreender a disparidade da aplicação de um processo de recrutamento e seleção realizado por intermédio de uma profissional da área de administração e uma de Psicologia. Os contrastes existentes nas execuções das atividades empreendidas pelas entrevistadas foram constatados, inicialmente, pela compreensão diferenciada das selecionadoras acerca do perfil profissional e psicológico do candidato, seguindo em todas as fases recomendadas para o seu andamento, acarretando, inclusive, em possíveis prejuízos para a empresa.

A partir da entrevista com a administradora, foi possível compreender que a fábrica de baterias pouco dispense atenção e cuidado ao processo de recrutamento e seleção de pessoal, tendo que, provavelmente, enfrentar problemas significativos para a empresa no futuro. Já a psicóloga encontra uma estrutura melhor para o desempenho de suas atividades no interior da organização, haja vista que em razão de sua formação técnica, implementou um sistema diferenciado desta atividade para a contratação de futuros colaboradores, baseado em metodologia e técnicas provenientes da área da Psicologia.

Conquanto, se defenda a ideia de que o psicólogo é um dos profissionais mais bem preparados para atuar no setor de recursos humanos, os estudiosos não são unânimes em apontar a utilização das técnicas da Psicologia como um fator preponderante para a escolha acertada do candidato e para o bom desempenho do setor. Todavia, embora não haja consenso entre os autores desta área, percebe-se uma ampliação do espectro de atuação do psicólogo no setor de recursos humanos, ao longo do tempo, constatando-se que este profissional é um dos mais requisitados pelas empresas para atuar neste departamento, mormente, no processo de recrutamento e seleção, o que denota o reconhecimento de suas habilidades para a atuação neste campo.

6 CONCLUSÃO

O tema recrutamento e seleção evidenciou-se relevante nesta pesquisa, eis que pode ser considerado como uma estratégia de administração, desenvolvida por empresas que procuram competitividade, inovação e um crescimento maior. Dessa forma, as empresas que aderiram a esta concepção objetivam não somente auferir lucros, como também a realização de contratações profícuas, a fim de incluir em seus quadros funcionais profissionais competentes para compor a sua organização.

Com isso, a função do departamento de recursos humanos vem ganhando valor significativo na dinâmica de uma organização, pois se consubstancia como o grande responsável pelo desenvolvimento de uma estrutura sólida em relação ao quadro de pessoal.

Partindo do pressuposto de que os responsáveis por esta atividade devem estar preparados para o cumprimento do processo de recrutamento e seleção, foi possível notar, nesta pesquisa em especial, disparidades no procedimento realizado por intermédio de um psicólogo e sem a presença deste profissional, sendo que estas divergências podem ser percebidas em todo o transcurso da mencionada atividade.

Logo no início do processo é notável o contraste entre as duas empresas, no que se refere à elaboração do perfil do candidato em

relação à vaga. Nesta ocasião, a profissional de Psicologia procura ter uma proximidade com as tarefas que o colaborador irá desempenhar na organização e, a partir disso, traça um perfil das habilidades e competências do futuro funcionário, enquanto a administradora se detém apenas na solicitação encaminhada pelo encarregado, não realizando uma exploração detalhada do que pretende buscar no mercado de trabalho.

O relato sistematizado das tarefas elaborado pela psicóloga é um aspecto diferencial, pois permite uma descrição mais detalhada de cada uma das tarefas, contribuindo para o delineamento do perfil dos candidatos a serem recrutados, para posteriormente serem selecionados somente profissionais que correspondam às reais necessidades da vaga.

Além disso, este entendimento acerca dos cargos, no que concerne às suas atribuições e responsabilidades, poderá favorecer a entrevista da psicóloga com o participante, contribuindo, ainda, para a sua compreensão a respeito das aptidões técnicas e do perfil psicológico do candidato, o que auxilia em decisões mais acertadas de quem irá ser selecionado. Já a administradora apresentou ter maiores dificuldades, tanto para conduzir as etapas deste processo, conforme pontuado pelos estudiosos do assunto quanto para reconhecer se as peculiaridades da pessoa correspondem ao cargo a ser preenchido, podendo incorrer, em alguns casos, em decisões errôneas de contratação.

Portanto, pode-se perceber que o procedimento de recrutamento e seleção deve ser conduzido com muita cautela, pois os desdobramentos de um processo errado são grandes, como: diminuição da produtividade, absenteísmo, insatisfação funcional, rotatividade de colaboradores, sendo que isso tudo implica um alto custo para as empresas.

Em virtude dos prejuízos e benefícios decorrentes desta atividade, no âmbito das organizações, denota-se a importância de os profissionais estarem bem preparados para a condução destes processos, sendo que neste estudo em particular, destacou-se o psicólogo. Este especialista terá possibilidades de se sobressair, em virtude dos ensinamentos adquiridos durante os anos de formação, acerca do desenvolvimento humano,

o que lhe possibilita reconhecer com mais facilidade as experiências e habilidades das pessoas.

Ademais, o profissional da Psicologia tem a oportunidade de se distinguir de outros recrutadores por dispor de diversificadas técnicas de seleção, como o caso dos testes psicológicos e questionários, os quais possibilitam um levantamento mais apurado das características pessoais dos candidatos.

Por fim, cabe salientar que os objetivos específicos deste trabalho foram atingidos em sua plenitude e contribuíram para o alcance do seu objetivo geral. Entretanto, ressalta-se que essa pesquisa não pretende ser conclusiva, bem como não comporta generalizações para o universo em estudo, haja vista ter se limitado a apenas duas empresas do Oeste Catarinense.

À vista disso, propõe-se a ampliação desta pesquisa, a qual deve ser executada com um número maior de participantes responsáveis pelo processo de recrutamento e seleção nas empresas, como forma de produzir uma análise mais ampla sobre o assunto em questão, bem como visando à sugestão de melhorias nesta atividade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Kenia da Mota. **Práticas de recrutamento e seleção nas empresas**. Instituto de Educação Superior de Brasília, 2009. Disponível em: <<http://php.iesb.br/ojs/index.php/psicologiaiesb/article/view/3/4>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ALMEIDA, Walnice. **Captação de talentos**. São Paulo: Atlas, 2004.

ARELLANO, Bernal Eliete; LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Os processos de recrutamento e seleção. In: **As pessoas na Organização**. São Paulo: Gente, 2002.

BAUER, Martin W.; GASKELL George. **Pesquisa qualitativa**: imagem e som: um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.

BUENO, José Hamilton. **Manual do Seleccionador de Pessoal**: do Planejamento à Ação. São Paulo: 1995.

CARVALHO, Antônio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira, 1997.

CHIAVARO, Ana Carolina Martins; REICHERT, Claudete Bonatto; CUNHA, Tatiane R. S. Recrutamento e Seleção: um enfoque estratégico no processo de desenvolvimento e gestão de pessoas. **Ciência e Conhecimento**: Revista eletrônica da Ulbra, São Jerônimo, 2008.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

_____. **Princípios da administração**: o essencial em teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

GRISCI, Carmem Ligia Iochins; LAZZAROTTO, Gislei Romanzini. Psicologia social no trabalho. In: STREY, Marlene Neves et.al. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LACOMBE, Francisco José. **Recursos Humanos**: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico**. São Paulo: Futura, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2008.

MONTENEGRO, Adauto de Vasconcelos. **Recrutamento e seleção de pessoas: Perspectivas e desafios para a gestão estratégica de pessoas. Psicologia. PT - O Portal dos Psicólogos**, 2012. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0310.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

PONTES, Benedito R. **Recrutamento e Seleção de Pessoal**. São Paulo, 2004.

RODRIGUES, Dayse. **A importância de um Processo Seletivo Eficiente**. Disponível em: <<http://dayserodrigues.wordpress.com/2009/06/26/a-importancia-de-um-processo-seletivo-eficiente/>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

ZANELLI, J.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZANELLI, C. José. **O psicólogo nas organizações de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

A COCULPABILIDADE E O ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

Jader de Azevedo Lima Filho*

RESUMO

A coculpabilidade é um instituto do direito penal que busca repartir a responsabilidade penal entre o agente e a sociedade. Tal repartição se fundamenta no fato de ter sido o contrato social especialmente prejudicial ao agente, de forma que não pode este arcar sozinho com sua conduta desviada, pois sua autodeterminação acabou abalada. Diante disso, objetiva-se com o presente estudo demonstrar como o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e sua pretensão de estampar um estado social, aumentou ainda mais a responsabilidade do Estado nos delitos perpetrados em território nacional, pois o texto da Lei maior, além de abarcar dispositivos de cunho social, também convive com ideais liberais, anunciando uma “crise de identidade ideológica”. Tal crise impacta diretamente na criminalidade, pois impede que se oferte uma educação de qualidade à população, tendo em vista que, ao mesmo tempo que impõe ao Estado o dispêndio de recursos homéricos em outras áreas, também limita suas fontes de receita. Valendo-se do método indutivo, o estudo busca também expor o fato de que, em virtude da pretensão social da constituição, o caminho pela delinquência acaba mais se aproximando de um padrão do que de um desvio, motivo pelo qual resta deslegitimado o sistema penal na forma como propugnado, não havendo outra solução salvo repartir a responsabilidade penal até que a “crise de identidade ideológica” da qual padece a nação seja solucionada. Palavras-chave: Estado social. Coculpabilidade. Deslegitimação penal.

1 INTRODUÇÃO

O “breve Século XX”, termo cunhado pelo historiador inglês Eric Hobsbaw, refere-se ao período que medeia entre o início da Primeira

* Egresso do curso de Especialização em Direito Constitucional da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc; jader1610@yahoo.com.br

Guerra Mundial e o colapso da URSS em 1991, símbolo do final da polarização entre capitalismo e socialismo. Nota-se, dessa forma, que o Século XX consubstanciou-se em uma dicotomia entre o estado mínimo (liberal-capitalista) e o estado máximo (socialista). A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como se depreende da data de sua promulgação – 05.10.1988 –, adveio no crepúsculo do “breve Século XX”, motivo pelo qual, tentando superar os traumas deixados pela polarização, abarcou tanto ideologias liberais quanto socialistas, o que gerou que tal miscigenação ideológica culminasse em uma constituição altamente prolixa, utópica, dirigente e que entregou ao Estado uma série de deveres.

Dessa forma, questiona-se: a conjuntura do estado brasileiro estabelecida com o advento da atual Constituição, pautada pela miscigenação ideológica entre as correntes políticas que marcaram o Século XX, anuncia a corresponsabilidade do Estado pelas condutas delituosas praticadas no país?

Objetiva-se, com o presente estudo, portanto, demonstrar como o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e sua pretensão de estampar um estado social, aumentou ainda mais a responsabilidade do Estado nos delitos perpetrados em território nacional, pois a crise de identidade da qual padece a nação impacta diretamente na criminalidade, impedindo que se oferte uma educação de qualidade à população, tendo em vista que, além de fazer com que o Estado tenha de dispender recursos homéricos em outras áreas, ainda limita suas fontes de receita.

Por meio do método indutivo, foram coletadas informações bibliográficas sobre o processo histórico que culminou no advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, expondo-se assim a crise de identidade ideológica que consubstancia o Estado brasileiro. Também foram coletados dados junto ao sistema penitenciário para que fosse possível aferir o padrão do criminoso brasileiro, de forma a estampar em números a consequência do advento da atual Constituição ante a criminalidade brasileira.

O estudo apresenta quatro seções: a primeira, após a introdução, anuncia a miscigenação ideológica do país, a segunda trata sobre a atual situação da pretensão social da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A terceira analisa o círculo vicioso da criminalidade pós-constitucional, partindo das causas da criminalidade, tendo como base informações colhidas junto ao sistema penitenciário. A seção final destina-se à aplicação da coculpabilidade no contexto do direito penal brasileiro, expondo a possibilidade e a necessidade de tal aplicação. Espera-se, assim, correlacionar a pretensão social da constituição brasileira e a crise de identidade ideológica da qual padece, com os elevados índices de criminalidade no país, expondo-se a relação direta entre as condutas delituosas e a atuação do Estado no campo social, buscando-se atribuir ao instituto da coculpabilidade sua devida importância frente à deslegitimação do sistema penal operada no país.

2 A MISCIGENAÇÃO IDEOLÓGICA DO ESTADO BRASILEIRO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 tentou superar as problemáticas decorrentes da polarização ideológica que marcou o Século XX, tal polarização opôs minimalistas e maximalistas, grupos que tiveram representação na Assembleia Nacional Constituinte que antecedeu a promulgação da atual *bíblia política* brasileira, de forma que ideais entabulados por ambos os grupos acabaram sendo estampados no texto da Lei maior.

Diante disso, necessário expor algumas das premissas dos aludidos grupos ideológicos, bem como a maneira como ocorreu o processo de confecção da Constituição nacional, tudo para que seja possível verificar quão ilógico é o modelo que fora imposto.

2.1 LIBERALISMO

Há várias acepções para o termo liberalismo e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88 abarca várias delas.

Primeiramente, destaca-se o chamado liberalismo clássico, cuja origem remonta ao Século XVII e a Thomas Hobbes, o qual se fundamenta na defesa dos direitos do cidadão à sua vida e sua propriedade, na necessidade da tolerância política e religiosa e na luta por um sistema político que não centralize todo o poder numa só mão (BRITO, 2012, p. 116).

No entanto, a dicotomia do século XX, a qual respingou na elaboração da bíblia política brasileira fez com que o termo liberalismo passasse a ser identificado como sinônimo de Estado Mínimo, uma antítese, portanto, do Estado Máximo proposto pelo socialismo científico. Verifica-se, dessa forma, que a Constituição brasileira é fruto de um embate entre tais correntes. Os defensores do Estado Mínimo quando dos debates que antecederam a promulgação da Lei maior brasileira, que se intitulavam liberais, na realidade preocuparam-se mais com o viés econômico do liberalismo do que com a ideia clássica supraexposta. Assim, necessário expor tal viés, tendo em vista que fora este que marcou um dos polos da dicotomia do século XX, para tanto, colhe-se da apresentação à obra *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, realizada por Edwin Cannan (1996, p. 10):

[...] o crescimento da produtividade do trabalho, que tem origem em mudanças na divisão e especialização do processo de trabalho, ao proporcionar o aumento do excedente sobre os salários permite o crescimento do estoque de capital, variável determinante do volume de emprego produtivo; a pressão da demanda por mão-de-obra sobre o mercado de trabalho, causada pelo processo de acumulação de capital, provoca um crescimento concomitante dos salários e, pela melhora das condições de vida dos trabalhadores, da população; o aumento paralelo do emprego, salários e população amplia o tamanho dos mercados que, para um dado estoque de capital, é o determinante básico da extensão da divisão do trabalho, iniciando-se assim a espiral de crescimento.

Percebe-se que a obra de Smith fundamenta-se na premissa de que o consumo é a mola propulsora da economia, ou seja, quanto

mais consumo, mais crescimento. Ademais, resta claro em tal obra que o papel do Estado é diminuto na economia, propondo um modelo no qual o governo não imponha restrições ao comércio e garanta a propriedade privada e o uso da terra, tendo em vista que a produção dos bens que serão consumidos ocorre por parte dos particulares, interessados no lucro.

Todavia, tal modelo é indissociável de intempéries no plano internacional (disputa por mercados) e de abalos no plano interno dos países, tendo em vista que períodos de baixo consumo geravam queda na produção e, conseqüentemente, desemprego. De tais crises, destaca-se especialmente a crise de 1929, ocasião na qual a economia liberal até então reinante passou a ser questionada e, conseqüentemente, reformulada, o que dá ensejo a novas teorias, como o keynesianismo e o neoliberalismo.

O keynesianismo, de autoria de John Maynard Keynes, reconheceu que o liberalismo clássico tem um caráter intrinsecamente instável, pois a operação da “mão invisível”, ao contrário do que sustentavam (e ainda sustentam) os economistas de inclinação mais ortodoxa, não produz a harmonia apregoada entre o interesse egoístico dos agentes econômicos e o bem-estar global. O aludido economista aduz que, em busca de seu ganho máximo, o comportamento individual e racional dos agentes econômicos — produtores, consumidores e assalariados — pode gerar crises a despeito do bom funcionamento das poderosas forças automáticas dos mercados livres. E essas crises advêm de insuficiências de demanda efetiva (KEYNES, 1996, p. 11).

A contribuição de Keynes à economia teve como premissa, portanto, o reconhecimento de uma falha natural do modelo liberal clássico, consistente no fato de que a perseguição do lucro gera uma concentração de riqueza, que em longo prazo acaba por retirar o poder de consumo daqueles que não detêm parcela de tal concentração, dessa forma, não havendo consumidores em potencial, o modelo liberal clássico se autoflagela, pois a ausência de consumidores implica queda da produção e, conseqüentemente, aumento dos níveis de desemprego. Logo, o keynesianismo, surgido na década de 1920 e colocado em prática na década de 1930, objetiva corrigir a imperfeição do modelo liberal

clássico, inserindo o Estado como elemento econômico. Para tal teoria, o Estado deve agir de forma a manter o ajuste entre a propensão a consumir e o estímulo para investir (KEYNES, 1996, p. 344-345).

Já o neoliberalismo, advindo na segunda metade do Século XX, representa, em suma, uma revisitação ao liberalismo clássico, uma reação à expansão da intervenção do Estado, uma tentativa de reestabelecer a preponderância do mercado. O principal autor neoliberal é Milton Friedman, autor que tenta resgatar o sentido original do termo “liberalismo”, pois aduz à percepção que tal termo ao longo do Século XX acabou sendo deturpado nas duas acepções que lhe são inerentes – acepção política e acepção econômica. Nesse sentido, cola-se da lição do autor (FRIEDMAN, 2009, p. 3):

A partir do fim do século XIX e, especialmente, depois de 1930, nos Estados Unidos, o termo liberalismo passou a ser associado a pontos de vista bem diferentes, especialmente em termos de política econômica. Passou, assim, a ser associado à predisposição de contar, principalmente, com o Estado – em vez de contar com providências privadas voluntárias – para alcançar objetivos considerados desejáveis. As palavras-chave eram agora bem-estar e igualdade, em vez de liberdade. O liberal do século XIX considerava a extensão da liberdade como o meio mais efetivo de promover o bem-estar e a igualdade; o liberal do século XX considera o bem-estar e a igualdade ou como pré-requisitos ou como alternativas para a liberdade.

O que fez o neoliberalismo foi reposicionar as ideias do liberalismo clássico na realidade mundial da segunda metade do Século XX, pois, logicamente, a realidade social foi profundamente alterada no pós-guerra, de forma que o estado de bem-estar social, ou melhor, uma tentativa de materialização dos direitos fundamentais de segunda geração, foi posta em prática em tal período. Nesse contexto, os autores neoliberais viram o recrudescimento do papel do Estado na vida dos indivíduos, o que para os liberais clássicos do Século XIX era sinônimo

de opressão, logo, os “opressores” neoliberais propugnaram relembrar ao Estado o papel que lhe é inerente (Estado Mínimo).

2.2 SOCIALISMO

Assim como o liberalismo, o socialismo (ideologia que representa o maximalismo estatal) também possui diversos desdobramentos, tendo em vista que vários autores socialistas trataram o tema de formas distintas. No entanto, a fim de facilitar a compreensão, o termo socialismo será, no presente ensaio, tido como sinônimo do socialismo científico de Karl Marx, maior expoente dos ideais socialistas.

Antes mesmo de John Keynes reconhecer uma falha sistêmica no sistema capitalista, ainda na primeira metade do Século XIX tal falha já havia sido observada por Marx. O aludido autor alemão expõe que a falha do liberalismo clássico está umbilicalmente ligada ao conceito de *mais-valia*, assim descrita por Medeiros (2012, p. 181):

Ó segredo do capitalismo é a diferença entre o valor total produzido pela força de trabalho e o seu valor de troca, pois, via de regra, a quantidade de dinheiro paga pelo capitalista ao operário na forma de salário é menor do que a quantidade de dinheiro que ele ganhará ao vender todas as mercadorias produzidas durante a jornada do trabalhador. O nome dessa diferença entre o valor total produzido e o valor determinado do salário é mais-valia, um tempo de trabalho que não é pago ao operário, mas, sim, apropriado pelo industrial.

O socialismo científico parte da premissa, portanto, que em toda relação de trabalho assalariada há uma apropriação por parte do detentor dos meios de produção da mercadoria oferecida pelo operário – sua força de trabalho. Dessa forma, como o objetivo do particular produtor é sempre obter mais lucro, a *mais-valia* será paulatinamente de maior grau, pois em virtude de novas tecnologias e meios de organização da produção, a produção aumenta em desequilíbrio ao salário do operário.

Assim, parte-se da premissa de que a sociedade deve ser totalmente transformada, transformação que deve se pautar, principalmente, no postulado da extinção da propriedade privada, suposta causa da exploração inerente à sociedade de classes, de forma que os meios de produção devem todos ser entregues ao Estado, ou melhor, aos operários, pois serão estes, a partir de uma revolução (violenta) contra os detentores do capital (burguesia), os detentores do poder político até que seja estabelecida uma sociedade sem classes (comunismo). Sobre tal revolução, cola-se trecho do Manifesto do Partido Comunista (ENGELS; MARX, 1999, p. 26):

Esboçando em linhas gerais as fases do desenvolvimento proletário, descrevemos a história da guerra civil, mais ou menos oculta, que lavra na sociedade atual, até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e o proletariado estabelece sua dominação pela derrubada violenta da burguesia.

Nota-se, dessa forma, que para Marx e Engels o socialismo (científico) é apenas um meio de transição para a implantação do que eles denominaram de comunismo, uma sociedade sem classes, na qual o conceito de propriedade privada inexistente.

Entretanto, já no crepúsculo do Século XIX a ideia revolucionária de Marx e Engels passou a ser questionada no interior da ideologia socialista. Um dos questionamentos é o que se denomina *revisionismo*, uma revisão das ideias dos autores alemães, consubstanciada na premissa de que o socialismo não seria indissociável de uma revolução violenta, o que se fundamenta na percepção de parte de alguns autores, entre os quais se destaca o alemão Eduard Bernstein, de que a guerra de classes não chegou ao ponto vislumbrado pelo socialismo científico, ou melhor, a evolução histórica do capitalismo acabou não oferecendo a conjuntura imaginada para que a sequência de acontecimentos prevista por Marx (capitalismo – guerra de classes – união proletária – tomada do poder político – comunismo) fosse levada a efeito.

A verdade é que o capitalismo, apesar de possuir falhas sistêmicas, também experimenta momentos de estabilidade econômica e política. Tais períodos fizeram com que fosse possível conceder melhores condições ao proletariado, ademais, geraram uma nova “classe social”, não vislumbrada pelos autores do socialismo científico: a classe média. Sobre tal conjuntura capitalista no crepúsculo do século XIX e na aurora do Século XX, cola-se da lição de Bernstein (1897, p. 3):

So much for the objective side of social evolution. The main subjective lever of it is, as long as society is divided into classes, the class antagonism or class war. It has been said that, if such a thing has existed in former ages, it does not exist in advanced modern society, in our enlightened era of liberal or democratic institutions, and facts are extant in this country which indeed seem to disprove the whole theory of the class struggle. Do we not see the great mass of the workers in England appallingly indifferent towards any social reform movement which does not bear upon their individual and immediate interest? Is it not the visible result of the social inertia of the workers that labour questions have taken a back seat in Parliament, and would stand even still more in the background but for the great number of middleclass reformers?

A conjuntura do capitalismo, afirmou Berstein, não anunciara, portanto, campo fértil para uma revolução violenta, o que ocorreu em virtude da indiferença de grande parte do proletariado em perseguir o poder político e da ascensão da classe média. Assim, entabulou-se uma proposta de revisar a ideia revolucionária de Marx, levada a efeito principalmente por meio do Partido Social-Democrata alemão (SPD).

Dessa forma, criou-se a social-democracia, consubstanciada na defesa de um socialismo evolucionista, ou seja, uma crença de que o capitalismo pode ser mudado não a partir da violência, mas de reformas sociais graduais e pacíficas e que esse desenvolvimento levará à criação

de uma sociedade socialista, justa e igualitária. O cerne do revisionismo, portanto, era uma aposta na democracia parlamentar, a fim de obter direitos sociais (MEDEIROS, 2012, p. 187). Conclui-se, portanto, que a social-democracia (corrente ideológica que predomina no ocidente) nada mais é do que a ideologia marxista dissociada da premissa de uma revolução violenta levada a efeito pela classe operária.

3 A ATUAL SITUAÇÃO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO

Sintetizando as ideologias opostas que ilustraram o Século XX, verifica-se que a dicotomia se fundamentava, basicamente, em percepções diferenciadas quanto ao papel do Estado na vida em sociedade. Os liberais (tanto keynesianos quanto neoliberais) enxergam na sociedade a preponderância do indivíduo em detrimento do Estado, diversamente dos socialistas (tanto revolucionários quanto sociais-democratas), que vislumbram no Estado-máximo a solução para as crises endêmicas do capitalismo e, de forma holística, para a pacificação social.

Apesar de várias classificações ideológicas da Assembleia Nacional Constituinte terem sido realizadas, algumas apontando uma prevalência centro-esquerda, a classificação mais segura é a de Luziano Pereira Mendes de Lima (2009, p. 117), pois considerou como de fato votaram os parlamentares em relação a temas ideologicamente diversos. O aludido autor aponta que a real divisão ideológica no processo constitucional teve a seguinte configuração (Tabela 1).

Tabela 1 – Divisão ideológica

Esquerda	17%
Centro-Esquerda	14%
Centro	11%
Centro-Direita	25%
Direita	33%

Fonte: o autor.

Dessa forma, nenhuma força ideológica possuía maioria suficiente para aprovar proposição por suas próprias forças, o que denota que as disposições aprovadas foram frutos de conchaves episódicos entre os grupos políticos, que, para tanto, faziam concessões mútuas. Diante disso, verifica-se que não possui a lei maior uma posição ideológica definida. A bíblia política brasileira contempla tanto ideais liberais (minimalistas) quanto socialistas (maximalistas), pois cada proposição vencedora foi seguida de outra ideologicamente oposta, pois somente dessa forma foi possível chegar-se a um texto final.

Os postulados maximalistas, apenas para citar como exemplo, podem ser especialmente percebidos no Título XIII da bíblia política brasileira – Da Ordem Social, nota-se que a própria nomenclatura do capítulo denota que os defensores de um estado social nos debates que antecederam a promulgação da Constituição conseguiram sua parcela de êxito.

Entretanto, ao ter que garantir também postulados minimalistas, tais como propriedade privada, direito à herança, imunidade tributária religiosa, por exemplo, salta aos olhos a incompatibilidade entre as obrigações do estado brasileiro no âmbito social e as fontes de receita para com elas arcar. Logo, o que se vê no Brasil é um total desequilíbrio nas contas públicas, tendo em vista que o estado não pode se furtrar das obrigações previstas na lei maior, mas, ao mesmo tempo, fica engessado em buscar novas fontes de renda em virtude de alguns postulados liberais.

Ressalta-se que para fins do presente estudo, devem os direitos sociais ser entendidos amplamente, como todos os direitos positivados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que geram dispêndio de recursos por parte do Estado, direcionados diretamente ao particular. A par do conceito de direitos sociais supraexpostos, cola-se a conceituação dada por Agra (apud SILVA; MENDES; NASCIMENTO, 2012, p. 785):

Direitos sociais são a espécie de direitos humanos que apresenta, como requisito para sua concretização, a exigência da intermediação dos entes estatais, quer na realização de uma prestação fática, quer na realização de uma prestação jurídica. Os direitos de

liberdade são forcejados no individualismo, posteriormente sendo reestruturados para o consumidor. Já os direitos sociais consideram o homem além de sua condição individualista, abrangendo-o como cidadão que necessita de prestações estatais para garantir condições mínimas de subsistência. A titularidade dos direitos fundamentais sociais é deslocada da esfera exclusiva do indivíduo para incidir na relação cidadão-sociedade.

Não é o objetivo do presente ensaio relacionar todos os dispositivos constitucionais de cunho social, mas sim expor as consequências de tais previsões (especialmente, na seara penal), entretanto, importante exemplificar algumas previsões da bíblia política brasileira que tendem a esvaziar os cofres públicos.

É o caso, por exemplo, do art. 7º, inciso XXV, dispositivo que garante assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas. Pela simples leitura de tal norma, percebe-se que o constituinte não fez qualquer ressalva a tal direito, ou seja, não exige nenhuma contraprestação dos pais para acolher seus filhos, nem exige que os beneficiários sejam pessoas de baixa renda. Logicamente, tal direito é gratuito apenas para os pais, pois a sociedade inteira arca com tal prestação. Logo, casais que resolvem ter filhos ao arrepio de qualquer planejamento financeiro são premiados pelo Estado com creches gratuitas para sua prole.

Como se não bastasse, a jurisprudência interpreta de forma absoluta o comando constitucional em análise (art. 7º, inciso XXV). A título de exemplificação:

Sem expressar entendimento exauriente acerca do mérito, o efeito ativo pretendido merece ser concedido, uma vez que presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, caracterizados, respectivamente, pelo direito à educação infantil gratuita e de qualidade em creche, bem como pela privação do exercício desse direito, uma vez que o caráter de assistência social às crianças e seus familiares caracteriza o serviço como essencial, o que o torna indispensável, por via oblí-

qua, ao exercício de atividade laboral pelas mães e sustento das famílias. (BRASIL, 2014).

Outro direito social que possui especial tratamento na bíblia política brasileira é o direito à saúde. O artigo 196 aduz que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo-se acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. A redação de tal dispositivo possui uma beleza quase metafísica, parece mais saído de um Estado nórdico do que de um país subdesenvolvido, como o Brasil.

Todavia, garantir tal direito a qualquer pessoa, sem qualquer contraprestação, é simplesmente um suicídio fiscal operado pela Constituição. Ora, pela redação do dispositivo, toda pessoa tem direito de ser atendida sob o manto da gratuidade. Mas, o que significa “gratuidade”? É notório como tal palavra é usada em todos os pretendentes a cargos políticos, pois é capar de seduzir qualquer eleitor. Acontece, que a gratuidade é um termo irreal, explica-se.

Com exceção das dádivas da natureza, a gratuidade não existe por si só, o que existe é a não cobrança por parte do usuário do serviço, pois, logicamente, a prestação recairá sobre as contas públicas. Dessa forma, ainda que não haja cobrança direta, não se pode falar em gratuidade em relação a serviços públicos, pois estes são pagos por toda a população.

Ora, como é possível garantir todos esses direitos incondicionados sem que haja repercussão nas outras áreas mais importantes da vida social? É sabido que o desenvolvimento de um país passa por investimento em educação e infraestrutura, mas como pode haver tais investimentos se o país se preocupa mais em assegurar a gratuidade incondicionada do que a valorização do indivíduo como autor social.

Tais situações acabam por fortalecer no país a cultura da dependência estatal, ou seja, o Brasil é um país no qual a solução para todos os problemas imagináveis passa pela atuação governamental, basicamente, por meio do dispêndio de recursos. A verdade é que a cultura da social-democracia é tida quase como que infalível no Brasil,

sendo que a crença de que o Estado deve garantir o bem-estar de todos, a qualquer custo, parece tão arraigada na cultura brasileira que tal situação é tida como verdade absoluta.

Ora, quando todos olham na mesma direção, sem ao menos procurar saber o que existe na direção oposta, ou seja, quando todos pensam da mesma maneira, tal situação denota que ninguém de fato está realmente pensando. É o que se vê no Brasil em relação ao modelo de Estado adotado, pois parece que todos creem que o modelo imposto pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a solução, quando, na verdade, aproxima-se muito mais do problema.

Ao superestado brasileiro, de base econômica quase que unicamente fundada em exportação de *commodities* – uma “república de bananas”, são impostos deveres nórdicos (de bem-estar social), mas com fontes de arrecadação liberais – imposto sobre a transmissão de bens não progressivo, não regulamentação do imposto sobre grandes fortunas e imunidade religiosa.

4O CÍRCULO VICIOSO DA CRIMINALIDADE PÓS-CONSTITUCIONAL

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 influiu de esperança os mais variados segmentos da sociedade brasileira. Acreditou-se à época (e ainda se acredita) que o advento da então nova bíblia política teria capacidade de interagir com a realidade social de forma a alterá-la para melhor, ou seja, vislumbrava-se o país em direção à pacificação social, finalidade da existência do Estado.

Acreditava-se que tal pacificação seria atingida, principalmente, por meio da contemplação de direitos sociais na Lei maior. Entretanto, conforme já exposto, a incoerência de tais direitos e a crise de identidade política da qual padece a ordem jurídica brasileira fez com que, decorridos quase 30 (trinta) anos do advento da Constituição, a pretendida pacificação se transmudasse em um estado de beligerância, tendo em vista que nunca antes se verificou tamanha sensação de insegurança, o que acontece em virtude do alarmante crescimento da criminalidade.

No início dos anos 90 (noventa), quando a realidade social ainda não havia sido substancialmente alterada pelo advento da Constituição de 1988, a população carcerária brasileira era de aproximadamente 90 (noventa) mil detentos, sendo que no ano de 2014 tal população ultrapassou a marca dos 600 (seiscentos) mil (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2014, p. 15).

O aumento de 575% (quinhentos e setenta e cinco por cento) supraexposto nem de perto reflete o crescimento da população absoluta do país, que no Século XXI é de aproximadamente 1,5% (um e meio por cento) ao ano. Logicamente, o presente estudo não se dedica ao estudo da atual situação do sistema carcerário nacional, mas tais números devem ser considerados para se aferir a criminalidade brasileira de uma forma geral, principalmente considerando a premissa de que grande parte dos delitos perpetrados não ensejam prisão, tampouco condenação, ou pior, nem mesmo chegam ao conhecimento das autoridades.

Acredita-se que tal explosão tenha relação com a pretensão social da lei maior, assim, pergunta-se no que o dispêndio de recursos em direitos sociais se relaciona com a criminalidade? Para responder a tal indagação, basta olhar para o ensino público brasileiro. Ora, a educação, que em qualquer país desenvolvido é tido como a prioridade governamental, no Brasil concorre com os demais direitos sociais, tanto que o maior orçamento do Governo Federal é o da saúde, não o da educação, conforme se verifica no anexo I da Lei Orçamentária Anual de 2015.

Tal concorrência implica uma educação (pública) falha, desprovida de estrutura e dissociada da realidade social. A falibilidade da educação brasileira pode ser exemplificada por meio dos seguintes fatores: I. remuneração dos professores aquém do necessário para evitar uma “fuga de cérebros” do setor, bem como para manter elevada a motivação de tais profissionais; II. educação em período não integral; III. ausência de estrutura física nas escolas, o que não desperta o interesse dos alunos e impossibilita a imersão destes em atividades extraclasse; IV. ausência de ensino técnico voltado à inserção dos alunos no mercado de trabalho.

Logicamente, a pretensão do presente estudo não é esgotar as problemáticas do ensino público brasileiro, todavia, as condições relacionadas anunciam a falibilidade do Estado em inserir a criança/adolescente no contexto social. Tais condições parecem ter como objeto central a escassez de recursos, o que ocorre em virtude da destinação da arrecadação nacional principalmente para os direitos sociais. Ora, como é possível oferecer uma educação de qualidade se a prioridade nacional é a saúde? Lembra-se, a saúde possui um orçamento maior do que a educação. Nota-se, dessa forma, que o país dispende mais recursos remediando do que prevenindo, ou seja, ao invés de inculcar na mente da população um conceito de estilo de vida saudável, prefere arcar com o tratamento médico de pessoas que optaram por não cuidar delas próprias, ou melhor, que não aprenderam a cuidar delas próprias.

O que se quer afirmar é que a concorrência de recursos públicos entre direitos ligados à educação, saúde, assistência social, ente outros, gera nefastos efeitos no primeiro, implicando a impossibilidade do país em cumprir o comando constitucional que confere absoluta prioridade à criança, ao adolescente e ao jovem. Dessa forma, na ausência de uma educação de qualidade, cria-se um campo fértil para a criminalidade, conforme leciona Penteadó Filho (2012, p. 120):

A educação e o ensino são fatores inibitórios de criminalidade. No entanto, sua carência ou defeitos podem contribuir para estabelecer um senso moral distorcido na primeira infância. Assim, a educação informal (família, sociedade) e a formal (escola) assumem relevância indisfarçável na modelagem da personalidade humana.

O fato de praticamente não haver educação em período integral no país acaba por minar as tentativas dos educadores que, apesar das adversidades, tentam cumprir com seu propósito. Isso ocorre porque durante boa parte do dia as crianças e adolescentes não estão na escola, tampouco em suas casas, mas sim nas ruas brasileiras, expostas ao

contato com indivíduos que já se dissociaram do contrato social, que possuem sua própria moral e suas próprias regras. Assim sendo, o sistema educacional vive uma queda de braço com o “sistema das ruas”, sendo comum que o último acabe por acolher jovens para suas fileiras, criando um círculo vicioso de incompreensão sobre o contrato social, pois tal sistema o repudia. Sobre a educação como fator de compreensão da vida em sociedade, cola-se da lição de Dewey (apud LOURENÇO FILHO, 2002, p. 63):

[...] a educação é uma regulação do processo de participação na consciência social. E a acomodação da atividade individual sobre a base desta consciência social é o único método seguro de reconstrução dos costumes. Esta concepção leva na devida conta os ideais individuais e sociais. É acertadamente individual, porque reconhece que a formação do caráter é a única base legítima de uma vida digna. É social, porque reconhece que esse caráter reto não se forma tão-só por preceitos ou exortações, mas sim pela influência da vida coletiva sobre o indivíduo.

Verifica-se, dessa forma, que grande parcela da população nacional vive à margem do contrato social, em nada contribuindo para o bom andamento da sociedade – não recolhem impostos, não geram empregos, não trabalham formalmente, não se especializam, não empreendem – o que ocorre em decorrência da falibilidade do sistema educacional.

Como se não bastassem os malefícios causados à educação brasileira em decorrência da forma de destinação dos recursos públicos aos direitos sociais, tal destinação também impacta negativamente na economia nacional, e, conseqüentemente, na criminalidade. O crescimento econômico é a mola propulsora dos direitos sociais, tendo em vista que, conforme já mencionado, os direitos sociais implicam prestações materiais por parte do Estado, ou seja, dispêndio de recursos. Desse modo, quanto menos diversificada e avançada a economia nacional, mais estará esta

sujeita às crises (cíclicas) do capitalismo, impactando, logicamente, nas prestações materiais à população, tão dependente do Estado.

Assim, é possível afirmar que o problema econômico implica um problema social. Dessa forma, havendo consenso entre os autores que os fatores sociais geram reflexos na criminalidade, há de ser superada a tensão dialética entre economia e direitos sociais. Sobre o tema, cola-se da lição de Baratta (2004, p. 278):

El límite "idealista" de su discurso radica, por el contrario, en el hecho de separar el análisis de dos aspectos igualmente importantes de la cuestión criminal en la esfera material. Se trata en primer lugar, de las condiciones estructurales en las que ocurre la construcción subjetiva de los problemas sociales. En segundo lugar, en aquello que podemos denominar el "referente material" de dicha construcción. De sus planteamientos, excluyen la posibilidad de considerar como objeto de análisis científico esta doble relación entre la esfera "subjetiva" de la cultura y la material de la sociedad.

Para tal autor, os problemas sociais implicam uma espécie de "cultura de criminalidade", ou seja, havendo grupos excluídos do contexto social, cria-se em tal grupo uma moral distinta, dissociada da cultura contratualista, distinção esta que pode englobar comportamentos tidos pela lei penal como fatos típicos.

A verdade é que arrecadação do Estado deveria destinar-se, prioritariamente, para a educação, dessa forma, seria possível incutir na mente da população em idade escolar a necessidade de inserção no pacto social, ou seja, a percepção individual de que, além de direitos, também existem deveres a serem cumpridos. Entretanto, de nada adianta o Estado conseguir cumprir seu papel em relação à educação formal se em momento posterior não houver condições econômicas de inserção dos jovens saídos dos bancos escolares no mercado de trabalho.

Nesse contexto, exsurge a necessidade de o Estado voltar suas atenções à economia, mas não nos moldes propugnados pelos socialistas – o Estado controlando os meios de produção –, mas sim como um fomentador de uma economia diversificada, como inclusive dispõe o

artigo 174 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 . Salienta-se que tal dispositivo foi uma vitória dos minimalistas, no entanto, tal norma não tem força suficiente contra os dispositivos de cunho social entabulados na bíblia política brasileira.

Logicamente, o fomento da economia por parte do Estado depende, entre outros, de dois fatores – infraestrutura e pesquisa. Acontece, que a destinação dos recursos públicos aos direitos sociais praticamente esvazia o orçamento para as áreas mencionadas, pois a demanda por direitos sociais é praticamente infinita, conforme aponta Afonso (2011, p. 435):

Há tempos no Brasil, uma corrente de pensamento (que se diz progressista) defende que as políticas públicas na área social precisam de mais recursos para financiar suas ações que devem ter caráter universal. A questão do financiamento geralmente sempre foi vista exclusivamente pela ótica da quantidade: impera a “verdade absoluta” de que é necessário aplicar mais recursos públicos nos gastos sociais. [...] O gasto se transformou em uma espécie de buraco negro que absorve rápida e certamente toda receita que nele for jogada, sem importar como tal tributo é cobrado.

Apesar de o país ter experimentado um crescimento econômico notável entre os anos de 2004 e 2010, tal especial momento econômico não foi aproveitado no sentido de diversificar a economia, ampliando investimentos em infraestrutura e pesquisa, tendo o Brasil preferido converter tal crescimento em expansão de direitos sociais. A partir do ano de 2011, no entanto, a desaceleração da economia mundial passou a gerar reflexos também nos maiores parceiros comerciais do Brasil, dessa forma, diminuiu-se a demanda por *commodities* e o país se viu novamente à beira da retração econômica.

Basendo-se a economia nacional quase que unicamente na exportação de *commodities*, o país fica distante da uma justiça econômica, pois não há oferta de trabalho que possa absorver os jovens saídos dos

bancos escolares, situação que fica ainda mais prejudicada em virtude de tais jovens não possuírem condições técnicas/intelectuais de ocuparem postos de trabalho mais complexos, pois a educação nacional, por falta de recursos, não se direciona a tal absorção. Sobre a justiça econômica ora mencionada, destaca a lição de Figueiredo (2014, p. 664-665) valendo-se dos ensinamentos de Rawls:

Assim, a justa distribuição de rendas e riquezas seria fruto da legitimação ponderada de um sistema de liberdades individuais a ser garantido pelo Estado, mediante isonomia de oportunidades e divisão igualitária de remuneração. Para tanto, Rawls considera que a carga tributária deve ser reduzida, de maneira a não comprometer o poder de aquisição imediata de bens do tributado e sua capacidade de endividamento para obtenção de crédito a médio e longo prazo.

Dessa forma, além de o jovem brasileiro não adquirir condições intelectuais de tomar decisões corretas, tampouco adquire condições profissionais para se inserir no mercado de trabalho, que, por sua vez, também não oferece as oportunidades necessárias. Dessa forma, o caminho da criminalidade desponta mais como um padrão a ser seguido do que como um desvio, sendo que diante de tal quadro, a “solução” governamental para tal problemática é basicamente o encarceramento, o que exige ainda mais dispêndio de recursos, sendo cada vez mais difícil alocar verbas na educação e na economia.

Criou-se no Brasil, portanto, um círculo vicioso que destruiu a sociedade vislumbrada pelos consituíntes originários, e que coloca o Estado num patamar quase metafísico no contexto social, ou seja, criou-se no país a cultura de que todas as demandas da sociedade exigem atuação estatal, como se, por exemplo, uma decisão judicial ordenando o dispêndio de recursos fosse suficiente para solucionar as malezas nacionais.

Assim, o direito penal, que deveria agir apenas para condutas desviadas, deve ser repensado à luz do contexto criado pela Constituição

da República Federativa do Brasil de 1988, que transformou o Estado no maior fomentador da criminalidade, estando esta mais próxima do padrão do que do desvio. Desse modo, não pode o Estado objetivar punir as condutas que ele mesmo fomentou da mesma forma que os comportamentos realmente desviados.

5 A COCULPABILIDADE E A DESLEGITIMAÇÃO DO SISTEMA PENAL

Apesar de se reconhecer o delito como um elemento inerente a qualquer sociedade, independentemente de sua condição educacional e/ou econômica, o tópico anterior encerrou-se com a constatação de que a criminalidade no Brasil parece estar mais próxima de um padrão do que de um desvio, o que ocorre em virtude do fomento do Estado Brasileiro, ainda que por vias indiretas, às condutas criminosas. É sabido que o direito penal é o ramo do direito que serve para punir condutas desviadas, ou seja, condutas que fugiram à normalidade do convívio social, de forma que, em virtude da gravidade de tal anormalidade, necessita-se da atuação do direito penal para impor uma punição ao agente.

Assim, considerando o caráter de subsidiariedade do direito penal, apenas quando outros ramos do direito não tiverem sido suficientes para restaurar a ordem é que o direito penal deve ser invocado. Nota-se que tal princípio confere ao direito penal a missão de atuar somente em face de condutas com alto grau de anormalidade. O próprio direito penal, portanto, parte da premissa de que sua existência se justifica apenas quando o agente agir em desconformidade com as cláusulas inerentes ao contrato social tácito que justifica a vida em sociedade, pois tais cláusulas são justamente os bens jurídicos tutelados pelo direito penal.

Acontece, que a atuação do Estado brasileiro, ou melhor, a pretensão social da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, acabou por gerar uma realidade social em que grande parcela da população não possui nem ao menos condições intelectuais de se vislumbrar como parte no contrato social, dessa forma, condutas que

são representações de desvios para a lei penal acabam por se tornar normais para determinada parcela da população, aquela da qual advém o criminoso brasileiro padrão – jovem, pobre e, conseqüentemente, sem educação –, assim sendo, quebram-se as premissas em se baseia o direito penal, motivo pelo qual a atuação de tal ramo do direito deve ser repensada em se tratando de tal parcela da população.

Dentre as formas de se repensar o direito penal, encontra-se a coculpabilidade. Sabe-se que o termo “culpabilidade”, em seu sentido principiológico, equivale à responsabilidade penal pessoal/subjetiva, significando que nenhuma pena passará da pessoa do delinquente, motivo pelo qual somente deve responder pela infração penal o seu respectivo autor, coautor ou partícipe (QUEIROZ, 2007).

Sem pretender adentrar no embate entre as teorias retributivas, relativas e unificadoras da pena, é certo que o direito penal, ao menos no que se refere à finalidade de punição inerente à sanção penal, possui caráter de retribucionismo, ou seja, a sanção penal é a resposta a uma conduta tida como desviada pelo contrato social. Sobre a diferenciação entre teorias absolutas e teorias relativas, assim resume Ferrajoli (2002, p. 204):

São teorias absolutas todas aquelas doutrinas que concebem a pena como um fim em si própria, ou seja, como “castigo”, “reação”, “reparação” ou, ainda, “retribuição” do crime, justificada por seu, intrínseco valor axiológico, vale dizer, não um meio, e tampouco um custo, mas, sim, um dever ser metajurídico que possui em si seu próprio fundamento. São, ao contrário, “relativas” todas as doutrinas utilitaristas, que consideram e justificam a pena enquanto meio para a realização do fim utilitário da prevenção de futuros delitos.

Dessa forma, verifica-se que o direito penal possui carga retribucionista, ou seja, reconhece a necessidade de castigar o agente que se comportou contrariamente à convivência em sociedade. Tal castigo, para os retribucionistas, é devido em virtude da autodeterminação do

delincente, pois se considera que agiu deliberadamente no sentido de praticar a conduta tida pelo ordenamento como criminosa.

Nesse sentido, os retribucionistas creem que a pena justa é aquela que corresponde à gravidade da violação perpetrada, numa verdadeira aplicação da Lei de Talião, conforme aduz Zaffaroni (2011, p. 234): “Qual podia ser a medida da pena? O talião, isto é, aquela necessária para reparar o mal causado com o delito. Essa era a ideologia que se impunha, e que conduzia à limitação do poder estatal quanto ao montante da pena.”

Jean Paul Marat, que para Zaffaroni é o precursor da teoria da coculpabilidade, reconhece que a pena mais justa é a talional, mas observa que isto somente o seria à medida que a sociedade fosse justa. Verifica-se, dessa forma, que a coculpabilidade admite a tese contratualista, afirmando Marat que os homens se reuniram em sociedade para garantirem seus direitos, mas que a primitiva igualdade social foi rompida por meio da violência que exerceram uns sobre os outros, submetendo uns aos outros, despojando-os da parte que lhes correspondia (ZAFFARONI, 2011, p. 238). Em tal ponto vale aprofundar a ideia de Marat no sentido de que não apenas os homens são responsáveis pelo desequilíbrio do contrato social, mas principalmente o Estado.

Assim, quebram-se as premissas talionistas de que os homens possuem o mesmo grau de autodeterminação, pois o contrato social, apesar de existir, não oferece as mesmas condições a todos, o que logicamente impacta no grau de determinação de cada indivíduo. Prossegue Zaffaroni (2011, p. 529):

Todo sujeito age numa circunstância determinada e com um âmbito de autodeterminação também determinado. Em sua própria personalidade há uma contribuição para esse âmbito de autodeterminação, posto que a sociedade — por melhor organizada que seja — nunca tem a possibilidade de brindar a todos os homens com as mesmas oportunidades. Em consequência, há sujeitos que têm um menor âmbito de autodeterminação, condicionado desta maneira por causas sociais.

Havendo graus de determinação diversos, o que ocorre, repise-se, em virtude das falhas no contrato social, causadas principalmente pela atuação do Estado, não pode a pena ser tida como a mesma para todos os agentes. Para Zaffaroni, se é a própria atuação estatal que dá ensejo a um menor âmbito de autodeterminação, não pode o próprio Estado atribuir tal situação ao sujeito e sobrecarregá-lo no momento da reprovação de culpabilidade. Dessa forma, o aludido autor aduz que há em tal situação uma “cocolpabilidade”, com a qual a própria sociedade deve arcar (ZAFFARONI, 2011, p. 529).

O próprio Zaffaroni (2011, p. 529), ao tratar sobre o direito penal brasileiro discorre a respeito do enquadramento da cocolpabilidade no artigo 66 do Código Penal, dispositivo que trata sobre atenuantes genéricas, cuja redação é a seguinte: “A pena poderá ser ainda atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei.” Nota-se, dessa forma, que a cocolpabilidade possui campo de aplicação no direito penal brasileiro, para tanto, basta o julgador se valer do supracitado artigo 66 do Código Penal, a fim de atenuar a punição do agente que foi especialmente prejudicado pelo contrato social, quando tal situação implicar diminuição em sua autodeterminação.

Assim sendo, verifica-se que a punição deve ser diferenciada quanto ao nível de autodeterminação do agente, de maneira que as penalidades na exata forma como previstas na lei penal devem ser imputadas apenas aos sujeitos que cresceram em ambiente não hostil, com boa educação e oportunidades de trabalho, ou seja, apenas em relação a pessoas para as quais o contrato social foi realmente eficaz, de forma que sua autodeterminação não seja impactada.

Ante o exposto, resulta claro que o sistema penal não possui legitimidade para impor punições pelas condutas delituosas, pois, repise-se, tais condutas são fomentadas em sua maioria pelo próprio Estado, aproximando-se muito mais de um padrão do que de um desvio, o que rompe a finalidade do direito penal e da própria vida em sociedade. Dessa

forma, a punição penal não pode se dar da exata forma como prevista na lei penal quando direcionada àquelas pessoas que foram especialmente prejudicadas pela atuação estatal, nos demais casos, a responsabilidade penal deve ser repartida com toda a sociedade.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou explicitar a crise de identidade ideológica da qual sofre o Estado brasileiro em virtude das normas entabuladas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Salientou-se que tal crise, em síntese, decorre da previsão de direitos sociais de padrão nórdico e direitos individuais de padrão norte-americano, modelos que matematicamente não convivem entre si.

Dessa forma, o mais básico dos direitos sociais – a educação – sofre com a ausência de recursos suficiente para que se possa prestar aos jovens uma educação de qualidade. Assim, tal camada da população chega à adolescência e à fase adulta sem condições intelectuais de tomar decisões corretas e sem qualificação profissional para que pudesse ser incorporada ao mercado de trabalho. Ademais, em virtude dos direitos sociais entabulados na Constituição Nacional, pouco pode fazer o Estado quanto ao desenvolvimento econômico, não restando recursos para que o país possa desenvolver sua infraestrutura e tampouco investir em pesquisas de ordem tecnológica.

As situações descritas, aliadas à própria condição da pessoa em desenvolvimento, fazem com que o caminho pela criminalidade mais se aproxime de um padrão do que de um desvio. Dessa forma, deslegitima-se a punição, tendo em vista que o direito penal existe para punir desvios, o que não ocorre no caso brasileiro. Tal situação expõe a destruição do contrato social que justifica a vida em coletividade, pois tal contrato existe para, primordialmente, oferecer segurança a seus integrantes, o que não ocorre no caso brasileiro.

Em virtude da deslegitimação da punição, o que ocorre em virtude de ser o Estado o principal fomentador da criminalidade, não é possível

que o direito penal atue da mesma forma tanto em relação a agentes prejudicados pelo contrato social quanto em relação aos indivíduos que foram agraciados pela desnecessidade de se socorrer ao Estado. Em tal contexto, exsurge a teoria da coculpabilidade, que defende a atenuação da punição em relação aos agentes que delinquiram em virtude de terem sido especialmente prejudicados pela atuação estatal.

Assim, enquanto não se romper a ordem estabelecida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, solucionando-se a crise de identidade ideológica da qual tal constituição padece, seja trilhando o caminho do liberalismo (minimalismo), seja pelo Estado de bem-estar social (maximalismo), não há como se defender a legitimidade da punição, devendo a responsabilidade penal ser repartida com o Estado até que o contrato social seja reestabelecido.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto Rodrigues. **Crise, estado e economia brasileira**. Agir. 2011.

BERSTEIN, Eduard. **Karl Marx and social reform**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/bernstein/works/1897/04/marxreform.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

BRASIL. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 5 ago. 2015.

BRASIL. Lei n. 13.115, de 20 de abril de 2015. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 22 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento nacional de informações penitenciárias infopen**. 2014. Brasília, DF: 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Suspensão de Liminar 822/SP. Relator(a): Min. Presidente. **Diário da Justiça Eletrônico 225**, 17 nov. 2014.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.
ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto comunista**. Ridendo Castigat Mores, 1999.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão**: teoria do garantismo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Lições de direito econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Porto Alegre. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/daeca/wp/wp-content/uploads/2009/03/capitalismo-e-liberdade.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LIMA, Luziano Pereira Mendes de. **A atuação da esquerda no processo constituinte**: (1986-1988). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Tendências da educação brasileira**. 2. ed. Brasília: MEC/Inep, 2002.

MARTINS, Ives Gandra da Silva Martins; MENDES, Gilmar Ferreira; NASCIMENTO, Carlos Valder do (Coord.). **Tratado de direito constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 1.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PIERANGELI, José Henrique; ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Manual de direito penal brasileiro**: parte geral. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 1.

QUEIROZ, Paulo. **Co-culpabilidade?** Disponível em: <<http://www.pauloqueiroz.net/co-culpabilidade>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Tratado de derecho penal**: parte general. Buenos Aires: Ediar, 1998. v. 1.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca de las penas perdidas**. Buenos Aires: Ediar, 1998.

ACESSO À JUSTIÇA E ACESSO AO JUDICIÁRIO: PRESSUPOSTOS PARA A CIDADANIA

Eiglon Fernando Antunes da Silva*
Luiz Henrique Maisonnnett**

RESUMO

Este artigo tem por finalidade estudar o acesso à justiça e ao judiciário como pressupostos para a cidadania, abordando os princípios estabelecidos na Constituição Federal, que proporcionam condições para o exercício da cidadania. Neste contexto, evidenciaram-se a história do acesso à justiça e suas aproximações conceituais como um aporte teórico, até a atualidade. Especificamente, serão abordadas as diferenças de acesso à justiça e ao judiciário, o conceito de justiça, o princípio da dignidade da pessoa humana, o acesso à justiça como direito fundamental e como exercício da cidadania. A metodologia foi desenvolvida com base em pesquisa bibliográfica (qualitativa), com investigação científica de doutrinas, legislação e outras fontes. Complementarmente, a textualização da temática está relacionada em todas as áreas do direito, principalmente, o Direito Constitucional, que prevê o acesso à justiça como direito fundamental ao cidadão brasileiro.

Palavras-chave: Acesso à Justiça. Acesso ao judiciário. Cidadania.

1 INTRODUÇÃO

O tema acesso à justiça carrega consigo uma gama de complexidades e nuances, vinculada às transformações do meio social e jurídico. Desde a Grécia antiga, onde nasceram as discussões filosóficas a respeito do direito até os tempos mais modernos, o Direito tem como

* Especializando em Direito Público e Privado: Material e Processual pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc. Advogado Graduação em Direito, Área das Ciências das Humanidades da Universidade do Oeste de Santa Catarina;

** Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Especialista em Direito Constitucional pela Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. Professor de Direitos Humanos e Democracia da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc; luiz.maisonnnett@unoesc.edu.br

enfoque aproximar os cidadãos daquilo que é seu, aquilo que lhes é garantido por meio das leis, promovendo soluções inspiradas no desejo de tornar eficazes essas propostas e implementando a cidadania para a garantia do acesso à justiça e dignidade da pessoa humana.

O problema da pesquisa se configurou: Consegue o judiciário garantir um pleno acesso à justiça e à cidadania?

O objetivo deste breve estudo é elucidar as diferenças entre o acesso à justiça e o acesso ao judiciário e analisar se ambos são distintos ou se complementam no intuito de assegurar uma efetiva cidadania.

A metodologia foi desenvolvida com base em pesquisa bibliográfica (qualitativa), com investigação científica de doutrinas, legislação e outras fontes. A pesquisa foi dividida da seguinte forma: em um primeiro momento busca-se mostrar os pressupostos históricos quanto à justiça e seus delineamentos. Em um segundo momento, traz-se à luz os princípios constitucionais brasileiros e como estes primam pela devida busca da justiça por meio do poder Judiciário. Por fim, trata-se sobre a cidadania, esta sendo um fruto do acesso à justiça.

2 O ACESSO À JUSTIÇA: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

2.1 A ORIGEM DO ACESSO À JUSTIÇA: UM APORTE TEÓRICO

O acesso à justiça manifestou-se de várias formas desde a antiguidade até a atualidade. Pode-se dizer que o acesso à justiça não se originou no século XXI e sim há muito tempo, quando se encontravam alguns vestígios de transformação no meio social e jurídico da sociedade daquela época. É possível afirmar que este acesso à justiça era para os mais fracos e pessoas carentes, sobre a opressão dos que tinham mais poderes, viviam sem igualdade de justiça e sem legitimidade, buscavam na religião soluções aos problemas sociais, econômicos, políticos e judiciários. Nesta linha, o jurista Carneiro (1999, p. 4) aponta que o acesso à justiça está presente desde a antiguidade, garantindo defensores para os pobres. No Código de Hamurabi encontram-se as primeiras

garantias que regulamentavam e impediam a opressão do fraco pelo forte, incentivando-o a procurar a instância judicial quando se sentia oprimido.

As pessoas carentes do período antigo acreditavam que para adquirir o direito deveriam buscar a religião, pois, somente nela poderia ter acesso à justiça. “O direito nasce da inspiração divina e por esse motivo o acesso à justiça depende do acesso à religião.” (CARNEIRO, 1999, p. 4). Além disso, Aristóteles foi o primeiro a arguir da teoria de justiça que o juiz deve adaptar a lei ao caso concreto. Para Sócrates, a desobediência da lei acarretava em ato de injustiça. O primeiro sistema jurídico nascia com o pensamento grego influenciado pela cultura romana, desencadeando o desenvolvimento de institutos jurídicos. Segundo Caovilla (2003, p. 21), de início o resultado foi uma justiça privada, que não prosperou. A partir daí, com a influência da igreja, criou-se um modelo de resolução de conflitos, por meio da indicação de árbitros, que eram escolhidos em razão de convenções religiosas, que deveriam decidir, traduzindo a vontade dos deuses além de serem imparciais.

No entanto, foi na Grécia Antiga que nasceram as discussões filosóficas a respeito do direito. No modelo democrático adotado por algumas cidades – Estados Gregos, o poder de julgar, não competia aos juízes especializados, como acontece atualmente, mas aos cidadãos, que se reuniram em assembleias, restando aos juízes apenas a execução das decisões. Nesse período, o acesso à justiça era amplo, isso porque a quantidade de pessoas era pequena. No período medieval, a ideia de acesso à justiça evoluiu. Os direitos e deveres sociais passaram a ser repensados e respeitados pelas diversas camadas da sociedade, emergindo reivindicações coletivas de novos direitos, que podem ser denominados novos direitos humanos, conforme preconiza Cappelletti (2002, p. 12).

Até o início do século XX, a preocupação do sistema judicial buscava de forma individual e não mais coletiva o estudo autoritário e convencional para os problemas sociais, estabelecendo subsídios às classes mais favorecidas, distanciando o cidadão da Justiça. Assim, o direito ao acesso à justiça está entre a sociedade moderna como um direito básico que não é suprido pela população, este direito deve garantir ao cidadão a

justiça. Segundo Cappelletti (2002, p. 13), o acesso à justiça não é apenas um direito social fundamental, crescentemente conhecido, ele é, também necessariamente, o ponto central da moderna processualística. Seu estudo pressupõe um alargamento dos objetivos e métodos da moderna ciência jurídica.

Entretanto, em meio às várias transformações ocorridas, surge para a população um novo período, sendo o de buscar o exercício da cidadania para a efetivação do acesso à justiça. “À medida que as sociedades cresciam em tamanho e complexidade, a valorização dos direitos humanos sofria uma transformação radical. A partir daí, iniciou-se uma nova era em busca de um efetivo acesso à justiça.” (CAOVILLA, 2003, p. 23).

As soluções práticas para os problemas de acesso à justiça estão nos interesses ao acesso que resultou três posições básicas, nos países do mundo Ocidental. Tem início em 1965, onde desencadeia a primeira solução para o acesso, foi a assistência jurídica; a segunda, a representação jurídica, para os interesses difusos, que representava as reformas tendentes, na área da proteção ambiental e do consumidor; e a terceira é o “enfoque de acesso à justiça”, representando uma forma de atacar as barreiras ao acesso de modo mais dedutivo.

O problema que esse acesso apresenta à sociedade contemporânea origina-se da ruptura das crenças tradicionais de nossas instituições jurídicas e inspirando-se no desejo de tornar efetivos os direitos do cidadão, ela exige reforma de mais amplo alcance e uma nova criatividade. Atualmente, a proposta sobre o acesso à justiça é promover a inclusão social para a garantia da justiça e da cidadania ao cidadão. Além disso, o Poder Judiciário estabelece mudanças nessas concepções, criando diversos projetos, na tentativa de aproximar a ordem jurídica dos cidadãos. Para Grinover (1998, p. 115-116), a ordem jurídica e as respectivas instituições hão de ser vistas não mais a partir da perspectiva do Estado, que administra a justiça, mas da perspectiva dos consumidores, ou seja, dos destinatários da justiça, de modo que a problemática não

traz à tona apenas um programa de reformas, mas também um método de pensamento.

Acrescenta-se ainda que o efetivo acesso à justiça tem como objetivo aproximar, de alguma forma, os cidadãos ao Poder Judiciário, pois são os que necessitam desse direito para a sua proteção e de sua família. Há fatores a serem mudados para que ainda se estabeleça o acesso à justiça como garantia do exercício da cidadania, capaz de atender uma sociedade. Será necessária a contribuição do meio social político e essencialmente a colaboração da população, por meio do setor jurídico, que se propõe a efetivação nas mudanças legislativas e na cultura processual. E também para o fortalecimento da democracia, este acesso à justiça deverá proporcionar a inclusão social dos cidadãos ao Judiciário.

Em face do que já se disse, resta afirmar que o acesso à justiça deve contribuir para a formação de um modelo político-jurídico, que é necessário ser mais justo e solidário. Não há dúvidas de que este acesso tem como meta proteger a dignidade da pessoa humana, garantindo a inclusão social e o exercício da cidadania.

2.2 DIFERENÇAS: ACESSO À JUSTIÇA E ACESSO AO JUDICIÁRIO

O acesso à justiça possui relação com o acesso ao judiciário, pois o acesso ao judiciário é uma das formas de acessar a justiça. Conforme ressalta Cappelletti (2002, p. 12), tem-se que “o acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretende garantir, e não apenas proclamar, os direitos de todos.” Destarte, o acesso à justiça é um direito fundamental consagrado na Constituição Federal tão importante para os cidadãos, para que alcancem os seus direitos e outros inerentes à vida.

Para Candido Rangel Dinamarco (2009, p. 359), o acesso à justiça não é só um princípio, é a fusão de todos os princípios e garantias do processo, com base em doutrina e jurisprudências e em sede legislativa. Assim, entende-se que o acesso à justiça é o mais importante método

para a efetivação do sistema processual atualmente, diante da análise dos exames de todos e de qualquer um dos vastos princípios.

Para Cichocki Neto (1999, p. 61), o termo acesso à justiça diz respeito ao acesso do cidadão em juízo, buscando um direito individual, por meio de um instrumento para sua realização, denominado processo, ao qual dá finalidade ao Estado de prestar a tutela jurisdicional na garantia da justiça a todos os cidadãos que precisam. Neste norte, analisa-se o conceito de acesso à justiça sobre três aspectos: o primeiro, de natureza interna, que almeja o processo como fim; o segundo, que o acesso à justiça é um instrumento pelo qual o Estado detém para aplicar o direito a um caso específico (jurisdição); e o terceiro, para realizar a justiça precisa-se de mecanismos éticos. Nesta linha, descreve Cappelletti (2002, p. 8) que a expressão “acesso à justiça” é reconhecidamente de difícil definição, mas serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico – o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. O primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos.

O acesso ao judiciário encontra-se expressamente na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXV, como direito e garantia fundamental para cada indivíduo: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.” Neste sentido, para Tenenblat (2011, p. 24), o acesso ao Judiciário é uma garantia aos direitos fundamentais, e ainda, a proteção dos valores sociais e morais, um direito relacionado com a efetivação da justiça. Logo, o acesso à justiça está interligado aos direitos fundamentais de cada cidadão e às ordens de valores morais e sociais, para o pleno exercício da cidadania e a organização da estrutura jurídica igualitária. No que diz respeito ao Judiciário aplica-se a lei ao caso concreto, com o objetivo de resolver os conflitos de interesses, mediante a tutela jurisdicional. Assim, o Judiciário é uma ferramenta essencial para a pacificação social, ou seja, um suporte pelo qual os conflitos são resolvidos.

A partir dessa constatação, cabe salientar que o acesso à justiça é uma das formas de ingresso ao Judiciário, para assegurar os direitos individuais e coletivos. Outro ponto importantíssimo é que o acesso ao judiciário dar-se-á quando do ajuizamento de uma ação judicial, decorrente da violação de uma norma ou direito. Logo, pode ser definida como um meio de resolução de uma lide, sendo que o cidadão move uma ação para a tutela jurisdicional ser efetiva, solicitando do Judiciário uma visão ampla, com o objetivo de assegurar seus direitos e acesso à justiça.

Tem-se como principal característica de adequar o cidadão ao direito de acesso a uma ordem jurídica solidária e justa, com finalidade sociopolítica e com a função da inclusão dos cidadãos na busca dos seus direitos. Para Lima Filho (2003, p. 104), o acesso à justiça é um problema ético-social, no plano da realização dos direitos que passa também por uma tutela jurisdicional justa que para ser justa necessita de instrumentos processuais adequados capazes de produzir resultados com essa qualidade. Hoje, a ideia de acesso à justiça não mais se limita ao mero acesso aos tribunais; não se trata apenas e somente de possibilitar o acesso à justiça enquanto instituição estatal, mas de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa.

Logo, a expressão acesso à justiça não se define somente ao direito dos cidadãos de acessar ao Judiciário, mas deve ser uma garantia disponível a todos, independentemente, da capacidade socioeconômica, de classe social e de qualquer discriminação. Desse modo, deve estar sempre ligado ao pretexto de acesso ao judiciário.

2.3 CONCEITO DE JUSTIÇA

Ao falar em acesso à justiça não tem como deixar de citar a magnífica sabedoria de Aristóteles, que foi o primeiro a conceituar a teoria de Justiça, que o juiz deve adaptar as leis ao caso concreto. E ainda, citam-se outros juristas que contribuíram de maneira revolucionária para o mundo jurídico.

O conceito de Justiça formulado por Aristóteles (1999) é assim definido como sendo a igualdade para todos os cidadãos e os princípios básicos para condicionar a ordem social, por meio da preservação de todos os direitos em sua forma legal. Justiça, do ponto de vista de Aristóteles, diz respeito à igualdade e legalidade, pela qual a sociedade busca a ordem social e jurídica, na aplicação dos princípios e os direitos.

Nessa linha, o jurista Faria (2010, p. 139) aponta que “a Justiça é um princípio da ação segundo o qual os seres de uma mesma categoria devem ser tratados da mesma maneira.” Sendo assim, todas as pessoas devem ser tratadas e respeitadas igualmente, sem distinção de qualquer natureza, em decorrência dos princípios éticos relacionados à dignidade humana, para a efetivação dos seus direitos.

Segundo a lição de Cichocki Neto (1999, p. 52-54), o termo Justiça tem-se considerado algo de valor, universal e supremo interiormente de tudo que abarca o Direito. É substancial conceituá-lo no interior de um método que atua com estruturas lógicas e da qual é um dever ser fundamental. Consuetudinário, o termo Justiça é utilizado sob dois enfoques: Primeiramente, que se evidenciou na filosofia da Idade Média e na antiguidade clássica, unicamente ideal, de característica subjetiva, em que exprimia um atributo universal, que legalizava a atividade social e individual. A Justiça tinha características de princípios e altamente moral; sob o ponto de vista político-jurídico, que é filosófico e objetivo, seu modelo é segurar os padrões e as condutas do homem. O termo Justiça é um princípio e serve para julgar as normas ou problemas judiciais, tem-se um conteúdo autônomo do Direito e com suas qualidades.

Nesse sentido, Cichocki Neto (1999, p. 54-55) preconiza que as totalidades das escolas jurídicas relacionam a justiça como sendo ideias de equilíbrio, harmonia, igualdade e proporcionalidade. Em referência ao componente material, com vértice ao seu conteúdo, entrega-se a cada um ou dá-se o que é seu (“*Suum cuique*”), estabelecendo a igualdade nas relações entre os cidadãos. Assim, criou-se um empecilho entre os termos Justiça e Direito, pois os valores morais são hipóteses do termo Justiça e da existência do Direito. A filosofia do Direito, formada sob os aspectos dos princípios

do Cristianismo, deixou de indagar o termo Justiça sobre o princípio da dignidade humana, o que o tornou um método ideal do Direito.

Sabe-se que novos aspectos do conceito de Justiça foram estabelecidos dos princípios éticos de cada sociedade, diretamente, cotejado pela dignidade da pessoa humana, que mudou o entendimento do próprio Direito. Assim, o Direito tem como principal característica ajustar os fins sociais aos interesses de cada cidadão, fundamentando-se na igualdade e liberdade.

Com isso, houve a necessidade de estabelecer a autoridade judiciária, como meio de tutela jurisdicional, para a aplicação das leis e normas que foram criadas pelos homens para regular a sociedade, de modo a proteger os direitos coletivos e individuais e assegurar o princípio da dignidade humana. Diante disso e das soluções justas para solucionar os diversos conflitos sociais, o Direito se concretizará, conforme preconiza Cichocki Neto (1999, p. 56-57).

Dessa forma, o conceito de Justiça contribui para a formação de um modelo político-jurídico, cujo fim deve ser justo e solidário, de modo que todos os cidadãos sejam tratados de forma igual, por meio de peculiaridades principiológicas, como a igualdade e legalidade, e aspectos morais. Em suma, a Justiça e o Direito têm relação lógica no sistema jurídico, pois se complementam e devem ser empregados sem conflitos.

2.4 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O ACESSO À JUSTIÇA

Segundo Kant, a dignidade do ser humano está caracterizada no próprio homem, e o mesmo não existe somente para alcançar determinada vontade, mas para um fim próprio, a si mesmo. Neste contexto, acrescenta que a vontade do ser humano tem um relativo preço, já a sua dignidade é algo que não tem preço, possui “valor interno”, não pode ser comprada e nem atribuir certo valor. Essa dignidade humana representa valor exorbitante que extrapola o patrimônio e dá assim a ideia de apropriado ou adequação à condição humana (KANT, 2003).

A dignidade é essencial para a existência da pessoa humana, elemento qualificador do ser humano, não pode ser alienada e renunciada. Além disso, a dignidade da pessoa humana ocupa um papel importantíssimo no sistema jurídico e na Constituição Federal do Brasil, como um princípio fundamental, não sendo uma simples norma, mas se constitui um valor que unifica todos os direitos fundamentais. Nesta linha, descreve Sarlet (2007, p. 71-72) que num primeiro momento – convém frisá-lo – a qualificação da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental traduz a certeza de que o artigo 1º, inciso III, de nossa Lei Fundamental não contém apenas (embora também e acima de tudo) uma declaração de conteúdo ético e moral, mas que constitui norma jurídico-positiva dotada, em sua plenitude, de *status* constitucional forma e material, e como tal, inequivocamente, carregado de eficácia, alcançando, portanto, a condição de valor jurídico fundamental da comunidade.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu art. 5º, inciso LXXIV, determina que: “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.” Então, caberá ao Estado promover a assistência jurídica aos cidadãos que não possuem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família. Diante disso, o direito ao acesso à justiça é tão importante como os princípios fundamentais, pois por meio dele faz com que os cidadãos interajam na inclusão de vários princípios, propriamente, sobre a ordem social.

O princípio da dignidade da pessoa humana está assegurado como princípio fundamental e sustenta todos os demais princípios no sistema jurídico brasileiro. E, ainda, está previsto na Constituição Federal de 1988, em seu art. 1º, inciso III, que dispõe: “A República Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: [...] III – a dignidade da pessoa humana.” Entretanto, a realidade de vida da população brasileira não é baseada neste princípio, pois as pessoas vivem muitas vezes sem recursos econômicos, padecem

de fome, de miséria, de pobreza, não tendo alcance do acesso à justiça. Nesta linha, ressalta Caovilla (2003, p. 67) que oportunizar o acesso à justiça significa resgatar a dignidade desses seres humanos, cuja existência parece estar fadada ao total desconhecimento e ignorância de seus direitos e garantias, uma vez que sua luta diária está voltada apenas e tão somente para a sobrevivência física, isto é, a busca do que comer entre os restos dos lixos das cidades, desde a tenra idade.

Quando o cidadão depara com a falta de recursos financeiros, a pobreza, a fome e outros fatores que depõe contra o princípio de dignidade da pessoa humana, pode-se dizer que não é eficaz este princípio, pois como direito fundamental deve buscar meios de resgatar e suprimir todos os fatores que acarretam na desigualdade e pobreza da sociedade brasileira. Assim, o Estado deve elaborar soluções em busca da efetivação desse direito fundamental, para que toda a sociedade, de modo geral, usufrua-o.

O direito ao acesso à justiça está de forma documental expresso na Constituição Federal para toda a sociedade, como um direito básico que muitas vezes não é suprido pela população, este direito deve garantir ao cidadão a justiça. Entretanto, a população brasileira vive uma realidade em que muitas pessoas estão em precárias condições de vida, estas que não têm uma vida digna, que passam fome, misérias e várias frustrações decorrentes da falta de dignidade humana e do exercício da cidadania. Nessa linha, vale transcrever a lição do jurista Alvarenga (1998, p. 29):

[...] se essas pessoas, cujo limite intelectual está previamente marcado pela ignorância, cuja existência é perversamente traçada pelo quase total desconhecimento desses direitos: se esses seres humanos, por falta de discernimento – tão patente e tão óbvio nas populações menos favorecidas –, encontram-se atormentados pela fome, pela miséria e pela total ausência de liberdade de escolha ou opção de vida, é de se indignar: como essas mesmas pessoas irão reivindicar direitos que, muitas vezes, desconhecem, se, destituídas da dignidade, a questão maior para eles é a sobrevivência?

A dignidade de cada cidadão não pode ser entendida como uma simples norma e sim como um direito que constitui as relações jurídicas. Como elemento essencial à dignidade da pessoa humana é o acesso à justiça, quando não há na sociedade este princípio, o ser humano é tratado sem razão e sem qualquer dignidade. Além disso, sem a prestação da jurisdição à sociedade, o acesso à justiça ou Poder Judiciário não exerce a proteção sobre a dignidade de cada ser humano.

Para Sarlet (2007), a dignidade da pessoa humana estabelece uma dimensão defensiva (negativa), no sentido de que o Estado e a sociedade devem respeitar a dignidade da pessoa humana, sem lesar a personalidade, a intimidade do homem e a segurança. E a prestacional (positiva), já que o Estado e a sociedade têm o dever de promover uma forma digna às pessoas como assegurar os direitos fundamentais básicos, que são a educação, saúde, lazer, moradia, cidadania, emprego e acesso à justiça.

O acesso à justiça e a dignidade humana são elementos importantes para o exercício da cidadania. Se a pessoa vive em condições dignas, econômica e social, criam-se meios que facilitam e melhoram o acesso à justiça e o acesso ao judiciário em decisões de forma democrática, tornando-se um Estado Democrático de Direito. No entanto, vive-se de forma precária, sem condições materiais em constante miséria, não se buscam os direitos de acesso à dignidade humana e nem o acesso à justiça, distanciando-se cada vez mais do exercício da cidadania. Nesta esteira, preconiza Caovilla (2003, p. 58), que o acesso a uma ordem jurídica justa, que restabeleça os direitos fundamentais do cidadão, deve fundar-se na valorização do ser humano, na dignidade da pessoa humana, consciente da possibilidade do pleno exercício dos direitos e garantias inerentes ao cidadão.

Em suma, o Estado deve prestar de forma competente o poder jurisdicional, assegurar todos os direitos fundamentais para constituir uma sociedade de vida digna e, a partir desta constatação, oferecer um melhor acesso à justiça, como fundamental papel ao princípio da dignidade humana. Finalmente, sem dignidade humana não há acesso à justiça e nem acesso ao judiciário, pois todos os cidadãos precisam

de meios que facilitem os direitos fundamentais a toda sociedade, sem ocasionar a desigualdade social, de forma conjunta.

2.5 ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

O acesso à justiça é um direito fundamental que deveria ser prático a todas as pessoas, como consta na Carta Magna de 1988, em seu Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais. Sabe-se que este acesso não pode ser definido logo como uma justiça eficaz, e sim precisa chegar aos que necessitam dela como um direito fundamental, uma justiça que atenda a uma sociedade em constante modificação. Esses direitos fundamentais devem ser direitos básicos da população brasileira, mas não violados pelo Estado. Desse modo, não deixando de atender às necessidades básicas dos cidadãos, em decorrência da falta do compromisso de políticas públicas. Para Caovilla (2003, p. 71), no ano de 1948 foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Por intermédio dela o homem passou a adquirir uma cidadania mundial, para reivindicar do Estado o respeito aos direitos fundamentais. O objetivo fundamental da Declaração Universal dos Direitos Humanos é proteger a liberdade e a justiça das pessoas.

Primeiramente, é possível afirmar que grande parte da população continua, na prática, à margem da jurisdição (poder do Estado de dizer o direito aplicando-o ao caso concreto e solucionando os conflitos), sem poder se beneficiar para a busca dos seus direitos, já que o acesso à justiça é um direito fundamental. Logo, uma das consequências que contribui para a falta deste direito está voltada à inércia do sistema político para a elaboração de leis que norteiem a justiça pública do país, estabelecendo assim a desigualdade social. Para Cappelletti (2002, p. 13), o [...] “acesso não é apenas um direito fundamental, [...] ele é, também, necessariamente, o ponto central da moderna processualística. Seu estudo pressupõe um alargamento e aprofundamento dos objetos e métodos da moderna ciência jurídica.”

O problema que esse acesso apresenta à sociedade contemporânea origina-se da ruptura das crenças tradicionais de nossas instituições jurídicas, inspirando-se no desejo de tornar efetivos os direitos fundamentais aos cidadãos. Os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal são a base do acesso à justiça, sem eles não há democracia, liberdade, igualdade, direito à vida, à segurança e à propriedade, são direitos essenciais ao cidadão. Mas, além disso, o Estado prestará de forma administrativa propostas que visem uma melhor efetivação nas mudanças legislativas e na cultura processual. Por meio de movimentos reformistas, os cidadãos buscam o fortalecimento da democracia, mediante a garantia do acesso à justiça como um exercício para a cidadania. Nesta linha, discorre Greco (1998, p. 70) que antes de assegurar o acesso à proteção judiciária dos direitos fundamentais deve o Estado investir o cidadão diretamente no gozo de seus direitos, ficando a proteção judiciária, por meio dos tribunais, como instrumento sancionatório, no segundo plano acionável, apenas quando ocorrer alguma lesão ou ameaça a um desses direitos.

Como direitos fundamentais e sociais, encontram na Constituição Federal de 1988 os seguintes dispositivos: Direitos fundamentais sociais (art. 6º, 7º e 9º); Direitos e garantias fundamentais (título II e art. 5º, § 1º); Direitos e liberdades constitucionais (art. 5º, inciso LXXI); Direitos e garantias individuais (art. 60, § 4º, inciso IV). Todavia, sabe-se que a população está sujeita aos direitos que não são usados e que possuem previsão legal. Neste sentido, conforme descreve Dallari (2000, p. 11), um direito que não é assegurado nem pode ser usado é um falso direito. A Constituição e as leis dizem que eles também são cidadãos, mas, na melhor das hipóteses, devem ser considerados cidadãos de segunda categoria, para quem o direito somente existe quando se trata de reprimi-los ou de impor-lhes alguma penalidade.

Enfim, o acesso à justiça é um princípio constitucional, um direito fundamental relativamente eficaz em todo o ordenamento jurídico brasileiro, constituindo-se um elemento fundamental para o exercício da cidadania sobre a democracia e a jurisdição brasileira. Visando meios alternativos para a resolução de conflitos, o Estado deve promover com

eficácia um papel social, capaz de efetivar o acesso à justiça como um direito fundamental. Resta indagar se o Estado brasileiro cumpre bem sua função, como Estado Democrático de Direito, para o processo de cidadania e de inclusão social, de cada cidadão no exercício do acesso à justiça.

2.6 ACESSO À JUSTIÇA COMO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

A cidadania é fundamento do Estado Democrático de Direito, previsto na Constituição Federal, art. 1º, inciso II¹. Entretanto, é possível mencionar, de acordo com a lição de Goldschmidt (2005), três realidades sobre a cidadania: a não cidadania (ou exclusão da sociedade), a cidadania passiva (cidadania conservadora) e a cidadania ativa (cidadania transformadora).

Na não cidadania, ou exclusão da sociedade, está uma grande parcela da população brasileira, sem condições dignas, vítimas de fome, da doença e do analfabetismo, são seres humanos, mas não possuem dignidade humana, sequer registro civil e título de eleitor. Na cidadania passiva ou conservadora encontram-se parcelas da população que poderiam exercer a cidadania ativa como forma de acesso à justiça, mas não o fazem porque não possuem os pressupostos mínimos para tanto, ou porque não o desejam ou não interessam. E, por fim, na cidadania ativa está a parcela mínima da população, a qual exerce os seus direitos, que se organiza em grupos ou individualmente para promover ações concretas do Poder Público, com políticas públicas de inclusão social e a elaboração de leis que atendam aos anseios sociais (GOLDSCHMIDT, 2005). Nesta linha, descreve Vieira (1998, p. 40) que a cidadania, definida pelos princípios da democracia, constitui-se na criação de espaços sociais de luta (movimentos sociais) e na definição de instituições permanentes para a expressão política (partidos, órgãos públicos), significando necessariamente conquista e consolidação social e política. A cidadania

¹ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] II - a cidadania.

passiva, outorgada pelo Estado, diferencia-se da cidadania ativa, na qual o cidadão, portador de direitos e deveres, é essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 estabeleceu uma nova ideia sobre a cidadania para proteger os direitos básicos da população, ligada à sua própria natureza (COMPARATO, 1993). Para Torres (2006, p. 126), o conceito jurídico de cidadania: “é o pertencer à comunidade, que assegura o homem a sua constituição de direitos e deveres. A cidadania já não está ligada à cidade nem ao Estado nacional, pois se afirma também no espaço internacional e no cosmopolita [...]”

Segundo Torres (2006), a cidadania é dividida em diversas dimensões: a dimensão temporal, que visualiza os direitos fundamentais, difusos, sociais e políticos, o que envolve a liberdade, a justiça e a solidariedade. A dimensão espacial, a cidadania nos planos locais, nacionais, internacionais e supranacionais. A dimensão bilateral, que são os deveres e direitos da cidadania pública, privada e na cidadania ativa, participativa. E, por fim, a dimensão processual, a cidadania aos processos jurídicos para a realização dos deveres e dos direitos. Com essas dimensões pode-se notar que a cidadania é multidimensional (TORRES, 2006).

Vale apontar que o exercício da cidadania ainda não é tão efetivo na sociedade brasileira. Para que essa efetividade aconteça é necessário que cada cidadão conheça os seus direitos. Entretanto, o Brasil é um país em desenvolvimento que possui vários problemas nos setores sociais, econômicos, político e educativo, tornando-se assim difícil o direito à cidadania. O acesso à justiça, segundo Mamede (1985, p. 12), é “a faculdade do cidadão de obter a composição de litígios mediante o processo.” Assim, essa “faculdade” seria a garantia que possui cada cidadão de acionar o Poder Judiciário, mas é restringida no momento que ele não tem condições de arcar com as custas processuais, por não possuir condição financeira.

Para acionar o sistema judiciário não basta apenas o acesso à justiça e sim conhecer e ter consciência dos seus direitos, esses que são

fundamentais para cada cidadão brasileiro. Novas formas de política social e movimentos sociais estão sendo criadas pelos cidadãos, com objetivo de suprir o acesso à justiça como exercício para a cidadania, aplicando e praticando, de fato, direitos constitucionais.

O acesso à justiça como atual problema social ao exercício da cidadania deve estar ao alcance de todos os que precisam, sem distinção de classes sociais e o Estado deve administrar estes direitos de forma competente, que garanta a afirmação para os direitos sociais ao povo brasileiro. Neste ponto de vista, o Estado (democrático de direito) deve concretizar a tarefa de aproximar os interesses da política e do judiciário ao cidadão, promovendo soluções, inspirando-se no desejo de tornar efetivo e eficaz as propostas de estratégias de inclusão social e de cidadania, para a garantia do acesso à justiça. Nesta linha, segundo Cappelletti (2002, p. 161), ao saudar o surgimento de novas e ousadas reformas, não podemos ignorar seus riscos e limitações. Podemos ser céticos, por exemplo, a respeito do potencial das reformas tendentes ao acesso à justiça em sistemas sociais fundamentalmente injustos. É preciso que se reconheça que as reformas judiciais e processuais não são substitutas suficientes para as reformas políticas e sociais.

O exercício da cidadania como acesso à justiça constitui um direito e instrumento de evolução da população e promove a sua dignidade, dando assim o dever e direito de decidir sobre a sociedade em que reside. Para que o acesso à justiça seja um exercício de cidadania, muitos fatores devem ser mudados na sociedade, para que se estabeleça um acesso efetivo. Entre eles, será necessária a contribuição do meio social, por parte de cada cidadão e políticos (pelos representantes eleitos) mediante o setor jurídico na inclusão social. “A cidadania poderá [...] cumprir um papel libertador e contribuir para a emancipação humana, abrindo ‘novos espaços de liberdade’, por onde ecoarão as vozes de

todos aqueles que, em nome da liberdade e de igualdade, sempre foram silenciados.” (GUATARI apud VIEIRA, 1998, p. 41).

Em suma, parte da população não possui o exercício da cidadania, muitas vezes por falta de interesses, ou, ainda, por falta de recursos. Mas, este acesso deve contribuir para a formação de um modelo político e jurídico mais justo e solidário, que tenha como função a inclusão social das pessoas que estão à margem de efetiva cidadania, para melhor atender à sociedade e melhorar a condição de vida das pessoas e garantir todos os direitos fundamentais e sociais.

3 CONCLUSÃO

Este artigo foi motivado a partir das reflexões do acesso à justiça e ao judiciário, frente aos princípios da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais, como a cidadania, todos previstos na Constituição Brasileira. Este teve um enfoque embasado na transformação social e jurídica da sociedade.

O acesso à justiça está vinculado com a transformação do meio social e jurídico, sendo que se originou na Grécia Antiga, onde desencadeou as primeiras discussões filosóficas sobre o Direito. A partir daí, o Poder Judiciário promove soluções para o exercício da cidadania, garantindo o acesso à justiça e à dignidade da pessoa humana.

O acesso à justiça é um princípio constitucional, um direito fundamental que abarca todo o ordenamento jurídico brasileiro, constituindo-se um elemento fundamental para o exercício da cidadania sobre a democracia e a jurisdição brasileira. O acesso ao judiciário é uma das formas de acessar a justiça. A partir do acesso à justiça há a contribuição para a formação de um modelo político-jurídico, sendo mais justo e solidário que tenha como função a inclusão dos cidadãos na busca dos seus direitos.

A cidadania é definida pela Constituição como fundamento para o processo de poder do Estado Democrático de Direito. Para que tenha efetividade é necessário que o cidadão possua vasta consciência de

seus direitos e deveres perante a sociedade. Só existe cidadania quando a pessoa consegue acessar seus direitos, e acessar seus direitos invoca o acesso à justiça.

É essencial o exercício da cidadania para o acesso à justiça, para constituir direitos e instrumentos de evolução da população e promover a dignidade da pessoa humana. Muitos fatores devem ser mudados na sociedade para que o acesso à justiça seja efetivo e capaz de atender à sociedade em constante modificação.

O acesso à justiça como problema social atual ao exercício da cidadania deve estar ao alcance de todos os cidadãos que precisam. Assim, o Estado deve concretizar a tarefa de aproximar os interesses da política e do Judiciário ao cidadão, promovendo soluções para tornar efetivas e eficazes as propostas de inclusão social e de cidadania, como forma de garantir o acesso à justiça e ao judiciário.

Os direitos não bastam estar na Constituição Federal como garantias fundamentais, é preciso serem acessíveis a todos os cidadãos. Portanto, é necessário que os meios de acesso à justiça sejam igualmente proporcionados a todos, por iniciativa do Estado, do Poder Judiciário e da sociedade.

O acesso à justiça, por meio do exercício da cidadania, é um elemento fundamental capaz de atender a sociedade em constante modificação, pois se constitui em direitos e instrumentos para promover a dignidade da pessoa humana. Assim, somente existe o exercício da cidadania quando o cidadão consegue acessar seus direitos, pelo qual invoca o acesso à justiça.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Lucia Barros Freitas de. **Direitos humanos, dignidade e erradicação da pobreza**. Brasília, DF: Jurídica, 1998.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 3. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições. Técnicas, 2006.

CAOVILA, Maria Aparecida Lucca. **Acesso à Justiça e Cidadania**. Chapecó: Argos, 2003.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Fabris, 2002.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. **Acesso à Justiça**: juizados especiais cíveis e ação pública. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

CICHOCKI NETO, José. **Limitações ao acesso à justiça**. Curitiba: Juruá, 1999.

COMPARATO, Fábio K. A Nova cidadania. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DA OAB. 14., 1993, Brasília, DF. Anais... Brasília, DF: OAB, 1993.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Apoio jurídico e integração à cidadania. **Revista do Advogado**, São Paulo, n. 59, jun. 2000.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

FARIA, José Eduardo et al. (Org.) . **Direitos Humanos, Direitos sociais e Justiça**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2010.

GOLDSCHMIDT, Rodrigo. O Acesso à Justiça, a Afirmação da Dignidade Humana e o Exercício da Cidadania. **Revista da AJURIS**, n. 99, p. 235-242, set. 2005.

GRECO, Leonardo. Acesso à Justiça no Brasil. **Revista do Curso de Direito da UNIVALE**, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, n. 1, p. 70, jan./ jun. 1998.

GRINOVER, Ada Pelegrini. **O Processo em evolução**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2003.

LIMA FILHO, Francisco das Chagas. **Acesso à justiça e os mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MAMEDE, Gladston. Neoliberalismo e desadministração. **Revista de informação legislativa**, n. 81, jul./set. 1985.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2007.

TENENBLAT, Fabio. Limitar o Acesso ao Poder Judiciário para ampliar o Acesso à Justiça. **Revista CEJ**, Brasília, DF, ano 15, n. 52, p. 23-35, jan./mar. 2011. Disponível em: <www.tre-rs.jus.br/arquivos/TENENBLAT_Acesso_poder.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

TORRES, Ricardo Lobo. Dicionário de Filosofia do Direito. In: BARRETO, Vicente de Paulo (Coord.). **Cidadania I**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

VIEIRA, Listz. **Cidadania e Globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

O PRINCÍPIO DO *VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM* E A VEDAÇÃO DO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO

Sidiane de Fátima Fogaça Guidini*

RESUMO

As teorias que vedam o comportamento contraditório ganham cada vez mais destaque entre os institutos jurídicos que subsidiam o princípio da boa fé nas relações contratuais, visando coibir condutas maliciosas que justificam sua legalidade como exercício regular de direito. Essas condutas que violam a boa fé objetiva são classificadas como modalidades de abuso de direito e abordadas por teorias que descrevem sua incidência e as reprimem. O objetivo do presente trabalho é demonstrar a possibilidade de aplicação da vedação ao comportamento contraditório, por meio do *venire contra factum proprium* e os benefícios na resolução de conflitos submetidos ao crivo do judiciário, solucionados de maneira justa em virtude da quebra do princípio da confiança e da legítima expectativa, baseado nos apontamentos doutrinários que o fundamentam.

Palavras-chave: Boa fé. Abuso de direito. Função limitadora.

1 INTRODUÇÃO

As teorias que vedam o comportamento contraditório ganham cada vez mais destaque entre os institutos jurídicos que subsidiam o princípio da boa fé nas relações contratuais: *supressio*, *surectio* e o *venire contra factum proprium*. O *venire contra factum proprium* é uma das mais conhecidas e a tradução se aproxima do vernáculo “voltar contra seus próprios atos”.

O objetivo do presente trabalho é demonstrar a possibilidade de aplicação do princípio da vedação ao comportamento contraditório, por intermédio do *venire contra factum proprium* e os benefícios na resolução de

* Bacharel em Direito pela Celer Faculdades, Xaxim. Acadêmica do Curso de Especialização em Direito Processual Público e Privado pela Unoesc Chapecó e Esmesc.

conflitos submetidos ao crivo do judiciário, solucionados de maneira justa em virtude da quebra do princípio da confiança e da legítima expectativa.

A metodologia empregada é a dedutiva, tratando-se de pesquisa com natureza bibliográfica, centrada em literaturas sobre o tema, portanto, com o emprego de técnica documental indireta. Neste contexto, inicialmente serão apresentadas noções gerais aplicáveis ao instituto dos contratos, dispendo a respeito de conceitos, requisitos de validade, além dos princípios contratuais.

Num segundo momento, enfatiza-se o princípio da boa fé, que institui diretrizes de comportamento dando ensejo à aplicação da proibição do comportamento contraditório, estabelecendo a distinção entre a boa fé objetiva e subjetiva, bem como a análise das três funções do referido princípio: interpretativa e integrativa, criadora de deveres jurídicos anexos e a função delimitadora.

Por fim, será apresentado o abuso de direito nas relações contratuais e a necessidade de aplicação de institutos não positivados no ordenamento jurídico, com a finalidade de garantir a segurança jurídica nas relações contratuais, com breves apontamentos das cláusulas de caráter aberto, que permitem a incorporação dos princípios e a adoção de teorias na resolução de conflitos, entre elas a do *venire contra factum proprium*.

Propõe-se um estudo sobre a aplicação de elementos importantes para o exercício da função limitadora: *tu quoque*, a *suppressio* e seu oposto a *surrectio*, o adimplemento substancial e o *venire contra factum proprium*, enquanto instrumentos de vedação ao comportamento contraditório.

Busca elucidar a aplicabilidade do *venire factum proprium* sua amplitude, meios adequados de aproveitamento e suas respectivas limitações, visando evitar o uso equivocado e, como consequência, aperfeiçoar o comportamento social, inibindo a prática de condutas contraditórias.

A realidade social nos mostra os prejuízos decorrentes do exercício do comportamento contraditório, condutas essas reprovadas

por intermédio da aplicação do *venire factum proprium*, tornando mais concreta e ajustada a proteção daqueles que agem de boa fé.

2 CONTRATOS

O cerne do presente trabalho encontra amparo nos contratos, que podem ser definidos como negócios jurídicos, onde o objeto principal é a composição de vontades, ou seja, as partes celebram um acordo entre si com a finalidade de consumir vontades e criar obrigações (GONÇALVES, 2010, p. 22).

De acordo com Diniz (2009, p. 12), contrato é o acordo de duas ou mais vontades, conforme a ordem jurídica, destinado a formar uma regulamentação de interesses entre as partes, com a intenção de adquirir, modificar ou extinguir relações jurídicas de natureza patrimonial. Trata-se de atos jurídicos e são necessariamente bilaterais ou plurilaterais, tendo como requisito para sua validade o consentimento das partes, além da busca pela conformidade com o ordenamento legal (RIZARDO, 2010, p. 6).

Entre as funções, não se limitam apenas a garantir segurança jurídica, como também exercem a função primordial de atender aos anseios das pessoas e aos interesses da coletividade, frente à tendência de personalização do direito privado (TARTUCE, 2005, p. 3). Os requisitos que lhe conferem validade se encontram descritos no artigo 104, do Código Civil (BRASIL, 2002): capacidade das partes; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; forma prescrita ou não defesa em lei.

2.1 PRINCÍPIOS CONTRATUAIS

Os princípios encontram-se implícitos no sistema jurídico, sendo expressos na maioria das vezes pelas máximas: “ninguém pode valer-se da própria torpeza”, “boa fé se presume”, “que não se pode transferir mais direitos do que possui”, entre outras. Quando o objeto do contrato ou até mesmo a forma de celebração afrontar a moral, os tribunais aplicam os princípios gerais de direito, interpretando o contrato de modo favorável à

sociedade, primando pelo cumprimento da função social (GONÇALVES, 2013, p. 69-70).

2.1.1 Princípio da autonomia da vontade

O Código Civil garante o princípio da autonomia privada, ao conceder às partes liberdade no direito de contratar, impondo como limites a ordem pública e a função social do contrato. Assim, todos têm autonomia para declarar sua vontade e agir, correlato do princípio da dignidade da pessoa humana. Enquanto fonte normativa liga-se à ideia de poder, ou seja, a possibilidade de realizar principalmente negócios jurídicos bilaterais (IMHOFF, 2014, p. 643).

Por meio do exercício da autonomia da vontade as pessoas criam direitos e deveres, firmando a obrigatoriedade das negociações entre as partes. As convenções negociais equiparam-se à própria lei, de modo que é possível afirmar que os contratos criam normas para os contratantes (RIZZARDO, 2010, p. 18).

As restrições impostas ao princípio da autonomia da vontade são trazidas pelo dirigismo contratual, consubstanciado na intervenção estatal na economia do negócio jurídico. Entender que deixar livremente a estipulação contratual, ajustando qualquer cláusula sem interferência, mesmo quando uma das partes estiver em desigualdade frente à outra, estaria o ordenamento jurídico ferindo a igualdade econômica (DINIZ, 2009, p. 24-25).

Esse princípio encontra fundamento na liberdade contratual: na faculdade das partes contratantes disciplinarem seu interesse por meio de um acordo de vontades, denominado de negócio jurídico. A liberdade de contratar aborda o direito de contratar ou não, com pessoa à sua escolha e estabelecer o conteúdo do contrato (GONÇALVES, 2010, p. 41-43).

2.1.2 Princípio do Consensualismo

De acordo com o princípio do consensualismo, o acordo de vontades é suficiente para validar a formação do contrato, de modo que

a ausência de vontade, quanto ao respectivo conteúdo, ainda que nos contratos de adesão, implica a inexistência de contratação (GIANCOLI, 2012, p. 276).

Significa que o simples acordo de duas ou mais vontades basta para gerar um contrato válido, posto que a maioria dos negócios jurídicos bilaterais é consensual, embora em virtude da solenidade, alguns tenham sua validade condicionada a observância de determinadas formalidades (DINIZ, 2009, p. 35).

O ato de contratar resulta do consenso, que é requisito essencial para sua validade, também definido como a integração de vontades distintas, convergindo ao fim desejado, com intenção de adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos (GONÇALVES, 2010, p. 46-47).

2.1.3 Princípio da Liberdade Contratual

O princípio da autonomia da vontade encontra alicerce na ampla liberdade contratual, ou seja, no poder dos contratantes em disciplinar seus interesses por meio de um acordo de vontades. As partes têm a faculdade de celebrar ou não contratos, sem qualquer interferência do estado, desde que observadas as normas gerais estabelecidas pelo Código Civil (IMHOFF, 2014, p. 643).

A liberdade de contratar é, portanto, a faculdade de realizar ou não determinado contrato e a liberdade contratual é a possibilidade de estabelecer o conteúdo do contrato. A primeira refere-se à probabilidade de realizar ou não um negócio, enquanto a segunda implica a fixação das modalidades de sua realização (GIANCOLI, 2012, p. 275).

2.1.4 Princípio da Relatividade dos Contratos

Segundo esse princípio os efeitos produzidos pelo contrato somente abrangem as partes contratantes, não prejudicando nem beneficiando terceiros. Entretanto, na atualidade, a doutrina identifica

a existência de efeitos externos, autorizando a oponibilidade de terceiros em face do contrato e, conseqüentemente, dos contratantes, desde que comprovada a existência de prejuízo decorrente da celebração da avença (GIANCOLI, 2012, p. 278).

Portanto, em regra, os efeitos do contrato são aplicáveis somente aos contratantes que manifestaram expressamente a vontade de contratar, vinculada ao seu conteúdo. O princípio comporta exceções previstas expressamente na lei, as quais atribuem a terceiro estranho a relação das conseqüências em relação aos efeitos do contrato, pelo fato de serem direta ou indiretamente por ele atingidos, como, por exemplo, as estipulações em favor de terceiro, a promessa de fato de terceiro e o contrato com pessoa a declarar (GONÇALVES, 2010, p. 47-48).

2.1.5 Princípio da Obrigatoriedade dos Contratos

Também denominado de princípio da intangibilidade ou força vinculante dos contratos, representa a força vinculante das convenções. Significa, na essência, a irreversibilidade da palavra empenhada, tendo como fundamentos a necessidade de segurança jurídica nos negócios e a intangibilidade ou imutabilidade do contrato, decorrente da máxima *pacta sunt servanda* (os pactos devem ser cumpridos). Qualquer modificação ou revogação deve ser bilateral, sendo que o inadimplemento confere à parte lesada o direito de fazer uso dos instrumentos judiciais para constranger a outra a cumpri-lo ou indenizar pelas perdas e danos (IMHOFF, 2014, p. 643).

O princípio da autonomia da vontade assegura às partes a liberdade de contratar, mas os que o fizerem, uma vez válido e eficaz o contrato, devem cumpri-lo. Assim, como são as partes que escolhem e deliberam sobre os termos do ajuste e, portanto, a ele se encontram vinculadas, não cabe ao magistrado preocupar-se com a severidade das cláusulas estipuladas, que não podem ser interpretadas sob a ótica dos princípios da equidade (GONÇALVES, 2010, p. 48-49).

O contrato existe para ser fielmente cumprido pelas partes, pois faz lei entre as mesmas. A intangibilidade do conteúdo do contrato proíbe a alteração unilateral, não podendo de todo modo a obrigatoriedade contratual ser considerada absoluta, visto que há duas possibilidades em que as partes se desobrigam do cumprimento do contrato: a revisão judicial e a exceção do contrato não cumprido. O fundamento principal é a necessidade de segurança nos negócios e a intangibilidade do contrato (GIANCOLI, 2012, p. 277).

2.1.6 Princípio da Revisão dos Contratos

Nos casos em que eventos imprevisíveis e extraordinários acarretem prestações exageradamente onerosas a uma das partes, poderá ser invocada a teoria da imprevisão, que consiste na possibilidade de desfazimento ou revisão forçada do contrato pela aplicação da *clausula rebus sic stantibus* (GONÇALVES, 2010, p. 51-54).

Em oposição ao princípio da obrigatoriedade, é por meio da sua inserção no ordenamento que os contratantes podem recorrer ao judiciário visando alterar disposições contratuais que resultem em situações onerosas, desvantajosas, permitindo a alteração do contrato sempre que a cláusula vindicada não se revelar justa, assim considerada como injusta ou desproporcional a cláusula que deixa de estabelecer direitos e obrigações pautadas na reciprocidade (GIANCOLI, 2012, p. 277).

A extinção do contrato, em todo caso, deve ser a *ultima ratio*, ou seja, o último caminho a ser percorrido após o esgotamento de todos os meios possíveis de revisão, diante do princípio da conservação contratual, aliado ao princípio da função social dos contratos (TARTUCE, 2015, p. 488).

Entre as teorias que instrumentalizam esse princípio, as principais são: a teoria da imprevisão: permite o desfazimento ou revisão forçada do contrato, quando por eventos imprevisíveis a prestação de uma das partes se tornar onerosa e a teoria da quebra da base objetiva do negócio jurídico: que possibilita a modificação das circunstâncias em que o contrato fora concluído, quando prejudiquem a finalidade desejada

pelas partes ou afetem a relação de equivalência entre as prestações (GIANCOLI, 2012, p. 277).

2.1.7 Princípio da Função Social dos Contratos

Conceitua-se como sendo um princípio de ordem pública, pelo qual o contrato deve ser necessariamente interpretado e visualizado de acordo com o contexto da sociedade. Assim, esse princípio deve ser visualizado com o sentido de finalidade coletiva, cujo efeito é a mitigação ou relativização da força obrigatória das convenções por meio da aplicação do *pacta sun servanda* (TARTUCE, 2015, p. 460).

Apresenta-se como limitação a autonomia da vontade das partes na realização dos contratos. Isto é, para que estejam revestidos dessa função não devem se apresentar apenas como relação jurídica onde o interesse preponderante é dos contratantes, totalmente alheios as relações sociais que serão por ele afetadas (NEGREIROS, 2002, p. 206).

Nesse sentido, o princípio do equilíbrio econômico dos contratos funciona como base para as relações obrigacionais, de forma que quando nos deparamos com uma situação imprevisível, que torna o encargo extremamente oneroso a um dos contratantes, pode-se resolver essa situação com fundamento na função social do contrato (SCHEREIBER, 2007, p. 96).

O contrato não pode ser realizado isoladamente, como se a vontade dos contratantes fosse absoluta, importando consequências apenas na esfera individual. O contrato é um dos fatores de realidade social, devendo ser visualizado sob a ótica de uma realidade maior daqueles que efetivamente dele participam. Tanto que terceiros estranhos à relação podem influir nela quando forem atingidos pelos seus efeitos, representando a função social uma forma de controle das atividades das partes, a fim de não gerar prejuízos a terceiros (PEREIRA, 2010, p. 12).

O escopo é limitar a autonomia da vontade das partes e encontra amparo no princípio da solidariedade ao exigir que contratantes e terceiros interessados colaborem entre si, respeitando as situações

jurídicas já existentes quanto ao que será negociado (NEGREIROS, 2002, p. 207). Além de atingir interesses particulares, o objetivo do princípio é resguardar os interesses sociais de forma que os primeiros não prevaleçam sobre os direitos coletivos (GOMES, 2007, p. 48).

Não se concebe a visão do contrato como uma bolha, que isola as partes do meio social. É a função social que permite a interpretação social dos pactos, estendendo a interpretação do contrato para a realidade social que o circunda. À luz da personalização e constitucionalização do direito civil é possível afirmar que a real função do contrato não é a segurança jurídica, mas sim atender aos interesses da pessoa humana (TARTUCE, 2015, p. 460).

O advento desse princípio no ordenamento jurídico traduz a ideia de que um indivíduo não pode negociar baseado em interesses meramente individuais, posto que é próprio da natureza humana a vida em sociedade, não podendo ao firmar um contrato abster-se dos interesses social à sua volta (SCHEREIBER, 2007, p. 96).

2.2 O PRINCÍPIO DA BOA FÉ OBJETIVA

Até o século passado a controvérsia residia em distinguir os princípios das normas jurídicas, visto que ambas faziam parte do mundo jurídico, onde as normas tinham características disciplinadoras e os princípios um campo de atuação restrito, quase inexistente. Nesta perspectiva, o que difere os princípios das regras é o critério de generalidade. Os princípios não encontram situações fáticas palpáveis, enquanto as normas são aplicáveis para situações já definidas. De outro norte, em relação ao princípio da boa-fé ha uma inversão, pois estamos frente a uma norma de muita generalização e pouca concretude (TEIXEIRA, 2012, p. 42-43).

Os princípios gerais de direito, por sua vez, surgem como fonte subsidiária na interpretação das leis, ou seja, são utilizados quando o julgador não encontrar solução na analogia, nem nos costumes para preencher a lacuna. Esses princípios são constituídos de regras que se

encontram na consciência dos povos, sendo aceitas universalmente, mesmo não estando positivadas, e devido ao seu caráter eminentemente genérico orientam a compreensão do sistema jurídico em sua aplicação e integração (GONÇALVES, 2013, p. 69-70).

O princípio da boa-fé objetiva origina-se na nova concepção contratual, a qual considera a relação contratual como um processo, isto é, o processo não se exaure em si, mas em uma realidade social entre as partes, que extrapola este limite e, de alguma maneira, produz reflexos na sociedade (ELIAS, 2008, p. 4).

A boa-fé objetiva se exterioriza como atuação refletida: uma das partes ao pensar no outro polo da relação contratual busca o respeito dos seus interesses legítimos e expectativas decorrentes da relação firmada, agindo de maneira leal, sem visar vantagens abusivas em face do outro. Há uma cooperação para um bom final nas obrigações, com o cumprimento do objeto contratual e a realização dos interesses das partes (SCHREIBER, 2007, p. 90).

2.2.1 Distinção entre boa-fé objetiva e subjetiva

A boa-fé se divide em subjetiva e objetiva. A boa-fé subjetiva, diferentemente da objetiva, considera a intenção, ou seja, a consciência individual dos contratantes de atuarem de acordo com o direito aplicável, devendo o magistrado analisar o estado de consciência do sujeito, seu psicológico, sua íntima convicção. Já a boa-fé objetiva é um arquétipo de conduta social, um parâmetro ou *status* jurídico, segundo o qual cada pessoa ajusta sua conduta, aplicado ao caso concreto diante da situação atual dos envolvidos, baseado em elementos pessoais e culturais (COSTA, 1999, p. 45).

De acordo com Gagliano (2007, p. 70), a boa-fé subjetiva se traduz em um estado de espírito de total ignorância do agente, que não se atenta ao vício contido na relação jurídica, enquanto a boa-fé objetiva tem um conceito de comportamento fundado na ética e na moral,

possuindo exigibilidade jurídica, aplicável, portanto, na interpretação das relações contratuais cotidianas.

Para Abreu (1999, p. 59), a boa-fé subjetiva distingue-se da objetiva pelas seguintes razões: no primeiro momento, ela é essencialmente um estado de espírito que exprime o convencimento da licitude do comportamento ou a ignorância da sua ilicitude, resultando consequências favoráveis para o sujeito do comportamento. A boa-fé insere-se como elemento constitutivo de sua previsão. No segundo momento, apresenta-se como princípio de atuação, ou seja, a boa-fé significa que as pessoas devem ter um comportamento honesto, correto, leal, não desfalcando a legítima confiança ou expectativa dos outros.

A boa-fé subjetiva era a modalidade adotada pelo Código Civil de 1916, traduzida como regra de comportamento. A boa-fé subjetiva ou a má-fé demonstrava simples ignorância dos sujeitos, ou pelo desconhecimento sem culpa à ignorância desculpável ou pelo conhecimento certo do prejuízo que poderia ser imputado a outrem (ROCHA, 2001, p. 409).

Nesse sentido, a boa-subjetiva é definida como a ausência de consciência do injusto. Quanto à boa-fé objetiva, esta revela no ordenamento jurídico brasileiro um modo de interpretação dos negócios jurídicos como fonte de deveres jurídicos secundários ou como limitação do exercício dos direitos subjetivos. Para Abreu (1999, p. 55), a boa-fé objetiva exige um comportamento honesto, correto e leal, confirmando o caráter indeterminado de norma em branco desta cláusula geral.

Visando coibir possíveis excessos no exercício dos direitos subjetivos a boa-fé desempenha três importantes funções: interpretativa e integrativa, criadora de deveres jurídicos anexos ou de proteção e a função delimitadora, as quais serão sucintamente abordadas.

2.2.2 Função interpretativa e integrativa

A primeira função da boa-fé objetiva é a integrativa: ela é um critério hermenêutico ou paradigma interpretativo destinado ao juiz

para ser utilizado na interpretação do negócio jurídico. Institui-se um privilégio à lealdade e à honestidade entre as partes e como consequência se proíbe interpretação que dê a uma disposição contratual sentido malicioso, ou seja, dirigido a iludir, prejudicar ou tirar vantagem sem justa causa. Para aplicação dessa função o juiz parte do princípio de que nas relações contratuais as partes devem se pautar por padrões éticos, de confiança e lealdade, indispensável para o desenvolvimento normal da convivência (GIANCOLI, 2012, p. 276).

Essa função encontra fundamento no artigo 113, do Código Civil que assim dispõe: “Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.” (BRASIL, 2002).

Referido artigo encontra-se previsto na parte geral do Código Civil e disciplina a boa-fé objetiva enquanto função interpretativa para além do campo obrigacional, devendo ser observada no campo patrimonial, familiar, sucessório, enfim, em toda a esfera civil, buscando a interpretação das normas baseada em comportamentos honestos e leais (COSTA, 2005, p. 132).

A boa-fé objetiva é uma fonte aglutinadora na função interpretativa, pois se dispõe a analisar como o homem médio se comportaria na situação contratual, possibilitando verificar as incorreções e dar o poder ao juiz de corrigi-las de forma impositiva, mantendo o equilíbrio e a paz social (ELIAS, 2008, p. 5).

Assim, a função interpretativa impede interpretações prejudiciais a uma das partes na relação jurídica, buscando sempre pela interpretação que mais se aproxime do significado leal e honesto (SCHREIBER, 2007, p. 87).

2.2.3 Função criadora de direitos jurídicos anexos

Como função criadora de deveres jurídicos anexos ou de proteção, a boa-fé objetiva surge como fonte de novos deveres anexos ou acessórios, tais como o dever de informar, de cuidado, de cooperação, de lealdade (GIANCOLI, 2012, p. 276). Impõe às partes que os contratos devam ser orientados por uma série de deveres anexos àqueles definidos

no contrato, que devem ser respeitados em todas as fases: pré-contratual, contratual e pós-contratual (GAGLIANO, 2007, p. 72).

Esses deveres anexos têm como fonte o próprio princípio da boa-fé objetiva e não dependem da vontade das partes para sua aplicação, de forma que devem nortear toda a relação, independentemente, de escolhas das partes, inclusive dando ensejo à criação de deveres contrários à vontade dos contratantes (SCHEREIBER, 2007, p. 88).

Desse modo, a função criadora de deveres anexos é também uma função produtiva, pois oportuniza ao juízo o meio de detectar o dever anexo que deveria ser observado e não foi respeitado pelas partes no momento de decidir a lide (COSTA, 2005, p. 132)

2.2.4 **Função delimitadora**

A função delimitadora, também denominada de controle, limita o exercício dos direitos subjetivos, seja ao reduzir a liberdade das partes ao definir condutas consideradas abusivas ou ao controlar a transferência dos riscos profissionais e liberar o devedor em face da não razoabilidade de outra conduta. Nessa função, a boa-fé representa o padrão ético de confiança e lealdade, indispensável para a convivência social, um limite a ser observado no exercício de todo e qualquer direito subjetivo (GIANCOLI, 2012, p. 275).

O objetivo é evitar possíveis atos abusivos encontrando amparo no artigo 187, do Código Civil: “Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.” (BRASIL, 2002).

Busca impedir o exercício de um direito que não se coaduna com os deveres de lealdade e confiança, não deixando de ser a aplicação da boa-fé em sentido proibitivo, vedando o exercício de direito, ainda que legal, e assegurado no contrato, permitido pela utilização do princípio da autonomia privada, mas que não se amolda aos limites impostos pela boa-fé objetiva (SCHEREIBER, 2007, p. 89).

A constante transformação da sociedade obriga o direito a cada vez mais se adequar aos comportamentos socioeconômicos, garantindo a efetividade jurídica. A função limitadora da boa-fé objetiva busca garantir a tutela da confiança nas relações contratuais, evitando o chamado abuso de direito (VOLANSKI, 2010, p. 26).

2.3 ABUSO DE DIREITO NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS

O abuso de direito está previsto expressamente no Código Civil, no artigo 187: “[...] também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”, devendo ser interpretado como cláusula geral (GIANCOLI, 2012, p. 105).

No anseio de solucionar as lides, a Constituição Federal prevê uma série de preceitos jurídicos abertos. No mesmo caminho, o Código Civil adota cláusulas gerais com a finalidade de permitir o advento de princípios valorativos na ordem jurídica, ainda não dispostos na legislação, que possibilitem a sistematização e ressystematização no ordenamento positivo (COSTA, 1998, p. 26).

Isso porque são aplicáveis ao cumprimento da obrigação dois princípios: boa-fé ou diligência normal e pontualidade. O primeiro estabelece que as partes se comportem de forma correta durante as tratativas, formação e o cumprimento do contrato, assim agir com boa-fé significa comportar-se como correto na execução da obrigação. Esse princípio também guarda relação com o princípio segundo o qual ninguém pode se beneficiar da própria torpeza, entendendo que o devedor não se obriga somente pelo que está expresso no contrato, mas por todas as consequências que de acordo com a lei, os usos e a equidade derivam dele (GONÇALVES, 2011, p. 252).

Constata-se o abuso de direito no momento de violação do elemento axiológico da norma, instalando contrariedade entre o comportamento comissivo ou omissivo do indivíduo e o fundamento valorativo material do preceito (ROSENVALD; FARIAS, 2008, p. 508).

A boa-fé e o abuso de direito se complementam, posto que a boa-fé serve como parâmetro de valoração de comportamento dos contratantes, sendo que o exercício irregular de um direito e, portanto, abusivo, consubstancia a quebra de confiança e frustração de legítimas expectativas (NEGREIROS, 2006, p. 141).

Ao valer-se da teoria dos próprios atos, a boa-fé objetiva invoca a aplicação de elementos importantes para o exercício da função limitadora: como o *tu quoque*, a *supressio* e seu oposto a *surrectio*, o adimplemento substancial e o *venire contra factum proprium* (ROSENVALD; FARIAS, 2008, p. 523).

O *tu quoque* representa de modo geral uma regra pela qual a pessoa que viola uma norma jurídica não poderia exercer a situação jurídica que essa mesma norma lhe atribuiu. O que está em jogo é o vetor axiológico intuitivo, cuja aplicação requer maior cautela. Fere as sensibilidades primárias, críticas e jurídicas que uma pessoa possa desrespeitar uma norma e depois vir exigir de outra o seu acatamento (ROCHA; CORDEIRO, 2001, p. 837).

Prescreve situações em que uma das partes venha a exigir algo que por ela também foi negligenciado ou descumprido: quando alguém viola determinada norma jurídica e posteriormente tira proveito da situação, com a intenção de se beneficiar, revelando deslealdade e malícia e gerando a ruptura da confiança depositada por uma das partes no comportamento da outra (ROSENVALD; FARIAS, 2008, p. 523).

Significa que aquele que descumpriu norma legal ou contratual não pode exigir do outro o cumprimento do preceito que ele próprio descumpriu, como, por exemplo, o condômino que desrespeita as regras do condomínio e deposita móveis em área de uso comum não pode exigir dos demais comportamento obediente ao preceito. Assim, o *tu quoque* impede que alguém faça contra o outro o que não faria contra si mesmo (GONÇALVES, 2013, p. 582).

Já a *supressio* e a *surrectio* são duas figuras que se contrapõem. Tratam da inadmissibilidade do exercício de determinadas situações

jurídicas por seu retardamento, omissão, criando na outra pessoa uma expectativa (ROSENVALD; FARIAS, 2008, p. 520).

Para Schreiber (2005, p. 181), a *supressio* é uma subespécie do *venire factum proprium*, posto que atuam como fatores de preservação da confiança alheia.

A *supressio* nada mais é do que a perda de um direito não exercido em determinado lapso temporal. De certo modo, guarda semelhanças com a prescrição e a decadência por estar relacionada ao transcurso do tempo. Contudo, além do tempo, precisa da confiança da outra parte como elemento caracterizador (VOLANSKI, 2010, p. 27-28).

De origem jurisprudencial, é a situação do direito, que não tendo sido exercido em determinado espaço de tempo, não possa mais sê-lo por contrariar a boa-fé, ou seja, a demora desleal no exercício do direito viola a boa-fé. Ademais, o exercício retardado de alguns direitos leva a situações de desequilíbrio inadmissível entre as partes (ROCHA; CORDEIRO, 2001, p. 797).

O contrato com prestações continuadas que tiver permanecido sem cumprimento durante longo tempo, por falta de iniciativa do credor, não poderá ser objeto de exigência, se o devedor teve motivos suficientes para acreditar estar extinta a obrigação (GONÇALVES, 2013, p. 582).

Ao abster-se do exercício do direito durante determinado tempo, o titular cria na contraparte a expectativa de que esse direito não seria mais exercido; mas ao agir superveniente entraria em contradição (ROCHA; CORDEIRO, 2001, p. 808-809). A *surrectio*, por sua vez, é o oposto da *supressio*: caracteriza-se quando uma das partes não exerce direito próprio e não podendo exercê-lo posteriormente oferece a outra parte vantagem indevida (VOLANSKI, 2010, p. 29).

Consiste, pois, no nascimento de um direito, sendo nova fonte de direito subjetivo, conseqüentemente a contínua prática de certos atos: a distribuição duradoura de lucros em desacordo com o estatuto da sociedade comercial pode gerar o direito de recebê-los do mesmo modo no futuro (GONÇALVES, 2013, p. 582).

Ao passo que a *supressio* significa a supressão, por renúncia tácita, de um direito ou situação jurídica, pela ausência de exercício e o decurso do tempo, a *surrectio* faz surgir um direito em favor do devedor, que não existia até então, mas que decorre da efetividade social de acordo com os costumes. A *supressio* constitui a perda, redução de um direito pelo seu não exercício no tempo e a *surrectio* é a ampliação, criação de um direito diante de práticas, usos e costumes (TARTUCE, 2015, p. 875).

Há, também, a figura do adimplemento substancial, muito importante no princípio da boa-fé objetiva, é a hipótese onde o contratante executa parcela considerável de suas obrigações e deixa de executar uma pequena parte perante o todo, impedindo desse modo a resolução do contrato sob a alegação de inadimplemento (GOMES, 2009, p. 45).

De acordo com essa teoria, nas hipóteses em que a obrigação tiver sido cumprida quase na totalidade não caberá a extinção do contrato, mas apenas outros efeitos jurídicos, buscando sempre a manutenção da avença (TARTUCE, 2015, p. 344).

É reconhecido pela doutrina como impedimento à resolução unilateral do contrato. Argumenta-se que a hipótese de resolução contratual por inadimplemento sucumbe diante do atendimento quase integral das obrigações pactuadas, isto é, do descumprimento insignificante do contrato, não se mostrando viável a extinção como resposta jurídica à preservação e à função social do contrato (GONÇALVES, 2013, p. 672).

2.3.1 O *venire contra factum proprium* – A teoria dos próprios atos

O direito exerce o papel de norteador das relações sociais, ao reger as normas de conduta aplicável às pessoas públicas e privadas, que devem ser observadas com a finalidade de obter a pacificação social. Ao estabelecer as regras de convivência em sociedade, deve o ordenamento jurídico levar em consonância as mudanças sociais, fazendo uso de normas indicativas (ELIAS, 2008, p. 2).

As cláusulas gerais possibilitam o assento de normas e princípios com a finalidade de resposta à resolução das lides, advindas da evolução da

jurisprudência. Conclui-se, portanto que o Código Civil, em sua escrita, tem a implementação de normas com significados vagos e abertos, que permitem a incorporação de princípios, ainda não positivados e implicam a constante formulação de novas normas (COSTA, 1998, p. 29).

Em geral, os contratos devem ser interpretados segundo a boa-fé, as necessidades do crédito e a equidade. A observância do negócio jurídico constitui um meio demonstrativo da interpretação da vontade das partes, sendo que a melhor interpretação é a maneira pela qual os interessados de comum acordo o firmaram, no qual os eventos posteriores são a melhor explicação dos fatos. Assim, se alguma dúvida surge em contrato de compra e venda quanto à extensão da coisa vendida, a interpretação deve ser a favor do comprador e contra o vendedor, posto que em melhores condições de conhecer a coisa alienada, ao passo que as dúvidas de uma venda devem ser interpretadas em desfavor do vendedor (MONTEIRO, 1966, p. 108).

Pretende-se assim impedir que a parte que tenha violado os deveres contratuais exija o cumprimento pela outra parte ou use seu próprio descumprimento para beneficiar-se da disposição contratual ou legal (COSTA, 1999, p. 461).

O *venire factum proprium* considera a existência de dois comportamentos pela mesma pessoa, onde o primeiro é desconstituído, contrariado pelo segundo, só se considerando como *venire factum proprium* a contradição direta entre a situação jurídica originada pelo *factum proprium* e o segundo comportamento pelo autor (ROCHA; CORDEIRO, 2001, p. 746).

É a vedação do comportamento contraditório, ou seja, obsta que alguém possa contradizer o seu próprio comportamento, após ter produzido determinada expectativa. Revela-se, pois, como a proibição da mudança inesperada de comportamento, também denominada de vedação da incoerência, contrariando uma conduta anterior adotada pela mesma pessoa e, por consequência, frustrando as legítimas expectativas de terceiros. Enfim, é a consagração de ninguém pode se opor a fato a que ele próprio deu causa (ROSENVALD; FARIAS, 2008, p. 608).

De acordo com essa teoria, o *venire factum proprium* explora dois comportamentos advindos da mesma pessoa, lícitos e diferidos no tempo. O primeiro – *factum proprium* – é contrariado pelo segundo, fórmula que provoca a partida de reações afetivas que devem ser evitadas (ROCHA; CORDEIRO, 2001, p. 745).

Segundo entendimento de Costa (1999, p. 450), o *venire* se insere na “teoria dos atos próprios”, a qual se entende que a ninguém é lícito fazer valer um direito em contradição com a sua conduta anterior interpretada objetivamente. A noção do *venire factum proprium* encontra amparo perfeito na tutela da confiança e na efetivação dos ditames da boa-fé:

A locução “*venire contra factum proprium*” traduz o exercício de uma posição jurídica em contradição com o comportamento assumido anteriormente pelo exercente. Esse exercício é tido, sem contestação por parte da doutrina que o conhece, como inadmissível. A articulação interna do ‘*venire contra factum proprium*’, o seu âmbito, a sua fundamentação, as suas ligações às outras regulações típicas do exercício inadmissível dos direitos e, até, a sua recondução à boa-fé suscitam, pelo contrário, controvérsias acesas. (ME-NEZES; CORDEIRO, 1984, p. 742).

Pode resultar da prática ou não de determinado ato de uma das partes, rompendo a confiança depositada pela outra: ocorre tanto quando uma das partes cria a certeza de que determinada conduta será adotada e não o faz, como quando se espera que o comportamento será adotado, mas termina não acontecendo (ROSEVALD; FARIAS, 2008, p. 520).

Atenta além da simples coerência à confiança produzida na outra parte, de que o sentido objetivo daquele comportamento inicial seria mantido e não contrariado. Ausentes tais expectativas, ausente lesão à legítima confiança capaz de gerar prejuízo a outrem, não há razão para que se imponha a quem quer que seja coerência com um comportamento anterior (SCHREIBER, 2005, p. 90).

Tome-se, como exemplo, o credor que concorda, durante a execução do contrato de prestações periódicas, com o pagamento em lugar ou tempo diverso do convencionado, não pode simplesmente surpreender o devedor com a exigência literal do contrato (GONÇALVES, 2013, p. 581).

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal, em 1978 aplicou pela primeira vez a incidência do princípio do *venire factum proprium* no julgamento de recurso extraordinário onde se discutia o direito à meação do cônjuge. Em síntese, o caso em testilha revela o casamento de uma empresária bem-sucedida, que com 49 anos se apaixona por um jovem de 26 anos, sendo que diante da relevância social frente à disparidade etária resolvem contrair matrimônio no Uruguai, cuja legislação prevê o regime oficial de separação legal de bens, homologado tempo depois pela justiça brasileira, ainda na década de 70 sob a égide do regime de comunhão universal.

Infere-se que após abrir uma empresa, com recursos do patrimônio da esposa, visando dar apoio logístico aos empreendimentos da mesma, o marido veio a falir e os credores, como consequência, tentaram executar seus haveres atingindo o patrimônio da esposa. Nessa situação, objetivando evitar a comunicação dos bens, teria o esposo usufruído da tese de que o patrimônio da esposa não poderia ser executado, pois eram casados sob regime de separação total de bens, nos termos da legislação uruguaia, comprovando o casamento nesse país.

A tese foi acolhida pela justiça, blindando o patrimônio da esposa e reconhecendo a validade do regime adotado quando da celebração do matrimônio. Anos mais tarde, quando a esposa requereu a separação litigiosa pelo regime de separação de bens, o esposo contestou a ação, alegando o regime de comunhão universal, ante a homologação do casamento uruguaio pelo Brasil.

No caso, o Supremo Tribunal Federal aplicou a teoria do *venire contra factum proprium*, reconhecendo que de fato o esposo teria direito à meação, mas, por seus próprios atos, criou em todos e na própria esposa a expectativa de que eram casados pelo regime de separação absoluta,

tanto que invocou tal fato, inclusive em processo de execução judicial, perdendo por esse motivo o direito de exercer seu direito à meação.

Mesmo não havendo nessa época um dispositivo específico na legislação que permitisse a aplicação desse instituto, a tese do abuso de direito foi ganhando força jurisprudencial.

Segundo Rocha e Cordeiro (2001, p. 748), a pessoa que manifesta a intenção de praticar um ato e a ele não fique vinculada, integra a previsão de um negócio inexistente ou inválido, onde a hipótese mais corrente é a de nulidade. Ponderar que caso essa pessoa se retrate, incorre em *venire contra factum proprium* e representa uma limitação à própria declaração de nulidade.

A preocupação é proteger a confiança evidenciada em uma relação contratual. Essa teoria, em síntese, atinge diretamente o dever acessório da confiança porque induz uma expectativa contratual, por meio de condutas direcionadas para determinada finalidade, e, posteriormente, atua de forma contraditória, afetando a perspectiva que o contratante depositou na avença. Significa que as partes devem manter a retidão na conduta anterior, não podendo atentar contra a estabilidade da boa-fé objetiva (ELIAS, 2008, p. 9).

Sua aplicabilidade exerce uma atitude de satisfação do anseio de peculiaridade que cada relação jurídica envolve, englobando ainda a cláusula geral da boa-fé objetiva acertadamente ao conceder ao juiz a possibilidade ou as ferramentas necessárias para a execução do bom direito, mediante a análise de cada caso concreto (ELIAS, 2008, p. 16).

Representa uma maneira de exprimir a reprovação frente aos exercícios inadmissíveis de direitos e posições jurídicas. Ante comportamentos contraditórios o ordenamento jurídico não busca tão somente a manutenção do *status* gerado pela primeira atuação, que o direito reconheceu, mas a proteção da pessoa que agiu com justificação e retidão na causa, concretizando a boa-fé nas relações contratuais (ROCHA; CORDEIRO, 2001, p. 769).

3 CONCLUSÃO

A boa-fé objetiva exerce diversas funções, influenciando diretamente as relações jurídicas em geral, permitindo-nos concluir que entre essas funções serve também como limite ao exercício de direitos subjetivos.

A aplicabilidade da função limitadora permite identificar atos aparentemente lícitos, mas que na sua essência violam diretamente a boa-fé, caracterizando abuso de direito, conduta reprimida pelo direito.

Da necessidade de privilegiar a boa-fé objetiva nas relações sociais e jurídicas, ao identificar e reprimir o abuso de direito, surge o *venire contra factum proprium*, como fonte subsidiária da lei, possibilitando sua aplicação de acordo com o caso concreto, fundamentando as decisões judiciais.

É possível concluir, que embora pouco difundida pela doutrina brasileira, a regra principiológica do *venire contra factum proprium* vem ganhando prestígio e cada vez mais é explorada pela jurisprudência brasileira, demonstrando a necessidade de sua aplicação, ainda que não se encontre positivado no ordenamento.

Encontra amparo em situações do cotidiano, onde há quebra da legítima expectativa pela prática de comportamentos lícitos, mas em momentos diferentes, contrários à vontade inicialmente manifestada, que podem causar danos àquele que confiou na coerência da conduta precedente.

O objetivo desse princípio é impedir condutas contraditórias, resguardando a pessoa que deposita a confiança ao celebrar um negócio jurídico, com base nos ditames da boa-fé.

Por fim, conclui-se que diante da impossibilidade de o legislador prever todas as situações que devem ser reprimidas ao editar as leis, a aplicabilidade de princípios e teorias representam um grande avanço no ordenamento brasileiro, permitindo de maneira eficiente a manutenção da segurança jurídica e a tutela da confiança, pacificando as relações sociais de maneira justa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de. **Do abuso de Direito**. Coimbra: Almedina, 1999.

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil, 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 17 maio 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 86.787-2**. 1979. Segunda Turma. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=180795>>. Acesso em: 31 maio 2015.

COSTA, Judith Martins. Os Campos Normativos Da Boa-Fé Objetiva: As Três Perspectivas Do Direito Privado Brasileiro. **Revista Forense**, v. 101, n. 382, p. 132, nov./dez. 2005.

COSTA, Judith Martins. O direito privado como um “sistema em construção”: As cláusulas gerais no projeto do Código Civil Brasileiro. **Revista dos Tribunais**, v. 753, p. 26, jul. 1998.

COSTA, Judith Martins. M. **A Boa-fé no Direito Privado**: Sistema e tópica no processo obrigacional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ELIAS, Sergio Sipereck. *Venire contra factum proprium*. **Revista Científica da Faculdade das Américas**, Ano 2, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.portalamericas.edu.br/revista/pdf/ed2/art8.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2015.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Direito dos Contratos**. 2. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Bahia: Jus Prodivum, 2012. v. 4.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil, volume IV: contratos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GIANCOLI, Brunno Pandori; ARAUJO JÚNIOR, Marco Antonio; BARROSO, Darlan (Coord.). **Direito Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. Volume 2: teoria geral das obrigações. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil: Contratos e Atos Unilaterais**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

IMHOFF, Cristiano. **Código Civil interpretado**: anotado artigo por artigo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: Parte Geral**. 5. ed. rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 1966.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições do Direito Civil: Contratos**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

ROCHA, Antônio Manuel; CORDEIRO, Menezes. **Da boa fé no direito civil**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2001.

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. **Direito Civil: Teoria Geral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

SCHREIBER, Anderson. **A proibição do comportamento contraditório**: tutela da confiança e *venire contra factum proprium*. Renovar, 2007.

SCHREIBER, Anderson. **A Proibição de Comportamento Contraditório**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

Tartuce, Flávio. **Manual de direito civil**: volume único. 5. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

TARTUCE, Flávio. A função social dos contratos, a boa-fé objetiva e as recentes súmulas do Superior Tribunal de Justiça. Revista EPD, v. 1, n. 1, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/fun%C3%A7%C3%A3o-social-dos-contratos-boa-f%C3%A9-objetiva-e-recentes-s%C3%BAmulas-do-superior-tribunal-de-just>>. Acesso em: 17 maio 2015.

TARTUCE, Flavio. A boa-fé objetiva e os amendoins: Um ensaio sobre a vedação do comportamento contraditório (*venire contra factum proprium non potest*). **Conteúdo Jurídico**, Brasília, DF: 01 dez. 2008. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=1323_&ver=130>. Acesso em: 10 jul. 2015.

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. Ativismo judicial: nos limites entre racionalidade jurídica e decisão política. **Rev. direito GV**, v. 8, n. 1, p. 37-57, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v8n1/v8n1a02.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2015.

THEODORO JUNIOR, Humberto; FARIA, Juliana Cordeiro De. Contrato: Interpretação: Princípio da boa-fé. Teoria do ato próprio ou da vedação do comportamento contraditório. **Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil**, n. 54, p. 33-54, jul./ago. 2008.

VOLANSKI, Annie. **A função limitadora ao exercício de direitos subjetivos da boa fé objetiva**. Monografia (Bacharel em Direito)– Universidade Tuiuti, Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/06/A-FUNCAO-LIMITADORA-AO-EXERCICIO-DE-DIREITOS-SUBJETIVOS-DA-BOA-FE-OBJETIVA.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2015.